

BAGOAS

ESTUDOS GAYS ★ GÊNERO E SEXUALIDADES



V. 13, N. 21

21

Proposta Editorial

Publicação semestral de estudos teóricos, pesquisas empíricas, ensaios e resenhas sobre as temáticas de gênero e sexualidade, com destaque para os estudos gays, lésbicos e queer sobre homossexualidades, lesbianidades, transexualidades. A revista publica igualmente trabalhos de teoria social, direitos humanos, cultura e política que dialoguem com a temática central.

A revista tem registo no Sociological Abstracts

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Bagoas : revista de estudos gays / Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. - V. 1, n. 1 jul./dez. 2007) - . - Natal : EDUFRN, 2007- . v. ; 23 cm.

Semestral.

Início: jul./dez. 2007.

Editora: Anne Christine Damásio.

Descrição baseada em: v. 1, n.1, jul./dez. 2007.

ISSN 1982-0518

1. Ciências Humanas e Sociais - Periódico. 2. Sexualidades - Periódico. 3. Ética sexual - Periódico. 4. Ética moral - Periódico. 5. Homossexualidades - Periódico. I. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. II. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

(CDU 168.522:3(05

BAGOAS

ESTUDOS GAYS ★ GÊNERO E SEXUALIDADES

ANNE CHRISTINE DAMÁSIO
EDITORA

V. 13, N. 21

21

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Daniel Diniz Melo
Vice-Reitor: Henio Ferreira de Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES

Diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues
Vice-Diretor: Josenildo Soares Bezerra

EDITORA

Anne Christine Damásio – UFRN

EDITOR ADJUNTO

Alipio DeSousa Filho

APOIO TÉCNICO

Sabrina da Silva Barbosa

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Laurisa Alves

COMISSÃO EDITORIAL

Avelino Aldo Lima Neto - IFRN
Cinara Naha – UFRN
Eduardo Anibal Pellejero – UFRN
Jader Ferreira Leite
Maria das Graças Pinto Coelho – UFRN

CONSULTORIA EDITORIAL

Adriana Piscitelli – UNICAMP
Adriana Resende Barretto Vianna – UFRJ
Alessandro Soares da Silva – USP
Alexandre Câmara Vale – UFC
Denílson Lopes – UFRJ
Edrisi Fernandes – UFRN
Emerson da Cruz Inácio – USP
Eugênia Correia Krutzen – UFPB
Fabiano Gontijo – UFPA
Felipe Bruno Martins Fernandes – UFBA
Fernando Bessa Ribeiro – UTAD – Portugal
James Noyle Green – University of Brown – EUA
Joel Birman – UFRJ
Júlio Simões – USP

Laura Moutinho – USP
Leandro Colling – UFBA
Luiz Fernando Dias Duarte – UFRJ
Luiz Mello de Almeida Neto – UFG
Luiz Mott – UFBA
Luiz Paulo Moita Lopes – UFRJ
Lourdes Bandeira – UNB
Maria Helena Braga – UFRN
Maria Luiza Heilborn – UERJ
Michel Maffesoli – Sorbonne – França
Miguel Vale de Almeida – ISCTE – Portugal
Miriam Grossi – UFSC
Paulo Roberto Ceccarelli – PUC-BH
Peter Fry – UFRJ
Regina Facchini – UNICAMP
Ricardo Barrocas – UFC
Richard Miskolci – UFSCar
Robert Howes – University of London – Inglaterra
Rogério Diniz Junqueira – INEP
Sérgio Carrara – UERJ
Sonia Correa – ABIA
Tânia Navarro-Swain – UNB
Toni Reis – ABGLT
Vitor Cei Santos – UFRO
Wanderson Flor do Nascimento – UnB
Wilton Garcia Sobrinho – UBC

PROJETO GRÁFICO

EDUFRN

DIAGRAMAÇÃO

Rafael Sordi Campos

ARTE DA CAPA

Paulo Henrique Lima da Rocha

ARTES DA SEÇÃO A(R)TIVISMO

Todas as artes apresentas nesta edição
foram criadas por discentes do
Curso de Bacharelado em Design da UFRN,
sob orientação da Professora Elizabeth Romani.

SUMÁRIO

Artigos **_____**

**La película “Lejos Del Paraíso”:
un análisis de (construido) del género,
roles y orientación homosexual**

*The film “far from heaven”:
an analysis des(constituted) of gender,
roles and homosexual orientation*

Douglas Verbicaro Soares

23

**O cordel de militância lésbica: luta política,
higienização e ruptura de um éthos**

*The string of militancy lesbian:
political struggle, sanitizing and ruptured an éthos*

Rozeane Porto Diniz

60

**Análise qualitativa das atitudes de
profissionais de saúde no atendimento
oferecido às usuárias lésbicas**

*Qualitative analysis of the attitudes
of health professionals in the service
offered to lesbian users*

Michael Augusto Souza de Lima

Ana Alayde W Saldanha

97

**Política Nacional de Saúde Integral LGBT:
ações teóricas e práticas no estado
da Paraíba/Brasil**

*National Policy of Integral Health of LGBT's:
theoretical and practical actions in Paraíba/Brazil*

Marina Batista Chaves Azevedo de Souza

124

**O falsete do contratenor Jakub Józef Orlinski:
sexo, escutas de gênero e os usos dos
corpos midiáticos**

*The countertenor Jakub Józef Orlinski's falsetto:
sex, gender listening, and the usages
of mediatic bodies*

Daniel Magalhães de Andrade Lima

158

**Problematizações sobre masculinidades
queer em uma edição de corrida de rua**

*Problems about queer male
in a street race edition*

Rafael Marques Garcia

Alan Camargo Silva Erik

Giuseppe Barbosa Pereira

192

**Fazendo política no cu do mundo:
decolonialidade queer na performance
de Hija de Perra**

*Making politics in the world's ass:
queer decoloniality in Hija de Perra's performance*

Thiago Henrique Ribeiro dos Santos

231

A(R)Tivismo **260**

EDITORIAL

A revista Bagoas de estudos gays, gênero e sexualidades apresenta-se como espaço de construção coletiva, crítica e resistência, na medida em que aborda temas imprescindíveis no debate contemporâneo, manifestando uma vocação interdisciplinar e transdisciplinar, lugar de produção e disseminação de conhecimentos, numa parilha constante acerca das diversidades e dissidências de gênero e sexuais.

No entanto, pensar o espaço de resistência e mesmo transgressão em que se constitui a revista, neste momento, nos leva a um questionamento inevitável, como elaborar um apelo a reflexão com vistas a referendar a importância do conhecimento científico, diante do contexto que se afigura, em que o espectro do anti-intelectualismo atinge frontalmente as ciências humanas, e mais especificamente as ciências sociais, desqualificando-as para o deleite de um grupo cada vez maior de negacionistas, e procurando minar os debates que são impulsionados pelas referidas ciências, empenhadas que estão em fornecer análises vigorosas, críticas e com potenciais emancipatórios para as crises tantas que irrompem no mundo social. Nesse sentido, comunicar, divulgar e disseminar resultados através das publicações nos mais diversos periódicos, sobretudo numa revista voltada aos estudos gays, de gênero e sexualidade, demanda luta e resistência coletivas, face aos ataques conservadores que assomam em várias partes do mundo.

Sabemos que as discriminações, opressões e preconceitos sofridos pela comunidade LGBTQIA+ nada mais são que reflexos claros de uma recusa dessas dissidências, que, ao existirem e exibirem seus corpos nos espaços comuns, resistem e elaboram formas de (re)existências, como afronta ao regime político-social que enquadra essas populações de forma abissal, do lado da inexistência, produzida em função de uma gramática heteronormativa que rege vidas e corpos que não tem sua humanidade reconhecida, o não reconhecimento implica na impossibilidade de se produzir “responsabilidade ética” sobre estes sujeitos, bem como proteções sociais capazes de acolher essas existências dissidentes.

A heteronormatividade espera que os sujeitos que borram as fronteiras de gênero e sexuais, indo de encontro a perspectivas fundamentalistas e deterministas, inscrevam-se em bizarras equações rigidificantes, enquadrando-os em normas materializadas em uma suposta relação inextrincável entre corpo, sexo, gênero e sexualidades, que seguiria linearmente rumo à lógica da heterossexualidade compulsória.

Assim, os artigos que compõem a 21ª edição, oriundos do fluxo contínuo de recepção da revista, são apresentados tendo como fio condutor o questionamento acerca da falaciosa suposição de que a heterossexualidade seria a ordem natural dos desejos e fornecendo potencialidades de resistência ao instituído, além de atualizar as perspectivas interdisciplinares e transdisciplinares, que se pode perceber nos escritos tecidos na relação entre as esferas da produção de conhecimentos, da política e do ativismo – conhecimentos que, como em Boaventura (2019), nascem nas/das lutas, com vistas a produzir emancipação e transformação social – e da incorporação da arte como ferramenta de construção, interpretação e apreensão da realidade vivida. Os artigos deslizam da análise da literatura de cordel-para a análise fílmica, as performances de voz e as performances contestadoras. Além de construções que operacionalizam a imbricação entre esporte e corporeidades masculinas *queer* nos espaços públicos, a partir da corrida de rua. As interrogações acerca desses outros que aparecem nas telas, cordéis, palcos e ruas demarcam o potencial transgressor dessas existências que se colocam (contra)heteronormativamente.

Nessa perspectiva de interlocução entre essa pluralidade de escritos relacionados à desconstrução da heteronormatividade, fundados nos estudos de gêneros e sexualidades, contamos ainda com discussões acerca de reflexões sobre a população LGBTQIA+ e as implicações das sexualidades no que tange à aplicabilidade das políticas públicas de saúde integral dessa população, além de construções mais voltadas para um entendimento das atitudes e comportamento dos profissionais de saúde

no atendimento a essa população – que resultaria numa compreensão do seu processo de formação e como este ecoaria na sua prática profissional. Em ambos os artigos referendamos a apreensão e apresentação da dimensão socioantropológica da categoria saúde, não incorrendo no reducionismo por vezes tão comum-que se constitui ao pensar o processo saúde e doença a partir de um viés exclusivamente tecnicista e biologizante. A ênfase na perspectiva relacional reconhece o referido processo enquanto construção social, cultural e histórica, o que permite repensar as políticas de saúde, bem como a resignificação das atitudes cotidianas dos profissionais.

O artigo “La película “lejos del paraíso: un análisis de (construido) del género, roles y orientación homosexual”, de Douglas Verbicaro Soares, utiliza a obra cinematográfica citada no título do referido artigo como ferramenta para pensar gênero, sexualidades, papéis sociais, mas não apenas, com vistas a apontar a necessidade premente de combate às diversas formas de discriminação e seus impactos nas existências cotidianas dos sujeitos apresentados na película, na medida em que estes vão de encontro à lógica patriarcal, conservadora e heteronormativa. Existências relegadas ao silenciamento ou à estereotipia, mesmo na mídia, que deveriam ser inseridas como meio de reconhecimento, identificação e visibilidade pública.

A obra cinematográfica surge no artigo como ensejando sensibilidade diante de temas como gênero e orientação sexual, importante salientar a marcação do tempo histórico, final da década de 50 e todo o ideário de família, que fixava os papéis femininos e masculinos. No entanto, os desejos renegados pelos valores da sociedade circundante são positivados, tornando o filme analisado, segundo o autor, “fonte de inspiração para a consciência sociocultural”.

No artigo intitulado “O cordel de militância lésbica: luta política, higienização e ruptura de um *éthos*”, a autora Rozeane Porto Diniz toma a

literatura de cordel, em sua potência poética, como texto que se inscreve corporalmente, no mesmo movimento que escreve a lesbianidade, tematizando as representações de gênero nessas produções. Indo desde o ato de nomear que se apresenta como construindo o reconhecimento de existências, e, por conseguinte, produzindo visibilidades, na medida em que apropriado positivamente em sua dimensão política e identitária. A construção das protagonistas dos cordéis, que se efetiva enquanto lugar de enfrentamentos e resistências à lógica heteronormativa, fundada na “apropriação de seus amores, afetos, corpos e práticas de sexualidade”, pensadas aqui como sujeitos históricos, que, como nos diz a autora, têm a possibilidade de escolha diante da apropriação dessas identificações.

O terceiro artigo que integra a revista, intitulado: “Análise qualitativa das atitudes de profissionais de saúde no atendimento oferecido às usuárias lésbicas”, os autores Michael A. Souza de Lima e Ana Alayde W. Saldanha; abordam o atendimento à saúde de mulheres lésbicas a partir das atitudes da equipe de profissionais que atuam em Unidades de Saúde da Famílias (USF) Através de estudo exploratório e descritivo, com ênfase na perspectiva qualitativa, os autores observaram posicionamentos diversos no que tange à compreensão acerca da lesbianidade, fundada na heteronormatividade enquanto estruturando as relações e práticas sociais, bem como a percepção de corpos legítimos, o que, no processo de atendimento em saúde, tendia a provocar alterações que redundavam em atitudes discriminatórias por parte de alguns profissionais. Essas atitudes lesbofóbicas geravam apreensão por parte das usuárias no sentido de revelar sua orientação sexual, o que resvalava para a negação de direitos, bem como do reconhecimento de demandas e necessidades específicas no atendimento disponibilizado a essa população e suas particularidades em saúde. Dessa feita, a pesquisa forneceu uma percepção acerca das vivências de mulheres lésbicas nos serviços de saúde da atenção básica, que poderá contribuir para a elaboração de políticas públicas humanizadas para essa parcela da população.

O artigo intitulado “Política Nacional de Saúde Integral LGBT: ações teóricas e práticas no estado da Paraíba/Brasil”, da autora Marina Batista Chaves Azevedo de Souza, procura compreender os níveis da institucionalização de ações baseadas na referida política, pensada em termos teóricos, como fundamental para o reconhecimento das demandas e especificidades dessa parcela da população, em condição de vulnerabilidade. No entanto, a autora aponta para o fato de que a existência das políticas públicas destinadas ao atendimento de parcelas específicas da população não se constitui enquanto garantia para efetivação das ações decorrentes das mesmas. Assim, o estudo realiza um recorte geográfico que define o Estado da Paraíba como espaço de análise, com vistas a compreender os aspectos políticos, em função da descrição das ações realizadas tendo por base a Política Nacional de Saúde LGBT, da identificação dos níveis de institucionalização da política, e em que medida esses processos sociais passam a direcionar as ações, a partir do discurso da gestão com vistas a analisar a implementação da referida política. Para tanto, o viés metodológico adotado baseou-se numa pesquisa empírica com abordagem qualitativa, consistindo em um estudo de caráter exploratório e descritivo, com a utilização de um roteiro de questões abertas, elaborado com base no modelo teórico de Tolbert e Zucker. Resulta da pesquisa a percepção acerca dos avanços na implementação das ações e serviços embasados na Política Nacional de Saúde da população LGBT, no Estado da Paraíba, sobretudo quando comparadas às outras regiões brasileiras. Os avanços mencionados estariam ancorados em aspectos como a intersetorialidade; não apenas entre secretarias mas com o desenvolvimento de parcerias com o movimento social organizado, além de, segundo a autora, observar um rompimento com a perspectiva heteronormativa, determinante no que diz respeito a práticas discriminatórias comuns ao setor da saúde.

“O falsete do contratador Jakub Józef Orlinski: sexo, escutas de gênero e os usos dos corpos midiáticos, artigo apresentado por Daniel

Magalhães de Andrade Lima, investiga o trabalho do cantor falsetista Jakub Józef Orłowski, suas aparições e enquadramentos midiáticos, com vistas a compreender as maneiras pelas quais as vocalidades, a partir de performances - espaços onde os processos de diferenciação de sexo/gênero são percebidos - tendendo a “projetar e produzir discussões hegemônicas sobre gênero e vocalidade”, que em se dando no espaço midiático - especialmente na cultura musical audiovisual - produz constantes reatualizações. O autor aponta ainda os efeitos da presença das personas midiáticas, como produzindo agenciamentos e informações capazes de construir possibilidades de fabulação, que, fundada numa perspectiva reducionista do gênero, opera normatizando e classificando os corpos e suas vocalidades. Com vistas a conduzir sua investigação, o autor observa “as maneiras como as performances do cantor circulam em rede formam constelações performáticas - agenciando videoclipes, falas de si em seu Instagram, perfis jornalísticos”. Assim, o papel performático do contratenor consegue suscitar, a partir das performances, um deslocamento da masculinidade de Orłowski, reenquadrando uma potencial feminilidade do seu cantar, que produz dissonâncias de gênero, na medida em que o soar da voz é ouvido sob o signo do erro, operando um desvio da matriz de gênero centrada na cisgeneridade e na lógica heteropatriarcal.

O artigo intitulado “Problematizações sobre masculinidades *queer* em uma edição de corrida de rua”, dos autores Rafael Marques Garcia, Alan Camargo Silva e Erik Giuseppe Barbosa Pereira nos oferece a narrativa da vivência de um corpo *queer* - pensado em seu potencial de ininteligibilidade, na medida em que, como afirmam os autores, geram identificações múltiplas - em uma corrida de rua. Salientamos a potência do artigo em função de uma reflexão teórica densa, com vistas a subsidiar a análise proposta, em sintonia com a metodologia utilizada, uma abordagem qualitativa com base na experimentação de campo. Destaco sobremaneira a descrição da vivência no espaço em que foi realizada, que traduziu claramente a heteronormatividade a reger vidas e corpos, fun-

dada numa lógica binária de gênero que abomina inscrições do feminino em corpos masculinos, e seu contrário. O autor principal realizou a prova, utilizando uma indumentária composta por um elemento que se inscreve enquanto parte do universo feminino, causando reações diversas nos trajetos percorridos, em função do ato subversivo de (re)escrita de um corpo masculino adornado com símbolos identificados como femininos. O espaço de experimentação, aquele da corrida de rua, enquanto esfera da prática esportiva, revelou-se, como as demais esferas do social, lugar de controle, vigilância e policiamento de corpos que rompem com a heteronormatividade, se inscrevendo numa perspectiva *queer*. O que redundou, segundo os autores, na necessidade premente de desenvolvimento de “políticas educativas amplas que discutam e reconheçam as diversidades e inúmeras outras formas de se expressar e se viver”.

No artigo “Fazendo política no cu do mundo: decolonialidade *queer* na performance de Hija de Perra”, de Thiago Henrique R. dos Santos, o autor empreende uma “viagem” cujo roteiro passa pelo sentido de política, a apresentação do pensamento decolonial e *queer*, e suas conexões possíveis, a caminho da performance monstruosa da chilena Hija de Perra. Pensando os sentidos políticos e do dissenso, do “emudecimento do outro”, a partir de uma lógica arbitrária e colonizadora de ignorar algumas vozes, o autor investiga os silenciamentos, através do pensamento decolonial. O que implica em reconhecer que “certos corpos, sexualidades e gêneros dissidentes”-são produzidos como inexistentes na medida em que vemos as colonialidades sobreviverem ao fim da colonização histórica, e seguir marcando a ferro a alteridade. Para compreender o percurso empreendido na viagem, é proposta uma interface entre teoria *queer* e o pensamento decolonial com vistas a desestabilização das “verdades universais”, rumo a construções teóricas que deem conta desses corpos dissidentes e de outras formas de pensar, sentir e ser. A chegada enquanto fim provisório dessa viagem, seguindo o que ele chama de “rastros digitais” ocorre com o encontro, com a presença, o cor-

po, e as performances “monstruosas” de Hija de Perra, enunciando sua escrita a partir dos registros audiovisuais, para apresentá-la enquanto como potência política de desestabilização da norma, através da denúncia corporificada, discursiva e mobilizada nas performances descritas, colocando-se frontalmente em oposição a à heteronormatividade. O artigo se inscreve a partir da imbricação entre uma política afrontosa, o decolonial e o *queer*.

A Bagoas tem se afirmado como espaço de construção e apresentação de um conhecimento potente em sua pluralidade, onde podemos pensar juntos e pelo qual devemos lutar. Lugar de partilha de um pensamento que se quer emancipatório e transformador - desde o momento em que se contrapõe à normalização, e à heteronormatividade - elaborando maneiras de se tornar ação concreta. Nesse sentido pensamos como em Eribon (2008), ao tratar da questão gay, que “pesquisas feitas nesse campo são, primeiramente e antes de tudo, no que tem de melhor, avanços do conhecimento, das incitações ao pensamento, das provocações à reflexão” Os artigos que compõem esta edição seguem a vocação transdisciplinar da revista, pautada que está na profusão de temas apresentados, e nas imbricações teórico, epistemológicas e metodológicas que entrevemos na feitura dos mesmos – contribuindo para traçar trajetórias para uma luta comum, novos jeitos de estar no mundo, buscando espaços como este, onde possamos inventar a liberdade.

Além dos artigos que compõem a revista, esta edição traz uma nova seção que passará a integrá-la permanentemente: A(R)Tivismo. Inaugurada na perspectiva acima aludida, como espaço de criação e liberdade artística. Espaço de confluência entre o pensamento científico e o fazer artístico, na medida em que consideramos a arte não apenas como lugar de representação da realidade mas de criação de realidades outras, advindas da relacionalidade com o mundo e com os outros – criativamente.

As manifestações artísticas que pretendemos divulgar não se conformam à ordem vigente, não estão conectadas com aspectos como a opressão, a intolerância e a violência. É uma arte que se abre à alteridade enquanto instala a estranheza e a dúvida, com vistas a inspirar a transformação – portanto, libertária e humanista.

Expressar a relação entre ciência e arte, torna-se possível a partir da perspectiva transdisciplinar, compreendida como em Nicolescu (2000), em que o prefixo “trans” aponta/aciona “aquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina”. Na procura pela unidade do conhecimento como parte e parcela de uma necessária compreensão do mundo.

Assim, o diálogo criativo entre a arte e o pensamento da ciência, fundado que está na transdisciplinaridade, no retorno ao sensível, com ênfase na criatividade, na estética e na ética, também tem um impacto profundo na projeção de outros futuros possíveis.

A arte é denúncia acerca dos enquadramentos que negam o reconhecimento ao que, sendo produzido como ininteligível, é construído como abjeto. Nesse sentido, partimos de Judith Butler (2001) para compreender esse abjeto enquanto aquilo que é rejeitado, silenciado e produzido mesmo como inexistente. O que implica que o abjeto estará sempre presente enquanto ameaça constante, na medida em que o sujeito, não aparecendo como adequadamente generificado, terá sua humanidade questionada. Produzindo atitudes que deslizam da ojeriza, ao pavor, à recusa e ao desejo de destruição de uma corporeidade que põe em risco a estabilidade dos sujeitos legítimos – enquadrados na perspectiva heteronormativa. O abjeto recusado, assim como seu oposto, o ideal pressuposto, serão regulados pelo normativo. Butler irá pensar em formas de conceber a possibilidade de determinadas vidas, através da denúncia daquilo que define quais vidas serão consideradas “vivíveis” e quais serão recusadas e apresentadas como menos que humanas.

Experimentalmente, utilizaremos termos como A(R)Tivismo, estética queer, “arte engajada”, “design ativista”, entre outras possibilidades, como forma de designar um fazer artístico como potência afirmativa, estratégia estética, ética e política, que operam e possibilitam a resistência, a subversão e construção de existências possíveis. Na medida em que põem em cena corporeidades dissidentes, desconstroem estereótipos e problematizam a intersecção entre gênero, sexualidade, raça, classe e demais marcadores sociais da diferença, desalojando a fixidez e a previsibilidade de determinadas posições, inscrevendo-se na imbricação entre atividade artística e engajamento social.

As produções artísticas também fabricam o que deve ser reabilitado a partir do seu caráter de abjeção construído, brincando com a percepção através do que enunciam, como enunciam e para quem, sendo a arte aqui libertadora, já que, em sua função de crítica, nos permite lançar mão de outros enquadramentos possíveis.

Aliar o design ao ativismo é pensá-lo a partir do seu lugar de ferramenta para construção de práticas criativas que evocam questões políticas, sociais, culturais e éticas, deslocando-o da esfera do mercado, na medida em que não se restringe a enunciar artefatos, mas aponta maneiras de alterar as condições e modos de vida. O “design ativista” é instrumento de resistência e subversão diante da ordem vigente, na medida em que tem a potência de atribuir e modificar significados, borrar as identidades solidamente erigidas dentro de uma lógica heteronormativa, desorientar os códigos dominantes, a partir de produções contextualizadas social e culturalmente.

O conteúdo que irá compor a nova seção apresentada nesta edição foi elaborado a partir da parceria entre a EDUFRN e o Curso de Design da UFRN, e o subsequente desenvolvimento de trabalhos realizados pelos discentes do Bacharelado em Design desta instituição, realizado no segundo semestre de 2019, centrado na proposição de criação da capa

da edição 21 da revista Bagoas, em disciplina que desenvolve a criação e diagramação de diferentes materiais editoriais, especialmente os artefatos periódicos, visando instrumentalizar os discentes com vistas ao exercício do olhar crítico sobre um dado objeto de estudo e pesquisa, na interface entre design e humanidades.

O fazer artístico se deu processualmente, na medida em que, para a produção das ilustrações que irão compor esta edição, os discentes exploraram livremente as técnicas de representação visual, que perpassam a fotografia, a aquarela, a ilustração digital e a colagem, além de etapas mais específicas referentes à proposição de desenvolvimento das obras, que partiram da compreensão do conteúdo editorial da revista, um debruçar-se sobre a identidade da revista e os elementos gráficos que reforçam os valores transmitidos nas ilustrações e capa, seguido de uma imersão nas referências bibliográficas que tratam não apenas dos aspectos técnicos referentes à área em questão mas leituras relativas às ciências sociais e humanidades, além de estudos de gênero e sexualidade. Além desses aspectos procedimentais, cabe apontar a importância da reflexão coletiva sobre aquilo que estava sendo produzido. Consideradas todas as etapas para criação e consecução das obras, e a necessidade de explorar cada técnica de criação de imagem na imbricação entre sensibilidade artística, técnica e ciência, foi elaborado um conceito que fornecesse uma interpretação singular da mensagem editorial, por meio de uma representação visual potente, considerando que a capa é o primeiro contato do leitor com o conteúdo de cada edição.

Ao final da atividade de criação de propostas de capa para a edição 21, em função da qualidade dos trabalhos produzidos pelos discentes, e das dimensões contraheteronormativas, e enquanto tal, despatriarcalizadoras – como forma de combater a lógica patriarcal, sexista e LGBTfóbica, que implica no silenciamento e invisibilização das mulheres em geral, mas também das mulheres lésbicas, das mulheres trans, e por fim, de todas as sexualidades dissidentes - presentes nas obras, empreendemos a escolha

da capa, o que nos fez despertar para a proposição e para criação da nova seção, na medida em que as propostas de capa, se configuravam na verdade enquanto aquilo que podemos denominar de “design ativista” - a parte as várias interpretações possíveis - fundamentado numa estética *queer*. Importante salientar que as potencialidades da perspectiva *queer* não se esgotam na inclusão da diversidade sexual enquanto pauta, mas no questionamento de um suposto gênero “original” – o que permitiu a produção de obras que se opuseram a uma cultura visual hegemônica, na medida em que ferramentas conceituais foram acionadas para a construção dessa imagética contraheteronormativa.

Assim, a seção A(R)Tivismo, passa a integrar a revista permanentemente, com vistas a exposição de produções artísticas que se insiram nas perspectivas mencionadas, sendo que a apresentação das propostas que irão compor as próximas edições da revista, também será recebida em fluxo contínuo – no mesmo formato de recebimento dos artigos. As produções artísticas serão avaliadas e selecionadas a partir dos mesmos critérios utilizados para apreciação dos artigos.

Pretendemos que as experiências estéticas provocadas pelas produções artísticas apresentadas - seja um caminho profícuo de abertura à alteridade e à diversidade do mundo, na medida em que acreditamos, como em Morin (2000, p.45), que “(...) as artes levam-nos à dimensão estética da existência e - conforme o adágio que diz que a natureza imita a obra de arte – elas nos ensinam a ver o mundo esteticamente. (...) Trata-se, enfim, de demonstrar que, em toda grande obra, de literatura, de cinema, de poesia, de pintura, de escultura, há um pensamento profundo sobre a condição humana.

Anne Damásio
Editora

ARTIGOS

**La película “Lejos Del Paraíso”:
un análisis de (construido) del género,
roles y orientación homosexual**

*The film “far from heaven”:
an analysis des(constituted) of gender,
roles and homosexual orientation*

Douglas Verbicaro Soares

*Mestre e Doutor em Direito pela Universidad
de Salamanca - Espanha. Atualmente é advogado.
douglas_verbicaro@yahoo.com.br*

01

Resumen

Ese estudio busca a través de la obra ficticia (la película “Lejos del Paraíso”) evidenciar antiguos problemas sociales relacionados con las cuestiones de género y orientación sexual. Asimismo, actúa como un instrumento de conciencia social para los problemas vividos por personas en situación de vulnerabilidad social y trato de desigualdad en diversas partes del mundo. El trabajo se empleará un método de investigación bibliográfica en el desarrollo de un planteamiento multidisciplinar, que permitirá una comprensión amplia sobre la temática expuesta.

Palabras-Clave: Género. Orientación sexual. Discriminación.

Abstract

This study seeks through the fictional work (the film “far from heaven”) evidence ancient social problems related to issues of gender and sexual orientation. Thus, acting as an instrument of social awareness for the problems experienced by people in a situation of social vulnerability and treatment unequal in different parts of the world. This study will employ a method of bibliographic research on the development of a multidisciplinary approach, which will allow a broad understanding on the subject confronted.

Keywords: Gender. Sexual orientation. Discrimination.

Introducción

Este trabajo busca enseñar que todas las personas, sin distinción, merecen igual respeto, sin sufrir prejuicios o discriminación por temas relacionados con el género u orientación sexual. Igualmente, es importante que la sociedad actual se familiarice con los errores del pasado, y que, amparándose en las nuevas exigencias democráticas, según los principios de igualdad, privacidad, solidaridad, dignidad humana y libertad, esas situaciones de vulnerabilidad históricas sean abolidas para la que la sociedad cambie.

Por esta razón, son sustanciales las iniciativas que desarrollen los temas de Derechos Humanos, sexualidad, género y orientación sexual. Para corroborar con esa idea, el presente estudio pretende poner de relieve ciertas discriminaciones en temas considerados tabús: masculinidades y feminidades, género, condición social y homosexualidad.

La utilización de la obra cinematográfica es justificada como herramienta sencilla de comunicación entre las personas, haciendo que se promueva la discusión social para estos temas, además de ser necesaria la creación de instrumentos que permitan la integración igualitaria ciudadana, tanto para la equiparación entre hombres y mujeres, heterosexuales y otras orientaciones sexuales.

Para la metodología de trabajo, se ha utilizado un abordaje teórico, con el empleo de una investigación bibliográfica multidisciplinar, que auxiliará al lector en su comprensión sobre el presente artículo.

El estudio está dividido en una sinopsis inicial sobre la película: “Lejos del Paraíso”, cuenta con una breve exposición de los principales personajes. Después, se trabajará con las influencias de la obra para la sociedad globalizada, con un abordaje sobre los roles de género y sexo. En seguida, se adentrará en la contextualización sociocultural de los años '50, enfatizándose la situación de las mujeres y, también, de la

homosexualidad. Finalmente se explicitará un análisis de los dos principales personajes (Catherine y Frank), concluyendo con las consideraciones finales.

Como indagación para el estudio se han desarrollado las siguientes preguntas: ¿la discriminación de género ha cambiado desde la contextualización de los años '50? ¿La homosexualidad sigue estigmatizada en sociedades occidentales? ¿Las películas pueden ser utilizadas como un instrumento facilitador de sensibilización en temas de género y orientación homosexual? ¿Cuáles son los obstáculos que impiden la igualdad de trato en las cuestiones de género y orientación sexual?

2. Sinopsis de la película

“Lejos del Paraíso” (Far from Heaven) es una película estadounidense de 2002, que transcurre en la ciudad de Hartford, Connecticut, Estados Unidos. Está situada a fines de la década del '50, más concretamente a fines del año 1957. Los protagonistas de la película son el Sr. y la Sra. Whitaker, un matrimonio de clase media acomodada, a primera vista perfecto, que viven bajo roles de género heteronormativo.

El personaje de Frank desempeña el papel de proveedor familiar, presentándose como un hombre exitoso y padre conservador. Ya el de Catherine, cumple a la perfección el rol de género asignado para la época: es ama de casa, educa a sus hijos (un niño y una niña), y al tener una empleada doméstica, tiene tiempo para poder participar de eventos de caridad y culturales, incluso es elegida figura del mes por una revista de sociedad, lo que muestra el éxito social de ella y su familia.

Ese ideal conservador de la época es vislumbrado, de igual forma, por medio de algunas obras literarias que transmitían valores de enseñanza, según roles muy restrictos. Un ejemplo de esa cuestión es el libro de Raimundo Beach: “Nosotros y nuestros hijos”, que define muy claramente comportamientos sociales para los varones (padres) en el

sustento de sus familias. Ya para las mujeres, citan que las mismas deberían servir a sus esposos y a sus hijos. Usándose de valores religiosos, también, para justificar el rol de mujer/madre servidora, con el compromiso de cuidar de la casa y de las labores tradicionales del ámbito doméstico y de la vida privada, atribuyendo su éxito al valor de la resiliencia para las frustraciones de la vida familiar, aprendiendo a aceptar las cosas indeseables sin resistir emotivamente:

O pai é quem assegura o pão, é verdade, mas a transformação do dinheiro em objetos úteis, a aquisição de roupas e de alimentos, tarefa tão delicada, é obra da mãe. [...] Uma mãe de família deve contar os inevitáveis aborrecimentos e motivos de irritação, com as decepções e descontentamentos que a vida comporta. A maneira como ela enfrenta as diferentes situações determinará, em grande medida, o grau do seu êxito. Aprendendo a aceitar as coisas indesejáveis sem resistência emotiva, é um triunfo precioso que ela terá na sua mão (BEACH, 1968, p. 37).

Los textos de Beach, así como en la película, enseñan una realidad en la vida de muchas mujeres, que, hasta la actualidad, siguen ocupando una posición de inferioridad respecto a los varones, con roles socioculturales impuestos que les atribuyen una característica de desprestigio en relación al sexo masculino.

Según Bourdieu (1998, p. 16-17), la realidad de vida de muchas mujeres está basada en una violencia simbólica, es decir, una práctica ejercida con complicidad tácita entre los que sufren esa violencia, como también de los que la ejercen, a medida en que otros son inconscientes de la práctica ejercida u sufrida. El autor explicita esa relación de coerción constituida por pactos no conscientes, que, en muchos de los casos, implementan restricciones de todos los tipos y mantienen un orden simbólico de discriminación.

Así, el rol de sumisión femenino ha sido perpetuado, simbólicamente, en diversas sociedades para la manutención de un orden prejudicial para las mujeres a lo largo de muchos años:

Las mujeres adquirieron por aquel entonces un estatus de dispositivo de vigilancia que permitía, a través del control del hombre en casa, lograr que este interiorizase la disciplina (...) que forjaría a los hombres-trabajadores-productores del futuro (...) De esta forma se fueron desplegando una serie de estrategias para convertir a los hombres en padres de familias y a las mujeres en amas de casa, como por ejemplo dar al trabajo doméstico el rango de oficio (RODRÍGUEZ; AYTER, 2007, p. 27).

La película, de modo oportuno, sufre un giro cuando el personaje de Catherine sorprende a su marido besándose con otro hombre, casualmente, cuando se acerca a la oficina al anochecer para llevarle la cena, ya que él debía quedarse después de la hora por cuestiones de trabajo. En este momento, ocurre un cambio estratégico de la realidad ficticia de la película y en las relaciones entre los personajes.

Cuando ella descubre la verdad, el Sr. Whitaker (Frank) le confiesa que ya había padecido ese “problema” en su juventud, y aunque creía que lo tenía superado se da cuenta que no es así. Es tan importante para ellos lo que su familia representa, y el estatus social que ostentan, que él accede, ante una proposición de ella, a someterse a un tratamiento médico-psiquiátrico para curarse de esa enfermedad. No puede olvidarse que ese era el camino orientativo de las ciencias biológicas para los casos de los homosexuales, es decir, tratamientos médicos y psicológicos para las personas que tenía un supuesto “problema”.

El tratamiento médico mencionado en la película, representaba los procedimientos ofertados por la medicina y psicología (del período) que han contribuido de modo negativo a la degeneración humana, a través de procedimientos, hoy cuestionables, con la utilización de co-

rrientes eléctricas o medicamentos que paralizaban el funcionamiento del organismo humano, con graves efectos colaterales que, en algunos de los casos, fueron determinantes siendo irreversibles en esas personas.

Para esses indícios de combate à homossexualidade, muitos pacientes não conseguiram aguentar os duros tratamentos impostos, optando de maneira trágica ao suicídio. Uma realidade que norteia, ainda hoje, as pessoas que lutam contra a pressão social e aos conflitos internos (VERBICARO SOARES, 2016, p. 56).

Curioso es el hecho de que, muchas personas homosexuales, en especial los hombres gais, han tenido, durante mucho tiempo, la idea de que, contrayendo matrimonio y constituyendo familia, sus deseos sexuales podrían ser disfrazados, haciendo que los mismos tuviesen una vida según el modelo heterosexual dominante. Sin duda un error muy común y que sigue presente hasta la actualidad, cuando existen los relatos, de muchos sujetos, que no aceptan sus orientaciones y que luchan contra el desarrollo de sus sexualidades.

Durante el trascurso de la película, la Sra. Whitaker (Catherine) afronta las adversidades de un modo difícil y conflictivo. Su marido se aleja cada vez de ella, mostrándose esquivo, a veces agresivo y dejándola sola. Como matrimonio, siguen intentando que las cosas funcionen, aunque en la película puede verse como es ella la que propone ideas y tiene iniciativas al respecto. Deciden ir a Miami de vacaciones sólo ellos dos, para reencontrarse como pareja. Pero con lo que Frank se encuentra, es con un joven con el que comienza una relación. La relación “perfecta” del matrimonio heteronormativo ya no es igual, una vez que el personaje de Frank, ya no consigue frenar su deseo por otro hombre, por más que intentase seguir con su vida conyugal.

La película ambiciona reflexionar sobre los momentos de angustia del personaje de Frank, que, al intentar mantener su matrimonio con

la esposa, no consigue evitar que sus deseos homosexuales sean olvidados. A partir de este momento, empieza maltratar a su esposa Catherine, quizás por echarle la culpa de su propia infelicidad como pareja y, también, por sus angustias por ser homosexual, y no conseguir seguir adelante como marido y mujer, expresando una relación simbólica de poder y dominación de Frank con su esposa.

Algunos autores, en relación a las formas de violencia de género, ponen de relieve que:

Otras formas de violencia de género que, cada vez más, podemos observar en nuestro entorno: nuevas patologías como la anorexia nerviosa o alguna forma de sufrimiento físico y psíquico, actitudes sexistas como la homofobia, y otros fenómenos relacionados con el poder y la dominación simbólica (RODRÍGUEZ; AYTER, 2007, p. 09).

Con base a la evidencia anterior sobre conductas de violencia de género, se entiende que el personaje de Frank, ya de vuelta en Conneticut, confiesa estar enamorado por primera vez, y decide ponerle fin a la farsa que era su matrimonio. Y ella sigue aceptando las noticias con una entereza destacable, practicando violencia de género sutil con su esposa Catherine, con inversión de valores, cuestionamientos y atribuyendo ciertas culpabilidades a la esposa, generado por su propia insatisfacción y no reconocer su orientación sexual, plasmando una conducta muy actual de un violador/ compañero.

La película deja una serie de planteamientos para el público receptor de la obra, que permiten una discusión relevante en sociedades por el mundo, entre ellos la homosexualidad y los roles sexuales en las relaciones de género.

3. La influencia de la película en la sociedad global

Con el pasar de los años, en especial en las sociedades occidentales, las acciones habituales de los ciudadanos han sido moldadas bajo fuerte imposición heteronormativa, patriarcal y conservadora. Además, en muchos países, las influencias históricas y religiosas crearon patrones culturales en el modo de ser y de comportarse entre las personas, haciendo de los roles sexuales caminos rígidos a ser respetados, dónde hombres y mujeres deberían asumir patrones comportamentales específicos.

Ese ideal ha sido transmitido de generación a generación. Con esa idea, algunos autores trabajan esa transmisión de valores o, también conocida como transmisión generacional de los protocolos de género que, en muchos casos, perpetúan roles de sumisión femenino frente a la violencia entre pareja de miembros de una misma familia, por ejemplo, entre una madre y su hija, que influencia dentro del convivio familiar el implemento de ideales a ser aceptados según las reglas establecidas en ciertas sociedades (SCAFFO, 2013, p. 13).

Para el infortunio de muchos, a los hombres, se ha atribuido valores predominantes de proveedor del sustento familiar, en el espacio público principalmente. Para las mujeres, se ha estipulado la sumisión al hombre y a los cuidados de la familia, destacando en el ámbito privado, muy similar al ideal reproductivo, que asola la propia historia de la devaluación de la mujer, por el simple hecho de ser mujer.

En este momento se responderá a la siguiente pregunta: ¿la discriminación de género ha cambiado desde el contexto histórico de los años '50?

Sin embargo, a finales del siglo pasado, la producción de novedosos estudios sobre género y sexualidad permitieron cambios importantes gracias a las reivindicaciones de grupos en situación de vulnerabilidad social por distintas sociedades. Los mismos temas han sido trabajados

por diferentes ramas de modo multidisciplinar, que ayudaron en la creación de explicaciones sobre las variantes de la sexualidad humana y género, cuestionando años de discriminación para una gran mayoría de personas por todo el mundo. Revertiendo ideales represivos de pecado, depravación, disturbio mental e inmoralidad antes atribuidos a las personas homosexuales.

Los avances académicos sobre cuestiones de sexo, orientación sexual, prejuicios y discriminaciones han permitido que las nuevas generaciones se encontrasen con ambientes más inclusivos para la diversidad humana. Entretanto, los pasos para vencer los obstáculos todavía son muchos, a punto de hacer efectivo el trato igualitario entre todos, en especial entre los géneros y la diversidad sexual humana.

Es fundamental reconocer en ese estudio, que las restricciones a la sexualidad y también a los placeres del sexo, han sido reducidos por roles creados culturalmente. Factores estos que limitaron el sexo masculino y femenino a patrones de comportamiento socialmente seguidos, por hombres y mujeres, caracterizando las prácticas sexuales como conductas de dominación de un sexo sobre el otro.

De acuerdo con esa perspectiva teórica, el proceso de sexualización de los individuos puede ser dividido en dos partes. En un primer momento, al nacer, nos es atribuido un sexo biológico (hombre o mujer). En un segundo momento, después de un proceso de socialización y de aprendizaje de los roles, nosotros adquirimos un género masculino, femenino o neutro. (CYRINO, 2013, p. 95).

Los patrones comentados establecen los roles de hombres y mujeres, supuestamente impuestos por el medio, a través de la familia, amigos, compañeros y etc., que vienen desde el nacimiento de un niño hasta el término de su vida. Así, las conductas de los humanos están basadas en estos principios predeterminados que acotan el comportamiento de las personas, sobreponiendo unos en una categoría de superioridad

frente a otros. En muchos casos, del masculino sobre el femenino, del modelo heterosexual sobre el homosexual.

Para corroborar a estas ideas, Paul B. Preciado bien aclara sobre los roles sexuales y las practicas que envuelven la cuestión del sexo:

Los roles y las prácticas sexuales, que naturalmente se atribuyen a los géneros masculino y femenino, con un conjunto arbitrario de regulaciones inscritas en los cuerpos que aseguran la exploración material de un sexo sobre el otro (PRECIADO, 2011, p. 17-8).

Para las personas que no siguen esas normas de comportamiento, acaban sufriendo discriminaciones sociales por los grupos que detentan el poder, haciendo que viejos patrones patriarcales conservadores se mantengan en el control y generen la estigmatización de los demás grupos, que siguen en situación de exclusión sexual.

De este modo, todos los que no se adecuan a los valores impositivos de la heteronormatividad, empiezan a ser perseguidos, cuestionados e, incluso, estigmatizados por seres supuestamente diferentes.

En todas las culturas existe un modelo normativo acerca de cómo debe ser un varón y una mujer. Estas construcciones sociales tienen un papel fundamental en la organización y constitución de la subjetividad humana. Desde la década de los setenta y bajo el liderazgo del movimiento feminista se ha realizado una gran cantidad de investigaciones en torno a la incidencia que tienen las diferentes opciones de rol de género (masculinidad, feminidad, androginia e indiferenciación) en la configuración de la identidad y en los modos específicos de enfermar (FREIRE; CARRASCO; MARTÍNEZ, 2015).

Mientras haya problemas de desigualdad, se hacen transcendentales los estudios sobre las cuestiones de género, sexualidad y orientación

sexual, pues al estudiar sus problemáticas, se permitirá ampliar la comprensión social sobre los mismos y de luchar por mejorías, contra la violencia y discriminaciones.

Esos cambios han sido posibles porque la llamada anormalidad femenina y de género fueron entendidas como una construcción de la cultura patriarcal subordinantes para las mujeres, que puede y debe ser reconstruida como una propuesta de igualdad de trato entre los géneros (TORNOS, 2008, p. 71). Para poner fin a la violencia de género y otros modos de discriminación, es necesario conocer el origen del problema, para poder identificarlo, cuidarlo y controlarlo con el objetivo de que no vuelva a ocurrir. Así, son válidos las enseñanzas de Clara Galván sobre la misma violencia:

La violencia de género, aparada en principios y valores que tratan de acabar con la posición de inferioridad de las mujeres, es la máxima manifestación de desigualdad entre hombres y mujeres. Esta manifestación que vulnera abiertamente los derechos fundamentales de las mujeres, como es el derecho a la vida, la integridad física y psíquica, supone una obligación para el Gobierno y para los poderes públicos, para la aplicación de medidas que tornen reales y efectivos los derechos jurídicamente reconocidos, asegurando el pleno ejercicio de su condición de ciudadanas (GALVÁN, 2012, p. 68).

Para las dificultades comentadas, son válidas iniciativas (públicas y privadas) que impliquen en la promoción de los Derechos Humanos y en la conciencia social sobre género, sexualidad y políticas inclusivas. Inclusivas para la aceptación efectiva de personas víctimas de discriminación, sea por motivos de raza, sexo u orientación sexual. Siendo, por lo tanto, carente de protección por los Estados, hecho que no exige distinciones de religión, origen social, raza, género o sexualidad (FERREIRA, 2015, p. 51).

En consecuencia, es válido el argumento que se refiere a que los Estados, junto con la sociedad civil organizada y entidades privadas se esfuercen en la creación de medidas socioculturales, que ayuden al colectivo en situación de exclusión social a salir de la situación de vulnerabilidad en que están inmersas por conductas de discriminación. Así:

O direito de uma pessoa em expressar-se livremente, desenvolver a sua sexualidade de um modo digno não ameaça outros direitos, o que se vê é a penas a exigência do reconhecimento e efetivação dos Direitos Humanos a ter sua dignidade respeitada em condição de igualdade. Para isso se faz necessário que o Estado Brasileiro, junto com sua organização estrutural, ofereça oportunidades para a inclusão de coletivos esquecidos, que não conseguem participar de maneira igualitária na sociedade (VERBICARO SOARES, 2016, p. 58).

Es importante reconocer que las conductas discriminatorias deben ser fiscalizadas e inhibidas por modelos de protección que frenen las adversidades que dificultan el pleno desarrollo de la dignidad humana. Los obstáculos estructurales precisan ser retirados para que personas, en situación de exclusión, puedan tener voz y participen como ciudadanos, en especial puedan tener acceso a derechos y recibir un trato igualitario y respetuoso sin prejuicios.

4. Contexto sociocultural de los Estados Unidos a finales de los '50

Estados Unidos estaba viviendo lo que los historiadores denominaron “los años dorados” en cuanto a la economía. Después de la Segunda Guerra Mundial, los Estados Unidos salieron indemnes y significó un periodo “de una benevolencia excepcional para con el país: no sufrieron daño alguno, su PNB aumentó en dos tercios y acabaron la guerra con

casi dos tercios de la producción industrial del mundo” Estados Unidos dominó la economía mundial (HOBSBAWM, 1998, p. 260).

La mayoría de los seres humanos se comporta como los historiadores: sólo reconoce la naturaleza de sus experiencias vistas retrospectivamente. Durante los años cincuenta mucha gente, sobre todo en los cada vez más prósperos países «desarrollados», se dio cuenta de que los tiempos habían mejorado de forma notable, sobre todo si sus recuerdos se remontaban a los años anteriores a la segunda guerra mundial (HOBSBAWM, 1998, p. 260).

De modo conflictivo, a nivel social, ofrecía un panorama marcado por una imposición patriarcal, racista, imperiosamente heterosexual, que vulneraba la situación social de todos los que no pertenecían al grupo dominante, entre ellos:

4.1 La situación de la mujer: contextualización en la obra

A pesar que a finales de los 50 en Estados Unidos las mujeres habían adquirido ya el derecho al voto (que fue la primera reivindicación que movilizó a la masa femenina en pos de una igualdad formal de oportunidades en la primera ola del feminismo), el acceso a la universidad y al trabajo asalariado, los estereotipos de género tradicionales en cuanto a lo masculino y a lo femenino estaban más vigentes que nunca. Del mismo modo, se desarrollan estudios importantes durante la contextualización histórica de la película, dónde los trabajos novedosos sobre género y sexualidad crean nuevas interpretaciones para los mismos.

Aunque durante la Segunda Guerra Mundial se les habían impuesto nuevas pautas de empleo a los hombres y a las mujeres, sus papeles tradicionales se afirmaron una vez más en cuanto terminó el conflicto. Se esperaba que el hombre fuera el encargado de ganar el sustento, y que

la mujer asumiera su papel de ama de casa, incluso trabajando fuera. Y, además, uno de los roles fundamentales que debía cumplir la mujer era el de madre.

Para entender el momento, el empleo de la terminología de género, en la mitad del siglo XX, ha proporcionado el desarrollo de distintos estudios que más tarde servirían como base para las reivindicaciones por igualdad de trato entre varones y mujeres, así como entre los colectivos victimados, como LGBT (lesbianas, gays, bisexuales y transgéneros) por el mundo.

O conceito de gênero, formulado e utilizado pela primeira vez pelo psicólogo e sexologista John Money no ano de 1955 significou, de acordo com autores como Eric Fassin (2008), Elsa Dorlin (2005) e Beatriz Preciado (2005), uma ruptura paradigmática na concepção médica norte-americana de sexo, reinante na época (CYRINO, 2013, p. 95).

En la realidad de muchos países occidentales, las mujeres estaban predestinadas al ámbito doméstico, aunque a las de clase media – media alta se les permitía, y se les recomendaba, la participación en eventos sociales, culturales y ser anfitrionas de eventos, siempre que pertenecieran a las actividades propias de su clase. Pero se les restringía la participación en el ámbito del privado, como cuidadores de la familia, la educación de los hijos y a la función de amas de casa.

Ha sido a partir de las décadas de los cuarenta y cincuenta, cuando novedosos estudios sobre sexo y sexualidad, entre ellas las que trataban del comportamiento sexual de Alfred Kinsey, desarrollaron numerosos científicos para los estudios de género y sus variantes, permitiendo el relevo a cuestiones antes olvidadas como la importancia atribuida al placer sexual, cuestionando el modelo reproductivo sin libertad del sexo y sus restricciones, en especial para las mujeres (SENA, 2007, p. 10-1).

Los cambios sugeridos pasan desde las contribuciones didácticas aportadas por Judith Butler y otros grupos de feministas hasta los estudios de la actualidad (siglo XXI), que han permitido ampliar la visión del género, sexo y sexualidad de los años '50, evidenciando la existencia de una forma de performance de género, cambiando el mundo de lo estético, y otro con una redefinición del cuerpo, de la vida y su propia relación entre sí.

De acuerdo con Butler, las cuestiones de género han sido definidas en el tiempo, en distintas sociedades por modelos culturales que implementaron roles típicos a ser seguidos por el varón y por las mujeres, distintos entre ellos. Hecho que desarrolló ideales comportamentales para el masculino y también para el femenino, que se complementan con base en valores discriminatorios (BUTLER, 1993).

La reflexión teórica acerca de las diversidades sexogenéricas [...] han recorrido un largo camino en su tarea de detectar, denunciar y dismantelar importantes aspectos de las regulaciones que afectan a los cuerpos, las sexualidades y los géneros [...] y los moldes en que cada una de estas categorías se relaciona con la otra, y los esenciales que les son asignados culturalmente (PÉREZ, 2017, p. 435).

Con esos ideales, movimientos organizados, como lo de las feministas y del colectivo LGBT, vienen reivindicando, durante décadas, participación inclusiva que permitan: acceso a derechos y a supresión de los obstáculos que impliquen en desigual entre los géneros. Entre ellos, los que critican el modelo del sexo patriarcal, restrictivo y heterosexual con el único objetivo la reproducción, como también, la implementación de luchas por el derecho de cada mujer a descubrir su propia sexualidad.

Según ese raciocinio:

Al analizar la temática de la diversidad en la sexualidad humana, la historia nos ha mostrado que tanto para las mujeres como para los homosexuales (hombres y mujeres), que esas personas han tenido una apertura en los lemas de poder desarrollarse y manifestarse socialmente de un modo más libre. Esa evidencia social, para esa población, ha abierto camino a las reivindicaciones a lo largo de los tiempos por mejores condiciones de vida y de un trato igualitario (VERBICARO SOARES, 2015, p. 49).

Por consiguiente, son necesarios mayores esfuerzos para lograr la efectiva igualdad de trato entre todos, sin distinción por género u orientación sexual. De este modo, la obra cinematográfica “Lejos del Paraíso” representó un instrumento facilitador para la inclusión de homosexuales en distintas sociedades. La película es solamente un camino para la sensibilización sobre las cuestiones de género y orientación sexual.

La película puede ser utilizada como mecanismo de concientización en educación para la diversidad sexual, pues muestra problemas típicos vividos por los personajes ficticios y que están presentes en la realidad de muchas personas, que tienen que vivir en desigualdad y marcados por la discriminación.

4.2 Explicitando la homosexualidad en “Lejos del Paraíso”

Situándose en la época y lugar en que se ambienta la película, la homosexualidad no solo era comprendida como una desviación al mandato religioso, sino también, fue considerada (hasta 1970) como una enfermedad psicológica o psiquiátrica. Como enfermedad, se la consideraba curable en algún aspecto, ya que se ofrecían diversos tratamientos para que el hombre recuperase su orientación heterosexual “natural”. Entre ellos se destacan los tratamientos farmacológicos, psiquiátricos, hormonales, con electroshock e incluso se llegó a proponer la cirugía cerebral (LANTIGUA, 2005).

Para entender el tema de la homosexualidad en la época en que se basa la película, se hace válido recordar las palabras de CHAVES:

La ética sexual clásica ensayó las hipótesis de la posesión satánica, el pecado y el delito y, hasta poco tiempo, la enfermedad. Hoy los homosexuales ya no son pecadores, ni delincuentes, tampoco enfermos, pero todavía sobrevive la definición: son distintos. En la historia de la homosexualidad hemos atravesado la era de la diferencia. Vamos ver que esta evolución considerada un progreso en el conocimiento y en la aceptación social de la homosexualidad, solamente es en aparente (CHAVES, 2009, p. 36-7).

Las ideas contrarias a las minorías se intensifican en EEUU, más específicamente en los países con una fuerte influencia de la religión (católica, ortodoxa, judaica, cristianismo, anglicanismo, islamismo y evangélicos). Es probable que debido a algunas ideas de estas religiones haya surgido, de modo negativo, la incompreensión de la homosexualidad en diferentes sociedades a lo largo de los tiempos (AYENSA, 2008, p. 16-7). Los homosexuales que pertenecerían a categorías de enfermos, anormales, pecadores y antinaturales (AMICH, 2007, p. 202), o sea: las más terribles características que fuesen ser conferida a una persona.

Fue solamente, en 1973, cuando la Asociación Psiquiátrica de Estados Unidos, decidió borrar la homosexualidad de su lista de enfermedades mentales. Además de las consideraciones expuestas, claramente el ser homosexual iba en contra de la concepción misma de ser “hombre”, violentaba el estereotipo del mismo.

Enfatiza-se que muitos indivíduos, ainda hoje, consideram os homossexuais como sujeitos que vivem em pecado, que colidem com os preceitos divinos, que não respeitam valores morales e dos bons costumes antigos da sociedade. Esse ideário, formado no preconceito, atesta o argumento defendido por muitos em que, supostamente, os homossexuais representariam um risco

à manutenção da ordem, paz social e aos valores cristãos dos textos religiosos. Portanto, acabam sendo classificados como ameaças (VERBICARO SOARES, 2016, p. 54).

Con base en esas premisas, clara es la caracterización negativa que es atribuida a la homosexualidad, haciendo que, durante décadas, se persiguiese esa diversidad sexual. Hecho responsable por disminuir la dignidad de millones de personas a lo largo de la evolución humana. No es difícil visibilizar, en los días actuales, discursos que promuevan la posibilidad de tratamientos y curas para personas que tengan orientaciones sexuales distintas de la heterosexual dominante. Hechos que demuestran que los obstáculos discriminatorios siguen presentes.

De acuerdo con ese ideario, se pudo contestar al planteamiento de esa investigación: ¿la homosexualidad sigue estigmatizada en sociedades occidentales? La respuesta es sencilla: ¡Sí! La orientación homosexual sigue siendo estigmatizada en diversas sociedades del mundo, no solamente en el lado occidental. En muchos países la expresión de esa orientación sexual es punida con castigos físicos o incluso con la pena de muerte. Razón que motiva a las personas homosexuales a reivindicar constantemente por igualdad de trato, acceso a derechos, respeto en dignidad y pleno desarrollo de la diversidad sexual.

5. Análisis del personaje de Catherine desde el mandato de la feminidad tradicional

Para analizar a la protagonista mujer de esta película, es preciso empezar por lo más superficial: su apariencia, es decir, el modo de vestirse y portarse en sociedad. Esta mujer, es guapa, en sociedad siempre está sonriendo, viste elegante, siempre con vestidos que combinan con sus tacones y siempre está maquillada y utiliza accesorios como pañuelos y gafas de sol.

Estas características estaban presentes en el perfil de la mujer de Norteamérica, de una sociedad conservadora, con roles de género muy consolidados, que dividían lo típico del comportamiento masculino y del femenino. Algo más del tipo: mujeres educadas para servir a los hombres con valores culturales, históricos y religiosos.

Además de considerar el sexo como conducta objetiva de la reproducción familiar, según las buenas costumbres y la moral de la época. Lo que llama la atención es que la obra “Lejos del Paraíso” enseña una hipótesis no muy alejada de la realidad de muchas sociedades del mundo, una vez que los mismos valores siguen siendo transmitidos periódicamente entre las generaciones.

Aún es posible encontrar muchas personas que defienden esos modelos culturales conservadores y discriminatorios, las enseñanzas siguen dividiendo el típico rol del masculino frente al femenino, es decir: las niñas continúan siendo educadas para jugar con muñecas y a preparar la comida. De modo contrario, los hombres reciben valores de educación para destacar profesionalmente en el ámbito público, caracterizando el rol de hombre proveedor y ganador y de mujeres sumisas a la figura masculina, debiendo ser protegidas siempre. Estos son ideales que están en vigor (continúan) en pleno siglo XXI, lo que demuestra la actualidad de la película como un instrumento de contextualización histórico y sensibilizador en género y orientación sexual.

Es imperioso reconocer que el personaje de Catherine Whitaker simboliza ficticiamente la perfección idealizada y utópica de mujer, pues es una mujer que cumple con primor el prototipo de mujer: madre ocupada de sus hijos, completamente entregada al rol doméstico, buena esposa que recibe alegremente a su marido cuando llega de trabajar, socialmente comprometida, solidaria y buena amiga. Es una ama de casa, que, al disponer de una situación económica holgada, emplea su tiempo

en organizar eventos sociales, tomar el té con sus amigas, atender a su marido y acompañar a sus hijos en las actividades extraescolares.

Como patrón de una época, la imagen de mujer debería ser para los cuidados de la casa y familia, siempre dispuesta a agradar a los que están a su alrededor, en especial a su esposo. También es posible identificar en la película que Catherine transmite entre sus hijos la reproducción de roles estereotipados, cuando enseña (hipotéticamente) a sus hijos valores conservadores, por ejemplo, cuando menciona a su hijo que debería como varón cuidar de su hermana (mujer), como que a la mujer hay que cuidarla, protegerla, debiendo al varón ese compromiso pactado históricamente.

La relación matrimonial de los personajes de Frank y Catherine es estereotipada en el hecho de que el varón es el que trabaja fuera de casa, responsable por el sustento de la familia. Ya Catherine promueve la educación familiar, siendo una esposa comprensiva y dedicada. En un determinado momento de la película esa tranquilidad y complicidad entre el matrimonio se rompe cuando, al cumplir con la función de mujer preocupada con el esposo, se acerca, en un determinado día, al escritorio de Frank, sin avisar, para llevarle la cena. Hecho en que sorprende a su marido manteniendo una relación homosexual.

Ese clímax en la película, genera toda una situación que desequilibra las bases de su relación con Frank, pero que también expresa un momento muy difícil para el personaje de Catherine, que tiene que enfrentar el problema de manera sorprendente, proponiendo a Frank una visita a un médico para que le curase del “problema” que sufriera (homosexualidad). En otro momento dramático, la relación matrimonial ya ha sido deteriorada, y en un intento desmesurado e inconsecuente de Frank, en mantener relación una sexual forzada con su esposa, en el ímpetu de demostrar su masculinidad, lo no logra hacerlo.

Consecuentemente, Catherine intenta, por amar ciegamente a su esposo, consolarlo frente a la adversidad, pero acaba siendo víctima de una agresión física abrupta, que le marca físicamente. Por otro lado, en las escenas siguientes, Catherine quiere cubrir las marcas que le quedaron y se encuentra dolida por ver su relación amenazada, sus sueños de vida conyugal rotos, pero que sigue defendiendo las conductas de su esposo, y que estaría viviendo una mala temporada, creyendo que los problemas en su relación matrimonial serían superados. Algo típico de las relaciones abusivas de género, donde la mujer no se reconoce en el círculo de violencia en la cual está envuelta.

Más adelante en la película “Lejos del Paraíso”, como bien explica el propio título de la obra, el personaje de Catherine se encuentra alejada de la definición de paraíso, una vez que los problemas en su vida y matrimonio van de desacuerdo al que conocía sobre los roles a los cuales ha sido instruida y creía. Para dificultar la situación del personaje principal, en especial en la escena donde se los ve a ambos (los Whitaker) en Miami, disfrutando del sol. Hay un momento que mereció la atención del público: Catherine se encuentra acostada en la reposera, tomando sol, “con los anteojos puestos”, mientras su marido entrecruza miradas con un joven, del que luego se enamorará y con quien mantendrá una relación en un futuro.

En resumen, cuando los personajes vuelven a su hogar, Frank estalla en llanto. Le confiesa que se ha enamorado por primera vez, lo que demuestra que el matrimonio fue una farsa, y deciden separarse, pues la relación que tenían ya no se sostenía. Catherine ha perdido todos los anclajes que resistían su identidad, enmarcada en la familia perfecta y en el cumplimiento a raja tabla de estereotipo femenino ¿Y ahora? Todo lo que se esperaba de ella como mujer y compañera había sido realizado, con el intento de mantener su relación con el esposo. A pesar de todos sus esfuerzos, no han sido lo suficiente para que pudiera cambiar la decisión de Frank en asumir su homosexualidad y el deseo de vivir con otro varón.

La protagonista, muestra como las pautas que socialmente dictaban la felicidad, son las que estereotipan a la mujer como comprensiva, contenedora, sensible, abnegada, esposa/madre/mujer, alegre y ama de casa. Hay ciertas frases que se repiten en la película en muchas ocasiones que dan el perfil de mujer del que venimos hablando. “No te preocupes”, “está bien”, “por su puesto”, “lo entiendo”. En una sociedad machista y patriarcal, a la mujer solo le queda aceptar y obedecer; no le está permitido elegir su destino.

La contextualización de la película sigue vigente, una vez que actitudes machistas continúan presentes en las relaciones sociales, dónde las mujeres continúan siendo victimadas y excluidas de la participación en igualdad como ciudadanas de pleno derechos. La cita de Rita Segato, mencionada por Julieta Cano y Laura Yacovino, años atrás, se adecuan a una coyuntura preocupante: las mujeres siguen siendo víctimas de modelos conservadores, restrictivos en la igualdad de trato y oportunidades para las mujeres, obligándolas a vivir en situación de continuo desprestigio en relación a los varones:

Ninguna sociedad trata tan bien a sus mujeres como trata a sus hombres” dice Rita Segato citando al informe del PNUD sobre Desarrollo Humano de 1997 (...) y no podemos estar más de acuerdo con esta afirmación todavía hoy vigente, más de una década después (CANO; YACOVINO, 2013).

Por esta razón, son importantes los instrumentos de sensibilización para la educación para la igualdad de mujeres y hombres, en temas de género y sexualidad, que permitan a la sociedad retirar los obstáculos que fortalecen las diferencias y desigualdades entre varones y mujeres, así como la imposición de roles de dominación. Así como frenar la imposición de valores socioculturales y religiosos que promuevan el desprestigio de un sexo sobre otro, como también de una orientación sexual que domine y reduzca a otras.

De ese modo se pudo responder la última indagación de ese estudio: ¿Cuáles son los obstáculos que impiden la igualdad de trato en las cuestiones de género y orientación sexual? Los obstáculos cuestionados están en los instrumentos que generan las desigualdades entre los géneros y entre la diversidad sexual existente.

Con base en la película, los enclaves conflictivos están plasmados en los roles sexuales y en los comportamientos socio culturales y religiosos, exigidos por la sociedad de la época, en determinar las conductas de varones y mujeres, que justificaban las desigualdades entre los sexos, del mismo modo en que perseguía y condenaba la orientación homosexual.

La realidad de muchas sociedades sigue con el mantenimiento de los mismos valores tradicionalmente discriminatorios, tanto para las mujeres (por cuestiones de sexo), como para las personas homosexuales (por orientación sexual diversa de la heterosexual dominante).

De acuerdo con esa interpretación y como respuesta al problema de los obstáculos discriminatorios, como bien asignaran Alberto Olmeda e Isabel San Juan, como alternativa a las dificultades enfrentadas, está la necesidad de destacarse la educación como una acción administrativa de los Estados para la igualdad de trato y como instrumento de sensibilización social. Según los autores:

La educación para la igualdad de mujeres y hombres (...) El sistema educativo incluirá entre sus fines la educación en el respeto de los derechos y libertades fundamentales y en la igualdad de derechos y oportunidades entre mujeres y hombres. Asimismo, el sistema educativo incluirá, dentro de sus principios de calidad, la eliminación de los obstáculos que dificultan la igualdad efectiva entre mujeres y hombres y el fomento de la igualdad plena entre unas y otros (OLMEDA; SAN JUAN, 2010, p. 191).

De este modo, como instrumento facilitador para la educación, la película “Lejos del Paraíso” sirve como alternativa para educar en valores importantes para distintas sociedades en cuestiones de género, igualdad, libertad, privacidad, reconocimiento de la dignidad humana y sexualidad.

6. Análisis del personaje de Frank desde el mandato de la masculinidad tradicional

Frank Whitaker es directivo en una importante compañía llamada Magnatech; es un hombre triunfador, como se muestra en una cena con amigos en la película: “un brindis a los Whitakeres maravillosos anfitriones, los auténticos Señor y Señora Magnatech”. Es un exitoso empresario, muy ocupado con su vida laboral, que deja para segundo plano los hijos y esposa. Pero también es un hombre contradictorio, que lleva consigo un secreto del pasado y un inconstante sentimiento, que tiene que ver con su orientación sexual.

De esta forma, se desarrolla la historia de uno de los protagonistas, que vive su vida basada en un modelo de masculinidad tradicional: asume para su vida los comportamientos exigidos socialmente, o sea, demostrar ser superior ejerciendo su autoridad, tanto en la vida pública (exteriorización para la sociedad), como en la privada (para sí y con sus familiares). En la película trabajada, estos roles están muy bien definidos.

Con relación al rol del hombre de ser fuerte y masculino. Se puede decir que Catherine y Frank tenían una imagen sólida. Eran considerados como símbolos de la unión de la familia en la sociedad en que estaban insertos, cada uno tenía sus roles definidos y lo hacían de manera ejemplar. Esta idea presenciada en la obra cinematográfica podrá ser aclarada con un texto del libro de Marta Segarra, denominado: “Nuevas masculinidades”, que dice:

El hombre ha sido considerado superior a la mujer, dónde la mujer fue configurada como espejo de las necesidades del hombre, siendo, por así aducir que la mujer es detentora de la sumisión, de la pasividad, la belleza, características consideradas esencialmente femeninas. Esta formación cultural ha vinculado a las mujeres al cuidado de sus hijos y de la familia, manteniéndose lejos de las decisiones del Estado. El hombre se ha establecido como sujeto de su propio deseo, activo, no necesariamente bonito y autorizado a desatender el cuidado de la familia. La mujer se ha conformado en una ética relacional, el varón, por otro lado, ha asumido el individualismo como valor de éxito (SEGARRA; CARABÍ, 2000, p. 16).

Estas ideas serán rebatidas a partir del momento en que su esposa resuelve llevar la cena, a su marido en la empresa, y sorprende a Frank besando y teniendo relaciones con una persona de su mismo sexo.

Con respecto al rol masculino de huir de la homosexualidad, este tema traerá una serie de subtemas que conforman el puzzle social de la misma. En este sentido se notará en la película que la orientación del deseo homosexual de Frank, ya viene de su pasado, según sus palabras:

“Una vez, hace ya mucho, mucho tiempo, tuve algunos problemas. Pensé que los había superado.”

Catherine le pregunta: “¿Nunca los consultaste con nadie, con un médico?”

No, le contesta él.

Se escucha decir: “Yo sé que esto es una enfermedad porque hace que me sienta despreciable. Lo superaré con la ayuda de Dios. No puedo permitir que esto destruya mi vida y la de mi familia. Esto es una enfermedad; pero pasan los días y la su-puesta mejoría, no llega,” lo que sí llega es la aceptación de su realidad.

El tema de la homosexualidad, así como los que envuelven las discusiones sobre los roles de género (masculino y femenino), son tratados en “Lejos del Paraíso” denotando situaciones de fuerte prejuicio y discriminación social.

Frank es víctima de esos prejuicios y se encuentra asfixiado en una realidad que tiene como única solución socialmente posible, creer que sus deseos son algo incorrecto. Esto queda claramente reflejado, en que el protagonista se considera enfermo y despreciable por su deseo sexual, para lo que recurre a un médico. Frank no es culpable, una vez que estos valores han sido repasados como erróneos durante muchos años. No se puede olvidar que la homosexualidad era comprendida como una enfermedad e incluso como un pecado.

Además, Frank personifica el rol de hombre dominante con poder sobre la mujer. En varias ocasiones, cuando Catherine le pregunta sobre como va el tratamiento, él le responde con voz alta que ese no es un tema suyo; cuando al inicio de la película ella va a sacarlo de la comisaría, frente a la pregunta de su mujer de si bebió, él se altera y le responde con malas maneras. Algo típico de un comportamiento dominante, dónde el hombre tomaba las decisiones y las mujeres deberían aceptarlas sin contrariar la voluntad de sus esposos.

Sin duda su actitud es contradictoria, ya que realiza sus acciones con una falsa moral, pues sus actitudes no conllevan con la imagen que intenta mantener, siendo que, para el personaje de Frank, su matrimonio significa esconder sus reales necesidades afectivas, es decir, su homosexualidad. Estar casado con Catherine es considerado para él como un escondite social, lo que le permite llevar una doble vida, por un lado, satisfacer las exigencias de la sociedad: ser un hombre, casado, padre de familia, buen trabajador, por otro, frecuentar los *guetos* de la época de bares para el público homosexual y mantener relaciones con otros hombres.

Se debe reconocer que la vida de Frank tampoco era sencilla en la obra, no queriendo justificar las actitudes de malos tratos que ejecuta contra su mujer, pero también es necesario enfocar que la vida para una persona homosexual no era fácil. La sociedad, en especial la de los años 50', lo ponía más complicada la realidad de las personas homosexuales. Una vez que exigía, de los mismos, a vivir de acuerdo con valores heteronormativos, es decir, que declinasen de su orientación sexual. De modo a satisfacer lo que esperaba la sociedad de la época, haciendo que muchas personas, contrajesen matrimonios heterosexuales solamente para mantener costumbres socioculturales, sin importar sus verdaderos deseos y sin respetar el desarrollo de sus sexualidades.

Se puede afirmar que el personaje de Frank reconoce que su mujer, es una persona maravillosa, dedicada, paciente, pero le hace recordar que ella es la materialización de su infelicidad, dejando entender que se ha casado por no tener otra opción, una vez que era lo que la sociedad heteronormativa de la época le exigía como varón.

Estas conductas pueden ser vistas cuando Frank muestra rechazo sexual y desprecio social para con su mujer frente a sus amigos. En un momento de la película, en especial, cuando uno de ellos le dice lo sorprendente que es Catherine como mujer, Frank le contesta para que todos puedan oírle: “no es nada más que un espejismo. Tendríaís que verla sin maquillaje”, representando una actitud de menosprecio a su esposa.

Un momento sin duda rompedor de la película es lo que Frank, estando en casa, sentado en el salón, escuchando las historias de sus hijos y los diálogos con su esposa, rompe en llanto, causando una sensación rara entre todos. Ya que los hombres no lloran, ellos no podrían enseñar sus sentimientos, porque si lo hacían, sería demostrar su fragilidad como hombre. Tanto es cierto que genera una sensación de espanto con sus hijos, que nunca le habían visto llorar. En la sociedad de la época, los varones debían expresar la masculinidad de un modo rígido, sin de-

mostrar flaqueza, pues llorar representaría un sentimiento femenino. La película pasa esa inversión de valores arraigadas en ideales patriarcales discriminatorios.

En este sentido, Catherine indaga a Frank lo que le pasaba: *¿Qué te pasa Frank? ¿Qué te pasa?* Y los niños, que nunca habían visto a su padre en aquella situación, también se ponen emotivos, hasta que la madre pide que ellos se vayan para sus cuartos. En este momento, créese que Frank se da cuenta de su propia situación, su voluntad más esencial, de no poder controlar sus sentimientos y la voluntad de manifestar su orientación del deseo homosexual. Este momento se materializa en la película al decir:

“Me ha pasado algo”.

Y llorando salta la frase:

“Me he enamorado de alguien que quiere estar conmigo. Yo nunca he sabido lo que es el amor, lo sé que esto es muy cruel, pero... lo he intentado, te juro que lo he intentado que esto no fuera así... y creía que podría hacerlo por ti y por los niños. De verdad, no puedo”.

Catherine contesta diciendo:

“Supongo que me vas a pedir el divorcio”.

La decisión que ha tomado Frank, representa un verdadero cambio en rol de género en que vivía, es este, uno de los momentos más intensos de la obra, una verdadera desconstrucción de género. Se permite transgredir, y decide seguir su felicidad y vivir de acuerdo con su esencia, ya no teniendo que seguir en una vida de apariencias: con una supuesta familia perfecta, pero siendo infeliz en ella, arriesgado sufrir las discriminaciones de la sociedad por su decisión de asumir una relación con otro hombre.

La actitud de Frank es transgresora de los valores patriarcales/heteronormativos de un período conservador. Pero en la actualidad, situaciones verdaderas y similares, aún pueden ser vistas (que obstaculizan que las personas homosexuales puedan asumir sus orientaciones en diversas sociedades). El debate sobre la homosexualidad es necesario para evitar que personas sigan manteniendo relaciones de apariencia socio/familiar, que van de encuentro a sus deseos más íntimos: de vivir de acuerdo con el desenvolvimiento de la diversidad sexual humana.

La solicitud de divorcio y la concretización de su propia aceptación como una persona con una orientación del deseo homosexual, es muy sustancial en la película, porque provoca igualmente en el personaje de Catherine, la posibilidad de buscar en sus propias ganas de vivir, ya no más con los roles estereotipados que la sociedad establece: vivir buscando ser feliz, esto sería lo importante de la vida.

La película “Lejos del Paraíso” cumple con el objetivo de informar los problemas relacionados con la cuestión de género y sexualidad, permitiendo que se genere en distintas sociedades un cuestionamiento sobre el respeto y la igualdad entre los ciudadanos. Corrobora la obra ficticia con la enseñanza que la búsqueda por la felicidad es lo más importante para lograr vivir armónicamente, sin culpas o miedos, sin roles o mentiras, sin prejuicios o discriminaciones, simplemente vivir sin deshonras en el amor.

Consideraciones finales

Se ha vislumbrado, en el presente estudio, que instrumentos para la educación en los temas de Derechos Humanos, género y sexualidad son importantes para la construcción de puentes, que permitan la inclusión de personas excluidas históricamente de participación en distintas sociedades del mundo.

La cuestión de la igualdad de género entre hombres y mujeres, así como la posibilidad de personas homosexuales (de hacer parte de una sociedad sin sufrir discriminación por sus orientaciones sexuales diversas de la heterosexual) hace parte de los desafíos más actuales de lucha de la humanidad por la efectiva igualdad de trato y respecto a la diversidad sexual.

De ese modo, es necesario una verdadera implicación de los ciudadanos de modo global, en buscar caminos para alcanzar los objetivos de igualdad y la propia retirada de los obstáculos que todavía estigmatizan y discriminan a millones de personas. Las cuestiones de género y orientación sexual son muy actuales, una vez que todos los días, los medios de comunicación, retratan casos cotidianos que muestran episodios de violencias y desigualdades que perjudican los ideales de igualdad, libertad y solidaridad, buscados por muchos países en pleno siglo XXI.

El empleo de la película “Lejos del Paraíso” como fuente de inspiración y discusión social se ha mostrado válida, una vez que los planteamientos del estudio han logrado demostrar que la realidad sobre género, sexualidad en igualdad siguen mereciendo un trato especial y deben estar en la búsqueda por alternativas inclusivas.

Alternativas esas que permitan eliminar las conductas prejudiciales y discriminatorias, tanto para los asuntos de género y diversidad sexual, pues el origen de esas discriminaciones está en el desconocimiento colectivo y modelos de patriarcado y heteronormativos establecidos culturalmente como ideales a seguir.

Por esta razón, las alternativas que evidencian los problemas de grupos en situación de exclusión social deberán ser destacadas, haciendo de la película “Lejos del Paraíso” una fuente inspiradora para la conciencia sociocultural. La obra ficticia enseña apenas una parte de los problemas enfrentados, pero puede indicar la viable sensibilización para los temas guareados en este trabajo.

Esa explicación sutil, de temas como los ideales de permitido y prohibido, del público y privado, enseña a los telespectadores a empatizar con la vida de los personajes, haciendo que también piensen sobre las realidades de las mujeres y los homosexuales. Esa posibilidad de reflexión es muy importante para que se produzcan verdaderos cambios.

Ejemplos de situaciones vejatorias de discriminación, la ejemplificación de ambientes oscuros, como el espacio de encuentro entre hombres homosexuales ayudan en el pensamiento sobre los *guetos* de segregación, que hasta hoy existen en realidad, y exponen a los segregados a las más precarias situaciones. Justamente por no tener la posibilidad de asumirse como homosexual en una determinada sociedad, teniendo que sujetarse a vivir de modo obscuro sus sexualidades, con miedo de sufrir por su condición.

Los personajes de Catherine y Frank reflejan las influencias concedidas por los roles atribuidos a las personas, que definen el modo de actuar dentro de una sociedad patriarcal y heteronormativa. En los momentos en que los mismos rompen con los moldes pactados, se genera todo un conflicto en la vida y esencia de los personajes, que caracterizan la propia vida humana en el cotidiano.

En el caso de Frank, imaginando poder vivir con su familia, se colocó a disposición de recibir un supuesto tratamiento para curar su orientación homosexual. Ese problema sigue presente en sociedades contemporáneas, una vez que todavía es posible, contrariando las orientaciones de Organizaciones Internacionales de Salud, encontrar tratamientos profesionales médico/psicológicos, incluso investidas religiosas que prometen la cura de la homosexualidad. Procedimientos que atentan una enfermedad y pecado respectivamente para muchas personas.

En la hipótesis ficticia de una mujer (Catherine), descubrir que su esposo Frank pudiera sentirse atraído por otros hombres, rompió con su estabilidad amoldada en valores conservadores, dónde lo único cierto

estaría la constitución del matrimonio y reproducción de la familia. El hecho de tener que encontrarse con una situación inusitada choca con ese rol tradicionalmente constituido.

¿Cuántos otros casos reales han sido generados cuando en distintas sociedades se exigía que hombres celebrasen matrimonios con mujeres, sin tener en consideración las sexualidades de los mismos? Esos eran los patrones exigidos socioculturalmente. Si una persona desease escapar de esos caminos, luego sería cuestionada o estigmatizada por no respetar los valores morales aceptados y exigidos.

La homosexualidad fue y sigue siendo condenada por muchas religiones, así como Gobiernos y en los discursos de intolerancia por el mundo. La búsqueda por la propia felicidad exige muchos esfuerzos públicos y privados para permitir que las personas puedan desarrollar libremente sus emociones, sin sufrir por esa expresión de sus sexualidades de modo digno.

Bibliografía

aMICH, Cristina. “Cultura Homosexual, Sujeto. Homosexual y Derechos Humanos”. In: FORO. Revista de Ciencias Jurídicas y Sociales. Madrid. España: Nueva Época. N° 5. Año 2007, pp. 199-219.

AYENSA, José Ignacio Baile. Estudiando la Homosexualidad. Teoría e investigación. 1ª Edición. Ediciones Pirámide, Madrid. España. 2008, p. 248.

BEACH, Raimundo. Nós e nossos filhos. Santo André, Brasil: Casa Publicadora Brasileira, 1968, p. 232.

BOURDIEU, Pierre. On Television. New York, USA: The New Press, 1998, p. 97.

BUTLER, Judith. Bodies that matter. On the discursive limits of “sex”. New York, USA: Routledge, 1993.

CANO, Julieta Evangelina; YACOVINO, María Laura. Historias de “amor”, machismo y muerte. La Plata, Argentina, FAHCE-UNLP, 25 al 27 de septiembre de 2013. Disponible en: <<http://jornadascinig.fahce.unlp.edu.ar/iii-2013>>. Acceso en 11 mar. 2019.

CHAVES, Norberto. La homosexualidad imaginada. Vigencias y ocaso de un tabú. Madrid. España: Maia Ediciones, 2009, p 136.

CYRINO, Rafaela. “A produção discursiva e normativa em torno do transexualismo: do verdadeiro sexo ao verdadeiro gênero”. In: Revista Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política. Uberlândia, Brasil, v.3. n. 1, agosto, ISSN:2237-0579, 2013, pp. 92-108.

FERREIRA, Vanessa. A exploração do trabalho infantil na produção de carvão vegetal no Brasil: Uma análise do estado do Pará. Tese Doutoral. Programa Passado e Presente dos Direitos Humanos. Departamento de Direito do Trabalho, Universidade de Salamanca – USAL, Salamanca, Espanha, 2015. 425 p.

FREIRE, Ana; CARRASCO María José.; MARTÍNEZ, María. La autoestima y los estereotipos de rol de género. Disponible en: <<https://pt.scribd.com/document/19713688/La-Autoestima-y-Los-Estereotipos-de-Rol-de-g-c9nero>>. Acceso en 22 dez. 2018.

GALVÁN, Clara. Principio de igualdad y transversalidad de género. Madrid, España: Editorial Dykinson, 2012. 255 p.

HOBSBAWM, Eric. Historia del Siglo XX. Buenos Aires, Argentina: Ed. Crítica, 1998. 305 p.

LANTIGUA, Isabel F. Los errores de la ciencia. Cuando la homosexualidad se consideraba una enfermedad. Disponible en: <<http://www.elmundo.es/elmundosalud/2005/06/24/medicina/1119625636.html>>. Acceso en 11 mar. 2019.

OLMEDA, Alberto Palomar; SAN JUAN, Isabel Hernández. “La acción administrativa al servicio del principio de la igualdad”. In: RUIZ, Manuela Mora (Dir.). Formación y objeto del Derecho antidiscriminatorio de género: perspectiva sistemática de la igualdad desde el Derecho público. Barcelona, España: Atelier, 2010, pp. 167-205.

PÉREZ, Moira. “La cadena sexo-género-revolución”. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, Brasil, 25(2):562, maio-agosto, 2017, pp. 435-451.

PRECIADO, Beatriz. Manifiesto contrasexual. Barcelona, España: Editorial Anagrama, 2011. 210 p.

RODRÍGUEZ, Eva Patricia Gil; AYTER, Imma Lloret. La violencia de género. Barcelona, España: Editorial UOC, 2007, p. 83.

SCAFFO, Maria de Fátima. A Transmissão Geracional Psíquica dos Protocolos de Género como Dispositivo Mnêmico para a Submissão Feminina Frente à Violência Conjugal. Rio de Janeiro, Brasil. Tese Doutoral. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2013, 140 p.

SEGARRA Marta; CARABÍ Ángel. Nuevas Masculinidades. Construyendo nuevas masculinidades. Barcelona, España: Icaria, 2000, p.192.

SENA, Tito. Os relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: As sexualidades estatísticas em uma perspectiva das ciências humanas. Florianópolis, Brasil. Tese Doutoral. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2007, 311 p.

TORNS, Teresa. El trabajo y el cuidado: cuestiones teórico-metodológicas desde la perspectiva de género. In: *Empírea Revista de Metodología de Ciencias Sociales*. Madrid, España, nº 15, enero-junio 2008, p. 53-73. ISSN: 1139-5737.

VERBICARO SOARES, Douglas. “A condenação histórica da orientação sexual homossexual – as origens da discriminação à diversidade sexual humana: violações aos direitos sexuais - reflexos do Brasil Colônia ao século XXI”. In: *Revista Latino-Americana de Direitos Humanos – HENDU*. Belém, Brasil, V. 7, I, 2016, pp. 50-64.

VERBICARO SOARES, Douglas. La libertad sexual en la sociedad: especial referencia a la homosexualidad en las Fuerzas Armadas Brasileñas. Salamanca, España. Tesis Doctoral. Universidad de Salamanca – USAL, 2015, 791 p.

**O cordel de militância lésbica:
luta política, higienização
e ruptura de um *éthos***

**The string of militancy lesbian:
political struggle, sanitizing
and ruptured an *éthos***

Rozeane Porto Diniz

*Bolsista PNPd CAPES/FACEPE
pelo Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal Rural
de Pernambuco UFRPE.
rozeane_porto@yahoo.com.br*

02

Resumo

Neste artigo, discutimos as contribuições e possíveis consequências dos cordéis militantes sobre as lesbianidades. Nosso corpus é composto por três cordéis: *Chica gosta é de mulher* (2013); *Homossexualidade: História e luta* (2009) e *Lesbecause* (2008). Quanto ao embasamento teórico, contamos, dentre outras autoras e autores, com as contribuições de Swain (2004), Spargo (2006) e Facchini (2002), para compreendermos a historicidade dos movimentos de militância, as significações em torno do ato de nomear e o processo de higienização em relação à significação das lesbianidades. Compreendemos que, nesses cordéis, há uma tentativa de publicizar as lutas históricas em prol dos direitos das lésbicas de forma contextualizada, tendo em vista que em suas narrativas são apresentadas contribuições da militância, desde o direito a um nome, o rompimento do *éthos* heteronormativo da felicidade, bem como o reconhecimento do prazer sexual entre as iguais. Todavia, argumentamos que, na tentativa de representarem um discurso politicamente correto, os mesmos acabam por vezes sendo muito higienizados em relação às lesbianidades e seus signos.

Palavras-chave: Cordéis. Militantes. Lesbianidades.

Abstract

We discuss the contributions and consequences of militant *cordel* literature on lesbianities. Our corpus is composed of three strings: *Chica gosta é de mulher* (2013); *Homossexualidade: História e luta* (2009) e *Lesbecause* (2008). As for the theoretical basis, we count on contributions from other authors such as Swain (2004), Spargo (2006) and Facchini (2002) to understand the historicity of militancy movements, the meanings around the act of naming and the process of hygiene in relation to the significance of lesbianities. We understand that there are in these texts an attempt to publicize the historical struggles for the rights of lesbians in a contextualized way. The right to a name, the breaking of the ethos of heteronormative happiness, as well as the recognition of sexual pleasure among equals. However, these *cordel* narratives, in an attempt to represent a politically correct discourse, end up being very hygienic in relation to lesbianities and their signs.

Keywords: *Cordel* literature. Militants. Lesbianities.

Neste artigo, pretendemos compreender as contribuições dos cordéis militantes para o nomear das lesbianidades, considerando a sua visibilidade nas discussões acadêmicas, no intuito de configurar as conquistas das lésbicas através da militância. Esses cordéis apresentam fatos históricos engendrados em conquistas, justificando o uso de alguns termos usados para nomear as lésbicas. Isto é, numa tentativa de historicizar o lugar da militância, suas narrativas buscam justificar que os termos “politicamente corretos”¹ dos quais eles fazem usos foram construídos, mediante opressão, preconceito e muita resistência. Os cordéis representam, portanto, produções que retiram as lésbicas de um anonimato para enfrentar o preconceito ou, de acordo com outras teorias, para se normatizar e ser condescendente com alguns estereótipos.

Porém, a partir dos questionamentos de Swain (2004), propomos problematizar o lugar de visibilidade e de produção discursiva dos cordéis, a partir de um lugar social que remete à militância. “*Quem são aquelas que saíram do anonimato para enfrentar o repúdio, a repressão ou a condescendência? Quem ousa explicitar suas preferências e, finalmente, a questão a meu ver crucial, para que explicitá-las?*” (SWAIN, 2004, p. 38). A partir dessas questões, conforme buscaremos argumentar e explicitar, no decorrer deste artigo, compreendemos que as configurações das práticas das lesbianidades, nos cordéis militantes, revelam não só objetivos políticos de existência e visibilização, mas também perspectivas de higienização e violência simbólica.

Quando falamos de higienização e de violência simbólica, estamos nos referindo à limpeza dos signos que remetem imediatamente às representações lesbianas de forma homogeneizante, sem levar em conta varia-

1 Compreendemos a expressão como representativa para posições políticas contra uma linguagem que carrega as marcas da discriminação e do preconceito contra as “minorias”. Todavia, reconhecemos que “a linguagem politicamente correta não é nenhum remédio milagroso contra os preconceitos que estão fortemente arraigados em nossa sociedade”. (RAJAGOPALAN, 2000, p. 101)

ções, singularidades. Entretanto, em detrimento de serem “politicamente corretas” e, por vezes, estereotipadas², entendemos que essas configurações provocam uma visibilidade e um reconhecimento das lesbianidades.

A politização dos termos usados para nomear as lésbicas, nesses cordéis, de forma “politicamente correta”, reflete-se, por exemplo, na imagética da capa dos mesmos. Contudo, conforme ilustraremos na segunda parte deste artigo, as imagens apresentadas nas capas dos cordéis militantes são por vezes muito “limpas” e não remetem, imediatamente, ao que os versos representam. São capas tão comuns que incomodam, talvez até porque esperássemos marcações identitárias estereotipadas, mas jamais tanta apatia que, pelo que suprime, higieniza e intelectualiza, chega a metaforizar e violentar as lesbianidades.

Compreendemos, no entanto, que talvez seja preciso ponderar essa concepção, pois não é interessante e, talvez, nem mesmo possível inventar uma capa lésbica, gay, travesti amplamente representativa. Além disso, sabemos que os movimentos de militância lutaram arduamente por igualdade. No entanto, as lésbicas constituem rupturas tão significativas que, quando tentam se igualar, por vezes acabam por se anular. Neste sentido, melhor que uma “igualdade” higienizada talvez seja uma diferença positivada ou mesmo produtiva.

Reconhecemos, assim, que há várias contribuições nesses cordéis, dentre as quais, conforme apontaremos na terceira parte deste artigo, temos: a ruptura do *éthos*³ da felicidade. Numa sociedade heterossexual, machista, branca e elitista, foi construído um ideal de vida e, portanto,

2 Sabemos, em acordo com Aronson (2002, p. 294), que “o estereótipo é uma generalização acerca de um grupo de pessoas, na qual características idênticas são atribuídas a praticamente todos os membros do grupo, sem levar em conta as variações reais entre eles”.

3 “Costumes e hábitos fundamentais de indivíduos e instituições, para difusamente designar contextos culturais em que se move certa coletividade, guiada por crenças, valores, superstições, devidamente localizados em tempos e espaços específicos” (SILVA, 2004, p. 329).

de felicidade vinculado à orientação sexual tida como normal. Não se compreendia como seria possível ser feliz fora desses marcadores da diferença e essa sociedade tratou de punir e expurgar todos aqueles que fugiam a esse modelo: as mulheres que ousavam desafiar a “ordem do pai”, os negros, tidos como mercadoria em várias sociedades, os pobres sempre tratados como escória e as pessoas LGBTs tidas como anormais, às vezes monstruosas, pecadoras, dentre outras configurações. Os cordéis, contudo, trazem narrativas em que as lésbicas desafiam essa sociedade, demonstrando a possibilidade de viver a felicidade através de práticas não heterossexuais de amor, de desejo, de sexo, de afeto e de vida. Assim, sendo, os cordéis militantes configuram a lesbianidade de forma natural, como possibilidade de vida e, conseqüentemente, de felicidade. Não se trata de enfrentamento a nada, mas do descobrimento de uma orientação sexual e a vivência das práticas concernentes a ela.

Isso posto, a partir das perspectivas teóricas abertas pelos estudos de gênero⁴, selecionamos três cordéis para os fios de tessitura que compõem a discussão das lesbianidades nos cordéis de militância, problematizando a historicidade e, assim, a contextualização diante de suas significações: *Homossexualidade: História e luta* (2009) de Nando Poeta e Varneci Nascimento, em que a lesbianidade está configurada e generalizada diante do termo *homossexualidade*; *Chica gosta é de mulher* (2013) de Jarid Arraes, no qual a lesbianidade é configurada como o amor entre duas mulheres; e *Lesbecause* (2008) de Salete Maria da Silva, que protagoniza a lesbianidade a partir do termo *lésbica*.

Usamos dois critérios para a seleção dos cordéis: o primeiro é a nomeação atribuída às mulheres tidas como lésbicas; o segundo, que os/as cordelistas pudessem ser configurados no lugar de militância.

4 Comprendemos gênero, a partir de Scott (1990, p. 14), como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Dessa forma, entendemos o gênero enquanto categoria de análise.

Nossas lutas têm um lugar histórico. Os movimentos de militância refletidos nos versos do cordel *Homossexualidade: História e Luta*

Conforme já assinalamos, para nomear as lesbianidades, as narrativas cordelistas se esforçam em trazer termos “politicamente corretos” utilizados no âmbito de políticas públicas e/ou em movimentos de militância. Quando termos mais estereotipados aparecem, a exemplo do termo *sapatão*, logo são problematizados, devido à carga semântica que carregam e pelo fato de integrarem um imaginário popular que remete a preconceitos.

Os caminhos escolhidos nos cordéis são parte de uma tessitura de fios históricos que engendram os sentidos dos termos e as suas representações para as lésbicas ou para pessoas LGBTQs, demonstrando que o nomear é um ato político e que, no caso das lésbicas, em muitos contextos, foram causas e/ou consequências de lutas militantes pelo direito de existir ou de serem visibilizadas.

Neste sentido, torna-se necessário historicizar que, a partir da década de 1960, quando temos o aparecimento das categorias políticas, há uma diferença em relação aos termos que já existiam e eram atrelados à negatividade ou à doença, “(...) *ao invés de aceitarem uma posição passiva como um objeto de conhecimento, os sujeitos identificados como gays e lésbicas estavam ostensivamente escolhendo ou reivindicando uma posição*” (SPARGO, 2006, p. 25-26). Nesse contexto, houve, então, um protagonismo dos sujeitos gays e lésbicas. Não se tratava mais de atribuições aleatórias e advindas da ciência médica, dos religiosos ou dos inquisidores, mas de um ativismo desses sujeitos que buscavam um lugar social de vivência a ser reconhecida.

Diante desse movimento histórico, os termos e/ou expressões usados para nomear as relações entre os/as iguais foram se multiplicando, a partir de demandas específicas e de contextos históricos e temporais diferenciados. A multiplicidade desses termos, bem como o desconhecimento em relação a eles, têm levado ao descontentamento das pessoas LGBTs, que consideram as especificidades de cada termo como constituintes de uma identificação que é diferenciada e, por isso, não aceitam ter suas identidades e existências resumidas a apenas um deles.

Por causa dessas inquietações, em 2010, foi inclusive criado um Manual de Comunicação LGBT, que foi lançado na 5ª Conferência Regional da ILGA⁵ (Associação internacional lésbica, gay, bissexual, trans e intersexual), pela ABGLT (Associação brasileira de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), em parceria com jornalistas, militantes LGBTs e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids – UNAIDS.

Tendo em vista esse pano de fundo brevemente apresentado, analisaremos um cordel que problematiza as lutas históricas representadas por termos militantes para nomeação das relações lesbianas, assim como os principais marcos históricos e símbolos das pessoas LGBTs. O cordel a ser analisado é *Homossexualidade: História e Luta* (2009), de Fernando Antônio Soares dos Santos e Varneci Nascimento.

Nas três primeiras estrofes, temos como estratégia dos cordelistas a tessitura dos fios que compõem a história do preconceito, para demonstrar que a homofobia emergiu dentro de um contexto histórico específico e, como tal, deve ser conhecida.

5 Essa associação engloba a América Latina e o Caribe e o encontro aconteceu em Curitiba, no Paraná, entre os dias 27 e 30 de janeiro de 2010.

01

Queremos nesse assunto
Mergulhar profundamente
Pra mostrar uma estatística
Que muda diariamente,
A horrenda homofobia
Crescendo mundialmente.

02

Por isso, nesse cordel
Vamos por em evidência:
Que quem curte o mesmo sexo,
Ou pra isso tem tendência,
Foi sempre desrespeitado
E vítima da violência.

03

Homossexualidade
Sempre tema especial
Outrora foi esquecido
Mas no momento atual,
É lembrado, pois faz parte
Da história universal.

(SANTOS, NASCIMENTO, 2009, p. 03)

A homofobia é configurada como algo crescente e que faz parte do cotidiano daqueles/as que têm relação amorosa com o/a igual. Por esse motivo, os cordelistas afirmam que é preciso colocar em evidência, ou seja, publicizar a discussão sobre a homossexualidade. Sendo assim, a narrativa do referido cordel vai ao encontro das questões levantadas pelo ativista e pesquisador Luiz Mott, que ressalta que:

A intolerância à homossexualidade – cientificamente chamada de “homofobia” – atinge dimensões chocantes e requintes de crueldade em nosso país, fruto de uma ideologia machista e heterossexista que vê os homossexuais como traidores e demolidores da supremacia do super-homem e encara as lésbicas como ameaça e desafio à violenta superioridade do sexo-forte (MOTT, 1987, p. 140).

Mott considera que as pessoas LGBTs são visualizadas, percebidas como pessoas que afrontam o patriarcado. No entanto, acreditamos que os discursos como o apresentado por Mott (1987) já passaram por transformações. Não podemos mais falar em sociedades patriarcais⁶ de forma generalizada, mas machistas, que conservaram traços, talvez os mais cruéis dessa sociedade, nos quais a heterossexualidade, ainda, é a norma.

Seja como for e ainda para comprovar o que diz o cordel, nos apropriamos de Ramos (2017), quando diz que “*A população LGBTI no Brasil é estimada em 20 milhões de pessoas (...) o número já representa cerca de 10% da população nacional*”, porém, a maioria não assume sua homossexualidade por medo da repressão, do preconceito, do crime. Trata-se de uma situação que precisa ser discutida pela sociedade civil, pois, hoje, no Brasil, a cada 27 horas, um gay, lésbica ou travesti é assassinado (BARROS, 2015).

Além disso, se adentrarmos a Constituição Federal, capítulo VII, artigo 226, inciso 3º, perceberemos que há, de forma explícita, um conceito de família heterossexual, inclusive, colocado como “*união estável entre o homem e a mulher como entidade fa-*

6 Comprendemos o patriarcalismo a partir da concepção problematizada por Badinter (1993), que “*(...) seja qual for o modelo imaginado para pensar os sexos – semelhança ou diferença – o homem se apresenta sempre como exemplar mais bem-acabado da humanidade, o absoluto a partir do qual a mulher se situa*” (BADINTER, 1993, p. 9). Ao homem, é exigido que assuma sua posição social que representa a ordem, pois, historicamente, “*a virilidade era atributo fundamental de honra de um homem*” (PRIORE, 2006, p. 64).

miliar” (BRASIL, 1990). Essa concepção deixa evidente que ela não inclui aquilo que ficou conhecido como união homoafetiva.

Embora alguns acreditem que o artigo 226 da Constituição Federal possa ser interpretado de outras formas, por sua subjetividade e seu caráter “*exemplificativo*” (LIMA & BORGES, 2009, p. 47), ele nos parece muito evidente em relação a homem e mulher como entidade familiar. Quanto ao casamento civil entre as/os iguais, está ausente da Constituição Federal e também do Código Civil brasileiro, mas, pela resolução 175, de 14 de maio de 2013, por decisão do Supremo Tribunal Federal, é obrigatório que os cartórios realizem a cerimônia (MARTINS, 2014).

Cabe destacar ainda que, em 2019, o STF aprovou a criminalização da homofobia, que foi equiparada ao crime de racismo. Decisão que traz alento para estatísticas tão negativas em relação à vida e a luta das pessoas LGBTQs (BARIFOUSE, 2019).

Em suma, os dados estatísticos, bem como o panorama relacionado às questões legais que envolvem o combate à homofobia e a luta pelos direitos comprovam, em grande parte, a pertinência da discussão proposta pelo cordel sobre a violência e a atualidade da temática relacionada ao preconceito contra as pessoas LGBTQs.

Na estrofe 03, faz-se menção à “história universal”, da qual outra a homossexualidade fora excluída, em oposição à sua lembrança no momento “atual”. Isso significa dizer que “*não se fala, logo, não existe*” (SWAIN, 2004, p. 19), mas, a partir do momento em que os sujeitos foram categorizados, eles passaram a ser reconhecidos enquanto sujeitos históricos, passaram a fazer parte da chamada história universal.

Além do silenciamento legado às práticas amorosas e sexuais entre o/a (s) iguais, não podemos desconsiderar que, por muito tempo, até a primeira metade do século XX, os historiadores também não se preocuparam em desvendar, descontinuar com esses silenciamentos, pois a história estava influenciada por uma produção historiográfica positivis-

ta que a compreendia de forma elitista, heterossexual e branca e, portanto, reconhecia enquanto sujeitos históricos apenas aqueles que faziam parte de um modelo de sociedade que marginalizava todos aqueles tidos como infames⁷, nos quais incluímos as lésbicas.

Nos versos da estrofe 04, por sua vez, percebemos que há menção à luta dos/das⁸ iguais por construção daquilo que, no cordel, é chamado de imagem, que remete à construção do seu espaço enquanto lugar de existência, mas sua narrativa ressalta que essa tem sido uma tarefa de “muita luta e coragem”:

04

Para contar essa história
Faltou sincera abordagem
E o homossexual
Hoje constrói uma imagem
Perante a comunidade
Com muita luta e coragem.

(SANTOS, NASCIMENTO, 2009, p. 04)

O cordel fala, pois, na construção de uma “imagem homossexual”, relacionada à imagem de afirmação e, portanto, à “saída do armário”.

Se por um lado, não podemos desconsiderar o fato de que, em determinados espaços sociais, assumir-se lésbica ou gay é sinônimo de luta, enfrentamento contra preconceitos dos mais velados, nem tampouco que, a partir da década de 1970, passa-se a lutar por igualdade

7 “Entendo por infame o estereótipo destinado a todos aqueles que fogem à norma, às regras sociais e culturais de conduta, a exemplo das mulheres que tratam sua sexualidade com insubmissão e que têm sua existência obscurecida ou desventurada” (FOUCAULT, 1988, 207-211).

8 Preferimos chamar as relações amorosas e sexuais entre as iguais de lesbianidade, porém os cordelistas usam homossexualidade se referindo tanto à “homossexualidade feminina” quanto à “masculina”.

de direitos e cria-se uma “(...) comunidade homossexual, [na qual] seria indispensável, antes de tudo, que o indivíduo se “assumisse”, isto é, revelasse seu “segredo”, tornando pública sua condição” (LOURO, 2008, p. 32); por outro lado, contudo, não podemos, hoje, corroborar a concepção de que as saídas do armário sejam indispensáveis, muito embora sejam escolhas que geram decisões e/ou confrontos.

É preciso atentar, ainda, para o fato de que a identificação, especificamente a partir do assumir-se, ou seja, das saídas do armário, não é fácil, pois não se trata de uma escolha “(...) individual e a decisão de sair dele, tampouco, depende da “coragem” ou “capacidade” individual”. Em contextos heterossexuais, “assumir-se” pode significar a expulsão de casa, a perda do emprego ou, em casos extremos, até a morte” (MISKOLCI, 2009, p. 172). Portanto, além de um ato político, histórico, com um vestígio de militância, representa resistência, enfrentamento e nem sempre com consequências positivas.

Nos versos seguintes, iremos perceber que os cordelistas configuraram o contexto de surgimento dos movimentos de militância no Brasil e também seus objetivos, bem como termos que surgem para visibilizar as relações lesbianas, até então vistas como lado feminino da homossexualidade, porém silenciadas diante de termos usados pela ciência e pelo imaginário popular:

05

No Brasil tudo começa

Lá pelos anos setenta

Rio de Janeiro, São Paulo

Onde a ideia se fomenta

Se pregando a tolerância

Por igualdade argumenta.

06

Organizam a resistência
O Somos e o Lampião
Grupos que juntaram gente
Na rua deram a lição:
Alimentar preconceito
É ter discriminação.

07

Lesbos, ilha lá na Grécia
Lugar que a Safo nasceu
Uma mulher bem guerreira
Que direitos defendeu
Vem aí o termo lésbica
Onde essa mulher viveu.

(SANTOS, NASCIMENTO, 2009, p. 07)

Antes que esses movimentos se configurassem, tanto gays como lésbicas, bem como todos aqueles tidos como “infames”, passaram por marginalizações estabelecidas pelos mais diversos discursos: “*pecado, crime, doença, sem-vergonhice*” (FRY & MACRAE, 1985, p. 60). O principal objetivo dos primeiros grupos de militância foi a descaracterização das relações entre os iguais enquanto doença. Entretanto, os estigmas eram muitos e variados, legitimados tanto por uma literatura dita sagrada, como por uma ciência médica que, no século XIX, atuava com legitimidade.

Assim, como versa o cordel e de acordo com Green (2000), “(...) o surgimento de um movimento brasileiro pelos direitos de gays e lésbicas [ocorre] no fim dos anos 70”, mas, “apesar de reunir homossexuais, [esses movimentos] possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como ‘não-politizada’, por estar exclusivamente voltada para a ‘sociabilidade’”

(FACCHINI, 2002, p. 60). Independente das contradições em torno dessa afirmação, o fato é que não podemos esquecer do contexto político da década de 1970, pois, se não fosse o AI-5 e toda sua repressão, talvez, esses movimentos tivessem ido em direção à luta, nesse momento, “(...) *pelos direitos dos gays e lésbicas*” (GREEN, 2000, p. 454).

Na estrofe 06, os cordelistas falam do *Somos* e do *Lampião*. O *Somos* é conhecido como o primeiro movimento homossexual no Brasil e é apropriado como ponto de referência, às vezes, conforme Facchini (2002), de forma engessada e unívoca, sem contextualizar e perceber os diversos outros movimentos que surgiram *a posteriori*: “[...] *tendo uma proposta de politização da questão da homossexualidade, o Somos, de São Paulo, ocorreu em 1978. [...] É importante esclarecer, desde já, que esse grupo adquiriu grande notoriedade e visibilidade do ponto de vista histórico*” (FACCHINI, 2002, p. 66). Pelo fato de ter sido o primeiro grupo, a presença do *Somos* acabou vigorando em algumas pesquisas de forma minuciosa e única, como se outros movimentos não tivessem existido. A representatividade do movimento acabou se sobrepondo aos demais que surgiram depois e com estilos de militância diferenciados.

O “Jornal Lampião da Esquina”, ao qual os cordelistas também fazem referência, foi lançado em 1978 e trazia discussões sobre as homossexualidades. Ainda nesse mesmo ano, os movimentos se uniram para discutir sobre a discriminação sofrida por alguns grupos de resistência que eram, muitas vezes, boicotados. De acordo com Facchini (2002, p. 67), diante dessas discussões sobre problemas internos e discriminação de grupo, vai ocorrer a entrada das mulheres no *Somos*, assim como também a entrada das lésbicas no “Jornal Lampião da Esquina”, em 1979: “(...) *nós estamos atrasadas porque temos medo (...). Porque não construímos o espaço do nosso viver*”. Essa é a primeira fala das lésbicas relacionada à quebra do seu silêncio público.

Provavelmente em referência a essa supracitada entrada das lésbicas, na estrofe 07, os cordelistas versam sobre o surgimento do termo “lésbica” atrelado à poetisa Safo, da ilha grega de Lesbos. O termo só aparece em cordéis militantes, pois sua historicidade demonstra que ele categoriza, inclusive, o movimento surgido, a partir do Somos, em 1980: o Grupo Lésbico-Feminista.

Apesar do título do cordel usar o termo “homossexualidade” englobando tanto gays masculinos quanto femininos, nos versos da estrofe 07, o termo que especifica a relação amorosa entre as iguais, “lésbica”, é mencionado para falar de seu espaço e contexto de origem, embora não seja problematizada a situação política associada ao mesmo.

É preciso considerar, por fim, que *Homossexualidade: História e Luta* se trata do único cordel militante, dentre os selecionados no nosso estudo, que foi produzido por dois homens. Embora essa afirmação não legitime a escolha do termo “homossexualidade” para nomear relações entre os/as iguais, consideramos que, pelo menos, justifica. É preciso pensar, de acordo com Anzaldúa (2009, p.306), que “*Somos privados do nosso feminino pelo plural masculino. A linguagem é um discurso masculino*”. Portanto, é muito cômodo utilizar um termo, supostamente genérico, para incluir todas as formas de relações amorosas e/ou sexuais, desejosas, afetivas entre os/as iguais, legitimando o lugar desse discurso masculino que priva e silencia o lugar que remete ao feminino.

No Manual LGBT, aqui já citado, a definição de “homossexualidade” está relacionada a “*modo de ser*” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA... 2010, p. 11). A definição remete à substituição do sufixo “ismo”, que estava relacionado à doença, pelo sufixo “dade”, que está ligado à forma de ser das pessoas. O termo “homossexualidade, entretanto, ainda representa com maior intensidade o masculino e não confere tanta visibilidade à lesbianidade.

Seja como for, nas páginas seguintes, o Manual traz outra definição para o termo: “*É a atração sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo/gênero*” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA... 2010, p.14). Nessa definição, compreendemos que há um estreitamento das possibilidades das relações entre os/as iguais, uma vez que a definição sugere “*atração sexual e afetiva*”, quando a homossexualidade não se resume apenas à atração, não está relacionada apenas a sexo e afeto, mas a inúmeras outras possibilidades no campo das subjetividades, dos desejos.

Dessa forma, podemos considerar que, apesar das críticas aqui apontadas, o cordel analisado contribui para compreendermos que os termos considerados militantes surgiram de movimentos de luta e resistência que têm um lugar histórico.

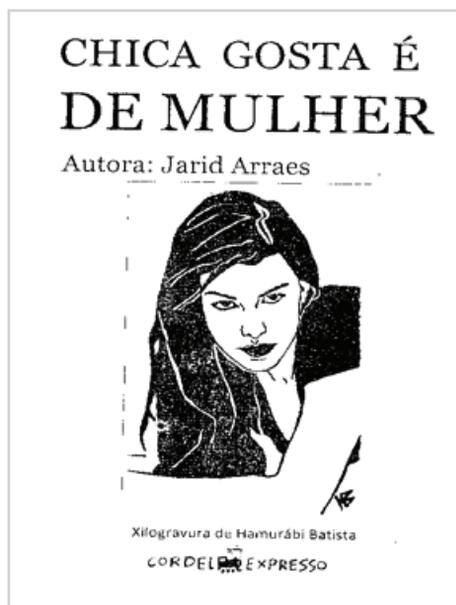
Chica gosta é de mulher e Lesbecause: sobre a higienização⁹ das capas dos cordéis

A limpeza moral das formas de tratamento em relação ao grupo de pessoas LGBTs ocorre de forma institucionalizada e moralmente aceita por instituições, como o Estado. Segundo Santos e Silva (2013, p. 124), dois fatores contribuíram para esse processo de higienização: “*o surgimento da AIDS e do nicho mercadológico voltado para o público gay*”. Acreditamos, contudo, que é preciso salientar também que isso ocorre através de um processo seletivo no qual gays e lésbicas negros/as e de baixa renda acabam sendo os grupos mais vitimizados. É nesse sentido que problematizamos se as capas dos cordéis seriam representações de um movimento similar no tocantes às lesbianidades.

Sendo assim, passemos à análise das capas dos cordéis:

9 Utilizamos o termo higienização, para nos referirmos ao apagamento dos estereótipos por esses cordéis que apresentam lésbicas apenas como mulheres não estereotipadas visualmente. Logo, não falamos aqui da higienização social promovida pelo processo de urbanização entre o século XIX e XX, mas da higienização enquanto limpeza de signos.

Figura 05 – Cordel *Chica gosta é de mulher*



Fonte: Acervo pessoal

Nesse primeiro cordel, intitulado *Chica gosta é de mulher*, de Jarid Arraes, temos uma capa com a apresentação de uma mulher esteticamente dentro dos padrões da “normalidade”. Entretanto, precisamos considerar a positividade de não trazer uma configuração negativa sobre “a lésbica”, tal como normalmente ocorre no caso das capas dos cordéis tradicionais. Quer dizer, compreendemos que o cordel não apresenta, na capa, um estereótipo de sapatão, tal qual os cordéis tradicionais. No entanto, argumentamos que isso não só representa certa higienização, como também uma forma de invisibilização de outras lesbianidades.

Consideramos, pois, que a capa apresenta uma certa higienização que parece tão normatizada, que nos remete ao que diz Derrida e Roudinesco (2004, p.50) sobre alguns casais homoafetivos que “(...) *tenhem a querer aparecer como tão ‘normais’ quanto os casais tradicionais,*

a ponto de imitá-los, às vezes, de forma caricatural”. Tratar-se-ia, assim, conforme argumentamos com relação à referida imagem da capa, de uma estratégia para apagar e neutralizar as lesbianidades, que não é inconsciente, embora possa passar despercebida.

Estratégia que, por sua vez, poderia ser associada às considerações de Bourdieu (1999, p. 143) quando afirma que, “(...) o dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista dominante”. Trata-se, segundo o autor, de uma forma de se esconder e se blindar das categorizações que os levam a sofrerem preconceitos e alguns vivem, de acordo com o mesmo autor, entre “(...) o medo de ser visto, desmascarado, e o desejo de ser reconhecido pelos demais homossexuais” (BOURDIEU, 1999, p. 143).

Não queremos generalizar tal percepção, inclusive por compreender que o uso de Bourdieu (1999) como referencial foge um pouco da nossa perspectiva teórica; mas observamos que esse medo existe e, conforme argumentamos aqui, ele é refletido na forma como as lesbianidades são apresentadas e/ou representadas nos cordéis aqui considerados, a saber: dentro de uma propositura heterocentrada na qual o desapego aos binarismos não acontece.

Nesse sentido, se o título do cordel de Arraes nos leva a pensar que poderia haver um discurso *queer*, de desapego aos binarismos, às categorizações, logo ao adentrar nos versos, porém, percebemos que as configurações das lesbianidades, no folheto, não fogem àquelas versadas no cordel dito tradicional. Permanece a configuração identitária e o binarismo, pois a dualidade vai permanecer e as categorizações sobre as lésbicas logo vão sendo versadas.

Observamos, ainda, que o fato de não haver nomeação, na capa do cordel, através de um termo mais popularizado, invisibiliza a produção e, conseqüentemente, as práticas de lesbianidade outras, cujas existências acabam, dessa forma, obscurecidas. Todavia, não podemos desconsiderar que essa é uma percepção nossa, que representa uma possibilidade, mas as relações de afeto, sexo, sexualidades podem ser ressemantizadas.

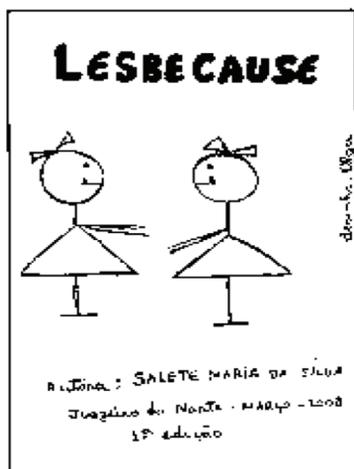
Além disso, não devemos esquecer que estamos falando de uma produção cordelística que tem como lugar social o sertão do Ceará, pois Arraes (2013) é de Juazeiro do Norte, sertão do estado. É uma cordelista negra que apresenta uma escrita com engajamento político.

Sendo assim, percebemos que, quando a autora fala da lesbianidade em lugares distantes e interioranos, está se referindo ao seu lugar social, o sertão do Ceará e, portanto, representa, em seus cordéis um pouco da cultura que lhe é inerente. Segundo Certeau (1982, p. 66), ao problematizar sobre lugar social, “(...) *toda pesquisa historiográfica se articula a um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias*”.

Logo, os versos de Arraes (2013) se articulam dentro dessa perspectiva de produção de conhecimento, influenciada por uma família de cordelistas engajados, já que seu pai já havia produzido cordéis e, tendo em vista uma realidade vivida por uma mulher negra, a cordelista externa um pouco daquilo que vivencia e/ou vivenciou em Juazeiro do Norte. Não que seu lugar social tenha determinado sua escrita, porém a influenciou. Ainda de acordo com Certeau (1982, p.67), “(...) *é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineiam uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam*”, ou seja, é a partir de Juazeiro do Norte, lugar de origem social e histórica da autora, que sua escrita se constrói, atravessada pelos problemas e anseios que fazem e/ou fizeram parte de seu cotidiano.

A seguir, temos mais um cordel, de autoria de Salete Maria da Silva, intitulado *Lesbecause* (2008), que versa sobre as lesbianidades, enfatizando as conquistas históricas das iguais, desde o direito à palavra pública até à visibilidade das relações amorosas. Todavia, agora, nosso interesse se concentra na capa do cordel.

Figura 06 – Cordel *Lesbecause*



Fonte: <http://cordelirando.blogspot.com.br/>

Consideramos que esse cordel também apresenta uma capa higienizada e, poderíamos dizer, sem uma identificação imediata com as práticas das lesbianidades. Não que estivéssemos exigindo o estereótipo tradicional sobre “a lésbica”, até porque a identidade de gênero não é identificada apenas pelo estereótipo. Além disso, obviamente não podemos exigir que a cordelista cumpra expectativas que são nossas ou, mesmo, que ela não seja afetada por uma necessidade política de falar das lutas lésbicas por visibilidade.

Entretanto, ao que parece, na tentativa de demonstrar a conquista de um espaço de discussão pública e de vivência das lésbicas, a opção foi por demonstrar, desde o título da produção cultural, um lugar de militância ou, simplesmente, identificar a lesbianidade como uma vivência, um corpo e suas práticas, oriundos de um lugar de luta política, uma vez que o título remete à causa lésbica.

Todavia, não é um cordel que qualquer leitor desavisado possa, de imediato, compreender do que se trata, uma vez que o termo usado para se referir às lésbicas é formado a partir de uma aglutinação de duas palavras em língua inglesa: “*lesbian*” e “*because*”, que podem ser desconhecidas por aquelas e aqueles que não têm familiaridade com o idioma.

A imagem apresentada na capa é interessante para uma pesquisa como a nossa, que busca atribuir sentidos às representações imagéticas, mas objetamos que ela invisibiliza as lésbicas em outros espaços de leitura. Ela não contribui, por exemplo, para tornar existente a sapatão. Isso, ao nosso ver, ocorre através de uma violência simbólica (BOURDIEU, 1999, p.143). Ela parece, ainda, querer configurar algo com a presença de duas meninas, as quais poderiam remeter a inúmeras interpretações que não necessariamente estariam relacionadas às lesbianidades. É uma capa muito genérica, que acaba promovendo, dessa forma, uma violência simbólica pelo que suprime, esconde, silencia e representa, enquanto incógnita a ser decifrada ou signo a ser compreendido. Contudo, talvez, não devamos generalizar. A capa pode não remeter às lesbianidades, de imediato e para qualquer leitor, mas ela, provavelmente, foi produzida e direcionada a um/a leitor/a específico/a, que logo associaria a representação de duas iguais à temática das lesbianidades.

Nesse sentido, a capa é um “cartão de visita” não apenas de uma mercadoria, mas de uma literatura que é, como tal, uma produção cultural carregada de significações. Todavia, embora a capa possa não falar publicamente e mais diretamente sobre a temática central do cordel, o conteúdo da sua narrativa, que não constitui nosso objeto de análise, fala exatamente de conquistas de direitos das lésbicas, entre eles, o assumir-se e, desse ponto de vista, é coerente com o título “*Lesbecause*”.

Tendo em vista os comentários feitos com relação às duas capas apresentadas, retomemos novamente Bourdieu (1999, p. 145), para

quem homossexuais e lésbicas, ao exigirem reconhecimento, passariam por um processo de invisibilização cuja

particularidade (...) implica [na] sua anulação (...), como se os homossexuais, que tiveram que lutar para passar da invisibilidade para a visibilidade, para deixarem de ser excluídos e invisibilizados, visassem a voltar a ser invisíveis, e de certo modo neutros e neutralizados, pela submissão a norma dominante (BOURDIEU, 1999, p.143).

Acreditamos que é isso que ocorre com os cordéis apresentados. Na tentativa de exigir, socialmente, reconhecimento, de visibilizar conquistas políticas no campo das políticas públicas e demonstrar a existência lésbica de forma “normal”, a começar pelas suas respectivas capas, esses cordéis acabam neutralizando a possibilidade de representação das lesbianidades de modo mais plural. Contudo, tal qual buscamos sustentar, ao conquistar visibilidade dessa forma, todos correm o risco de se misturar e, logo, podem tender a ser “normais” ou simplesmente se normatizar.

Rompimento de um *éthos*: como ser feliz sem ser hétero

Neste subtópico, discutimos o rompimento de um *éthos* da felicidade representado por um dos cordéis propostos como objeto de análise neste artigo, *Chica gosta é de mulher*, no qual percebemos a irritação da sociedade frente à felicidade e à relação amorosa/sexual/afetuosa/desejosa entre mulheres, que incomoda os olhos sociais, pois, para muitos, a heterossexualidade é o espaço do normal, do politicamente e moralmente correto e sagrado, mas não é só isso. Muitos acreditam ser esse o *locus* da felicidade, não percebendo ser possível a felicidade diante de outra orientação sexual. Logo, quando percebem lésbicas, gays, travestis vivendo com felicidade e prazer, acreditam que é preciso suprimi-los,

pois essa felicidade que representa o questionamento de um *éthos* não é aceita socialmente em vários espaços ou não se visualiza e, quando o é, encontra-se sujeita à eliminação, adestramento ou marginalização.

Assim, nos versos a seguir do referido cordel, apresenta-se a sociedade do cariri cearense e todo o seu imaginário de lesbofobia, que a personagem Chica precisaria enfrentar para que pudesse viver seus amores, desejos e pulsões afetivas lesbianas:

06

O povo já se juntava
Prum ataque planejar
De raiva se espumava
A gritar e a xingar
Só faltava balaclava
Pra merda consolidar

07

Foram juntos caminhando
Para Chica encurralar
Com o ódio fervilhando
Pra bater e pra matar
Quando a casa foi chegando
Se puseram a atacar
(ARRAES, 2013, p. 04)

Nessas estrofes, é visível a irritação popular com Chica. O que os irrita tanto? Não só a lesbianidade de Chica, mas sua felicidade, pois é construído para a lésbica um mundo de frustração.

De fato, existe uma profunda esquizofrenia social em torno do lesbianismo, seja para obscurecê-lo ou negá-lo enquanto prática corrente,

seja para desqualificá-lo enquanto mutilação do SER mulher. As conotações que acompanham o epíteto “lésbica”, são sempre negativas: mulher-macho, paraíba, mulher feia, mal-amada, desprezada. As imagens revelam assim ou uma caricatura do homem ou uma mulher frustrada, uma mulher que foge ao paradigma da beleza e da “feminilidade” e escolhe a companhia feminina por não atrair os homens (SWAIN, 1999, p. 1224-1225).

Corroborando Swain (1999), a esquizofrenia apresentada no corodel em torno da lesbianidade de Chica é para desqualificá-la e, assim, tentar controlar e silenciar a personagem diante da publicização de suas práticas lesbianas. O que a sociedade não aceita é uma Chica que não se apresenta frustrada, mas que vive suas práticas amorosas e também não se apresenta de forma masculinizada, fugindo ao que representa a categoria lésbica da *butch*¹⁰.

A atitude, supostamente “justiceira” da população contra a personagem Chica, faz parte da “(...) matriz excludente pela qual os sujeitos são formados. Exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito” (BUTLER, 2000, p. 151). Portanto, a população acredita estar excluindo, do convívio social, o estranho, esquisito, o abjeto.

Segundo Louro (2008, p. 30), quando “(...) ousando se expor a todas as formas de violência e rejeição social, alguns homens e mulheres contestam a sexualidade legitimada e se arriscam a viver fora de seus limites”, logo ocorre, dentre outras consequências, processos de exclusão ou de enquadramento em determinados discursos.

10 A lésbica masculina, herdeira da invertida autêntica, tem sido a representação dominante do lesbianismo, consagrada no arquétipo da *butch*, figura particularmente popular durante a década de 50 entre as jovens subculturas lésbicas, [...] que se contrapõe à figura da *femme*, a mulher feminina, que nem sempre encara a si própria como lésbica. (BRANDÃO, 2007, p. 320).

Ainda de acordo com Louro (2008):

Aqueles e aquelas que transgridem as fronteiras de gênero ou de sexualidade, que as atravessam ou que, de algum modo, embarralam e confundem os sinais considerados “próprios” de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes e desviantes, (...) esses sujeitos são tratados como infratores e devem sofrer penalidades. Acabam por ser punidos, de alguma forma, ou, na melhor das hipóteses, tornam-se alvo de correção (LOURO, 2008, p. 87).

A personagem Chica transgride essas fronteiras e, por isso, é considerada como desviante, fazendo com que a população faça justiça diante dessa configuração e imputação de pena, não através da correção, mas da exclusão, da marginalização, da violência que tenta exterminar aquela considerada diferente e que tem seu fim por um momento traçado, a partir de um lugar de preconceito extremo que não admite, sequer, conviver com o diferente, mas busca exterminá-lo.

Assim, na narrativa trazida pelo cordel configura-se também a lesbofobia:

Independientemente de cómo se defina la lesbofobia, cualquier prejuicio sobre el lesbianismo enmascara una profunda misoginia, ya que niega la posibilidad de experimentar la sexualidad, la feminidad, em suma, de celebrar la vida si no es al lado y bajo la mirada tutelar de un hombre. (...) la lesbofobia es también una forma particular de erotofobia¹¹ (VIÑUALES, 2002, p. 111-112).

Ou seja, o fato de uma mulher questionar a ordem do pai, de não querer celebrar a vida se sujeitando ao homem, leva a sociedade ao te-

11 Independente de como se define a lesbofobia, qualquer prejuízo sobre o lesbianismo mascara uma profunda misoginia, já que nega a possibilidade de experimentar a sexualidade, a feminilidade, em suma, de celebrar a vida se não for ao lado e abaixo da mirada tutelar de um homem (...) a lesbofobia é também uma forma particular de erotofobia (tradução livre).

mor de perder um *status* heteronormativo e, mesmo, a atos de violência para silenciar ou exterminar quem ousa transgredir o lugar da norma. A lesbofobia, nascida de um lugar de medo e negação, impõe-se enquanto punição, execração das mulheres lésbicas, através dos mais diversos atos de violência. No caso de Chica, temos a condenação pública, palavras de ódio através da “*raiva que espumava*” (ARRAES, 2013, p. 04). Esse medo vem acompanhado do temor em admitir a possibilidade da existência das relações sexuais entre mulheres ou, ainda, de reconhecer que é possível o prazer numa relação sexual lesbiana. Segundo Swain:

Valores morais, valores religiosos definem a visão do humano, e no mundo patriarcal o amor e o sexo entre mulheres são o perigo maior da perda de poder. De fato, a melhor maneira de assegurar uma dominação é se fazer amar e desejar pelos dominados: neste caso, a heterossexualidade compulsória e a naturalização dos papéis fazem de uma relação assimétrica e hierárquica o espelho do natural, do certo, do bom (SWAIN, 2004, p. 35).

Chica não assegura a dominação. Amando outras mulheres, ela promove uma descontinuidade com o “espelho do natural”, não se enquadrando nos papéis direcionados à mulher numa sociedade heterossexual ela acaba, assim, por representar perigo. Nessa perspectiva, como em vários momentos na história, as lésbicas são julgadas e condenadas. Se antes eram marginalizadas, silenciadas ou invisibilizadas, atualmente, tal como é apresentado nos supracitados versos do cordel, os descontentes com suas existências se propõem a fazer uma “limpeza social”, dispendo-se a encurrular, bater e até matar a personagem Chica. O cordel de Arraes (2013) traz isso não só como constatação, mas como denúncia social, propondo resistência quando configura Chica enquanto alguém que subverte e que protagoniza um lugar de afirmação.

Essa atitude de resistência está representada nos versos seguintes:

08

Mas a Chica imponente
Saiu pra falar cum povo

09

Assustada com a brabeza
Nem um pio mais se ouvia
Chica cheia de certeza
Falou tudo o que queria

10

Ela não se importava
Se gritavam “sapatão!”
Ela muito acreditava
Na grande revolução
Que só o amor causava
Preenchendo o coração

11

E ainda disse além
Que já tinha namorada
Já estava com alguém
Louca de apaixonada
E não tinha seu ninguém
Que lhe desse carteirada
(ARRAES, 2013, p. 05)

Note-se que, nesse momento, a personagem passa a ser nomeada pelo povo que gritava “sapatão.” Antes que ela mesma se definisse ou fizesse um embate, o povo já a identifica de forma estereotipada e essencialista. Swain (2004, p. 94) afirma que *“é muito fácil cair no essencialismo, quando se reivindica uma identidade, quando se liga o ser a uma prática, a uma atração, a um gosto”*. É isso que faz o povo da cidade de

Chica: associa a personagem a uma prática na sua configuração popular e preconceituosa.

No entanto, Chica impõe-se às pessoas que estavam na sua porta no intuito de cometer atos de violência ou mesmo de silenciá-la publicamente a partir da punição. Ao se impor, ao assumir seu lugar de lésbica e, ainda, publicizar sua relação amorosa com outra mulher, ela talvez acreditasse poder vir a ser respeitada pelo fato do assumir-se. Pois, apesar de historicamente esse ato não ter sido sinônimo de respeito, foi e é sinônimo de luta e de militância, de assunção da diferença.

O dizer, aqui, a palavra pública, rompe com silenciamentos históricos. Até século XIX, no Brasil, “(...) a regra geral é o silêncio: silenciar para melhor apagar, para melhor esquecer, para conjurar o perigo daquelas que escapam à norma de uma heterossexualidade tão ‘natural’ e evidente” (SWAIN, 1999, p. 1226). Ou seja, compreendemos que, ao ousar se assumir sem estereótipos e sem uma postura viril e, ainda, apresentar-se feliz, Chica promove, de fato, um processo de esquizofrenia social. Ao promover não só um deslocamento da essencialização da virilidade como algo masculino, mas sua felicidade e empoderamento em ser lésbica, a personagem acaba provocando reações violentas as quais, porém, ela silencia a partir da postura em positivar sua lesbianidade enquanto uma forma de amor revolucionária.

É importante reiterar o fato de que o cordel foi lançado em 2013 e que a cordelista é cearense. Nesse sentido, vale lembrar que, de acordo com Albuquerque Junior (1999, p.1, 4), no Ceará, bem como no Nordeste, “(...) nas fronteiras que traçam os limites do ser nordestino não está inscrita a possibilidade de ser homossexual. Esta tensão entre nordestinidade e homossexualidade só vai se explicitar quando nos anos setenta a problemática emerge”. Ainda de acordo com o autor, essa é uma temática ignorada em alguns espaços, entre eles o da Literatura de Cordel.

Portanto, essa sociedade heterossexual da qual Arraes (2013) fala remete ao Nordeste e ao nordestino “(...) *um tipo regional inventado nos anos vinte, (...) [que] emerge como um tipo que deve resgatar as tradições de uma sociedade em declínio, entre elas, a tradição de mando, poder, autoridade, virilidade dos homens das gerações anteriores*” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p. 03). Essa sociedade é construída em meio a esse discurso que silencia, negligencia tudo que estiver relacionado ao feminino e isola qualquer possibilidade de fabricação de uma identidade que não seja heterossexual.

As consequências desses discursos normativos, a partir da configuração do que é ser nordestino, vão aparecer, ainda que não seja com tanto vigor, em cidades interioranas do Nordeste que vivem, até então, tomadas, em alguns espaços, por esses discursos conservadores e machistas que sustentam essa nordestinidade como normal e representativa para a região.

Independente das discussões que positivam e/ou negativizam as lesbianidades enquanto identidade, o fato é que “(...) *as posições de sujeito pontuais e locais serão palco de configurações identitárias na criação de estratégias de dissolução e resistência à violência da norma*” (SWAIN, 1999, p. 1237). É isso que faz Chica: sua posição pontual de lésbica se transforma numa estratégia de resistência à heteronormatividade, que tenta aniquilá-la. Portanto, pouco importa, nesse momento, as teorizações em torno da positividade, ou não, em assumir-se diante de um imaginário popular que não discute essas questões políticas, mas importa o quanto para Chica sua posição marcada se apresenta como possibilidade de se fazer existência frente à sociedade que buscava um linchamento físico de alguém em função de sua lesbianidade.

Considerações Finais

Nesse artigo, discutimos três cordéis de militância, percebendo suas contribuições, mas também o que consideramos negativo ou pouco visível sobre as lesbianidades. No primeiro tópico, procuramos discutir o cordel *Homossexualidade: História e luta*, problematizando algumas de suas escolhas e explicitando suas vinculações com capítulos da história dos movimentos de militância homossexual brasileira, incluindo o engajamento político das lésbicas ao longo dessa história e suas contribuições.

No segundo tópico, fizemos uma leitura das capas dos cordéis *Chica gosta é de mulher* e *Lesbecause*, procurando caracterizá-las como higienizadas e, por essa ótica, silenciosas, sem muitas representações que configurem lesbianidades outras.

Por último, discutimos a ruptura do *éthos* da felicidade, apresentada no cordel *Chica gosta é de mulher* (2013), quando a felicidade é demonstrada enquanto possibilidade para as lésbicas. O intuito é mostrar que a lesbianidade da personagem não acontece por frustração amorosa ou enfrentamento à heterossexualidade, mas por uma orientação sexual que é possível e permite a felicidade, a qual se dá através do assumir-se, do empoderamento.

Consideramos que, nos cordéis militantes, busca-se a inversão da negatividade dos termos e, portanto, positiva-se as identidades lésbicas em busca de legitimidade, mas não apenas isso. Precisamos pensar que, nesse processo de criação identitária, mesmo diante da performatividade, existem as subjetividades que são desenvolvidas e produzem outras representações, inclusive enquanto resistência e/ou não só aceitação.

Sendo assim, problematizamos as contribuições dos cordéis militantes, procurando argumentar que, se por um lado, trazer nesse universo literário uma discussão de engajamento político promove uma diversificação do cordel e uma contribuição para a descontinuidade do precon-

ceito, à medida que emblematiza o percurso histórico da luta militante, da trajetória das lesbianidades, desde quando era negada até o momento de seu reconhecimento e publicização. Por outro lado, conforme buscamos argumentar, também percebemos que as narrativas desses cordéis militantes podem promover um discurso “politicamente correto” que, em alguns casos, é higienizado, minimizando assim a criatividade no cordel e, dessa forma, acabando por contribuir para a instauração de um silêncio em torno das lesbianidades em suas pluralidades.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. “Quem é froxo não se mete: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino”. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 19, p. 173-188. 1999.

_____. “No Ceará tem disso não?: Homossexualidade e nordestinidade ou a história dos homens tristes”. XX SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH. 1999. Anais. Florianópolis: SC, 1999. p. 1241-1259.

ANZALDUÁ, Glória. “Como domar uma língua selvagem”. Tradução de Joana Plaza Pinto e Karla Cristina dos Santos. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, 2009.

ARONSON, Elliot; WILSON, Timothy D.; AKERT, Robin M. “Preconceito: Causas e curas”. In: Psicologia Social. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002. p. 291-322.

ARRAES, Jarid. Chica gosta é de mulher. 2013

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Manual de Comunicação LGBT. Ferdinando Martins, Lilian Romão, Liandro Lindner, Toni Reis. (Org.) [Curitiba]: Ajir Artes Gráficas e Editora, 2010.

BADINTER, Elizabeth. XY: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARIFOUSE, Rafael. STF aprova a criminalização da homofobia. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>” <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>. Acesso em 05 maio 2020.

BARROS, Ana Cláudia. Homofobia motivou um assassinato a cada 27 horas em 2014 no Brasil. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cida->

des/homofobia-motivou-um-assassinato-a-cada-27-horas-em-2014-no-brasil-16032015. Acesso em 10 mar. 2020.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANDÃO, Ana Maria. “E Se Tu Fosses um Rapaz?”: homo-erotismo feminino e construção social da identidade. Tese de Doutorado, Doutorado em Sociologia – Ramo de Teorias e Metodologias Fundamentais. Universidade do Minho, Braga, 2007, 242p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BUTLER, Judith. “Imitación e insubordinación de gênero”. In: Grafías de Eros. Historia, género e identidades sexuales. Buenos Aires: Edelp, 2000.

CERTEAU. Michel de. Escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COTTA, Diego de Souza. Estratégias de visibilidade do movimento LGBT: Campanha não homofobia! – um estudo de caso. (Monografia) Escola de Comunicação ECO. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFRJ, Rio de Janeiro, 2009, 62p.

DERRIDA, Jacques. ROUDINESCO, Elizabeth. De que amanhã... Diálogo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DINIZ, Rozeane Porto. Do “amor” que dizem o nome: as representações das lesbianidades no cordel. (Tese) Programa de Pós Graduação em Literatura e Interculturalidade. Departamento. Departamento de Letras e Artes. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, 2017, 243p.

FACCHINI, Regina. “Sopa de letrinhas?” Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. (Dissertação). Programa de Mestrado em Antropologia Social. Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2002, 241p.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo; Graal 1988.

FRY, Peter. MACRAE, Edward. O que é homossexualidade. São Paulo. Brasiliense, 1985.

GREEN, James N. Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do Século XX. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leita. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LIMA, Viegas de. BORGES, Suzana. Por um estatuto jurídico das relações homoafetivas: uma perspectiva civil-constitucional. Direito Civil Constitucional. Brasília: Editora Obscursos, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MARTINS, Renata. União civil e casamento homoafetivo: entenda a diferença. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/09/uniao-civil-x-casamento-homoafetivoentenda-a-polemica>. Acesso em 20 mar. 2020.

MISKOLCI, Richard. “O Armário Ampliado – Notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet”. Gênero. v. 9, p. 171-190. 2009.

MOTT, Luiz. Amor entre mulheres. (Lampião da esquina) Centro de documentação, professor Doutor Luiz Mott. Nº 12, 1979.

_____. O lesbianismo no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

POETA, Nando. NASCIMENTO, Varneci. Homossexualidade: História e luta. 2009.

PRIORE, Mary Del. História do amor no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. “Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem ‘politicamente correta’”. In: SILVA, F. & MOURA, H. (Orgs.). O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico. Florianópolis: Insular. p. 93-102.

RAMOS, Mauro. 10% dos brasileiros são LGBTI, mas estão sub-representados na política. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/06/19/cerca-de-10-da-populacao-brasileira-pessoas-lgbti-sao-sub-representadas-na-politica>. Acesso em 10 mar. 2020.

SANTOS, Andressa Regina Bissolotti dos. SILVA, Henrique Kramer da Cruz e. “Identidade LGBT e capitalismo: a construção histórica da homofobia e as estratégias jurídicas para seu combate”. In: Jornada de Iniciação Científica do PET-DIREITO/UFPR, Curitiba. Anais da XV Jornada de Iniciação Científica. v. 1. p. 106-13, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, p. 71-99, jul./dez. 1990.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. “A epistemologia do armário”. Cadernos Pagu. Scielo. V. 28. p. 19-54, janeiro-junho 2007.

SILVA, Deonísio. De onde vêm as palavras. Palavras, origens e curiosidades da Língua Portuguesa. São Paulo, Girafa Editora, 2004.

SILVA, Salete Maria da. *Lesbecause*. 2008.

SWAIN, Tânia Navarro. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. “O que a história não diz, nunca existiu?” *As amazonas brasileiras*. *Caminhos da História (UNIMONTES)*, v. 9, p. 29-48, 2004.

_____. “Feminismo e Lesbianismo: a identidade em questão”. *CADERNOS Pagu: Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX*. Campinas: ed. UNICAMP, v. 12, p. 109-120, 1999.

SPARGO, Tamsim. *Foucault e a teoria queer*. Tradução Vladimir Freire. Rio de Janeiro: Plauzin, Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

VIÑUALES, Olga. *Lesbofobia*. Barcelona: Bellaterra, 2002.

Análise qualitativa das atitudes de profissionais de saúde no atendimento oferecido às usuárias lésbicas

Qualitative analysis of the attitudes of health professionals in the service offered to lesbian users

Michael Augusto Souza de Lima

*Doutor em Psicologia/Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba.
michaelsouzalima@gmail.com*

Ana Alayde W Saldanha

*Doutora em Psicologia/ Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba.
analayde@gmail.com*



Resumo

O presente estudo teve por objetivo realizar a análise de atitudes de médicos(as), enfermeiros(as), técnicos(as) de enfermagem e agentes comunitários de saúde que atuam em USF (Unidade de Saúde da Família) acerca das práticas afetivo-sexuais e da vulnerabilidade em saúde sexual de lésbicas. Tratou-se de um estudo exploratório e descritivo, de caráter transversal, com design qualitativo, realizado em Unidades de Saúde da Família, por meio da aplicação, junto a profissionais de saúde, de um questionário de atitudes. Ocorreu uma diversificação de atitudes em relação aos questionamentos realizados junto aos profissionais, tanto favoráveis quanto desfavoráveis em relação a importância da revelação, por parte da usuária, de sua orientação sexual, sobre o quadro de vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis em lésbicas e acerca da existência de especificidades em saúde sexual de lésbicas.

Palavras-chave: Lésbicas. Atitudes. Saúde Sexual. Profissionais de Saúde.

Abstract

The present study aimed to carry out the analysis of the attitudes of doctors, nurses, nursing technicians and community health workers who work in USF (Family Health Unit) about affective practices and sexual vulnerability of lesbians. It was an exploratory and descriptive study, of transversal character, with qualitative design, carried out in Family Health Units, through the application, with health professionals, of an attitudes questionnaire. There was a diversification of attitudes in relation to the questions asked by the professionals, both favorable and unfavorable in relation to the importance of the revelation, on the part of the user, of her sexual orientation, about the vulnerability to sexually transmitted infections in lesbians and about the existence of sexual health specificities of lesbians.

Keywords: Lesbians. Attitudes. Sexual Health. Health Professionals.

Introdução

O presente estudo teve por objetivo realizar a análise de atitudes de médicos(as), enfermeiros(as), técnicos(as) de enfermagem e agentes comunitários de saúde que atuam em Unidades de Saúde da Família (USF's) acerca das práticas afetivo-sexuais e da vulnerabilidade em saúde sexual de lésbicas.

Parte-se na percepção de que ações discriminatórias praticadas por alguns profissionais nos serviços de saúde poderiam estar atreladas à existência de atitudes desfavoráveis para com as mulheres lésbicas. Segundo Fébole e Moscheta (2017, p. 10), os profissionais seriam treinados para prestar o atendimento “dos corpos heteronormativos”, fato que é evidenciado pela recorrente heterossexualidade presumida das usuários por parte dos profissionais (BARBOSA; FACCHINI, 2009), de modo que, quando ficam de frente àquelas que fogem dessa heteronormatividade esperada, ocorre uma busca incessante por tentar normatizar aquilo que está fora do seu meio de inteligibilidade, fato que pode ser comprovado, por exemplo, quando os profissionais ignoram especificidades e demandas em saúde sexual destas mulheres, mesmo quando as próprias usuárias lhes revelam que mantém relações sexuais com outras mulheres (PINTO, 2004).

Neste sentido, como destacam Buss e Pellegrini Filho (2007), a orientação sexual e a identidade de gênero podem ser consideradas importantes determinantes dentro do processo saúde-doença dos usuários dos serviços de saúde. Além disso, segundo Araújo, Galvão, Saraiva e Albuquerque (2006), a relação usuária-profissional que se constrói nos serviços de saúde possui grande influência na qualidade do atendimento, especialmente naqueles em que temas como as práticas sexuais podem ser abordados.

Existiriam diferenças na relação entre o profissional de saúde e a usuária lésbica que estariam associadas à orientação sexual dessas mulheres (CARVALHO, 2013). Tratam-se, por exemplo, de situações de apreen-

são por parte das usuárias lésbicas em decorrência do receio de serem alvo de algum comportamento discriminatório; ou por reações inadequadas dos profissionais, quando elas revelam sua orientação sexual.

Assim, considera-se possível que atitudes desfavoráveis à homossexualidade feminina possam embasar a ocorrência de comportamentos lesbofóbicos, bem como promover a descaracterização das lésbicas enquanto seres humanos, detentores de direitos, com demandas específicas e necessidades de atendimento direcionado a suas particularidades em saúde (PAULINO; RASERA; TEIXEIRA, 2019).

Parte-se da compressão de que os atos discriminatórios são decorrentes de atitudes do indivíduo, que atuam como predisposições para as futuras ações, variando em direção e intensidade (TANAKA, 2007). As atitudes podem se materializar por meio de uma resposta verbal de opinião, bem como por meio de algum tipo de comportamento não-verbal, podendo estas serem admitidas como espécies de ordem para a ação (ROKEACH, 1981).

Logo, sendo as atitudes consideradas previsoras de comportamentos, essas podem vir a indicar a tendência de comportamentos dos profissionais em relação aos atendimentos prestados à população lésbica. Considerando também que situações de violação podem ocorrer dentro dos serviços de saúde, Melo (2010) salienta que as atitudes de alguns profissionais se expressam por meio de atos discriminatórios, podendo ser de forma velada ou explícita que podem vir a afastar as usuárias dos serviços de saúde, agravando o quadro da vulnerabilidade em saúde dessas mulheres.

Ante ao exposto, evidencia-se que a forma como lésbicas são atendidas nos serviços de saúde, especialmente àqueles que prestam atendimento em saúde sexual, pode também ser perpassada por elementos subjetivos, como as atitudes dos profissionais de saúde em relação à homossexualidade feminina. Dessa forma, torna-se relevante compreender

como as atitudes dos profissionais de saúde norteiam suas condutas profissionais, e de que forma estes elementos podem refletir no atendimento em saúde recebido pelas usuárias lésbicas.

Método

Tratou-se de um estudo exploratório e descritivo, de caráter transversal, com design qualitativo, que permitiu a análise das atitudes de médicos(as), enfermeiros(as), técnicos(as) de enfermagem e agentes comunitários de saúde que trabalham em Unidades de Saúde da Família acerca das práticas afeito-sexuais de lésbicas.

Amostra e Participantes

Segundo informações contidas no site da Prefeitura Municipal de João Pessoa a cidade de João Pessoa/PB (JOÃO PESSOA, 2018) está demarcada territorialmente sob a forma de cinco Distritos Sanitários (Distrito Sanitário I, Distrito Sanitário II, Distrito Sanitário III, Distrito Sanitário IV e Distrito Sanitário IV). Assim, foram selecionadas as USF's isoladas (aquelas que atuam com uma única equipe) dentre as 87 unidades isoladas existentes; bem como os profissionais destas equipes a partir de um cálculo amostral por conveniência de 10% das unidades em cada distrito.

A decisão pelas unidades isoladas ocorreu devido ao fato deste tipo de unidade corresponder à maioria das USF's que atendem a população da cidade, logo, é este tipo de serviço de Atenção Básica que a população mais teria acesso. Além disso, a escolha também buscou evitar a existência de possíveis vieses nos resultados devido a diferença estrutural, processo de trabalho e prestação de serviços que possam existir entre as unidades isoladas e as integradas de saúde.

Assim, a escolha das USF's visitadas foi determinada por um processo de múltiplos estágios e que se dividiu em três etapas: agrupamen-

to de todas às USF's pertencentes a cada Distrito Sanitário, escolha das USF's e a escolha dos profissionais do serviço. Obedecendo ao critério de proporcionalidade dos Distritos, foram selecionadas por amostra de conveniência 10% do total das USF's em cada Distrito, atingindo uma amostra total de 8 unidades de saúde, localizadas em 8 bairros da cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Já para determinação do recorte amostral, foi utilizado o critério de saturação teórica, que considerou alcançada a saturação quando nenhum novo elemento foi encontrado e o acréscimo de novas informações deixou de ser necessário, pois percebeu-se que o aumento da amostra não mais alteraria a compreensão do fenômeno estudado. Trata-se de um critério que permite estabelecer a validade de um conjunto de dados na pesquisa qualitativa (THIRY-CHERQUES, 2009). Logo, o ponto de saturação utilizado no presente estudo foi o momento em que se percebeu que as respostas formaram dicotomias de atitudes, de modo que novos participantes tendiam a expressar atitudes favoráveis ou desfavoráveis em relação às questões levantadas.

Os dados foram coletados durante um período de cinco meses, de novembro de 2018 até março de 2019. Foram adotados os seguintes critérios de exclusão: (a) recusa a participar do estudo; (b) o participante não ser médico(a), enfermeiro(a), técnico(a) de enfermagem ou agente comunitário de saúde da USF. Assim, fizeram parte da amostra final do estudo 31 (trinta e um) participantes, sendo estes profissionais de saúde atuantes nas Unidades de Saúde visitadas.

É importante destacar que durante a coleta de dados ocorreram algumas recusas por parte de alguns profissionais de saúde, alguns justificando desinteresse na temática do estudo, outros justificando falta de tempo para responder ao questionário proposto. Ao todo, contabilizou-se a rejeição de sete participantes.

Instrumentos

Para a coleta dos dados foram utilizados dois questionários, um sociodemográfico, com o intuito apenas de caracterizar a amostra, e o outro, referente às atitudes dos profissionais, composto por quatro perguntas criadas de modo a tornar possível com que as atitudes dos participantes em relação ao objeto de pesquisa pudessem ser evocadas e assim expressas em suas repostas, tendo como base o estudo do mestrado acadêmico.

A opção por utilização de um questionário como instrumento para verificação das atitudes se deu em decorrência da necessidade de se fazer uso de um método de coleta adequado mediante o tamanho restrito da amostra, além disso, buscou-se preservar o design qualitativo do estudo.

As perguntas que compuseram o questionário de atitudes foram:

- 1) *Você acredita ser importante que os profissionais de saúde conheçam a orientação sexual das usuárias? Por quê?*
- 2) *Você acredita que as usuárias lésbicas deveriam revelar sua orientação sexual para os profissionais de saúde? Por quê?*
- 3) *Você acredita que as lésbicas, por não manterem relações sexuais com homens, podem ser consideradas invulneráveis às IST's? Por quê?*
- 4) *Você acredita que lésbicas possuem especificidades de cuidado em saúde sexual? Se sim, quais?*

Procedimento para Coleta dos Dados

O presente estudo foi submetido e apreciado junto a Gerência de Educação na Saúde (GES) da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Paraíba, Brasil. Onde, após aprovação da GES e emissão da Carta de Anuência, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do

Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, por meio da Plataforma Brasil, para que o mesmo pudesse ter autorizada sua execução. Após a apreciação pelo referido comitê de ética em pesquisa, o projeto foi aprovado sob o número CAAE: 71675917.0.0000.5188, parecer número: 2.304.028. Em seguida, foi emitido pela GES o encaminhamento necessário para realização da pesquisa junto às USF's da cidade de João Pessoa.

De posse do encaminhamento, foi realizado contato inicial junto às USF's escolhidas para que fosse possível a apresentação de toda documentação que autorizou a execução do estudo, sendo apresentada também a proposta do estudo para assim ser pactuada a inserção do pesquisador no local de coleta dos dados.

Assim, faz-se necessário destacar que esse estudo seguiu todos os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) sobre pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

Análise dos Dados

Os dados obtidos a partir dos questionários de atitudes foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo categorial temática (MINAYO, 2014), com categorias criadas *a posteriori*. Para a finalização das categorias foi solicitado o auxílio de dois juízes, ou seja, duas pessoas designadas para avaliar o processo de análise dos dados, e que puderam constatar se todos os trechos representativos estariam em consonância com os agrupamentos e classes temáticas elaborados. Trata-se de um procedimento necessário para que seja possível atribuir maior confiabilidade à validade dos resultados.

Resultados e Discussão

Aspectos Sócio-demográficos

A idade dos participantes variou de 25 a 49 anos. Em relação ao gênero, a maioria (N=22), foram do gênero feminino. Acerca dos cargos ocupados, oito são médicos, treze são enfermeiros ou técnicos de enfermagem e dez são agentes comunitários de saúde. Em relação ao tempo de atuação dos participantes no serviço de atenção básica em saúde variou de 1 a 20 anos.

Análise de Conteúdo Temático-Categorial

A análise de conteúdo categorial temática foi realizada a partir do questionário de atitudes composto por cinco questões e que foi aplicado junto aos participantes que aceitaram participar do estudo. Como resultados, foram extraídas 12 categorias iniciais, que foram agrupadas, com base nos temas que suscitaram, em 3 categorias intermediárias, e novamente agrupadas até que fosse possível se alcançar 2 categorias finais, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1: Análise Categorical Temática das Atitudes

CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Ajuda a Romper Preconceitos. 2. Oferecimento de Atendimento Adequado às Necessidades. 3. Oferecimento de Acolhimento. 4. Favorece a formação de Vínculos de Confiança. 	<p>Qualidade do Atendimento</p>	<p>I. Conhecimento sobre a Orientação Sexual</p>
<ol style="list-style-type: none"> 1. Indiferente para o Atendimento. 2. Assunto Íntimo da Usuária. 3. Desconsideração de Especificidades. 4. Desconsideração da Vulnerabilidade em Saúde. 	<p>Irrelevante para o Atendimento</p>	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Necessidade de Prevenção. 2. Formas de Transmissão de IST's entre Mulheres. 3. Risco pela Presença Masculina para Transmissão de IST's. 4. Existência de Especificidades em Cuidados em Saúde. 	<p>Conhecimentos sobre IST's</p>	<p>II. Vulnerabilidade às ISTs</p>

Fonte: Dados da Pesquisa

Conhecimento sobre a Orientação Sexual

Qualidade do Atendimento

A categoria final “Conhecimento sobre Orientação Sexual” agrupou categorias intermediárias e iniciais que possuem como conceito norteador as atitudes dos participantes frente a importância do conhecimento sobre a orientação sexual das usuárias. Neste sentido, foram localizadas duas categorias intermediárias, sendo a primeira delas nomeada de “Qualidade do Atendimento”. Nesta categoria, alguns participantes destacaram que o conhecimento sobre a orientação sexual da usuária pode auxiliar na ruptura de preconceitos:

“Diria que é essencial para que possamos compreender todos os aspectos que envolvem a orientação sexual da pessoa. Existem conflitos que podem advir e que podem ser atenuados ou melhorados. É interessante que o tema faça parte da consulta na atenção básica para rompermos tabus e preconceitos” (Participante 6; Gênero Feminino; Médica).

“Sim, acho importante para dar visibilidade as minorias e ajudar a acabar com o preconceito e aumentar a aceitação” (Participante 30; Gênero Masculino; Enfermeiro).

A partir das respostas dos participantes 6 e 30, infere-se a existência de atitudes favoráveis acerca da necessidade de conhecimento da orientação sexual das usuárias por parte dos profissionais de saúde, visto que, para estes participantes, essa informação poderá auxiliar na superação de preconceitos pelos quais esta população é historicamente vitimizada. Neste sentido, destaca-se ser muito positivo que os participantes considerem importante esse conhecimento como forma de superação do preconceito, contudo, questiona-se como este fato poderia ocorrer na prática diária dos profissionais.

Estudos como o de Araújo, Galvão, Saraiva e Albuquerque (2006); Lionço (2008); Barbosa e Facchini (2009) e Melo (2010) apontam a ocorrência de preconceito e discriminação para com usuárias lésbicas nos serviços de saúde, situações que estão distantes de uma superação do preconceito.

Embora a revelação da orientação sexual possa ser considerada um importante passo para que seja alcançada a visibilidade social desta população, e em certo grau, promover o combate ao preconceito, sabe-se que essa informação por si só não é suficiente para uma mudança global de comportamentos em todos os profissionais.

Contudo, não se pode descartar que o conhecimento acerca da orientação sexual das usuárias de fato possa contribuir para ocorrência de atendimentos adequados às necessidades dessas mulheres, visto que, de posse da informação sobre a correta orientação sexual destas, os profissionais evitariam fazer uso da heteronormatividade compulsória, que ocorre quando passam a determinar a heterossexualidade presumida delas. Assim, infere-se que, nas respostas de alguns participantes, evidenciam-se atitudes favoráveis frente a revelação da sexualidade por parte das usuárias, considerando que este fato pode, dentre outros fatores, influenciar positivamente no atendimento prestado:

“Sim, para que se possa oferecer a orientação correta de acordo com a orientação da paciente” (Participante 15; Gênero Feminino; Enfermeira).

“Acredito ser importante, porque assim, o atendimento é mais direcionado, e isso evita que a gente cometa erros, como achar que a pessoa tem parceiro do sexo oposto, quando na verdade é o do mesmo sexo” (Participante 18; Gênero Feminino; Técnica de Enfermagem).

“Sim, claro! Para poder orientarmos mais adequadamente sobre como se prevenir contra doenças e outras questões” (Participante 25; Gênero Feminino; Agente Comunitário de Saúde).

Considera-se que o desafio dos profissionais de saúde vai para muito além da superação de preconceitos e discriminações da população lésbica, visto que, como destacam Paulino, Raseira e Teixeira (2019), faz-se necessário o reconhecimento das usuárias enquanto seres humanos, detentoras de direitos e de dignidade, que possuem demandas específicas em saúde, e que necessitam de acolhimento e atendimento adequados nos serviços de saúde.

Em relação à necessidade de acolhimento, alguns participantes apontaram atitudes favoráveis à revelação da orientação sexual por parte das usuárias como forma de tornar possível o melhor acolhimento nos serviços:

“Sim. Porque é importante conhecer os pacientes para oferecer um acolhimento mais humanizado” (Participante 20; Gênero Feminino; Técnica de Enfermagem).

“Ajuda muito na hora do acolhimento na unidade” (Participante 22; Gênero Masculino; Agente Comunitário de Saúde).

“Sim, porque aí elas podem ter um atendimento melhor, serem mais acolhidas” (Participante 23; Gênero Feminino; Agente Comunitário de Saúde).

A partir das respostas dos participantes 20, 22 e 23, infere-se a existência de atitudes favoráveis sobre a revelação da orientação sexual, por parte das usuárias, para os profissionais de saúde, relacionando esta situação com a possibilidade de favorecimento da ocorrência de um melhor acolhimento oferecido pelos profissionais.

Conforme destacam Buss e Pellegrini Filho (2007), o acolhimento de mulheres lésbicas, nos serviços de saúde, compreende uma tarefa bastante complexa. Para sua efetivação, é fundamental a existência de estratégias específicas na unidade, que devem, entre outros objetivos,

promover a capacitação dos profissionais acerca das especificidades e demandas desta população, tornando possível a ampliação do papel do profissional para além da relação saúde-doença-cuidado, de modo a fazer com que sejam consideradas também as singularidades de cada usuária (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Os resultados até então demonstram a existência de atitudes favoráveis por parte dos participantes em relação à revelação da orientação sexual da usuária, posicionamento bastante positivo frente às situações de discriminação e preconceito pelas quais diversas mulheres têm enfrentado e que já foram abordados em diferentes estudos (MORENO-GUTIÉRREZ, 2007, MELO, 2010).

Irrelevante para o Atendimento

A segunda e última categoria intermediária que compõe a categoria final “Conhecimento sobre Orientação Sexual” foi intitulada de “Irrelevante para o Atendimento”. Nesta categoria, estão agrupadas as respostas dos participantes que indicam a existência de atitudes desfavoráveis em relação ao ato de revelação da orientação sexual por parte das usuárias à equipe das USF’s.

Inicialmente, foram identificadas respostas que sinalizam atitudes desfavoráveis à revelação da orientação sexual por parte das usuárias, de modo que para alguns participantes, tal revelação não faria nenhuma diferença na qualidade do atendimento prestado por estes profissionais de saúde às usuárias, conforme as respostas destacadas a seguir:

“Não. Não acho que influencia na orientação e cuidado que eu dou a eles” (Participante 3; Gênero Feminino; Médica).

“Não acredito que haja importância que nós saibamos a orientação de outrem; a não ser que o próprio paciente queira que saibamos” (Participante 4; Gênero Masculino; Médico).

“Não. Essa informação é irrelevante para um atendimento em saúde” (Participante 19; Gênero Feminino; Técnica de Enfermagem).

“Não. Não faz nenhuma diferença na forma como será tratada pela equipe” (Participante 31; Gênero Feminino; Técnica de Enfermagem).

Assim, a partir das respostas dos participantes 3, 4, 19 e 31, é possível inferir a existência de atitude desfavorável à revelação da orientação sexual por parte das usuárias. De forma geral, com base nas respostas dos participantes, percebe-se que estes parecem acreditar que a informação acerca da orientação sexual da usuária não teria nenhuma influência no atendimento prestado. Não é possível afirmar que tal posicionamento surge em decorrência de parte dos participantes considerarem que este dado seria irrelevante porque acreditam que ser mais indicada a prestação de um atendimento igualitário a todas às usuárias, desconsiderando suas especificidades, ou se estão emitindo um posicionamento de que mesmo diante desta informação, desconsiderariam este dado, por exemplo, por motivos de ordem pessoal.

Contudo, evidencia-se que a desconsideração da orientação da sexualidade das lésbicas é um agravante ao quadro da vulnerabilidade, bem como um fator que intensifica ainda mais a situação de invisibilidade social que atinge esta população. Trata-se de um dado importante e preocupante, que corrobora Granado (1998), que apontou em seu estudo que a revelação da orientação sexual é algo de suma importância para o estabelecimento de um atendimento adequado, contudo, é sabido que trata-se de uma decisão bastante delicada e que por isso não deveria ser jamais desconsiderada pelos profissionais de saúde.

Destaca-se que, ao desconsiderarem a orientação sexual das usuárias lésbicas, os profissionais de saúde passariam a oferecer um atendimento genérico a estas mulheres, não direcionados às suas realidades. As respostas dos participantes a seguir enfatizam esta situação:

“Não. Não seria algo que afetaria o atendimento. Todos precisam ser tratados de forma igual, sem distinção. O atendimento deve ser igual para todos os pacientes, independente das diferenças, que não devem ser consideradas” (Participante 7; Gênero Masculino; Médico).

“Não, independente de sua orientação sexual, serão tratados igualmente”. (Participante 17; Gênero Feminino; Enfermeira).

Embora não seja possível afirmar, acredita-se, a partir das respostas destacadas, que nas respostas dos participantes 7 e 17 podem estar presentes expressões relacionadas à busca por oferecer um atendimento igualitário como forma de afirmação de que suas práticas profissionais estariam, nas suas percepções, embasadas em ações de igualdade, livre de distinção relativos à orientação sexual. Trata-se na verdade de um discurso raso, e que demonstra um desconhecimento dos participantes acerca do que seria equidade em saúde, princípio norteador do Sistema Único de Saúde (SUS). Tais respostas se contradizem na tentativa de justificarem a necessidade de um atendimento igualitário, mas sem considerar que as desigualdades existem, e que a principal forma de as combater, nos atendimentos em saúde, seria considerar as diferenças. Primeiro porque as mulheres não são iguais e, segundo, porque as diferenças existem, já foram comprovadas por estudos epidemiológicos nacionais e internacionais, e tentar desconsiderá-las, tornando como ideal o discurso da igualdade fundada na ignorância das diferenças, faz com que estes profissionais cada vez mais reforcem as desigualdades e a invisibilidade para esta população.

Em outras repostas, foi percebido que alguns participantes justificaram suas atitudes desfavoráveis à consideração da informação sobre a orientação sexual das usuárias dos serviços de saúde, a partir da noção de que a orientação sexual faria parte da individualidade de cada pessoa, e por isso, deveria ser preservada ou até omitida:

“Não acho que ser obrigação e sim se as pacientes acharem pertinente” (Participante 3; Gênero Feminino; Médica).

“Não. Porque faz parte da individualidade da paciente, que deve ser respeitada” (Participante 8; Gênero Masculino; Médico).

“Não. Porque é um assunto que só diz respeito a ela” (Participante 13; Gênero Feminino; Técnica de Enfermagem).

“Trata-se de uma particularidade da paciente, se ela quiser falar a respeito, tudo bem, caso contrário, não faz diferença” (Participante 19; Gênero Feminino; Técnica de Enfermagem).

“Na verdade, acho invasivo, pois é algo particular da pessoa” (Participante 31; Gênero Feminino; Técnica de Enfermagem).

Aqui também não seria possível afirmar, se para os participantes que emitiram respostas se posicionando sobre a pessoalidade da orientação das usuárias, de fato, a orientação sexual é encarada por estes como um tabu, um tema delicado, como algo pertencente ao íntimo de cada um, ou se, na verdade, tais repostas apenas são estratégias para retirar desses profissionais a obrigatoriedade de prestarem atendimento direcionado às especificidades das usuárias lésbicas. Contudo, independente do motivo, as atitudes desfavoráveis a esta situação possuem consequências na promoção e no cuidado à saúde destas mulheres.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2011) passou a incentivar a inclusão dos quesitos de orientação sexual e de identidade de gênero, nos prontuários clínicos, haja visto essa ser a única maneira de saber se uma mulher se identifica enquanto lésbica, bissexual ou simplesmente mantém relações sexuais com mulheres ou se um homem é gay, bissexual e/ou faz sexo com outro homem. Contudo, é importante destacar que a resposta advinda desta pergunta deve ser usada pelo profissional em favor do atendimento e da usuária, de modo que a partir dela o atendimento possa de moldado, tendo como ênfase o respeito e a ética profissionais.

Além disso, Rodrigues (2011) salienta que cabe as usuárias, e unicamente a elas, a decisão pela revelação da homossexualidade, bem como o interesse em manter discussões sobre suas práticas sexuais. A opção por não revelar é um direito da mulher, logo, deve haver respeito de toda equipe para com a usuária que opte em manter o silêncio em relação a este assunto. Por isso, o treinamento prévio dos profissionais é fundamental para que os mesmos adquiram conhecimento técnicos de como manusear estas situações. A forma como o assunto é abordado e introduzido durante o atendimento pode auxiliar na decisão das usuárias em revelar ou não a orientação sexual.

Contudo, a capacitação técnica, isolada, pode não ser suficiente para o desenvolvimento de habilidades nos profissionais, visto que, por estarem lidando com vidas humanas, que muitas vezes carregam traumas, medos e inseguranças decorrentes, geralmente, de experiências de exclusão em diferentes contextos, faz-se necessário que estes profissionais tomem reflitam sobre a importância de abandonar preconceitos internos, estigmas e crenças distorcidas sobre a diversidade sexual humana. Assim, esses passariam a tentar policiar condutas erradas, formas de expressão que carreguem preconceitos, bem como ampliar a visão de que, pare além de uma orientação sexual, a pessoa a sua frente é um ser humano em sua totalidade, detentor de direitos e que deve ter sua dignidade garantida. É um trabalho conjunto, entre a técnica e subjetividade, que poderá propiciar transformações culturais.

Vulnerabilidade às IST's

Conhecimentos sobre IST's

A categoria final “Vulnerabilidade às IST's” agrupou uma categoria intermediária e algumas categorias iniciais que possuem como conceito norteador as atitudes dos profissionais de saúde frente a possibilidade

de as lésbicas serem menos vulneráveis às IST's. Assim, esta categoria final foi constituída por uma única categoria intermediária, denominada "Conhecimentos sobre IST's".

Quando questionados sobre a possível existência de uma invulnerabilidade do corpo lésbico às IST's, alguns profissionais de saúde emitiram respostas que podem ser inferidas como atitudes contrárias à crença da possível invulnerabilidade do corpo lésbico:

"Não. Qualquer pessoa que tenha vida sexual ativa pode contrair ISTs" (Participante 3; Gênero Feminino; Médica).

"Não acredito. Já é sabido que ISTs não são exclusividades de relações heteroafetivas, mas independem dos gêneros que a praticam" (Participante 4; Gênero Masculino; Médico).

"Acredito que não exista tal invulnerabilidade, não é uma questão isolada por gênero" (Participante 6; Gênero Feminino; Médica).

"Não são invulneráveis, mas possuem um risco bem menor. Não conheço nenhum caso de mulher lésbica com IST adquirido em relação só com outra mulher" (Participante 8; Gênero Masculino; Médico).

A partir das respostas dos participantes 3, 4, 6 e 8, infere-se a existência de atitudes contrárias acerca da ideia de que as mulheres lésbicas, por manterem práticas sexuais com outras mulheres, seriam invulneráveis às IST's. Trata-se de um resultado interessante, visto que se difere dos resultados de alguns estudos anteriores, como o de Melo (2010), em que foi identificada a ocorrência da ideia de invulnerabilidade às IST's nas mulheres lésbicas, por parte dos profissionais de saúde.

Contudo, não se pode deixar de destacar a resposta do participante 8, que embora considere que as lésbicas não são totalmente invulneráveis às IST's, salienta que esta vulnerabilidade, mesmo existente, seria

menor, se comparada a outras populações pois, segundo o participante, desconhece casos de IST's adquiridas em relacionamentos unicamente entre lésbicas. Esta visão pode estar relacionada a outro elemento identificado nas respostas de alguns participantes, que seria a ideia de que o agravamento no quadro da vulnerabilidade, só ocorreria, diante da presença das práticas sexuais com homens, o que, de certa forma, atribui ao corpo masculino à culpa pelo aumento da vulnerabilidade às IST's.

“Se praticaram relação sexual com homens em um momento anterior” (Participante 1; Gênero Feminino; Médica).

“Como não tem presença de homem acho que o risco é menor” (Participante 31; Gênero Feminino; Técnica de Enfermagem).

Este resultado corrobora os resultados de Melo (2010), que também identificou uma associação, realizada por profissionais de saúde, entre a participação masculina nas práticas sexuais e o maior risco à transmissão de IST's, já que, para alguns participantes de seu estudo, o corpo masculino também foi considerado como principal meio de transmissão das infecções.

Trata-se de uma visão controvertida, que pode vir a reforçar a falácia do corpo feminino como menos vulnerável, podendo dessa forma estimular que práticas sexuais desprotegidas ocorram com maior frequência entre as mulheres, sob amparo de que seus corpos, em decorrência de suas práticas sexuais, seriam menos propensos às IST's, bem como, poderia fazer ressurgir na sociedade a crença, já superada, de que seriam os homens, especialmente os homossexuais, os principais responsáveis pela disseminação de infecções sexualmente transmissíveis, ideia que foi recorrente na década de 1980 por ocasião da explosão dos casos de infecção pelo vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) no mundo.

Alguns participantes também apontaram quais seriam, nos seus posicionamentos, as possíveis formas de transmissão das infecções entre mulheres:

“Precisam ser avaliados que tipo de objetos são usados” (Participante 1; Gênero Feminino; Médica).

“Se existe contato com fluídos e meios de atrito, pode haver contaminação” (Participante 6; Gênero Feminino; Médica).

“Podem pegar doenças sim, pelo ato desprotegido” (Participante 11; Gênero Feminino; Técnica de Enfermagem).

“Não, elas podem pegar. Porque se a parceira tem, através do sexo oral e do contato corpo-a-corpo e dos brinquedos pode haver contaminação” (Participante 15; Gênero Feminino; Enfermeira).

A partir das respostas das participantes 1, 6, 11 e 15, é possível inferir que, para estes participantes, existiriam algumas formas de transmissão das infecções entre mulheres. As participantes 1 e 15, por exemplo, destacam, de forma geral, que se faz necessário atentar para os tipos de objetos que são utilizados durante as práticas sexuais. Possivelmente as participantes fazem referência ao uso de brinquedos eróticos, como vibradores, dildos, plugs, entre outros, que costumam ser usados nas práticas sexuais, sejam entre mulheres ou não.

Esse aspecto foi anteriormente apontado por Pinto (2004), que evidenciou em seu estudo que o compartilhamento de acessórios sexuais não higienizados ou sem trocas de preservativo seria um fator agravante de risco às IST's. Além disso, é importante que em suas práticas, as lésbicas atentem para os tipos e formatos de objetos a serem utilizados, visto ser necessário que estes sejam anatomicamente indicados para serem utilizados nas práticas sexuais, de modo a não provocarem ferimentos na região genital, que poderiam vir a servir de porta de entrada às IST's.

Considerações Finais

De forma geral, ocorreu uma diversificação de posicionamentos em relação aos questionamentos realizados junto aos profissionais. Contudo, chamaram atenção, principalmente, aqueles desfavoráveis a questões que de alguma forma poderiam auxiliar na promoção do cuidado e na melhoria dos atendimentos em saúde prestados às lésbicas. Destaca-se por exemplo, atitudes desfavoráveis à necessidade de conhecimento dos profissionais acerca da orientação sexual das usuárias. Ao considerarem essa informação irrelevante, alguns profissionais passam também a desconsiderar, inevitavelmente, à necessidade de que o atendimento deva ser baseado nas necessidades reais das usuárias, e assim, conseqüentemente, poderiam estar oferecendo um atendimento genérico e pouco efetivo às suas realidades.

A fala de alguns profissionais que apontaram oferecerem um atendimento invariável para todas as usuárias também foi considerado um ponto preocupante. Trata-se da ideia de que todos merecem ser tratados igualmente, sem diferenças, o que a princípio pode parecer uma prática que ensaia uma aproximação ao princípio da universalidade proposto pelo SUS. No entanto, esse discurso pode ter como pano de fundo o fato de alguns profissionais desconsiderarem a necessidade de atuação baseada em um outro princípio do SUS, que, por sua vez, evidencia a importância equidade, considerando as diferenças de cada usuária, como forma de diminuir as iniquidades. Oferecer um atendimento equânime seria a principal maneira de vencer as diferenças, pois dessa forma, os profissionais poderiam perceber as diferenças, sem desconsiderá-las, de modo a alcançar a igualdade de oportunidades de cuidado para todas as usuárias.

De forma quase unânime, os participantes também apresentaram atitudes discriminatórias que podem ser consideradas desfavoráveis à ideia de que os corpos lésbicos seriam invulneráveis às IST's, o que apontou a existência de conhecimento dos profissionais sobre os riscos

às infecções nesta população. No entanto, esse resultado se contradiz, por exemplo, ao fato de alguns participantes atribuírem à presença do corpo masculino a culpa pela transmissão das IST's, o que reforçaria a falácia da invulnerabilidade das relações exclusiva entre mulheres.

Considera-se que o objetivo proposto foi alcançado, e espera-se que os resultados alcançados possam contribuir na formação de um grande panorama - junto a outras pesquisas na mesma temática - acerca da realidade vivenciada por lésbicas nos serviços de saúde da atenção básica oferecidos pelos SUS, auxiliando assim na elaboração de novas políticas públicas de saúde com enfoque na promoção da saúde dessa população.

Como sugestão de estudos futuros, indica-se a possibilidade de novas investigações e análises de crenças de profissionais de saúde atuantes em outras modalidades de serviços, como os serviços de saúde privados e clínicas específicas, de modo a tornar possível um estudo comparativo de posicionamentos dos profissionais a partir do contexto do tipo de serviço oferecido.

Os autores agradecem pelo apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) que financiou essa pesquisa (Código de Financiamento 001), por meio da concessão mensal de bolsa de Doutorado.

Referências

ARAÚJO, Maria Alix Leite de; GALVÃO, Marli Teresinha Gimenez; SARAIVA, Micheli Moraes Martins; ALBUQUERQUE, Angela Dias de. Relação Usuária-profissional de Saúde: experiência de uma mulher homossexual em uma unidade de saúde de referência de Fortaleza. *Escola Anna Nery*, 10(2), 323-327. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v10n2/a22v10n2.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BARBOSA, Regina Maria; FACCHINI, Regina. Acesso a Cuidados Relativos à Saúde Sexual entre Mulheres que fazem Sexo com Mulheres em São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(Supl.2), 291-300. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2009001400011&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0102-311X2009001400011>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT*. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa – Brasília: Ministério da Saúde. 2011.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A Saúde e seus Determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 17(1), 77-93. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

CARVALHO, Vanessa Azambuja. *As Representações Sociais de Mulheres Lésbicas sobre Atenção à sua Saúde*. Trabalho de Conclusão de curso de Especialização. (Curso de Especialização em Saúde Pública) Faculdade de Medicina, Departamento de Medicina Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pelotas, 2013. p. 50.

FÉBOLE, Daniele da Silva; MOSCHETA, Murilo dos Santos. *A População LGBT e o SUS: produção de violências no cuidado em saúde*. Em: V Simpósio Internacional em Educação Sexual - saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidade de Gênero. Maringá. 2017. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3164.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2020.

GRANADO, Luiza. *Mitos sobre a Relação entre Mulheres e a Transmissão de DST/HIV*. Boletim Ousar Viver, São Paulo. 1998.

JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal de João Pessoa. Distritos Sanitários. 2018 Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/saude/distritos-sanitarios/>> Acesso em: 19 mai. 2020.

LIONÇO, Tatiana. Que direito à Saúde para a População GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde e Sociedade*, 17(2), 11-21. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200003> Acesso em: 10 fev. 2020.

MELO, Ana Paula Lopes de. “Mulher Mulher” e “Outras Mulheres”: Gênero e homossexualidade(s) no Programa de Saúde da Família. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rede Sirius/cbc, Rio de Janeiro, 2010. p. 151.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORENO-GUTIÉRREZ, Nelly Irene. Situación de Salud Sexual y Reproductiva, Hombres y Mujeres Homosexuales Hospital Maria Auxiliadora. *Revista Peruana de Obstetricia y Enfermería*, 3(1), 02-16, jun. 2007. Disponível em: <<https://www.aulavirtualusmp.pe/ojs/index.php/rpoe/article/view/536>> Acesso em: 15 fev. 2020.

PAULINO, Danilo Borges; RASERA, Emerson Fernando; TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. Discursos sobre o Cuidado em Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre Médicas(os) da Estratégia Saúde da Família. *Interface*, 23. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100249> Acesso em: 14 fev. 2020.

PINTO, Valdir Monteiro. *Aspectos Epidemiológicos das Doenças Sexualmente Transmissíveis em Mulheres que fazem Sexo com Mulheres*. Dissertação de Mestrado. Curso de Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 121.

RODRIGUES, Jullian Luiz. *Estereótipos de Gênero e o Cuidado em Saúde Sexual de Mulheres Lésbicas e Bissexuais*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2011. p. 256.

ROKEACH, Milton. *Crenças, Atitudes e Valores*. A. M. M. Barbosa (Trad.). Rio de Janeiro: Ed. Interciência, 1981.

TANAKA, Eliza Dieko Oshiro. O Desenvolvimento de uma Escala de Atitudes Sociais em Relação ao Trabalho da Pessoa com Deficiência. Tese de doutorado (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, 2007. p. 199.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Saturação em Pesquisa Qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. *PMKT: Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia*, 4(08), 20-27. 2009. Disponível em: <http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf> Acesso em: 19 mai. 2020.

**Política Nacional de Saúde
Integral LGBT:
ações teóricas e práticas
no estado da Paraíba/Brasil**

*National Policy of Integral Health of LGBT's:
theoretical and practical actions
in Paraíba/Brazil*

*Política Nacional sobre Salud Integral LGBT:
acciones teóricas y prácticas en
el estado de Paraíba/Brasil*

Marina Batista Chaves Azevedo de Souza

*Professora do Curso de Terapia Ocupacional
da Universidade Federal de Sergipe (UFS)*

*Mestra em Administração e Sociedade na
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)*

*Doutoranda em Terapia Ocupacional na
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)*

e-mail: marinabs91@hotmail.com

04

Resumo

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT foi elaborada para favorecer práticas em prol das especificidades e adversidades de saúde dessa população. O objetivo foi analisar os níveis de institucionalização das ações baseadas nessa política, com base no modelo de Tolbert e Zucker e a partir da compreensão do discurso do agente implementador da política no estado da Paraíba/Brasil. Foram utilizados dados primários e secundários obtidos em entrevista semiestruturada com o representante do órgão gestor da política, e analisados teoricamente a partir do referido modelo. Para organização dos dados foi utilizada análise de conteúdo qualitativa e temática, com categorias definidas *a priori*. Aponta-se baixo nível de institucionalização inconsciente, pioneirismo do estado em ações, e maior concentração dessas no nível especializado de saúde. Conclui-se que é necessário investimento em ações municipais e no nível primário de saúde, que além de ser porta de entrada demanda a mobilização de menos recursos financeiros.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Saúde Pública; Minorias Sexuais e de Gênero; Gestão em Saúde.

Abstract

The National Policy of Integral Health of LGBT's considers adversities related to the health of the target population in favor to run practices for their specificities. This article aims to analyze the levels of institutionalization of the actions in the studied policy, based on the model of Tolbert and Zucker and understanding the discourse of the agent that is implementing the policy in the state of Paraíba/Brazil. Primary and secondary data were captured in semi-structured interviews with a representative of the policy management were used and analyzed theoretically from the model. The data were organized by qualitative and thematic content analysis, with categories defined *a priori*. Experimental results stages of institutionalization in development, low level of unconscious institutionalization, pioneering action by the state and greater concentration of actions at the specialized level of health. It is necessary to invest in municipal actions and at the primary level of health, which, is a gateway for al the society and demands the mobilization of less financial resources.

Keywords: Public Policy; Public Health; Sexual and Gender Minorities; Health Management.

Resumen

La Política Nacional de Salud Integral LGBT fue desarrollada para favorecer prácticas a favor de las especificidades y adversidades de la salud de esta población. El objetivo fue analizar los niveles de institucionalización de acciones basadas en esta política, en base al modelo de Tolbert y Zucker y desde la comprensión del discurso del agente que implementa la política en el estado de Paraíba /Brasil. Se utilizaron datos primarios y secundarios obtenidos en una entrevista semiestructurada con el representante del cuerpo directivo de la política, y se analizaron teóricamente a partir del modelo referido. Para la organización de datos, se utilizó el análisis de contenido cualitativo y temático, con categorías definidas a priori. Se señala un bajo nivel de institucionalización inconsciente, el estado fue pionero en acciones y una mayor concentración de estas en el nivel especializado de salud. Se concluye que es necesario invertir en acciones municipales y en el nivel primario de salud, que además de ser una puerta de entrada, exige la movilización de menos recursos financieros.

Palabras clave: Políticas Públicas; Salud Pública; Minorías Sexuales y de Género; Gestión en Salud.

Introdução

O poder público, apesar de ser designado para, em suas três esferas, assegurar direitos através do desenvolvimento efetivo de políticas públicas, ainda deixa desamparadas parcelas que se encontram à margem da sociedade com relação a afirmação dos Direitos Humanos, ou os direitos às especificidades de saúde, que no Brasil são norteadas através das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse desamparo inviabiliza ou dificulta sobremaneira o acesso integral à saúde da comunidade lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual (LGBT), que detém especificidades de saúde muitas vezes negligenciadas e desrespeitadas (GOMES et al., 2018).

Nesse sentido, a população LGBT é um exemplo de grupo vulnerável no que se refere à saúde e afirmação dos direitos. O princípio da equidade, garantido nas diretrizes do SUS, leva em consideração a “igualdade perante as desigualdades” e é nesse sentido que foi elaborada a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, uma política federal sob responsabilidade do Ministério da Saúde, iniciada no ano de 2008 e que tem o foco em garantir o atendimento às especificidades de saúde relacionadas a população LGBT (BRASIL, 2010). A política mencionada é embasada nos princípios assegurados na Constituição Federal de 1988 e garante a cidadania e dignidade da pessoa humana, reforçadas no objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988).

É importante esclarecer que as adversidades relacionadas à saúde da população LGBT não incluem meramente prevenção, combate, ou tratamento do vírus da imunodeficiência humana (HIV), causador da Aids. É necessário considerar, por exemplo, as violações de direitos e a exposição à homofobia, questões que promovem riscos à saúde física e psíquica desse grupo. No relatório sobre violência homofóbica do Brasil

publicado em 2018, foram 1876 denúncias e 2907 violações de direitos à referida população (BRASIL, 2018).

Ressalta-se, todavia, que apenas a existência de políticas públicas destinadas à atenderem necessidades de grupos específicos, não garante que estas culminarão em benefícios práticos para a população alvo. É exatamente nesse argumento que está pautada a necessidade da presente pesquisa, que busca compreender além da teoria, a prática da política. Ainda, Souza (2003) aponta o excessivo número de estudos sobre políticas públicas nacionais e municipais em detrimento daqueles que abordam as mesmas questões na esfera estadual.

Em estudo anterior sobre a política de saúde LGBT, foi identificado que os estados do Brasil que disponibilizaram mais ações práticas nos sites das secretarias estaduais de saúde voltadas à saúde da população LGBT, foram São Paulo, seguido da Paraíba e do Rio de Janeiro. No estudo, esses três estados apresentam dados contrastantes com os outros locais, o que demonstra baixa aplicabilidade da política a nível nacional. É importante dar continuidade à avaliação de tais ações, dado que essas podem se configurar como replicadas ou inconscientes e estarem contribuindo apenas para os interesses de agentes governamentais envolvidos, fugindo da finalidade de uma política pública (SOUZA; HELAL, 2015).

Dessa forma, têm-se como problema de pesquisa: o que influencia as tomadas de decisões da gestão operacional da política, voltadas à prática desta no estado da Paraíba? Logo, tem-se como objetivo geral: analisar os níveis de institucionalização das ações baseadas na política nacional de saúde LGBT com base no modelo teórico de Tolbert e Zucker, a partir da compreensão do discurso do agente implementador da política no estado da Paraíba. Especificamente, pretende-se: a) descrever as ações realizadas com base na política, no referido estado; b) identificar o nível de institucionalização da política levando em consideração as etapas do modelo teórico escolhido; e c) apontar o principal

tipo de estímulo (legal, mercadológico, responsabilidade social...) que vem influenciando as ações da gestão.

O modelo de Tolbert e Zucker (1996) destaca três fases de institucionalização das ações: habitualização, objetificação e sedimentação. Compreender o discurso gestor foi considerado aqui como um primeiro passo para analisar a implementação da política no local, uma vez que estudos que busquem investigar a opinião e experiência da sociedade civil organizada são também fundamentais para entender o panorama geral da implementação.

Política de saúde para a população LGBT

Em 1982 o Brasil teve suas primeiras eleições legislativas e para governadores desde a instalação da ditadura, abrindo o caminho para a democracia em um contexto ainda autoritário. As eleições dessa época foram decisórias no trajeto político do movimento LGBT, fornecendo subsídios ao ativismo eleitoral com aporte a campanhas legislativas na temática (PECHENY; DEHESA, 2010).

Ao referenciar-se ao Brasil, há de se destacar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I). O segundo PNDH, lançado em 2002, no final do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, apresenta vários desenvolvimentos textuais em relação ao programa anterior em matéria de direitos LGBT. Talvez o principal progresso do PNDH II seja a incorporação de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais (LGBT) entre os grupos sociais que devem ser tratados igualmente no país. Essa incorporação foi uma resposta às críticas da sociedade civil sobre o PNDH I e representa também a adesão do governo para o discurso do Movimento LGBT, o que aumentou a visibilidade de outros segmentos no final da década de 1990 (ITABORAHY, 2012).

Os feitos políticos explicitados no parágrafo anterior culminaram na criação do Conselho Nacional Contra Discriminação (CNCD), em

2002. A chegada do presidente Lula ao governo representou um grande passo na luta do país a favor dos direitos humanos e, em particular, da população LGBT (ITABORAHY, 2012). Lionço (2008) identifica que o direito a não discriminação, bem como o direito à dignidade, são direitos humanos fundamentais, sendo sua violação determinante para a exclusão ou comprometimento do acesso a outros direitos, dentre os quais o direito à saúde.

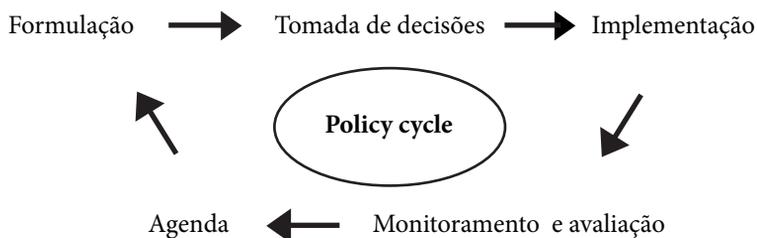
O Brasil vive um movimento paradigmático em relação aos direitos humanos da população LGBT. Se por um lado foram conquistados direitos historicamente resguardados por uma elite heteronormativa e se aprofundou o debate público sobre a existência de outras formas de ser e se relacionar, por outro lado se assiste a uma amedrontadora reação dessa mesma elite, em sua pretensão de violentar e perpetuar a exclusão desses sujeitos (BRASIL, 2011).

A política nacional de saúde integral LGBT surge para veicular a existência de uma nova concepção de saúde acerca das necessidades complexas desse público, que não se restringem às pautadas nas complicações do HIV/Aids, como tradicionalmente e historicamente se compreende. A construção desta Política representa um novo momento, onde se investe no entendimento das diversas especificidades de lésbicas, de gays, de bissexuais, de travestis e de transexuais no que diz respeito às intervenções e processo de saúde-doença (BRASIL, 2011).

A implementação política e a importância dos “agentes implementadores”.

A *Figura 1* explicita o funcionamento de um ciclo de políticas e suas etapas, encarregadas de definir o processo percorrido para que ocorra a implementação.

Figura 1: Etapas do ciclo de políticas.



Fonte: Elaboração própria

A implementação corresponde a execução de atividades pautadas ou baseadas em uma política (como a mobilização de recursos, articulação intersetorial e social). Implementar uma política é permitir que ações sejam realizadas com vistas à obtenção das metas definidas a partir de atividades de planejamento elaboradas no processo de formulação das políticas (SILVA, 2000). De forma geral, implementar é fazer com que, de fato, ações práticas sejam realizadas com base em preceitos e objetivos traçados teoricamente.

Nesse sentido, é importante considerar como primordial na execução de tais ações, a função do “implementador”, a exemplo do cargo de gestor operacional de políticas, aquelas pessoas que são responsáveis pela gestão de órgãos implementadores (como secretarias, coordenadorias, etc). As dificuldades dessa função estão relacionadas à noção da implementação como “elo perdido” (vicissitudes dessa etapa).

O mal entendimento e execução desta etapa é responsável por problemas relacionados ao desenvolvimento de práticas baseadas na política, e explica o insucesso dos governos em atingir objetivos pré-estabelecidos e atender às necessidades da população (CARVALHO; PHILIPPI, 2012). Alguns estudos já apontam para problemáticas referentes à implementação e aplicabilidade da política nacional de saúde LGBT,

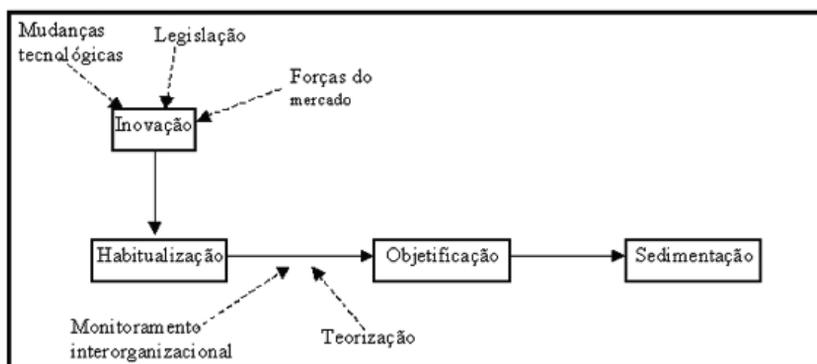
discutindo a necessidade de capacitação técnica de gestores e profissionais de saúde envolvidos em ações pautadas nessa política (FERRAZ; KRAICZYK, 2010; CARVALHO; PHILIPPI, 2012).

As “práticas de sucesso” à luz da abordagem da teoria institucional

A ligação entre políticas públicas e a teoria institucional vem a partir da discussão sobre o que o governo pretende fazer, o que ele realmente faz e quais as possíveis influências dessas decisões, ou seja, a partir da discussão entre teoria e prática. Nagem e Silva (2013) esclarecem que com o processo de redemocratização no Brasil na década de 1980, a forma de implementação especificamente das políticas sociais foi modificada, influenciando nas decisões dos governos, nas ações práticas das políticas e em mudanças no sistema de proteção social brasileiro.

No Brasil, a teoria institucional vem sendo crescentemente adotada como base para estudos empíricos, desde o final dos anos 1980, por pesquisadores e grupos de pesquisa espalhados pelas diversas regiões do país (CARVALHO; GOULART, 2004). Internacionalmente, autores como DiMaggio e Powell (2007); Tolbert e Zucker (1996), oferecem a conceituação de etapas que podem, além de prever a institucionalização de práticas baseadas em políticas, nivelar em qual momento essas práticas se encontram (pré, semi ou completamente institucionalizada). Estes modelos são frequentemente utilizados nos estudos empíricos sobre processos institucionais e ciências políticas. Um deles se apresenta na *Figura 2* a seguir.

Figura 2: Componentes do processo de institucionalização



Fonte: Tolbert e Zucker (1996).

Ao mesmo tempo que se pode considerar inteligente a utilização de práticas já provenientes de contextos de sucesso ou já legitimados, para obtenção de sucesso em outros contextos, deve-se entender os perigos em aplicar inconscientemente estratégias que muitas vezes não condizem com uma realidade (DIMAGGIO; POWELL, 2007). Muitas organizações são levadas a incorporar práticas e procedimentos definidos por outras, consideradas prevalecentes, em uma tentativa de constituir conceitos organizacionais institucionalizados na sociedade. Gestões adeptas a esse processo podem aumentar sua legitimidade e suas perspectivas de sobrevivência. Todavia, produtos, serviços, técnicas, políticas e programas institucionalizados muitas vezes funcionam como poderosos mitos (MEYER; ROWAN, 2013).

No caso específico de uma política social, pode ser benéfico importar ações de outros países ou estados do Brasil, todavia, deve-se observar o contexto de cada local para garantir o sucesso e as adaptações das ações “importadas”. Com relação às fases do modelo de Tolbert e Zucker (1996), utilizado para perceber em que estágio se encontram determinadas práticas, têm-se: a) Habitualização (Estágio pré-institucional: Compreende

inovações e mudanças efetuadas em resposta a problemas específicos. Significa que as práticas da gestão são limitadas em termos de operação e, geralmente, pouco permanentes. Nesse estágio é comum que se considere soluções adotadas em outras organizações, com possibilidade de ocorrência de mimetismo); b) Objetificação (Estágio semi-institucional: Consiste no desenvolvimento de consenso entre os decisores sobre o valor de determinada prática ou estrutura. Nesse estágio, os líderes, defensores das mudanças, realizam as tarefas de teorização que objetivam atribuir legitimidade cognitiva e normativa geral); e c) Sedimentação (Institucionalização total: Caracteriza-se não apenas pela propagação completa das práticas ou estruturas por um grande grupo de atores, mas também pela perpetuação de estruturas por um longo período de tempo).

Métodos

O estudo é caracterizado como exploratório e descritivo, e a pesquisa é empírica, de abordagem qualitativa. A amostra da pesquisa foi dada por conveniência e é caracterizada pela participação de representante da gerência dos direitos LGBT, da Secretaria de estado da mulher e da diversidade humana, localizada em João Pessoa/Paraíba e o principal órgão estadual gestor da política nacional de saúde integral LGBT. O maior conhecimento sobre as ações e o seu cargo de “implementador”, foram fatores preponderantes na escolha do indivíduo entrevistado, o qual concedeu aproximadamente 2h em entrevista.

A entrevista foi realizada durante o mês de agosto do ano de 2015. As gravações ocorreram nas dependências do próprio órgão gestor da política, por meio de um gravador digital. Materiais gráficos fornecidos pela secretaria e sites oficiais, os quais são caracterizados aqui como “dados secundários”, também tiveram seus conteúdos analisados de maneira a fomentar a discussão proposta e confrontar o discurso do gestor. Os dados provenientes da entrevista gravada foram transcritos de forma

literal. Para a organização e análise dos dois tipos de dados mencionados foi utilizado o método de análise de conteúdo qualitativa e temática, com categorias estipuladas à priori (BARDIN, 1979).

A ideia para concepção dessa pesquisa surgiu de discussões em disciplinas denominadas “Teoria das Organizações” e “Estado, Trabalho e Terceiro Setor”, ambas pertencentes à um programa de Pós-Graduação brasileiro em Administração. Ainda, considera-se que a leitura do artigo intitulado “Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: trajetórias e perspectivas para a pesquisa e prática” publicado na Revista Bagoas, foi fundamental para traçar o objetivo dessa pesquisa, uma vez que nesse estudo foi identificado que pesquisas mais aprofundadas e contextualizadas localmente, acerca do tema, fortaleceriam contribuições acadêmicas e sociais sobre esse.

Esclarece-se que o (a) entrevistado (a) concedeu sua entrevista após a explicação da finalidade e relevância da pesquisa, assim como dos procedimentos éticos que a envolvem. A entrevista semiestruturada foi a opção escolhida para o estudo, posto que nessa estrutura o sujeito que colabora com a pesquisa tem a oportunidade de discursar sobre a sua vivência a partir de um norteamento feito pelo pesquisador.

O instrumento de pesquisa utilizado constitui-se em um roteiro de questões abertas, elaborado com base no modelo teórico de Tolbert e Zucker. Utilizando esta teoria, o instrumento se propôs a abordar as três fases do modelo supracitado, de forma aplicada à esta pesquisa. Outras pesquisas, propuseram-se, da mesma forma, a construir interrogatórios próprios com base nas três fases do modelo teórico supracitado (GUERREIRO et al., 2005; FREZATTI et al., 2007; LIMA et al., 2011; ALVES et al., 2014).

No instrumento, cada fase do modelo possui de três a quatro perguntas abertas, que têm o objetivo de entender cada nível. A primeira fase, habitualização, possui três questionamentos: a) Qual o principal

motivo da adoção da política nacional de saúde LGBT nas ações da secretaria da mulher e da diversidade humana de João Pessoa?; b) A adoção das ações realizadas com embasamento na política, sofrem influências de outras secretarias ou órgãos brasileiros que estão adotando tais estratégias?; c) Acredita-se que, os problemas que buscam ser solucionados por meio da aplicação da política, são também realidade de outras capitais e estados brasileiros?

A segunda fase, habitualização, contém os seguintes questionamentos: a) A realização de ações ou estratégias pautadas na política, colhem informações diretamente de uma variedade de fontes (estaduais, municipais...)? Quais?; b) Você acredita que, a partir de estratégias inovadoras e exclusivas dessa secretaria, seria possível obter-se mais efetividade na aplicação da política, ou a busca por ações federais, estaduais ou municipais já existentes (legitimadas), trazem um resultado mais efetivo?; c) Existem riscos ao adotar a política como primordial nas ações da secretaria destinadas ao público-alvo em questão?; d) Quais informações, conhecimentos, e fontes, utilizadas como recurso, para viabilizar a resolução ou minimização de tais riscos?

Acerca da terceira fase do modelo, sedimentação, o entrevistado respondeu às seguintes perguntas: a) Existe alguma prática ou ação que foi implantada com base na política, e que constantemente é revisitada para dar suporte ao surgimento de outras atividades? b) A secretaria costuma ter suas ações influenciadas pela população? Quais as técnicas são utilizadas para incentivar o contato popular com as ações que têm base na política em questão? c) De que forma é possível propor novas ações na área? Como tais propostas são avaliadas e quando elas podem ser interessantes para a secretaria? d) Em caso de sucesso em ações ou estratégias adotadas pela secretaria a partir da política, como o órgão prossegue com relação a tal ação positiva?

Resultados e discussões

Pretende-se aqui analisar e discutir trechos provenientes dos dados orais, organizados com base no método de análise escolhido. O primeiro sub tópico ou categoria refere-se à pergunta preliminar (ou início da conversa com o entrevistado). Os demais, viabilizarão as reflexões sobre as três categorias estabelecidas *a priori*: objetificação, habitualização e sedimentação, que compõem as três fases do modelo teórico aqui utilizado. Garante-se a articulação entre o discurso e o significado conceitual de cada fase do modelo, uma vez que o instrumento era focado especificamente nas três fases desse modelo.

Ações desenvolvidas pautadas na política: trajetos e iniciativas

Primeiramente o sujeito entrevistado optou por realizar uma retrospectiva histórica da secretaria estadual, priorizando informações como ano de criação e subdivisão do órgão: “[...] foi criada em 2011 né, e aí ela aporta as políticas públicas para as mulheres, para a população LGBT, e de promoção à igualdade racial”.

Então nesse sentido, desde o princípio né, desde 2011 a gente sempre dialoga com a saúde, em 2012, a nossa secretaria teve a oportunidade de participar de um evento promovido pelo ministério da saúde, é... com relação a saúde... da equidade! Da equidade no SUS. E aí era um encontro norte-nordeste e que trazia essa preocupação da implementação das políticas nos estados do Nordeste com relação às populações mais vulneráveis.

Percebe-se que o evento promovido pelo ministério da saúde permitiu mobilização da secretaria estadual para entender questões da política nacional de saúde LGBT, bem como integrá-la às perspectivas práticas da política no estado. Ainda, a criação do comitê estadual de saú-

de para a população LGBT foi enfatizada pelo gestor durante toda sua entrevista, e colocada como estratégia fundamental para iniciar reuniões que tratassem sobre uma atenção especial à saúde da população indicada.

Então, concomitantemente com a criação do comitê a gente já desde o início das reuniões do comitê, a discutir então a implementação dessa política específica para travestis e transexuais aqui no estado (...) E aí a gente também começou a discutir essa questão né, de implantar então essa política de saúde voltada para travestis e transexuais no estado. Então foram os primeiros trabalhos desse comitê, após ser criado na gerencia de 2012, foi a gente começar a discutir a implantação do ambulatório (para atendimento de transexuais e travestis).

Notou-se que a ação mais constantemente destacada pelo entrevistado, foi a criação de um ambulatório hospitalar, referente ao atendimento especializado em pessoas transgêneros e travestis. O entrevistado enfatizou a qualidade do ambulatório, referência nacional em números de especialidades – que vão além das obrigatórias previstas pelo ministério da saúde – e de atendimentos, os quais funcionavam ainda unicamente com verba estadual.

E aí em 2013, julho de 2013 a gente inaugurou o ambulatório de travestis e transexuais da Paraíba que funciona no complexo hospitalar Clementino Fraga, e aí isso tudo, dentro desse processo a gente realizou seminários para discutir essa política, trouxe representantes do ministério da saúde por mais de uma vez para virem aqui também discutir com a gente nesses seminários, então a gente recebeu assim todo o apoio né, no sentido de implantar essa política aqui no estado (...) hoje a gente tem esse ambulatório que é uma referência nacional, a gente já recebeu visitas de vários estados que vieram aqui aprender um pouco com a nossa experiência, saber como que a gente... quais foram os passos que a gente seguiu para implementar esse ambulatório, como é que funcio-

na, qual é a sua estrutura né, enfim (...) Pernambuco, Paraná, Rio grande do Sul, Mato Grosso do Sul, agora recentemente a gente recebeu também o Piauí que veio também que tá com a intenção de implantar o ambulatório lá (...).

O gestor ainda citou como desafio as barreiras sociais enfrentadas, o preconceito e a discriminação. Essas questões geralmente surgiam como uma resposta às ações realizadas pela secretaria, que se apresenta em prol do atendimento às necessidades da população LGBT.

(...) a gente inaugurou o ambulatório, mesmo com todas as críticas ao governo nesse sentido porque a gente sabe que quando a gente tenta avançar nas políticas sociais há também uma força contrária dizendo que os governos não devem investir nessas né. Por conta do preconceito, da discriminação...

A entrevista permitiu que o indivíduo citasse também a participação da secretaria em eventos nacionais de gestão das políticas públicas voltadas à população. Foi colocada a possibilidade de demonstrar potenciais ações desenvolvidas pela secretaria do estado da Paraíba, realizando troca de conhecimentos e experiências entre os estados, nesses eventos.

Habitualização

O conceito de uma “ação habitualizada”, no modelo teórico utilizado na presente pesquisa, significa a adoção de comportamento ou prática realizada por um grupo de atores, buscando resolver problemas recorrentes. É a primeira etapa do modelo, e no caso das políticas públicas, se refere a quanto os agentes implementadores discutem ou desejam a efetivação prática de ações baseadas na política.

Eu acho que a palavra que mais define o motivo para a gente implementar essa política, acho que é compromisso. Compromisso de governo. Esse governo desde que assume em 2011 seu

primeiro mandato, ele tem esse compromisso com as políticas sociais. Desde mesmo de sua campanha eleitoral ele já dizia quais eram seus compromissos com relação à essas políticas né, para mulheres, para LGBT's.

O componente político foi descrito como importante razão para executar ações na área. Lax e colaboradores (2009) citam a influência da opinião como moldadora da política. A mais notória dessas influências, é a eleitoral. O desejo de reeleição desde muito tempo foi estabelecido como poderoso condutor do comportamento dos eleitos.

Eu acho que talvez eu tenha respondido essa pergunta quando no momento que eu digo que a gente já traz essa discussão desde o evento em 2012 com o ministério da saúde. De lá pra cá, de 2012 pra cá, a gente tem participado de outros eventos também não só para discutir a política de saúde para travestis e transexuais mas também para lésbicas, bissexuais, saúde do homem também, do homem gay e bissexual que também é uma outra política que o ministério da saúde vem trazendo também essa discussão.

Outro fator de representação de comportamento que molda as ações realizadas por meio das políticas, no referido estado, foi a influência do Ministério da Saúde. De acordo com o entrevistado, através da conscientização e promoção de espaços pelo Ministério da Saúde, cresceu o comprometimento com a implementação prática da política.

A influência da legislação ou das “forças do mercado” para a implantação de ações voltadas para a política, não foi significativamente percebida. Esse fato se explica porque as ações ambulatoriais, comitês para discutir saúde, e o centro de referência para a população LGBT, foram elaborados e executados antes mesmo de adaptações nas portarias do ministério da saúde, que previam legislativamente tais práticas.

Cumprir destacar que a Paraíba tem sido vista como pioneira no Nordeste, no que se refere às políticas de saúde voltadas à população LGBT. O Estado é detentor de serviços que são referência Nacional e recebe gestores e profissionais de saúde de vários estados para observação das vivências de sucesso da Paraíba. Assim, é possível inferir que a execução de tais ações não foi influenciada pelo andamento do panorama nacional, mas, além disso, influenciou esse panorama:

(...) mesmo sendo um estado, digamos assim, dentro da economia brasileira um estado com um PIB baixo, não tão privilegiado, com um economia deficiente, se classificando aí como um dos estados mais pobres, perdendo apenas aí para o Piauí e outros em situações de maior vulnerabilidade econômica, mas mesmo com todo esse contexto a Paraíba tem se mostrado dentro dessas políticas sociais um estado que só cresce, só avança e que pelo contrário é exemplo para outros estados do sudeste por exemplo que são estados ricos né, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, né, estados do Sul.

Analisando materiais de alcance público elaborados pela secretaria do estado, assim como os sites oficiais de outras secretarias nacionais, percebemos também que a estratégia de marketing Paraibana é diferenciada da do contexto nacional. A campanha Paraibana “Tire o Respeito do Armário”, promovida em ação nacional de combate à homofobia em 2012, foi considerada por todas as secretarias do país como extremamente relevante, contemplada com uma das páginas da revista Radis da Fiocruz, de grande visibilidade científica. A campanha do estado da Paraíba difundiu um dos poucos materiais nacionais que divergiu da ideia “Rio sem Homofobia”; “São Paulo contra homofobia”; “Macapá sem homofobia”; “Recife sem preconceito”; ou até “Minas sem homofobia”.

Nessa perspectiva, aspectos da entrevista e dos materiais coletados, nos permitem apontar a gestão dessa política no estado da Paraíba,

como em desenvolvimento do estágio de habitualização. Esse desenvolvimento se deve ao fato de que estão sendo adotadas ações que buscam resolver problemas sociais de forma inovadora.

Objetificação

Ações “objetificadas” conduzem a estados de institucionalização e à sedimentação. Tal etapa consiste na transferência de inovações ou estratégias, de um contexto para outro. É a etapa intermediária de implementação de uma política, que pode desenvolver-se para a completa institucionalização das ações práticas.

Pretende-se, então, desenvolver a presente análise observando influências sobre as ações promovidas e a sua disseminação em outros estados, indicando possíveis influências na resolução de eventuais riscos. O entrevistado seguiu afirmando a importância da participação em eventos nacionais, de compartilhamento de experiências entre participantes e do próprio movimento social organizado, apontando que essas informações são colhidas e analisadas para realização da implementação da política no estado.

Sim, sim, os eventos, os fóruns nacionais, os eventos de saúde que a gente participa. O próprio movimento né também participar de movimentos organizados pelo próprio movimento nacional LGBT, então também traz algumas pautas né, acho que isso.

O desafio apresentado na implementação das ações foi a dificuldade de obtenção de recursos federais e estaduais. Segundo o entrevistado, a negativa é proveniente do preconceito e discriminação com o grupo LGBT, considerado minoritário. Além disso, o gestor mencionou a importância da realização de um trabalho de conscientização com a população sobre a importância de dividir recursos com populações minoritárias.

Riscos? Acho que a maior disputa aí, acho que o maior risco, é a disputa mesmo por recursos, mesmo dentro da gestão né, existem coisas que são também prioridades. A gente vê aí a questão da saúde pública como um todo. A necessidade que se tem de maiores investimentos em todas as áreas, então, então trabalhar com grupos que a gente diz minoritários ou mais vulneráveis, é sempre um grande enfrentamento, para dentro da gestão e também para a sociedade. Como é que a sociedade vê esses investimentos, como é que a sociedade aceita né.

O gestor citou novamente a necessidade de participação em reuniões do ministério da saúde e de gestão, para possíveis discussões sobre resolução ou minimização de riscos à população LGBT. Entretanto, ressalta-se que as ações explicitadas pela secretaria foram em sua maioria voltada à população de transexuais e travestis. De maneira geral, no Brasil, são construídos cada vez mais ambulatorios voltados à essa população, o que se pode apontar como ação objetificada, embora a literatura reconheça as dificuldades de execução das normativas dos ambulatorios de outras regiões do país. Percebe-se assim que aos demais integrantes da população, falta atenção às suas especificidades. Na entrevista, nota-se clara preocupação do gestor com a dificuldade de atingir interesses de tais grupos, indicando durante a entrevista a urgência em investir em capacitação dos profissionais de saúde municipais.

Foi mais tranquilo a gente construir essa política porque bastava o compromisso e a iniciativa do poder executivo e estadual, agora para a gente atender por exemplo a saúde do homem gay e a saúde da mulher lésbica e dos bissexuais homens e mulheres, a gente vai precisar dialogar com os municípios porque aí a atenção básica tá nos municípios.

É emergencial, portanto, a execução da intersetorialidade indicada na política, de forma a proporcionar articulação entre estado e município, entre atenção especializada e atenção primária à saúde. Em estudo

sobre a percepção de lésbicas, gays e bissexuais em relação aos serviços de saúde, foram constatados como elementos que dificultam a atenção ao público:

“ falta de profissionais capacitados; mau atendimento com quem não tem condições; fila, falta de médicos, má vontade, baixos salários; falta de informações claras e objetivas; grande demanda e espera; o atendimento, o descaso, a falta de sensibilidade alheia, a demora e falta de organização; falta de interesse dos profissionais com a população; descaso do governo quanto à gestão de recursos humanos e materiais, descaso dos próprios servidores da rede pública; falta de estrutura física; má administração de renda; falta de assistência e menosprezo por parte do governo; falta de vergonha dos políticos; exames precários; inaptidão nos serviços prestados ” (CARVALHO; PHILIPPI, 2012, p. 89).

A objetificação das ações sobre a política, no estado da Paraíba é apontada aqui como moderada, pois percebe-se que as ações realizadas são constantemente visitadas por estados vizinhos, sendo os serviços e estratégias, considerados referências nacionais, constituindo-se em ações cada vez mais objetificadas a nível nacional e inovadoras para o estado, resultado que corrobora com outros achados (SOUZA; HELAL, 2015). Porém, destaca-se que tais ações são de alta complexidade. O investimento grande no nível especializado de saúde pode ser característica objetificada a nível nacional porque ações de grande visibilidade são realizadas em detrimento do setor primário de saúde, já que neste, são utilizadas na maioria das vezes as tecnologias leves, historicamente menos reconhecidas e valorizadas socialmente.

Sedimentação

A análise sobre a sedimentação é pautada no entendimento da continuação da estrutura, ou seja, pretende-se entender como é dado

continuidade as ações já executadas com base na política. A sedimentação é dada pela verificação da perpetuação de estruturas ao longo do tempo, podendo levar, segundo Lima et al. (2011, p.83), à institucionalização total, “por meio da atuação de três variáveis: resistência de grupos, apoio continuado de grupos de defensores e correlação positiva com resultados esperados”. Ou seja, a sedimentação é a etapa mais forte de implementação.

Notou-se a perpetuação das ações existentes uma vez que há reuniões e deliberações contínuas oriundas do comitê estadual de saúde LGBT. Observou-se também o apoio da sociedade civil representada aqui pelos movimentos sociais organizados, que fazem divulgação das ações, dando apoio social para a continuação de sua existência através do esforço para demonstrar sua importância.

Eu acho que as reuniões periódicas mesmo, e ordinárias do próprio comitê estadual de saúde LGBT é o momento em que a gente tá sempre revisitando, por exemplo, o ambulatório apesar de ter sido já criado, ser um dos mais completos, de receber visitas de outros estados, mas a gente tá sempre discutindo como melhorar o trabalho que é realizado lá.

Para a implantação de novas ações conclui-se que a secretaria de estado da mulher e da diversidade humana dialoga com a secretaria de estado da saúde. Essas discutem sobre a urgente necessidade das capacitações dos profissionais de saúde, realizam eventos conjuntos, buscam discutir o tema e sugerir novas ações.

Acho que sempre o diálogo com a própria gestão, com a secretaria de estado da saúde. Acho que nunca aconteceu de trazerem uma proposta que não fosse acatada por nós, porque quando chegam as propostas são propostas realmente plausíveis, realmente que a gente avalia. Tem uma necessidade realmente de atender essa reivindicação. Então geralmente se for voltada para a saúde,

a gente vai dialogar com a secretaria de estado da saúde. O que chega muito pra gente por exemplo, é a necessidade das capacitações, e aí para isso, apoio também aos eventos do movimento, agora mesmo quando você chegou eu estava dialogando com a coordenadora do comitê estadual de saúde da população LGBT, e agente tava dialogando justamente que a gente vai organizar ainda esse ano um evento norte nordeste da ABGLT, da associação brasileira de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, que vai ser para discutir saúde da população LGBT (...)

Com relação à implantação de inovações, para além das ações bem-sucedidas, a secretaria demonstra interessar-se na opinião popular, realizando parceria com o movimento social organizado. A mobilização intersetorial foi apresentada no discurso do representante, que alegou que através das visitas de gestores de outros estados à Paraíba (visualizando replicar ações de sucesso em seus estados de origem) foi possível perceber a dificuldade desses outros estados em articular o órgão gestor da política com os centros de referência, e com a sociedade.

Em alguns estados e em alguns municípios a gente percebe que nem mesmo o centro de referência com o serviço de referência né, ou melhor, o órgão gestor com o centro de referência não dialogam. No nosso entendimento o serviço de referência ele é vinculado ao órgão gestor, então não tem como você caminhar se não for em união, comunhão, em diálogo o tempo todo junto, porque o órgão gestor é quem faz a gestão da política, o serviço de referência ele é apenas o serviço que atende à população, mas quem tem que estar fazendo a gestão desse serviço é o órgão gestor da política né, e a gente percebe que até mesmo isso em alguns estados em alguns municípios, não se dá, e aí quisá a questão do centro de referência com a saúde que aí já é outro gestor, e com a população.

Conclui-se que as ações implantadas são, segundo a secretaria, avaliadas constantemente, mas que são sempre presentes as discussões e articulações em prol de adquirir estratégias para além das já existentes. Segundo o gestor, a possibilidade desse acontecimento se dá devido à capacidade da secretaria de dialogar intersetorialmente. Acerca da necessidade de intersetorialidade nas políticas sociais, sustenta-se que:

...a nova realidade criada a partir de um novo conhecimento deve ser partilhada no interior das organizações gestoras das políticas, e isso vai depender da mudança das práticas institucionais e das relações sociais que se estabelecem entre os diversos atores organizacionais e societários (JUNQUEIRA, 2000, p. 5).

A visibilidade nacional do estado da Paraíba, diante do seu pioneirismo com visitas constantes de representantes de outros locais do Brasil, reflete positivamente na continuidade das práticas. Tem-se aqui, a institucionalização (sedimentação) consciente de práticas de sucesso, e o discurso a favor do interesse em executar ações com grupos ainda pouco explorados.

Então eu acho que é como eu te disse né. O ambulatório tá funcionando bem? Tá. Ele é uma referência nacional? É. Ele é o mais completo em número de especialidades médias? É. (...) a gente sempre faz é estar em constante avaliação sabe, auto avaliação dos nossos serviços (...).

Percebe-se que a Paraíba, mesmo detendo um dos mais baixos Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil, consegue se afirmar como um dos estados que apresenta maior número de ações ligadas à Política de saúde voltada à população LGBT. Esse fato se confirma não apenas no discurso do implementador da política na Paraíba, mas também através de estudos anteriores sobre o assunto (SOUZA, HELAL, 2015).

Percebe-se que as ações da política se encontram em desenvolvimento nas três etapas de institucionalização de acordo com as fases do modelo teórico adotado. O nível fraco de institucionalização sedimentada pode ser notório devido ao pouco tempo de existência e discussão sobre a política, e ainda, ao pioneirismo da Paraíba com a aplicação social da política, concluindo que na maioria dos questionamentos apresentados o estado se deu como ator de práticas novas, mais influenciando do que sendo influenciado. Porém, é possível identificar o desenvolvimento da política, percebendo que a mesma caminha para a etapa de sedimentação, devido a influência dos demais estados em eventos e reuniões dos órgãos gestores, gerando trocas de experiências interestaduais.

O entrevistado aponta para importância em atender compromissos eleitorais, o que de alguma forma poderia fugir do objetivo principal de uma política social ou caminhar para ações irresponsáveis e interesseiras, que procuram visibilidade do governo atuante, sendo determinadas por questões “mercadológicas” e legislativas. Todavia, a percepção da responsabilidade e conscientização do representante da gestão também é ponto importante a ser ressaltado. Percebe-se o engajamento político da gestão, e o interesse na articulação intersetorial e descentralizada da política, com apoio ao movimento social, reavaliação e monitoramento de atividades. Com isso, não se pode constatar institucionalização inconsciente (repliação de modelo apenas para legitimidade, sem olhar para o contexto) ou objetivos meramente eleitorais nas ações do agente implementador.

Considerações sobre agentes implementadores, sociedade civil, teoria e prática

Embora a pesquisa tenha tido o objetivo de analisar o discurso do agente implementador da política, ressalta-se a importância de confrontar e relacionar esse discurso à percepção da sociedade civil organizada – principalmente da população que é o foco da política estudada – as-

sim como dos profissionais da saúde, que intervêm junto a esse público. Ainda que essas opiniões e vivências não tenham sido o foco da pesquisa e não tenham sido inclusas no percurso metodológico, é interessante considerar o que a literatura já aborda.

Um estudo que buscou investigar as dimensões do cuidado em saúde para a população LGBT no que compete à gestão dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Cuité, na Paraíba, apontou como resultado que “as gestoras apresentaram pouco conhecimento acerca das demandas e estratégias para a população LGBT e não se percebiam enquanto atores responsáveis pelo cuidado com esse público, contribuindo para a fragilidade e para a desarticulação da rede de atenção no que tange à comunidade LGBT.” (GOMES et al 2018, p. 1120). Com relação às vivências da população LGBT em muitos dos serviços do SUS, uma pesquisa que buscou discutir dificuldades de pessoas trans no acesso à saúde mencionou que “o desrespeito ao nome social, a trans/travestifobia nos serviços de saúde e o diagnóstico patologizante no processo transexualizador se apresentaram como principais impedimentos ao acesso universal, integral e equânime pelos participantes desta pesquisa ao SUS” (ROCON et al., 2015, p. 2524).

É possível perceber a consonância entre o discurso do agente implementador e os dados mencionados no parágrafo anterior, uma vez que o gestor mencionou a dificuldade de capacitar profissionais do SUS para corresponderem às necessidades da política de saúde LGBT. O entrevistado também citou a dificuldade de implementar ações da política uma vez que o preconceito e a discriminação com a população alvo está enraizado na sociedade.

Há de se considerar, ainda, acerca do processo transexualizador, que embora no Brasil estejam sendo construídos cada vez mais ambulatórios voltados à população transexual, e mesmo considerando que o Estado da Paraíba apresenta certo pioneirismo e inovação no que se

refere à essa prática, existem dificuldades importantes de estruturação dessa normativa em muitas regiões do país, relacionadas aos procedimentos técnicos, financiamento, estrutura física, e discriminação – que ainda é vivenciada pela população LGBT, mesmo em serviços que foram criados para atender suas especificidades. “No cotidiano dos serviços, as garantias legais nem sempre são traduzidas em acesso real, seja por despreparo ou ausência de profissionais capazes de lidar com a diversidade dentro de uma proposta inclusiva, seja por falta de estrutura organizacional para a prestação do serviço” (SOUZA et al., 2013, p. 51).

Compreendendo as dificuldades enfrentadas no processo de implementação da política, colocadas por autores que consideram as experiências de profissionais do SUS e de pessoas LGBT inseridas em serviços de saúde, reconhece-se a dificuldade de institucionalizar esse tipo de política pública. A política, além de ser intersetorialmente complexa, rompe com a heteronormatividade e o binarismo, rompimento que é visto com moralidade e encarado de forma resistente por vários segmentos sociais brasileiros, não apenas atualmente, mas em todos os momentos históricos.

Entretanto, é interessante ressaltar que o discurso do gestor responsável pela implementação da política no contexto dessa pesquisa é o início para pensar de onde surgem ideias, construções e iniciativas do estado acerca da política. No contexto dessa pesquisa esse discurso demonstra a preocupação, a intenção e a adaptabilidade do estado da Paraíba em adequar-se aos objetivos da política e fazer acontecer ações que tratem de implementá-la de forma consciente e inovadora.

Pautando-se no discurso do agente entrevistado, e confrontando-o com o estudo de Souza e Helal (2015) onde está disposto um panorama nacional sobre práticas elaboradas com base na referida política, percebe-se que as ações e serviços da Paraíba de fato vem demonstrando avanço quando comparadas às outras regiões brasileiras. A agenda de pesquisa

proposta a partir dos resultados do presente estudo, e disposta no tópico a seguir, pretende indicar como e onde os pesquisadores do tema devem investir seus esforços, de maneira a considerar outros discursos que busquem compreender a prática da Política Nacional de Saúde Integral LGBT em outros locais do Brasil, entendendo que esse é um país múltiplo e que é importante complementar os resultados aqui apresentados.

Considerações finais

Conclui-se que é possível que não exista uma completa inconsciência na aplicação prática da política, pois mesmo quando ela é influenciada nacionalmente, existiu a preocupação da adaptabilidade ao contexto do estado, e da opinião da população alvo. Tal fato, embora outras pesquisas sejam necessárias, auxilia que se perceba que existe a preocupação do estado da Paraíba em efetivar ações para a saúde da população estudada, não somente focadas em “discursos eleitorais” para obtenção de status, e sim na necessidade de atenção a especificidades de saúde da população LGBT.

É importante a viabilização de ações municipais integradas com a política, e o investimento em capacitação profissional, o que demanda a divisão dos recursos financeiros entre atenção primária e especializada em saúde. Ressalta-se que o nível primário além de apresentar importância crucial na prevenção de doenças e promoção de saúde, demanda a mobilização de menos recursos financeiros do que no nível especializado.

Como limitações da pesquisa, pode-se citar o tamanho da amostra, e a influência política que o discurso do representante da gestão poderia ter, algo que pode ser presente em qualquer entrevista com servidores de órgãos governamentais. Para minimizar tal limite, foi dada a garantia ao participante de resguardar como anônimos todos os seus dados pessoais, e feito o confronto da entrevista gravada com dados públicos da secretaria, sites oficiais, e estudos anteriores sobre o assunto.

Como agenda de pesquisa sugere-se estudos com as demais secretarias nacionais, de forma a obter-se um maior panorama nacional da implementação da política estudada. Indica-se ainda a realização de estudos que busquem investigar a implementação da política em outros níveis de saúde, com outros agentes implementadores, e considerando os discursos dos usuários dos serviços e da sociedade civil.

Referências

ALVES, Rosália Rodrigues; CASTRO, Cléber Carvalho; SOUTO, Cleverton Luiz. “Processo de Institucionalização do Curso de Administração Pública a Distância em uma Universidade Federal”. In: RAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 20-36, 2014.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70 LDA, 1979.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, Distrito Federal, 2010

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (SDH) – Presidência da República. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil do ano de 2018. Brasília, Distrito Federal, 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (SDH) – Presidência da República. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil do ano de 2011. Brasília, Distrito Federal, 2011.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, Distrito Federal, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

CARVALHO, Cristina Amélia; GOULART, Sueli; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. “A inflexão conservadora na trajetória histórica da teoria institucional”. In: ENANPAD 28, Curitiba, 2004. Anais... Curitiba: Anpad, 2004.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; SILVA, Sueli Maria Goulart. “A trajetória conservadora da teoria institucional”. In: RAP, Rio de Janeiro, v. 93, n. 4, p. 849-874, 2005.

CARVALHO, Laudelize Souza; PHILIPPI, Miriam May. “Percepção de lésbicas, gays e bissexuais em relação aos serviços de saúde”. In: *Universitas: Ciências da Saúde*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 83-92, 2012.

DiMAGGIO, Paul; POWELL, Walter. “Jaula de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais”. In: CALDAS, Miguel; Bertero, Osmar. (Coord.), *Teoria das organizações*. São Paulo: Atlas; p. 117-142, 2007.

FERRAZ, Dulce; KRAICZYK, Juny. “Gênero e Políticas Públicas de Saúde – construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS”. In: *Revista de Psicologia da UNESP, São Paulo*, v. 9 n. 1., p. 70-82, 2010.

FREZATTI, Fábio; AGUIAR, Andson Braga; REZENDE, Amaury José. “Respostas estratégicas às pressões Institucionais e sucesso no atingir metas no orçamento: um estudo em uma empresa multinacional.” In: *O&S, Bahia*, v. 14, n. 43, 2007.

GOMES, Silvio Marcelino; SOUSA, Luciana Maria Pereira; VASCONCELOS, Thaissa Machado; NAGASHIMA, Alynne Mendonça Saraiva. “O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT”. In: *Saúde Soc. São Paulo*, v.27, n.4, p.1120-1133, 2018.

GUERREIRO, Reinaldo; PEREIRA, Carlos Alberto.; REZENDE, Amaury José; AGUIAR, Andson Braga. “Fatores determinantes do processo de institucionalização de uma mudança na programação orçamentária: uma pesquisa ação em uma organização brasileira” In: *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro*, v. 10, n. 1: p. 59-76, 2005.

ITABORAHY, Lucas. LGBT RIGHTS IN BRAZIL: An analysis of the public policies established by the Federal Government to recognize human rights of the LGBT community”. Dissertação. University of Roehampton, Wandsworth, 2012.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. “Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde”. In: RAP. Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 35-45, 2000.

LAX, Jeffrey; PHILLIPS, Justin. “Gay Rights in the States: Public Opinion and Policy Responsiveness”. In: American Political Science Review, Cambridge, v. 103, n. 3, p. 367-386, 2009.

LIMA, Teresa Aguiar; CABRAL, Augusto César de Aquino; PESSOA, Maria Naiula Monteiro; SANTOS Sandra Maria; NASCIMENTO, Débora Cardoso. “Institucionalização das práticas de responsabilidade social: um estudo da companhia de água e esgoto do Ceará”. In: Contextus – Rev. Cont. Econ. e Gestão, v. 9, n. 1, p. 80-95, 2011.

LIONÇO, Tatiana. “Que Direito à Saúde para a População GLBT? Considerando

Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos em Busca da Integralidade e da Equidade”. In: Saúde Soc. São Paulo, São Paulo, v. 17, n. 2., p. 11-21, 2008.

MEYER, John; ROWAN, Brian. “Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony”. In: American Journal of Sociology, Chicago, v. 83, n. 2, p. 340-363, 2013.

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. “Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil”. In: Revista de sociologia e política. Paraná, v. 21, n. 46, p. 159-175, 2013.

PECHENY, Mario; DEHESA, Rafael. “Sexualidades y políticas en América Latina: el matrimonio igualitario en contexto”. In ALDAO, Martín e CERICO, Laura. Matrimonio igualitario en la Argentina. Perspectivas sociales, políticas y jurídicas. Buenos Aires: Eudeba; 2010.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alessandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Matheus Dias. “Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde”. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 8, p. 2517-2525, 2016

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto. “O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: Características e Determinantes da Avaliação de Programas e Projetos”. In: NEPP – UNICAMP. Campinas/SP. 2000; 48:2-16.

SOUZA, Celina. “‘Estado do campo’ da pesquisa em políticas públicas no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, n. 51, pp. 15-20, 2003.

SOUZA, Joseth Filomena de Jesus; LACERDA, Tammy Ferreira; MANCHOLA, Camilo. O Processo Transexualizador no SUS - implicações bioéticas. *Revista Brasileira de Bioética*, v. 9, n.1-4, p. 34-53, 2013.

SOUZA, Marina Batista Chaves Azevedo; HELAL, Diogo Henrique. “Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: trajetórias e perspectivas para a pesquisa e prática.” In: *Revista Bagoas*. Natal, v. 12, n. 9, pp. 1-27, 2015.

TOLBERT, Pamela. S; ZUCKER, Lynne. G. “The Institutionalization of Institutional Theory [Electronic version]”. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter (Eds.), *Handbook of organization studies*. London: SAGE; p. 175-190, 1996.

O falsete do contratenor Jakub Józef Orlinski: sexo, escutas de gênero e os usos dos corpos midiáticos

The countertenor Jakub Józef Orlinski's falsetto: sex, gender listening, and the usages of mediatic bodies

Daniel Magalhães de Andrade Lima

*Mestre em Comunicação pelo
Programa de Pós-Graduação
em Comunicação (PPGCOM) da
Universidade Federal de Pernambuco.
daniel.andradelima@ufpe.br*



Resumo

O artigo investiga a performance do ascendente cantor falsetista Jakub Józef Orlinski para elaborar maneiras de trabalhar conflitos de gênero a partir das problemáticas de voz. Assim, volta-se para aparições e enquadramentos midiáticos do cantor, discutindo como embates hegemônicos sobre voz constituem sua presença. Neste processo, são agenciados debates sobre classificação vocal, tecnologias de corpo e mídia e sobre escuta, apontando como constituem problemas de gênero. Finalmente, reflete-se sobre como a voz é uma tecnologia pela qual nos atualizamos enquanto sujeitos e demonstra-se que ela pode abrir feixes pelos quais gênero se expõe como um processo contínuo de práticas discursivas e corporais. Este processo abre, no caso de Orlinski, espaços que enfatizam a fabulação sobre sua sexualidade.

Palavras-Chave: Classificação Vocal; Vocalidades; Tecnologias de gênero; Homossexualidade; Valor estético.

Abstract

The article investigates the performance of the falsetto ascending singer Jakub Józef Orłowski to elaborate ways to work on gender conflicts based on voice issues. Thus, it turns itself to the singer's media appearances and to how he is framed in media, discussing how hegemonic clashes over voice constitute his presence. In this process, debates on vocal classification, on body and mediatic technologies and on listening are assembled, pointing out how they constitute gender problems. Finally, it is reflected on how the voice is a technology by which we update ourselves as subjects, and it is demonstrated that voice can open bundles by which gender exposes itself as a continuous process of discursive and bodily practices. This process opens, in Orłowski's case, spaces that emphasize the fabulation about the singer's sexuality.

Keywords: Vocal Classification; Vocalities; Gender technologies; Homosexuality; Aesthetic value.

Como Orlinski (e seu falsete) entram em cena

No ano de 2017, o cantor de ópera polonês Jakub Józef Orlinski ganhou certa projeção midiática ao ter um vídeo seu, em que aparece cantando de shorts e tênis e acompanhado de um pianista de chinelo e bermuda, publicado em diversos sites de redes sociais¹. O material audiovisual, oriundo de uma gravação para a rádio France Musique, é extensamente explorado pelo perfil de Rebecca Mead (2019) para o *New Yorker*, que revisa e impulsiona a projeção midiática do cantor. Em seu texto, como em outros comentários que circulam pelas redes, Orlinski chamou atenção do público não apenas por conta do contraste entre sua aparição despojada e o refinamento da ópera barroca. A jornalista enfatiza, pois, a articulação entre a aparência do cantor – descrita a partir de um “*corpo atlético, mandíbula quadrada, cachos abundantes e olhos azuis impressionantes*” (MEAD, 2019, tradução minha) – e sua voz cantada em falsete e executando a ária de Vivaldi “Vedro Con Mio Diletto”, escrita originalmente para a voz de um *castrato*². Enquanto para a jornalista a “*a voz de contratenor é cativante e de outro mundo, atuando em uma extensão tipicamente associada a uma voz feminina*”, a performance de Orlinski combina “*pureza e sensualidade*”, de modo que, somada à sua aparência “*tão incomumente agradável quanto a sua voz*”, se cria uma “*justaposição provocativa*” (MEAD, 2019, traduções minhas). Desde tal aparição, Orlinski, como outros contratenores contemporâneos, tem agenciado discussões recorrentes no campo da ópera – e da música, de maneira mais ampla – sobre as expectativas de gênero na produção vocal, confundidas, nesse panorama, com as maneiras pelas quais se validam habilidade e talento em performances musicais.

1 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yF4YXv6ZLuE&lc=Ugw89jIXnpEDVRbB3QV4AaABAg>. Acesso em: 21/12/2019.

2 *Castrato* é uma designação dada para se referir aos garotos castrados para preservar e desenvolver vozes agudas. Associados à música sacra, o apogeu de tais cantores na ópera se deu durante o período barroco, entre os séculos XVII e XVIII.

Enquanto as discussões sobre vocalidades³ e gênero na ópera não são recentes, casos como o de Orlinski podem ser importantes para investigar os modos pelos quais problemáticas de gênero se produzem também na esfera auditiva, já que parte do fascínio pelo cantor parece surgir a partir de uma suposta incoerência entre sua aparência e porte masculino e sua voz cantada, passível de entendimento como afeminada, emasculada ou sexualmente imatura. Em geral, os estudos preocupados com uma fenomenologia da expressão vocal – a exemplo dos elaborados por Freya Jarman-Ivens (2011), Adriana Cavarero (2011) e Norie Neumark (2010) – estão atentos às problemáticas de gênero vinculadas às vocalidades, interessados em investigar as maneiras pelas quais gênero se produz e se desfaz por meio tanto das poéticas de corpo quanto das escutas, sempre compreendidas diante de um regime sensível. Muitas das maneiras pelas quais compreendemos e vivenciamos conflitos e embates de gênero, afinal, se dão por efeitos estéticos, que podemos compreender aqui como epifanias corporais e momentos de intensidade afetiva que se produzem a partir da fricção entre discursividades e sensibilidades (GUMBRECHT, 2006). Não à toa, a voz em falsete de Orlinski, apresentada e produzida por seu corpo prontamente entendido como masculino, agencia comentários em sites de redes sociais que misturam fabulações sobre sua sexualidade, sua beleza e seu talento vocal. Sua voz aparece, para alguns, a partir de discursividades que a vinculam ao sagrado⁴ e, para outros, como sendo

3 O termo “vocalidade” é empregado como forma de se referir à qualidade vocal, indicando a voz como algo não homogêneo, sendo composta em processo por diferentes estados e modos enunciados.

4 O internauta Michael Mitchell, por exemplo, comenta sobre o cantor: “*Além do gênero, além da sexualidade: tanta beleza angelical para além da humanidade. A voz do Paraíso!*” (tradução nossa). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yF4YXv6ZIUe>. Acesso em: 15/12/2019

desagradável ou estranha⁵ – duas formas de valorá-la que atravessam diferentes concepções e audibilidades sobre o corpo sexuado e, de maneira menos enunciada, mas igualmente presente, racializado.

Com base nesse panorama, estou interessado em investigar as maneiras pelas quais as vocalidades, a partir de performances e por meio de um regime sensível, podem agenciar o complexo de expectativa sexo-gênero-desejo e as discussões sobre performatividade de gênero, como propostos por Judith Butler (2015 e 1991). Assim, estou compreendendo que sexo e gênero não são substanciais e nem pré-discursivos e que estão intimamente relacionados a partir de um esquema normativo e compulsório, que os configura em conjunto a práticas e projeções de desejo e que, neste sentido, gênero “*tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos*” (BUTLER, 2015, p. 27). Desta maneira, opondo-me à ideologia do sexo-gênero-desejo como substancial, compreendo, como Butler, que as coerências ou continuidades das pessoas fazem parte das maneiras pelas quais nos articulamos com normas de inteligibilidade mantidas socialmente. A performatividade, nesse esquema, se refere a um processo de formação social prolongado e mimético a partir do qual o sujeito se constitui expressivamente em articulação com tal complexo normativo, produzindo, enquanto age, o próprio sujeito que pretendia expressar (BUTLER, 1991).

Diante disso, parto da hipótese de que Orlinski – inserido no ambiente normativo e erudito da ópera – produz seu corpo midiaticamente de maneira a negociar suas possíveis controvérsias de gênero com os dispositivos de inteligibilidade pelos quais os sujeitos são reconhecidos

5 Dentre os poucos comentários negativos, o perfil Zemira se refere à rendição de Orlinski da ária *Cold Song* como sendo “*esquisita*” (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q8K8wFk-tn8>). Acesso em: 15/12/2019). O perfil J R, comentando outro vídeo do cantor, afirma simplesmente “*Castrati! Não obrigado*” (tradução nossa), relacionando seu faldete diretamente à castração (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3jGruEhVoes&list=LLE6LcNL5cZ0pX3-7F9id98A&index=36>). Acesso em 15/12/2019).

e, nesse caso, a partir de onde têm suas performances artisticamente valoradas. Orlinski, assim, se modula diversamente a partir de como lida com suas masculinidades, compreendidas aqui como plurais, processuais e instáveis, dado que são “*configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular*” (CONNEL e MESSERSCHMIDT, 2013, p. 250). Volto-me para a figura do contratenor, portanto, visando compreender os esquemas normativos pelos quais as vocalidades – passíveis de estranhamento – podem tanto criar desvios nas expectativas de gênero quanto servirem a determinados usos que consolidam normatividades. Orlinski é especialmente interessante nesse contexto por nos permitir uma investigação performática em um momento de sua carreira em que disputa estabelecimento no campo da ópera, circulando por ambientes hegemônicos e canônicos e nos permitindo reconhecer que perspectivas de voz são agenciadas na projeção de si. O cantor, até o momento final da escrita deste artigo, não tem falado abertamente sobre sua sexualidade e, assim, questões de gênero aparecem vinculadas a diversos aspectos de suas mediações.

Para conduzir a investigação, então, enquadrando algumas aparições importantes da carreira de Orlinski a partir de uma perspectiva dos estudos de performance (TAYLOR, 2013 e SCHECHNER, 2013), que se soma, mas não é intercambiável, com a noção de performatividade⁶.

6 É importante afirmar que performance e performatividade não são sinônimos nem simplesmente derivados. Enquanto performatividade se refere a um processo de formação social articulado a partir das normas discursivas vinculadas principalmente à inteligibilidade de gênero, performance se afasta dos estudos de retórica e se refere às coisas enquanto atos, ações, práticas incorporadas, memórias de corpo, mais preocupada com os efeitos sensíveis. Performance constitui uma episteme, no sentido de que olha para ações *enquanto* ou *como* performances, compreendendo-as enquanto simultaneamente reais e construídas (TAYLOR, 2013, p. 28). Assim, olhar para qualquer objeto *como* performance, “*significa investigar o que o objeto faz, como interage com outros objetos ou seres, e como se relaciona com outros objetos e seres. Performances existem apenas como ações, interações e relações*” (SCHECHNER, 2013, p. 30, tradução minha).

Compreendo que as maneiras como as performances do cantor circulam em rede formam constelações performáticas – agenciando videocliques, falas de si em seu Instagram, perfis jornalísticos, etc. – que tendem a projetar e produzir discussões hegemônicas sobre gênero e vocalidade, produzindo-o em constante atualização. No caso das personas midiáticas, afinal, pensar performance, especialmente na cultura musical audiovisual, demanda levar em conta que os efeitos de presença são, como indicam Janotti e Alcântara, *“parte de uma complexa rede de coletivos, que compõe escutas conexas que integram música, audiovisual, entrevistas, participação em filmes e novelas, etc.”* (2018, p. 33). Olhar para a trajetória de Orlinski a partir de enquadramentos que tomam a performance como episteme permite-me colocar tais materiais e aparições em perspectiva mnemônica, olhando para os roteiros que são fabulados em atos e circulando tanto por performances musicais quanto não-musicais, interessado em compreender como os embates hegemônicos se materializam e são processualmente performados.

Durante este artigo, em suma, coletei, debato e analiso diversas aparições de Orlinski visando compreender problemáticas sobre vocalidades, sexo e gênero, cruzando discussões teóricas e baseando-me em uma pesquisa contextual em torno de críticas musicais e de comentários coletados de redes sociais digitais. Em um primeiro momento, construo uma discussão interessada em abordar a noção sexuada que atravessa as classificações vocais. Em seguida, parto para uma exploração do que implica compreender e narrar a voz como produto de técnicas. Por fim, aponto a importância do fator midiático de Orlinski na maneira como compreendemos sua persona e voz, dado que o cantor passeia nas imagens virtuais por poses desnudadas, recitais elegantes e vídeos caseiros no seu Instagram, em uma ampla e variada exploração do seu corpo sexual. Para dar início à discussão partamos, então, da categoria central pela qual Orlinski se apresenta: a classificação que o posiciona como um contratenor.

Discursando e incorporando sexo: o que é um contratenor?

Em *Inner Voice* (Dir. Andiamo, 2018)⁷, curta-documentário publicado na página oficial de Jakub Józef Orlinski no Youtube, somos apresentados ao cantor a partir de um plano em uma quadra de basquete, em que o jovem atlético aparece fazendo acrobacias complexas de *breakdance* sob sons de *beatbox*. Na cena seguinte, os sons vinculados à cultura hip-hop se convertem em respirações e exercícios de fôlego executados pelo próprio Orlinski em um ambiente amplo: presenciamos, de maneira dilatada, o cantor vocalizando uma exploração de suas áreas de ressonância do corpo – passeando predominantemente pelos tons graves e por sua voz modal, a que não é falsete⁸. É só na cena seguinte, diante da orquestra barroca Il Pomo D'oro, prestes a iniciar uma sessão de gravação para seu primeiro álbum solo (*Anima Sacra*, Erato, 2018), que ouvimos Orlinski deslanchar um canto extremamente ornamentado e em falsete, precedido por sua voz gravemente falada em off, que anuncia em inglês: “*My name is Jakub Jozéf Orlinski and I am countertenor*”.

Essa maneira de se apresentar – que traz seu nome vinculado à classificação de contratenor e o relaciona com os supostos contrastes entre suas diferentes práticas de corpo – tem sido amplamente empregada para introduzir Orlinski em shows e matérias jornalísticas e pelo próprio cantor ao se apresentar para veículos comunicacionais. Comumente, mesmo em programas especializados, Orlinski é convidado a explicar o que é a voz de contratenor, respondendo repetidamente a partir

7 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3FvOth7sOeA>. Acesso em: 22/12/2019

8 A definição é amplamente empregada, mas trabalhada aqui por Fugate (2016). O musicólogo posiciona a voz modal, ainda, por vezes, como sendo “*a voz normal*” (p. 2, tradução minha), o que implica uma categoria valorativa sobre normalidade vocal, mas que a posiciona nos usos cotidianos da voz e nas técnicas vocais hegemônicas para o canto masculino euromoderno.

dos mesmos vocábulos. Em entrevista para o canal da rádio Classic FM⁹, por exemplo, ele indica que a voz de contratenor depende da “*técnica do falsete*”, que permite que se utilize as “*cordas vocais*” parcialmente, em oposição à “*voz natural*”, que utiliza toda a vibração das pregas, o que permite uma predominância da “*voz de cabeça*” (traduções minhas).

O falsete, de fato, tem parecido ser o principal consenso sobre como classificar uma voz de contratenor na mídia. Em tal contexto, aparece comumente associado a ideias de castração ou homossexualidade, como jocosamente pontua o jornalista Arthur Dapieve (2017) para o jornal Globo, ao enunciar que “*a androginia das vozes de castrati e contratenores fez muita gente confundir as bolas, sem trocadilho, e tomar som por orientação sexual*”, enfatizando que tais cantores nunca foram “*necessariamente gays*” (grifo meu). Enquanto Dapieve leva a associação entre voz e sexualidade a um extremo, baseando-se numa noção estrita de masculinidade e heterossexualidade, a vinculação do falsete à classificação vocal e ao amadurecimento sexual costuma pautar a categorização do contratenor de maneira ampla. Em vídeo para o canal Musica Viva Australia¹⁰, por exemplo, o cantor Graham Pushee define o contratenor a partir de termos muito próximos dos empregados por Orłinski, acrescentando a ideia de que, para ser classificado como tal, precisamos estar falando de um homem pós-púbere. O vídeo é contra argumentado por uma série de comentários que indicam que existem contratenores que cantam em suas vozes “naturais” e que atribuir a voz de contratenor ao falsete seria um erro¹¹. Entre pesquisas acadêmicas especializadas, o falsete e as técnicas a ele relacionadas também aparecem

9 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KINy89H9zA8>. Acesso em 15/12/2019.

10 <https://www.youtube.com/watch?v=hrab716ytxM>. Acesso em 13/12/2019.

11 O perfil Cadmiun and Wilsin contra-argumenta que existiriam contratenores que possuiriam *naturalmente* vozes de contralto, explicando não estar se referindo a baixos e tenores cantando em um falsete treinado (tradução nossa).

como importantes no interesse sobre o contratenor contemporâneo, o que é demonstrado por Jerod Reetz (2018), ao entrevistar uma série de especialistas que baseiam suas falas em discussões sobre falsete¹², e Bradley Fugate (2016), ao dedicar os primeiros capítulos de sua tese sobre tal tipo vocal às reflexões teóricas e pedagógicas sobre a voz falsetista.

O curioso de todos esses casos é que a maioria dos discursos que visam definir ou explicar o contratenor está recorrentemente articulando as distinções entre a voz modal – vastamente referida como natural – e o falsete. Determinam ainda a categoria vocal tomando como referência base um homem (tacitamente indicado como detentor de sexo testicular -peniano e, portanto, cisgênero¹³), que utilizaria as pregas vocais e os lugares de ressonância de determinada maneira que prezaria pela ressonância sônica na cabeça. Tal uso do crânio para a vibração sônica possibilitaria a projeção de notas excepcionalmente agudas para as expectativas de um corpo compreendido dentro de tal determinação de gênero. Naturalidade e artificialidade, biologia e uso do corpo parecem ser agenciados recorrentemente, assim, na produção da classificação de contratenor.

Daiane Jacobs (2017), ao estudar práticas pedagógicas para vozes, reflete sobre o treino da vocalidade a partir da tessitura (termo que se refere à extensão cantável, dentro de perspectivas valorativas das técnicas hegemônicas de canto, de determinada extensão vocal) e que é comumente empregado em práticas de canto. Tal entendimento de tessitura divide as vozes geralmente entre categorias femininas (soprano, mezzo-soprano, contralto) e masculinas (tenor, barítono, baixo) e em

12 O contratenor e professor Kai Wessel, os professores de musicologia histórica Corinna Herr e Arnold Jacobshagen e o otorrinolaringologista especializado em uso profissional da voz Matthias Echernach.

13 Cisgênero designa as pessoas que se reconhecem e se produzem em concordância com a identidade de gênero que a elas foi atribuída ao nascer. Helena Vieira e Sofia Favero (2015) pontuam que precisamos compreender a cisgeneridade como plural, com diversas configurações de hegemonia e subalternidade, mas sempre operando dentro de uma coerência, mesmo que tensiva e diversificada, da conformidade sexo-gênero.

uma série de subcategorias a partir daí. Em sua perspectiva, tal divisão é necessariamente baseada em uma concepção do corpo sexuado, pois posiciona as diversas possibilidades de produção vocal – de exploração sônica da voz em diferentes tons e possibilidades de ressonância – a partir de extensões e tessituras que classificam vozes a partir de enquadramentos de gênero. Tais enquadramentos estão posicionados também dentro da lógica musical ocidental, dividindo sons a partir de notas musicais e vozes a partir de diversos operadores, como timbre, elasticidade, cor e limpeza. Em suma, eles agenciam determinadas construções de corpos vocais e agem sobre as maneiras pelas quais vocalidades se produzem dentro de lógicas de gênero e diante da teoria musical. Articulando os pensamentos da autora, “os tipos vocais são resultados de um tipo específico de escuta, e a padronização dos tipos vocais também é resultado de uma padronização da própria escuta” (JACOBS, 2016, p. 372). Assim, “as vozes são reflexos das relações entre corpos e treinamentos diários, direcionados (na arte) ou espontâneos (no cotidiano)” (Ibid., p. 372), produzindo e indicando, por exemplo, modos de ser vinculados a gênero e à raça.

Wayne Koestenbaum (1991) realiza algumas pontes entre o corpo vocal e o corpo sexual que também são importantes para compreender como gênero se corporifica vocalmente. Voltando-se para os manuais de canto do século XIX na Europa e para discursos sobre vocalidades atuais, o autor relaciona os primeiros discursos médicos investigativos sobre sexo e sexualidade com as construções de valores relacionados ao canto, em especial ao canto operístico, que define como estando distanciado da voz falada por conta de procedimentos específicos de impostação, flexibilidade e controle (KOESTENBAUM, 1991). Como posiciona Cavarero (2011), interessada em debater uma fenomenologia da vocalidade, afinal, o canto melodramático representa um dos poucos momentos em que o vocálico se sobressai ao semântico e assim revela o prazer próprio da reverberação vocal para além da significação.

Não é à toa que Koestenbaum – cruzando as maneiras como garganta, aparelho fonador, produção vocal, sexo, sexualidade e disfunções sexuais são descritas e experienciadas – perceba articulações entre discursividades e sensibilidades sobre sexo e voz. Ele compreende, por exemplo, que o canto tem sido recorrentemente tomado como o resultado de um processo que tanto se vincula às disciplinas (pelo treino e controle das economias próprias do corpo, por uma lógica própria da eficiência do canto) quanto à liberação física (pelo excesso de vibração, pelo preenchimento dos espaços com ressonância e pelo prazer próprio da projeção sônica). Esses são dois aspectos centrais nas maneiras como valoramos vocalidades, especialmente nas tradições euromodernas. Existe um interesse, assim, em tais discussões sobre voz, de pensar não só o que cada voz pode expressar para um ouvinte, mas como as diferentes qualidades vocais produzem e informam de maneiras diversas os próprios corpos que as emitem. Esta discussão é agenciada quando, em *Inner Voice*, Orlinski associa sua experiência vocal à fisicalidade, reiterando em sua narração que seu corpo é seu instrumento musical, e que existe algo viciante na maneira como utiliza a ressonância vocal para produzir sons. Produz-se, assim, uma colisão entre as dinâmicas do prazer e da instrumentalização eficiente para a música.

Koestenbaum aponta ainda que o falsete, na economia de corpo da voz operística - baseada em eficiência e liberação -, é um ponto de tensão, pois tem potencial de revelar as quebras e mudanças entre diferentes vocalidades, sublinhando as distinções entre as corporeidades produzidas pelos tons graves e agudos e suas diferentes áreas de ressonância. A transição entre falsete e voz modal é, dessa maneira, central na construção do corpo vocal e no valor que atribuímos à voz cantada. O ponto interessante aqui é perceber que o uso (e o tabu) do falsete parece ser importante na maneira como se classifica e se valida cada tipo vocal. A questão é que, se todos os tipos vocais são evidentemente classificados e produzidos a partir de uma intercessão entre gênero e cultura musical,

a voz do contratenor tende a sublinhar o caráter sexual da classificação vocal ao se definir prioritariamente pelo uso ativo e predominante do falsete. É, pois, a transição para a voz modal que representa um risco para o valor do canto do contratenor, e não o contrário. Afinal, é também ao escapular acidentalmente durante o canto para a voz modal que o contratenor pode revelar a suposta artificialidade de sua voz falsetista.

É importante compreender, então, que a classificação de contratenor não diz respeito simplesmente ao uso do falsete a partir de um horizonte de classificação vocal e que compreende o corpo dentro de determinados enquadramentos sexuais. Ela se enquadra, pois, a partir de determinados usos da voz cantada, articulados – na ópera – dentro de valores e repertórios do gênero musical. É importante se ter em mente, em tal contexto, que a classificação genérica é sempre embebida em processos socioculturais e, assim, é constituída por uma articulação complexa entre sonoridades, músicos, públicos, lojas, revistas e gravadoras, e passível a ser atualizada por cada performance musical e enunciação (FRITH, 1996). Orlinski, por sua vez, apresenta-se como contratenor *a partir* da ópera e explana seu tipo vocal tomando como referente suas performances operísticas: esta é uma maneira de localizá-lo na ópera enquanto gênero midiático. Em concordância, o que trabalhos de especialistas – como Reetz (2018), Fugate (2016) e uma série de discussões presentes no Oxford Handbook of Opera (GREENWALD, 2014) – informam é que, para além do uso do falsete, o contratenor tem sido definido por determinadas apropriações contemporâneas de repertórios originalmente criados para *castrati* e de determinadas técnicas vocais, adequando-se também a óperas contemporâneas produzidas especificamente para o contratenor falsetista.

Compreendo que, nesse esquema, os contratenores são passíveis de classificação pela maneira como agenciam um esquema de sexo-gênero-desejo em relação às possibilidades performáticas da própria ópera enquanto gênero musical. Assim, a classificação de contratenor

depende de determinados usos da voz cantada, que nos informam sobre como articulam seus corpos sexuados em relação a como ópera é feita em termos de repertório, técnicas e modos de estar em cena. Essa relação entre produção de gênero (identitário) e gênero midiático/musical é importante por nos fazer reconhecer que o contratenor, no contexto da ópera, excede um tipo vocal para constituir uma classificação performática de maneira mais ampla – que tende a se constituir, também, a partir de uma associação à branquitude.

É compreender o contratenor como uma classificação performática que permite, por exemplo, que Orlinski seja colocado em um horizonte de comparação composto por outros contratenores cujas vozes se diferenciam em extensão, tessitura e mesmo em repertórios de árias – como aponta Mead (2019) ao compará-lo com Philippe Jaroussky, cuja voz é igualmente suave, porém mais aguda e trabalhada por outro repertório. Diversos contratenores têm feitos esforços midiáticos, inclusive, para apresentar o quão plural vocalmente é a categoria: o álbum *The 5 Countertenors* (Decca Classics, 2015) é um exemplo disso e se apresenta como sendo uma celebração da singularidade da voz de cada cantor envolvido no projeto. Nesse sentido, a classificação de contratenor – como uma categoria que localiza cantores dentro de determinados usos da voz, repertórios e práticas de corpo – é também uma maneira de agrupar diversas performances masculinas que fazem uso do falsete, enquadrando-as dentro de uma tradição que as quer inteligíveis.

O que se projeta – na figura do contratenor – é um uso inventivo, a partir dos procedimentos da ópera, do seu corpo sexuado por um sistema cisgênero: o falsete, assim, faz jus à sua etimologia e aparece constantemente em oposição ao que seria a “voz natural” ou a uma classificação primeira da voz. O ponto central é que alguns atos de Orlinski (como aludir ao seu corpo como seu instrumento e apresentar sua voz em *Inner Voice* primeiramente pela sua respiração e pela voz modal, apontando sua relação com a fisicalidade) parecem uma resposta per-

formática de que sua voz cantada – relatada por ele mesmo como menos natural do que a voz modal – é de fato sua e que é, também, voz. Assim, o curioso nesse panorama de vozes de contratenores é que a voz do cantor parece se apresentar performaticamente como uma escolha, que precisa ser repetidamente justificada; o que se torna explícito pela diferença de audibilidade da voz falada e cantada de Orlinski em suas diversas aparições.

Vocalizando sexo: o que implica fazer do falsete uma técnica

Sentado em uma cadeira antiga de madeira em um cômodo do Handel & Hendrix Museum, Jakub Józef Orlinski explica – em vídeo de 2019 para o canal Dogs and Trumpet¹⁴ – como ele veio a cantar contratenor; uma narrativa que ele apresenta repetidamente ao se relatar em entrevistas. Ao fundo, ouvimos sua voz em falsete cantar algumas árias do próprio Handel – um dos mais celebrados compositores para *castrati* – e, na imagem, Orlinski fala enquanto gesticula amplamente, irreverentemente vestido com uma camisa que marca sua musculatura do tórax. Ele indica que foi só na faculdade que passou a se interessar por cantar *como um* contratenor, passando a explorar e experimentar as possibilidades desse tipo vocal. Afirma que, depois disso, foi necessário muito trabalho de técnica para melhorar seu volume, flexibilidade e todos os outros aspectos vocais importantes e – em uma mesma sentença – anuncia, diminuindo a voz timidamente, que qualquer homem poderia ser um contratenor: se quisesse, se escolhesse. E parte para uma gargalhada afetada.

A fala de Orlinski articula a ideia de que ser contratenor é cantar *como um* contratenor, posicionando a descoberta do prazer de cantar

14 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GwBj7ct8JQk>. Acesso em 16/12/2019.

a um período de amadurecimento e experimentações e afirmando que qualquer homem poderia seguir tal trajetória. Ele compõe, assim, uma narrativa familiar que diz respeito à sexualidade. Existe na maneira como voz é construída discursivamente, pois, o agenciamento de uma ideia hegemônica que comumente se refere à sexualidade: a de que é uma expressão exterior de um tipo de inclinação que se constrói dentro do corpo (KOESTENBAUM, 1991), marcada por um momento de afirmação. Sabemos, porém, que tanto voz quanto sexualidade acontecem em “*algum tipo de espaço exterior, onde as interioridades convergem*” (Ibid., p. 207, tradução minha), dado que a voz só se produz a partir da vibração no espaço (e dos interditos sociais) e a sexualidade, para além de ter sua origem em uma interioridade, é constituída por uma série de práticas, proibições e relações.

A liberação vocal excessiva e a liberação sexual são, as duas assim, assiduamente construídas em torno de uma ideia de entrega a certos prazeres interditados. Não é surpresa, dessa maneira, que o relato de Orlinski sobre sua descoberta como contratenor tenha paralelos sensíveis com roteiros sobre descoberta sexual. Assim, a própria construção de si em torno da vocalidade do contratenor, passível de justificativas e explicações, estimula sensibilidades que permitam fabulações sobre sua sexualidade. Em um fórum anônimo¹⁵, um usuário, por exemplo, afirma que gostaria de vê-lo “*empalado*” (sic) pelo barítono Jarret Ott. Enquanto este último é assumidamente gay, Orlinski até então não se enunciou como tal, e os dois não apresentam relações a não ser por cantarem ópera – e até então nunca cantaram juntos. Nesse espaço fabulado de um fã, é notável que Orlinski – o falsetista – seja quem venha a ser penetrado por Ott, igualmente jovial, mas famoso pelos tons mais graves e cheios, expondo duas concepções sobre como diferentes usos vocais projetam distintivas concepções de masculinidade.

15 Disponível em <https://www.datalounge.com/thread/23565623-jakub-j%C3%B3zef-orli%C5%84ski-countertenor>. Acesso: 15/12/2019

De toda forma, para além do que nos diz Orlinski, é importante, para que demos conta da complexidade de suas vocalidades, que percebamos que, o “*dizer, mais do que o dito*” (CAVARERO, 2011, p. 42) comunica algo. Enquanto presenciamos, no vídeo no Handel e Hendrix Museum, Orlinski falar gravemente e se distanciar do ambiente em que está inserido tanto por sua masculinidade quanto pela irreverência, também ouvimos sua voz cantada em falsete ao fundo soar por meio das suas poucas afetadas ornamentações barrocas. Duas vocalidades com duas disposições de corpo coabitam uma mesma performance no vídeo e ajudam a consolidar um roteiro de formação vocal, profissional e pessoal: falsete e voz modal, duas diferentes maneiras de exercer a masculinidade pela voz, se sobrepõem e se tornam ambivalentes em suas aparições.

Interesso-me pelas maneiras a partir das quais aparições como essas conseguem construir um ambiente performático – por como Orlinski se constrói e por como o vídeo o constrói – que parece articular, a partir de uma lógica da soma, as vocalidades e corporeidades supostamente distintas de Orlinski. O que percebo é que o papel performático do contratenor, relativamente consolidado no campo da ópera, consegue aparecer em performances como essas de maneira a tanto deslocar a masculinidade de Orlinski quanto a reenquadrar a potencial feminilidade do seu cantar. Isso é, a escuta de sua voz como sendo algo “de outro mundo”, “extracorpórea” ou “transcendental” consegue ser assimilada à sua beleza e masculinidade em conformidade a uma performance harmoniosa e conciliadora, construindo uma persona – que se firma no campo estético – que parece não existir em contradição de gênero. Não à toa, se fala de uma voz angelical ao elogiá-lo, deslocando-o momentaneamente da definição sexual. A maneira como Orlinski, então, agencia a categoria contratenor parece envolver uma ideia de domínio sobre sua própria fluidez: ele pode, a partir de seu corpo compreendido e produzido como masculino, acionar o que é entendido como sua segunda voz – a de falsete – e, tal qual, voltar a sua performance cotidiana, deslocando

do-se por masculinidades. Se há desvio, ele não seria permanente, mas recorrente e controlado.

Dentro do panorama de contratenores, inclusive, Orlinski é referenciado especificamente pela suavidade e polidez do seu canto, como faz Alex Ross (2019), do *New Yorker*, ao elogiar a suavidade com a qual ele passeia pelos registros vocais sem deixar perceber quebras e mudanças na voz. Tal elogio o põe em oposição a outros contratenores famosos pelo vibrato forte e pelos agudos estridentes e potentes – como Max Emanuel Cencic e Franco Fagioli. Estes são passíveis de serem compreendidos como mais afetados ou forçados, como faz ver Dapieve ao elogiar a voz de Philippe Jaroussky (outro contratenor renomado) por, diferentemente de suas contrapartes, possuir uma voz que “*parece emitir sem o menor esforço, a naturalidade com que canta*” (2017). Soar *natural* – sem exageros de liberação e sem parecer forjado – é um operador importante para um bom comportamento vocal nesse cenário. Cantar, assim, é uma arte de polidez, mas contraditoriamente não deve se mostrar demasiadamente artificial.

Em um outro vídeo disponibilizado pela escola Julliard em 2015 no Youtube¹⁶, podemos ver um Jakub Józef Orlinski mais jovem – antes de se projetar midiaticamente e fechar contrato com a Warner Classics – ter uma aula aberta com a superestrela da ópera Joyce Didonato¹⁷. A cantora testemunha e elogia o canto de Orlinski, realiza demonstrações, o manipula pelo braço e dá uma série de dicas físicas – que mesclam sensações e fisiologia – para melhorar o canto do jovem contratenor. Ver Orlinski treinar, sob tutela de Didonato (famosa também pelas mesmas árias e legitimada pela sua potente voz de mezzo-soprano), incorpo-

16 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cnUDc7H-PNM>. Acesso em 15/12/2019.

17 A cantora americana é detentora de dois Grammys e figura nas temporadas de algumas das principais casas de ópera do mundo, em especial o Metropolitan Opera House.

rando técnicas do bel canto¹⁸ e lidando intensamente com seu falsete, parece demonstrar, para além de narrar, uma das afirmações mais recorrentes dele: a de que o seu falsete, não só uma escolha, é uma técnica.

Pensar seu falsete como uma técnica é um movimento que posiciona a emissão vocal falsetista como mais uma das técnicas possíveis dentro da lógica da eficiência da ópera e a estabelece dentro de uma categoria inteligível, ainda que tensiva. Constitui, assim, uma maneira de legitimar tal tipo vocal e, possivelmente, destituí-lo de implicações exacerbadas de gênero. A questão é que tais agudos – como relata e demonstra Orlinski – constituem uma técnica também de prazer, supostamente para si, certamente para seus fãs: a técnica clássica e a disciplina, aqui, aparecem em favor da vibração, da projeção e da exploração sônica. Vemos, no vídeo, como ele treina e forja sua maciez, como lapida sua suavidade, como, a cada tentativa de acerto, ameniza as quebras de sua voz. Sua ambiguidade também se projeta na ocasião: vemos como alterna esforçadamente entre a projeção grave de sua fala e seu canto agudo. Alguns aspectos que poderiam parecer pouco forçados, assim, são meticulosamente produzidos como fruto do trabalho. A voz de Orlinski se apresenta mais uma vez como sendo constituída processualmente no treino, como uma vocalidade secundária e adquirida, o que se reitera sempre que seu canto em falsete se materializa como limpo, controlado e eficiente. Sua voz corre o risco de expor não só a si mesma como artificial, mas de lançar luz sobre as próprias técnicas que produzem voz de maneira ampla.

Baseio-me, aqui, em uma discussão proposta por Freya Jarman-Ivens (2011) ao pensar um potencial queer da voz, que argumenta se fazer principalmente presente quando as tecnologias ligadas às vocalidades se evidenciam na escuta de determinadas performances vocais.

18 Bel Canto se refere à toda tradição vocal, performática e musical da ópera latente entre o fim do século XVII e com apogeu no século XIX. As técnicas e o rigor vocal do bel canto são centrais nas vocalidades que se produzem no canto hegemonicamente desde então e é, em parte, o que possibilita o surgimento do contratenor contemporâneo, como aponta Fugate (2016).

Jarman-Ivens compreende técnicas e tecnologias a partir de um viés que atravessa diversas esferas da produção de sujeito. A autora leva em conta (a) as tecnologias anatômicas e somáticas (as técnicas vocais, sensações, compreensões sobre a constituição dos órgãos e áreas do corpo, etc.), (b) as tecnologias mecânicas, eletrônicas e digitais de captura, processamento e reprodução de voz e (c) as tecnologias de poder, que se referem aos dispositivos que nos fazem sujeitos a partir de interpelações com forças sociais, que nos produzem, por exemplo, em termos de gênero e raça. Neste sentido, compreendendo diversos aspectos da produção vocal como tecnologias, nenhuma voz é tomada como original ou natural, apesar de poder encenar características socialmente naturalizadas. As vozes são, assim, propícias a desestabilizarem algumas dessas categorias por, desassociando-se dos corpos que as produzem, estarem passíveis a reinterpretção no ato da escuta. Isso acontece frequentemente quando nos identificamos em oposição às vozes, as estranhando por serem irreproduzíveis em nossos corpos, por colocarem em risco algum complexo racial ou de gênero que tomamos como certo ou, ainda, por nos fazerem ver que nossas vocalidades são, também, partes de uma série de procedimentos técnico-sociais.

Nos escritos da autora, o *queer* não se refere unicamente aos desvios de normas de gênero e sexualidade e não categoriza algumas identidades: *queer* se refere às práticas, processos e atos pelos quais normas, corporeidades e características são tornadas estranhas e processadas como inquietantes, se relacionando com os esquemas a partir dos quais sujeitos são interpelados (JARMAN-IVENS, 2011). Em sua perspectiva, “*dizer ‘eu não sou queer’ é, de certa forma, dizer, na verdade, ‘eu não estou fazendo queer’, ou ‘eu não ajo queer’*” (Ibid., p. 17, tradução minha). Se todas as pessoas se produzem processualmente por dinâmicas que são também corporais, o *queer* é o que expõe essas dinâmicas – que se pretendem produtos – como sendo, na verdade, processos.

O que pontuo, assim, é que a voz de Orlinski pode não criar controvérsias de gênero simplesmente por ser “afeminada” e contrastar com sua performance gestual tida como masculina, mas por nos lembrar recorrentemente que a voz é um processo, fruto de tecnologias não só de canto, mas de gênero e raça, o que é sublinhado estranhamente pela sua polidez e suavidade, entendida como triunfos técnicos. Produzir voz demanda mapeamento de sensações, anatomizações do corpo sexual e de uma fisiologia do aparelho fonador que, inter cruzando gênero musical e identidade, abre uma possibilidade de expor tais tecnologias, nos apontando principalmente que gênero (como a voz) se produz por técnicas, por treino, por performances reiteradas que constituem o prolongado e repetitivo processo da performatividade.

Evidentemente, esse argumento depende de um esquema complexo de alteridade que abre possibilidades de estranhamento a partir da experiência: toda a teoria de Jarman-Ivens parte de uma preocupação com um processo de identificação estética, que se dá na escuta e que não pode ser universal. A escuta oferece potencialidades de *desidentificação*, mas não pode ser total ou determinante. Outros cantores – de vozes mais estridentes ou mais explicitamente afeminadas – podem expor tecnologias, por exemplo, ao evidenciar as maneiras como um corpo produzido dentro do amplo espectro da masculinidade exercita vocalidades associadas ao feminino, reconfigurando o que a masculinidade pode ser ou fazendo-se queer. Na escuta de Orlinski parece ser a surpresa de uma voz macia, aparentemente pouco forçada – pouco passível de ser confundida com a de uma cantora de ópera, mas aguda e suave demais para ser associada a noções hegemônicas na ópera de masculinidade – que é determinante para o estranhamento. Se a voz faz parte das tecnologias do complexo sexo-gênero-desejo, afinal, pode ser também por ela, mesmo nos ambientes mais normativos, que tal complexo, apoiado em uma ideologia que postula o corpo a partir de um valor de naturalidade, pode se expor como inatural.

“O Davi de Michelangelo percebeu que pode cantar lindamente”¹⁹: o contratenor midiaticizado

Em um dos seus vídeos oficiais mais recentes²⁰ – que seguem formatos pouco usuais para clipes de ópera, sendo estes normalmente pautados em gravações de performances ao vivo –, Orlinski aparece sem camisa e coberto por projeções imagéticas, dançando e dublando sua própria versão de Infelice Mia Constanza, de Bononcini, e eventualmente mergulhando sensualmente seu rosto em água. Como é comum em seus diversos vídeos, comentários se referem a ele a partir de referências clássicas: ora Orlinski é um deus grego²¹, ora Narciso²², frequentemente um Davi de Michelangelo²³ – figura que ele mesmo incorpora, de cueca, no clipe de sua versão de Pena Tiranna²⁴, de Handel. Todas essas associações se referem à uma beleza branca e masculina excepcional, amplamente produzida pelas belas artes da Europa.

19 Referencio, aqui, em tradução minha, o comentário do perfil Sepideh Eshraghi, postado no vídeo de Vedro Con Mio Diletto, anteriormente referenciado.

20 Bononcini: “Infelice Mia Constanza” (Aminta), Dir. Honorata Karapuda e Chi-Chi Ude, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VVM4cV-IGdm8>. Acesso em: 20/12/2019.

21 “Ele parece com uma estátua grega antiga. A voz dele é paradisíaca. Ele é o deus Apolo, estou convencida agora” (tradução nossa), afirma a internauta Olga Rod.

22 “Ele é como um antigo Narciso beijando seu reflexo. É tão bonito, é impossível se libertar da vista dessa ação” (tradução nossa), comenta o perfil Кирилл Куница.

23 “A estátua cantante de Davi ataca novamente” (tradução nossa), comenta Chevalier d’eon.

24 Handel: “Pena tiranna” (Amadigi di Gaula), dirigido por Julia Bui-Ngoc, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZMW7M3ebRwk>. Acesso em: 20/12/2019.

A gravação de Infelice Mia Constanza por Orlinski, lançada como uma espécie de *single* do seu segundo álbum *Facce D'amore* (Warner Classics, 2019), dura pouco mais de dois minutos e se inicia, após poucos segundos de silêncio, com uma vocalidade impositiva – mas nada estridente – do cantor, que antecede a entrada dos instrumentos. A sua voz é acompanhada pelo rosto de Orlinski, que, sempre em quadro, cresce e diminui na tela a cada corte da montagem. Sua vocalidade macia e aparentemente pouco forçada condiz com os esforços de seu rosto-imagem: ele move a boca como se sussurrasse, desloca a face pela tela com delicadeza e, no apogeu de dramaticidade, franze sutilmente as sobrancelhas. A sua dublagem, aqui, é tão suave quanto a maciez de sua voz.

No vídeo de *Vedro Con Mio Diletto* da France Musique (oriundo de uma performance para uma plateia in loco) – que lhe despontou para projeção midiática – a vocalidade de Orlinski já era macia. O seu corpo, todavia, aparecia tensamente envolvido com o ato de cantar: suas veias do pescoço pulsavam, seus olhos se arregalavam, seu tronco se movia ao ritmo de suas ornamentações, tal qual os esforços de prática que se tornam particularmente evidentes em sua aula pública com Joyce Didonato. Certo contraste, em situações como essas, como dito, se desenha entre sua voz suavemente prazerosa e seu corpo forçadamente trabalhado em função de seu falsete, potencialmente expondo determinadas tecnologias da produção vocal.

O que venho tentando argumentar é que, em suas aparições e – mesmo nesses dois vídeos – percebo que as maneiras pelas quais Orlinski se performa encenam um constante conflito entre a voz enquanto algo supostamente natural – importante para autenticar o mito do gênero enquanto substância – e da voz enquanto uma tecnologia, central no processo de estranhamento e de reconhecimento queer da voz. O que o videoclipe em estúdio faz ver, porém, é que tal encenação se constrói também a partir dos enquadramentos midiáticos e pode nos levar a refletir que algumas aparições que evidenciam determinadas tecnologias podem sublimar outras.

Evidentemente os vídeos oriundos de performances ao vivo e para um público *in loco* também são frutos de enquadramentos, produções sonoras e montagem, mas nos fazem ver outros aspectos que, por vezes, tornam menos evidentes a agência dos dispositivos tecnológicos digitais. Tais vídeos de apresentações públicas *in loco* podem nos levar, por exemplo, a pensar como gênero (musical e identitário) atua na construção do corpo, sem necessariamente nos levar a refletir sobre como a midiática atua sobre gênero. O que percebo, de toda forma, é que a presença midiática de Orlinski é muito importante para as maneiras pelas quais ele é associado ao renascimento, à pintura e à escultura – arquivos que circulam também pelos meios digitais. É, afinal, ao ser visto como imagem, coreografado pelos movimentos de vídeo e ter seu rosto projetado intimamente em nossas telas, que o relacionamos a outras imagens que também, possivelmente, já as ocuparam. A midiática tanto ajuda a estilizar quanto nos faz ver as estilizações de seu corpo. Ao aparecer como superfície midiática, com textura e visualidade própria do universo das telas²⁵, Orlinski pode se colar facilmente a outros arquivos digitais. Tendo suas ações enquadradas, encenadas, apresentadas e destacadas, ele aparece de maneira sublinhada como um sujeito performático, podendo nos fazer ver também o material mnemônico que ele mesmo agencia em cada aparição.

Orlinski é um cantor de ópera cuja fama, afinal, se apoia nos meios de circulações digitais: seu Instagram – em si um mosaico de suas personas – se conecta a vídeos no Youtube, que embaralham performances gravadas ao vivo com videoclipes, entrevistas e editoriais para revistas de moda. Mais do que simplesmente se valer da maneira como a Internet materializa uma rede de suas aparições, Orlinski se posiciona ativamente como alguém que se volta para o digital: dublar, se performar em sessões de gravações, narrar um documentário sobre si mesmo, dançar

25 Para adensar as discussões sobre telas e materialidade, ver *Surfaces: Matters of Aesthetics, Materiality, and Media*, de Giuliana Bruno (2014).

para a câmera e falar com a câmera em modo selfie, por exemplo, são ações que se constroem a partir de certa performance de proficiência midiática. Essa rede de aparições, como acontece com artistas da música popular massiva, o constitui a partir de uma série de efeitos de presença, oriundos de tais aparições efêmeras e difusas e, assim, “*aquilo que poderia ser desconsiderado como superficial adensa-se não por trazer à tona aspectos profundos da existência, mas por se alargar em ondas pela amplitude das superfícies*” (JANOTTI e ALCÂNTARA, 2018, p. 33). Todas essas aparições – em voz, imagem e performance – se agenciam e se informam mutuamente, nos revelando diversas performances suas e construindo muitas possibilidades de fabulação.

É isso que, proponho, permite que compreendamos os videoclipes e outras aparições de Orlinski como construções de espaços em que seu corpo e sua voz se conciliam, se articulando esteticamente de maneira a não mais surpreender ou gerar controvérsia: em seus videoclipes, sua fisicalidade atlética, mas pouco tensa, em câmera lenta, pode assim condizer com sua voz, também suave, aguda e sustentada, que, agora, age sobre sua visualidade. Sua imagem e sua voz, ambas, constroem seu corpo na mídia a partir de diversas articulações, que se produzem por gestos e emissões sonoras, mas também por montagens, por enquadramentos, por maneiras de inventar um corpo em rede. Tal invenção se faz ainda na dublagem, na reincorporação da própria voz e nos paralelos com os cânones das artes, que se somam às suas aparições não-musicais, à sua fala masculina, à sua vinculação midiaticizada com as danças urbanas e à maneira pela qual Orlinski tem seu rosto hegemonicamente configurado em mídia.

Em suas aparições, as tecnologias (somáticas, midiáticas e de poder) que o fabulam e que ele agencia em seu uso de corpo podem emergir de maneiras diversas e não estarem sempre em evidência, mas todas certamente convergem para sua constituição e projeção no meio midiático. Produzindo-se corpo audiovisual, passeando atleticamente pelas

coreografias de *breakdance* e sofisticadamente pelos gestos em recitais eruditos, posando seminu em capas de álbuns e cantando em falsete em sessões de gravação, Orlinski parece agenciar um espectro de masculinidades em que, por exemplo, falsete operístico e danças urbanas não simplesmente se opõem. Precisando, porém, se articular o tempo inteiro com as possíveis controvérsias de sua performance, cada uma dessas instâncias está constantemente produzindo o risco de se fazer queer.

Escutando gênero: considerações finais

Ao longo deste trabalho, tenho demonstrado e argumentado – a partir de um panorama cuidadosamente delimitado – como Orlinski ao aparecer midiaticamente, cantar e narrar sua própria voz, tendo suas performances encenadas em diversos meios, agencia disputas paradigmáticas sobre gênero e valor a partir da sua performance. Nesse processo, é notável que a ideia da voz como um índice do sexo, como uma instância fundamental na construção da coerência inteligível entre sexo-gênero-desejo, não pode ser subestimada. Orlinski, afinal, precisa repetidamente abordar tal questão, seja em relatos, seja a partir de suas escolhas e invenções performáticas. Evidentemente, tal coerência é constantemente colocada em risco pela sobreposição de tecnologias e pela maneira própria a partir da qual vocalidades se constituem, passíveis a serem estranhadas no campo da experiência.

As categorias (tipos vocais, aspectos de gênero e papéis performáticos) parecem ser frequentemente acionadas tanto pelo cantor quanto pela mídia como maneira de tornar inteligíveis aspectos que poderiam colocar em risco sua normatividade. Orlinski está, porém, sempre atualizando as concepções que temos sobre os papéis masculinos que assume e sobre as próprias noções de gênero, sexo e corpo vocal ao performar a si mesmo. É ao assumir determinados papéis que podemos ver de que maneiras Orlinski se desencaixa e/ou reafirma os atos canônicos e

familiares que reconhecemos e, assim, como os fantasmas (dos outros contratadores, dos *castrati*, de certa masculinidade branca e de gênero em geral) aparecem em suas performances.

O que é importante na investigação, reafirmo, é a demonstração e compreensão de que a voz, mais do que resultado de processos técnicos, é em si uma técnica que constrói corpos e relações (NEUMARK, 2010). Assim, as vozes tanto informam como compreendemos as singularidades de cada ser em um campo sensível e fenomenológico como não nos deixam esquecer dos seus caracteres radicalmente relacionais. Como demonstra empenhadamente Cavarero (2011), ainda que postas em categorias e tratadas, em si, como uma categoria discursiva, as vozes são sempre plurais – no sentido de que, a cada emissão, elas se atualizam e celebram as próprias unicidades, de tal forma que “*a voz, então, é parte essencial de como os sujeitos se atualizam, através de encontros com outros no mundo*” (JARMAN-IVENS, 2010, p. 12, tradução minha).

A performatividade prevê um processo prolongado de reiterações e reincidências de atos, discursos e manutenção de inteligibilidade, a partir de uma adequação sistemática à ideia do gênero como substancial, que implica, em si, em uma visão essencial sobre sexo e desejo. Butler afirma, com precisão, que

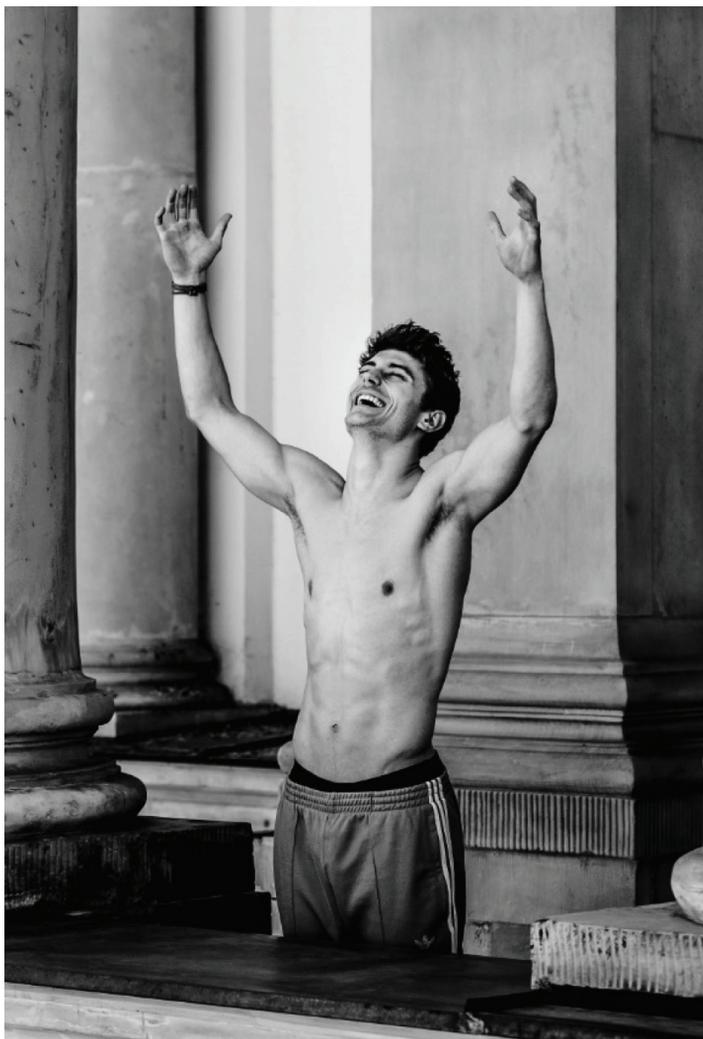
se a noção de substância permanente é uma construção fictícia, produzida pela ordenação compulsória de atributos em sequências de gênero coerentes, então o gênero como substância, a viabilidade do *homem* e da *mulher* como substantivos, se vê questionado pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade (BUTLER, 2015, p. 55).

Nesse esquema, a noção de voz e a noção de gênero não são simplesmente intercambiáveis, mas a voz também não é meramente um dos aspectos disciplinados que atuam na performatividade: as vozes estão frequentemente passíveis ao erro, à falha discursiva e musical, à exacer-

bação do vocálico, a possuir momentaneamente outros corpos, a promover escutas plurais. São uma das lembranças constantes de que o corpo não é uno, total ou substancial e é neste sentido que a voz parece ser importante na escuta do gênero: não simplesmente para entender como ele atua, mas nos elucidando como ele se desfaz, se expõe e se esforça para se tornar inteligível. A voz pode nos fazer escutar gênero porque, portanto, por vezes, é capaz de expô-lo como um sistema em processo, colidindo com uma ideia de gênero como um produto originário.

Ao ser comparado a Narciso, a Davi de Michelangelo ou a um anjo, Orlinski não está simplesmente tendo sua beleza e seu virtuosismo alavancados e nem está apenas assumindo alguns dos lugares mais hegemônicos para a masculinidade e para a branquitude no campo da ópera. Ele está sim, tomando um papel extremamente normativo no esquema da mídia operística, mas mesmo essas associações parecem ser uma lembrança constante de que a experiência de sua voz para alguns ouvintes não é apreendida sem tensões nas expectativas de masculinidade de um cantor em tal cenário. Às referências às artes visuais são, afinal, demarcadores também de escuta que relatam como sua voz é incorporada a partir de determinados modelos masculinos e, com ela, como a imagem de seu corpo e suas performances de gênero também. A corporalidade de Orlinski, pois, é explorada em sua performance e visual atléticos, nas fotos de músculos à mostra, nos agenciamentos das imagens do renascimento e nas suas projeções vocais, provocando maneiras específicas de se relacionar com ele. Nesse campo sensível, sua voz parece caminhar para a normatividade, mas as associações feitas pelos fãs nos mostram também como os esquemas de inteligibilidade de gênero parecem ser compostos por uma série de linha de fugas. Narciso, Davi e os anjos – referentes ao divino e canônicos enquanto imagens na história da arte europeia – são marcados, pois, por usos de admiração, desejo e objetificação, inclusive em usos homoeróticos, e, com as aberturas dessas imagens, também são trazidos os riscos de se fabular sobre a sexualidade de Orlinski e, talvez, sobre os próprios aspectos que formam sexualidade.

Figura 1 - Orlinski aparece, sem camisa e de calça Adidas, em página da revista Fashion Pose.



FONTE – Site da revista Fashion Post²⁶

26 Disponível em: <https://fashionpost.pl/hiphopowiec-w-operze>. Acesso em: 27/05/2020

Referências

BRUNO, Giuliana. **Surfaces: Matters of Aesthetics, Materiality, and Media**. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015.

_____. Imitation and Gender Insubordination In FUSS, D. (org.) **inside/out: lesbian theories/gay theories**. New York and London: Routledge, 1991. p. 13 – 31.

CAVARERO, Adriana. **Vozes plurais: filosofia da expressão vocal**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, 241 - 282. 2013.

DAPIEVE, Arthur. **O surreal Jaroussky**. 2017. [online] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/o-surreal-jaroussky-21208156>. Acesso em: 22/12/2019.

FRITH, Simon. **Performing Rites: On the value of popular music**. MA: Harvard University Press, 1996.

FUGATE, Brian. **The contemporary countertenor in context: vocal production, gender/sexuality, and reception**. 2016. 247f. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Graduate School of Arts and Sciences, Boston University, Boston.

GREENWALD, Helen. (org.). **The Oxford Handbook of Opera**. USA: Oxford University Press, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC – Rio, 2010.

JACOBS, Daiane D. S. Corpo Vocal, Gênero e Performance. In. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 359-381. 2017.

JANNOTI JUNIOR, Jeder.; ALCÂNTARA, João André. **O videoclipe na era pós-televisiva: questões de gênero e categorias musicais nas obras de Daniel Peixoto e Johnny Hooker**. Curitiba: Appris, 2018.

JARMAN-IVENS, Freya. **Queer Voices: Technologies, vocalities, and the musical flaw**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011.

KOESTENBAUM, Wayne. The Queens Throat: (Homo)sexuality and the art of singing. In FUSS, Diana. (org.) **inside/out: lesbian theories/gay theories**. New York and London: Routledge, 1991. p. 205 – 234.

MEAD, Rebecca. **A millennial countertenor's pop-star appeal**. 2019. [online] Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2019/07/22/a-millennial-countertenors-pop-star-appeal>. Acesso em: 22/12/2019

NEUMARK, Norie. Doing Things with Voices: Performativity and Voice. In. NEUMARK, Norie; GIBSON, Ross; e LEEUWEN, Theo. (org.) **VOICE: Vocal aesthetics in Digital arts and Media**. E-book: MIT Press, 2010.

REETZ, Jarod. Contemporary Perspectives on the Countertenor: Interviews with Kai Wessel, Corinna Herr, Arnold Jacobshagen, and Matthias Echternach. In. **Journal of Singing**. National Association of Teachers of Singing, v. 75, n. 2, p. 131-140.

ROSS, Alex. **The dizzying democratization of baroque music.** 2019. [online] Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2019/02/18/the-dizzying-democratization-of-baroque-music>. Acesso em: 22/12/2019.

SCHECHNER, Richard. **Performance Studies: an introduction.** New York and Abingdom: Routledge, 2013.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório: Performance e memória cultural nas Américas.** Belo Horizonte: UFMG, 2013.

VIEIRA, Helena; Favero, Sofia. **Toda cisgeneridade é a mesma? Subalternidade nas experiências normativas.** 2015. [online] Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/lgbt/toda-cisgeneridade-e-a-mesma-subalternidade-nas-experiencias-normativas-por-helena-vieira-e-sofia-favero/>. Acesso em: 28/05/2020.

Problematizações sobre masculinidades *queer* em uma edição de corrida de rua

Problems about queer male in a street race edition

Rafael Marques Garcia

Mestre em Educação Física pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
rafa.mgarcia@hotmail.com

Alan Camargo Silva

Pós-Doutor em Educação Física pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
alan10@zipmail.com.br

Erik Giuseppe Barbosa Pereira

Doutor em Ciências do Exercício e do Esporte pela
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
egiuseppe@eefd.ufrj.br



Resumo

Objetivamos relatar e analisar a vivência de um corpo masculino *queer* durante uma edição de corrida de rua, sob a ótica da teoria pós-estruturalista. Norteamo-nos pela seguinte questão: de que forma o discurso sobre o uso do corpo e das práticas corporais se sobressai nesta modalidade esportiva? Nosso estudo se justifica por contribuir cientificamente com os estudos referentes à temática e estimular este tipo de intervenção ao promover reflexões que subvertam as convenções de gênero e sexualidades no Esporte e práticas corporais. Utilizamos uma abordagem qualitativa e o método de experimentação de campo. Evidenciamos que a corrida de rua, mesmo não demarcando categorias de gênero, reforçam as normas sociais heteronormativas, policiando as masculinidades *queer* e criticando sua(s) performatização(ões) nas esferas analisadas.

Palavra-chave: Esporte; Gênero; Masculinidades; *Queer*.

Abstract

The objective of the study was to report and analyze the experience of a male queer body in a street race on the poststructuralist view. We are led by the following question: in what way does the discourse on the use of body and corporal practices stand out in this sporting modality? Our study is justified by contributing scientifically to the studies related to the theme and stimulating this type of intervention by promoting reflections that subvert the conventions of gender and sexualities in Sport and physical practices. We used a qualitative approach and the field experimentation method. We show that the street race, even without demarcating gender categories, reinforces heteronormative social norms, policing queer masculinities and criticizing your performativities in the analyzed spheres.

Keywords: Sport; Gender; Masculinities; Queer.

Introdução

Historicamente, os processos sociais se consolidam através de mecanismos restritivos e identificadores, que demarcam espaços, classificam sujeitos e decodificam significados de pertencimento para variados grupos e cenários de acordo com valores impositivos e norteadores. Nesta construção simbólico-discursiva, naturaliza-se uma série de formas de se viver, comportar e agir, estabelecendo certos parâmetros de gênero e de sexualidade “normais” que devem ser, obrigatoriamente, adotados pelos seres sociais (MADUREIRA; BRANCO, 2012). Deve-se observar que a noção naturalizada e universal de “normalidade” se reconstrói a todo instante em diferentes tempos e espaços, por vezes (des)classificando outras identificações sexuais e de gênero consideradas anormais (LOURO, 2008). Assim, partindo da perspectiva pós-estruturalista, argumenta-se que as ditas “identificações” estão em um contínuo processo; nunca acabado, pronto ou fixo, como lembra Louro (2014).

Como ferramenta de coerção para assegurar esses parâmetros de normalidade, interpreta-se com estranheza e repulsa aqueles fenômenos que subvertem os saberes do senso comum, o que retroalimenta práticas restritivas e impositivas, às vezes fazendo uso de dispositivos violentos de controle, para assegurar a manutenção da ordem social normativa. Pérez-Nebra e Jesus (2011) destacam que essa ordenação se constrói a partir das respostas imediatas que são aplicadas com base naquilo já estabelecido, resistindo às mudanças e à possibilidade de interpretações múltiplas de realidades desconexas com aquilo que já se entende por naturalizado.

Como importante elemento das práticas sociais, a cultura corporal de movimento¹, e principalmente a prática de exercícios físicos, despon-ta como uma das tecnologias de (re)produção e extensão dessas normas estipuladas, arquitetando-se através de segregações socioculturais esta-belecidas por discursos² de poder e restritivos (ARAÚJO, 2015). Dessa forma, conforme destaca Sampaio (2008), existe nítida diferença entre as práticas corporais nos universos masculino e feminino, sendo o primei-ro mais valorizado, permitido e acessível, acionado principalmente para estabelecer reconhecimentos e diferenças entre os sexos: a prática mascu-lina deve exacerbar as qualidades dessa categoria, portanto, construir-se a partir de contraposições às feminilidades, utilizando-se de força, aspectos viris, coragem, determinação, garra, entre outros. Pereira (2008) alerta que este cenário denuncia uma verdade social, construída por meio de discursos normalizadores que imputam às pessoas diferenças sexuais: ser/estar homem/masculino deve, obrigatoriamente, contrastar com ser/estar mulher/feminino, operando apenas nesta ótica binária.

Dessa maneira, ao explorarmos o campo histórico do Esporte en-quanto espaço de práticas corporais, é possível apontá-lo como cons-

1 A noção de “cultura corporal”, “cultura de movimento” ou como escrevemos aqui, “cultura corporal de movimento”, foi problematizada e discutida principalmente a partir da década de 1980 na área de Educação Física (escolar) por distintas perspectivas teóricas das Ciências Humanas e Sociais (DAOLIO, 2004). Em termos gerais, aponta que todas as manifestações corporais humanas não são frutos apenas de uma dimensão biológica físico-orgânica, mas também se baseiam em uma dinâmica sócio-histórica e cultural (DAOLIO, 2020).

2 A noção de “discurso” é polissêmica, circunstancial, extensamente interpre-tativa e pode ser compreendida por diferentes referenciais teórico-metodológicos. No presente texto, “discurso” refere-se a “não-neutralidade” da linguagem em descrever continuamente o mundo (GILL, 2010).

tructo de saberes biopolíticos³ sexistas que segregam, normalizam e enquadram sujeitos arbitrariamente em modelos inteligíveis conforme o binarismo de gênero (CAMARGO, 2012; BRITO, 2019; SILVA, 2019). Outrora renegado às mulheres, os locais para práticas físicas e uso do corpo consolidaram-se como reserva masculina, no entanto, com a crescente inserção, participação e conquistas sociais por parte do público feminino, sua inserção na esfera da vivência corporal cresceu exponencialmente, ao compasso das desconstruções e combate aos discursos que restringiam sua participação com base em saberes biomédicos, bem como da quebra de paradigmas sociais hegemônicos acerca de homens e mulheres no Esporte (OLIVEIRA, CHEREM, TUBINO, 2008).

Dessa forma, Gonçalves (1998) destaca que para zelar pela equidade de justiça nas competições esportivas, devido às diferenças fisiológicas constatadas entre a maioria de atletas homens e mulheres, o Esporte passou a apresentar um enquadramento por naipes, sendo o masculino identificado como espaço de competição dos homens e o feminino identificado como espaço de competição para mulheres. Ainda conforme a autora, essa divisão se deu, também, para contemplar e manter discursos de poder: aos homens, o governo público e político, contornado por aspectos de força, lógica e raciocínio frio e objetivo, enquanto que às mulheres, um espaço privado, subalterno, de emoções frágeis e graciosidades.

Para Scott (1995), a construção social de gênero se depara com o formato específico das relações sociais que se equiparam aos modelos de igualdade, traduzindo-se em práticas corriqueiras no universo público em que as mulheres ainda não têm as mesmas condições de acesso que os

3 Foucault (1988) explica que a Biopolítica se traduz em um conjunto de processos entre saber/poder, impulsionados a partir do século XVIII, que são racionalizados pela prática governamental e instituídos às populações com o intuito de não apenas vigiá-las, mas controlar suas vidas através de aspectos concernentes à saúde, sexualidade, higiene, raça, natalidade, etc. Em síntese, a Biopolítica organiza e controla a dinâmica de (sobre)vida das pessoas em seus contextos sociopolíticos e culturais.

homens. Ao expressar-se socialmente por meio da dualidade público/privado, a diferença sexual traduz-se socialmente em hierarquia de gênero. Centrada historicamente na obra de Foucault (1988), Scott (1995) afirma que há uma contribuição nos significados dessa divisão inserida no espaço discursivo e político e, ao desconstruir essa oposição entre igualdade *versus* diferença, estabelecem-se oposições binárias, cujos primeiros termos adquirem preferência e reprimem os segundos: unidade/diversidade; identidade/diferença; presença/falta; universal/específico.

Dessa forma, as divisões de gênero de cunho binário consolidaram-se, também, no campo esportivo das práticas corporais, principalmente ao enquadrar arbitrariamente seus participantes em apenas duas óticas lógicas concernentes. Justificando tal premissa, as tecnologias modernas, como por exemplo, as mídias, reforçam esses atributos ao retratar masculinidades exacerbadas através de elementos que vendem força, agilidade, bravura, brutalidade e olhares ameaçadores, e feminilidades esdrúxulas, veiculadas de forma erotizada e fetichizada, realçando emoções e fragilidade físicas, tais como choro, histeria, tristeza e graciosidade do corpo belo feminino (PEREIRA; PONTES; RIBEIRO, 2014).

Ora a diferença biológica marca corpos e identidades distintas, ora não podemos afiançar que existe uma essência do que é masculino ou feminino, do que é ser homem ou ser mulher. Homens e mulheres possuem corpos físicos diferentes, mas enquanto gêneros congregam preceitos socioculturais que monitoram como essas corporalidades devem se perceber (LOURO, 2014). O estabelecimento dessa maneira de dividir, reclusa, engessada e limitada, invisibiliza outros corpos e não reconhece as qualificações daqueles/as que não se enquadram nestes modelos ou não se apresentam de maneiras esperadas para seu naipe/gênero. O esboço dessa materialização não consegue ser interpretado sobre a normatividade lógica estabelecida pelos parâmetros sociais, já que subverte esses entendimentos. Em consonância com Brito (2019), apontamos a emersão de

corpos questionadores irreconhecíveis por suas identificações múltiplas, que podem ser aqui elencados como *queer*⁴.

Como não existem outras formas de participação, todas as identificações devem se enquadrar nas normas binárias esportivas. Embora ocorra, a presença de uma subsistência *queer* provoca intensa oscilação entre os naipes, já que se deslocam sentidos e saberes até então tomados como fixos e intransigentes (JAEGER; GOELLNER, 2011).

O termo “*queer*”, segundo as perspectivas de Camargo e Rial (2009) e Louro (2013), é uma terminologia acionada para designar (ou não) pessoas não heterossexuais, tais como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e *trans*. A nomenclatura sinaliza algo subversivo, estranho e desviante da norma, desafiando as convenções sociais já estabelecidas, perturbando, provocando e fascinando novas leituras de corpos e sexualidades (LOURO, 2013).

Inspirados por Miskolci (2012), Louro (2013) e Brito (2018; 2019), situamos as Teorias *Queer* (TQ)⁵ como um termo geral e amplo que coadunam estudos e postulam discussões para problematizar a heterossexualidade como único regime político, social e cultural possível de vida. O objetivo das TQ, em termos epistemológicos e empíricos, é desconstruir essa hegemonia sexual normativa através de investigações que analisem o gênero como uma das variadas formas de regulação social

4 Reconhecemos que o uso de um conceito identificador para “*queer*” ao longo do texto, tal como: sujeitos *queer*, corpo *queer*, público *queer*, peculiaridades *queer*, corredor *queer*, entre outros, seja problemático, uma vez que nomeia algo que não quer ser nomeado e que parte de uma desconstrução radical de significações para remeter-se a identificações de gênero e sexualidade. No entanto, essas colocações são ponderadas com o intuito de facilitar a compreensão do artigo na leitura e interpretação de características não heterossexuais e/ou heteronormativas. É nossa última aspiração, portanto, querer imputar uma identificação fixa ao conceito, ou ainda estabelecer um conceito, sendo esta apenas uma decisão epistemológica para melhor entendimento dos escritos.

5 Ao longo do presente texto, utilizaremos TQ referindo-se às Teorias *Queer*.

que privilegia determinados sujeitos em detrimento de outros, estabelecendo barreiras e fronteiras de poder de acordo com discursos disciplinares, punitivos e compulsivos.

Miskolci (2012) tem se debruçando em utilizar o aporte das TQ em investigações empíricas baseada em 3 vertentes: 1- sobre as novas orientações da teoria social que modificam profundamente e fazem um crítica e sofisticam as Ciências Sociais, os Estudos Pós-coloniais, os Decoloniais, os Estudos Culturais e as próprias TQ; 2- a vertente histórica resulta na forma como a sexualidade e o desejo moldam a formação do Estado e; 3- a última, que diz respeito aos usos contemporâneos das novas tecnologias para criar relações amorosas, sexuais e transformar seus horizontes de aspirações em contextos, sobretudo de subalternização social.

Para estruturar nossas análises neste trabalho, acionaremos a obra da filósofa pós-estruturalista Judith Butler (2015), que afirma que o gênero, tal qual o sexo, é uma construção social de ordem compulsória que rege lógicas heteronormativas através da repetição holística de atos, gestos, ações e modos de ser/estar. Neste contexto, o gênero se faz performativo⁶, uma vez que reitera discursos de poder e (re)modula sujeitos em masculinos e femininos.

Sobre essas premissas, nosso estudo narra e analisa a vivência de um “corpo masculino *queer*” em uma edição de corrida de rua. Para este estudo em especial, e para se vislumbrar uma masculinidade *queer* (CAMARGO, 2012; BRITO, 2018; 2019), o autor principal realizou a prova de 5km da Etapa Primavera de 2016 no Rio de Janeiro trajando a

6 Conceito cunhado por Butler (2015) e que será adensado ao longo do texto.

7 Para o estabelecimento desta categoria de análise, inspiramo-nos em Camargo (2012) e Brito (2018; 2019) para entender um corpo masculino *queer* como aquele que “[...] traga reflexões a possíveis performances que se potencializam como infinitas, indo além da pluralidade e multiplicidade” (BRITO, 2019, p. 100). Cabe frisar que não estamos fixando uma categoria ou conceito, apenas estabelecendo um termo sobre o qual podemos nos debruçar para análise e facilitar o entendimento de nossas discussões.

camisa do evento e um short saia. Entendemo-lo como *queer* devido à sua performativização enquanto homem masculinizado utilizando uma vestimenta cheia de simbologias pertencentes ao universo feminino, dando vida a um “sujeito codificado⁸”, incomum e provocador.

A partir dos expostos acima, o objetivo do estudo foi relatar e analisar a experiência de um corpo masculino *queer* em uma corrida de rua sobre a ótica pós-estruturalista. Norteamo-nos pela seguinte questão: de que maneira o discurso sobre o uso do corpo e das práticas corporais se sobressai nesta modalidade esportiva? Nosso estudo de justifica por contribuir aos estudos de gênero, *queer* e sexualidades na Educação Física e Esporte, além de promover reflexões que subvertem as convenções normativas acerca de masculinidades normativas e *queer* nas esferas em questão, uma vez que “[...] no Brasil, os saberes e as práticas voltadas a esta temática ainda são incipientes” (SILVA, 2019, p. 68).

Metodologia

O entendimento aqui relatado trata do olhar de três professores/pesquisadores de Educação Física com a intenção de trazer à tona inquietações relativas aos estudos pós-estruturalistas. Ancoramo-nos no método qualitativo, com base na experimentação de campo (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991; VERGARA, 2014) para a realização deste estudo em especial.

Bruyne, Herman e Schoutheete (1991) situam esta estratégia como uma forma de configurar um espaço de análise à luz de seu espaço “natural” de ocorrência, possibilitando transmutar os papéis dos pes-

8 Em nosso entendimento, um sujeito codificado circunscreve-se pela inter-relação de símbolos, simbologias, signos e códigos. Desta forma, a interpretação desses indicadores sugere a decodificação ou interpretação deste sujeito pelos demais conforme aspectos socioculturais que reconhecem tais atribuições naquele espaço. Ex.: a saia, no Brasil, é decodificada enquanto símbolo feminino, portanto, impenetrável no universo masculino.

quisadores e sujeitos participantes de forma recíproca. Vergara (2014) complementa ao destacar que essas experimentações são executadas no espaço onde esses fenômenos se manifestam, o que é fundamental para propiciar a colheita de ferramentas que favoreçam a análise dos elementos observados.

Conforme os autores e a autora, para configurar um estudo de experimentação de campo, devem ser adotados procedimentos, em três momentos, a saber: 1- descrição detalhada dos acontecimentos, local e tempo de onde a vivência foi promovida; 2- destrinchar a relevância, bem como a adequação dos procedimentos que foram acionados para apresentar e analisar os dados à luz dos objetivos apontados e; 3- explicitação e amplificação dos procedimentos de análise, discorrendo sobre a temática proposta em si.

Na sessão seguinte, portanto, organizamos nossos escritos a partir do relato da experiência, posteriormente seguida da análise dos eventos com base em nossas interpretações com a literatura de gênero, *queer* e pós-estruturalismo.

O pensamento pós-estruturalista mantém o foco nos processos linguísticos e discursivos como herança estruturalista, mas desloca elementos importantes ao conceber a linguagem sem referentes como um jogo que basta a si mesmo. Não obstante, ainda que seja concebida de modos diferentes, o que se vê em ambos é a ideia da centralidade da linguagem na vida cultural e social humana (DENTZ, 2015, p. 88).

Destarte, a problematização de condutas naturalizadas sobre as questões de gênero nas práticas corporais, dentre elas a modalidade “corrida de rua” amplamente disseminada pela indústria *fitness* e *wellness*, potencializa-nos reflexões dessa ordem com o intuito de desmistificar discursos generificados e normalizantes. A adoção por esta modalidade esportiva se deu devido à popularização dessa prática no

Brasil, possível reflexo de “[...] um interesse da população aos benefícios proporcionados pela prática regular da corrida, que vão desde a esfera física, a psicológica e especialmente ligados aos aspectos sociais” (ALBUQUERQUE *et al.*, 2018, p. 89). Ainda conforme os autores, “A procura pela corrida de rua está ancorada à socialização existente entre os indivíduos, ao passo que esta enaltece o relacionamento, sobretudo quando se formam grupos de corrida” (p. 89).

Também, a possibilidade de participação de ambos os sexos, sem distinção por categoria masculina e feminina, foi outro fator importante para nossa decisão, uma vez que podem participar quaisquer pessoas, inclusive aquelas que fogem dessa identificação reclusa aos gêneros binários, multiplicando em infindáveis possibilidades de exposição neste momento de prática social. A seguir, situamos as sessões: **a- A experiência...**, onde descrevemos a vivência *queer e*; **b- Análise do ocorrido...**, onde tecemos nossas discussões acerca dos ocorridos.

Resultados e discussões

a- A experiência...

Autor: Dia 25 de setembro de 2016: uma manhã de domingo como qualquer outra marcada pela realização da Etapa Primavera de corrida de rua do Circuito das Estações no Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro. Como de costume, eu havia feito minha periodização, estava retornando de uma lesão e optei por correr 5 km em contraversão aos habituais 10 km de sempre. Levantei-me cedo, banhei-me, tomei meu café. Vesti-me e saí de casa com destino à corrida. Já na primeira esquina, pessoas me observavam ao longe. Algumas me apontavam os dedos e conversavam entre si. Cheguei ao ponto de ônibus, onde mais pessoas me olhavam incrédulas, outras riam. O motivo? Estava eu, um homem, trajando um short saia.

Por que o uso dessa vestimenta? Pois bem, irei explicar. Em abril do mesmo ano eu estava em uma loja de artigos esportivos renovando meu guarda-roupa: camisetas, meias de cano longo, shorts e até mesmo uma toalha *dry fit*. Nada disso chamou tanto a minha atenção como aquele pequeno short saia pendurado no cabide. Olhei uma vez, segui com minhas compras. Olhei duas vezes, estava me hipnotizando. Olhei na terceira, decidi experimentar. No provador, coloquei aquilo que de longe havia sido confeccionado para mim, mas que me caiu tão bem que eu não poderia deixar de levar. Depois de várias voltas olhando no espelho, estava decidido: comprei. Era bonito, com um recorte legal, ideal para a prática de minhas atividades.

Ao chegar em casa, fui logo admirar meu novo “presente”. Acho que só neste momento me dei conta de que não poderia utilizá-lo da forma como queria. Experimentei-o de novo, senti-me lindo e deslumbrante e desfilei na frente do espelho, mas privei-me de usá-lo fora de casa por já esperar ser rechaçado socialmente. Assim, seu local de armazenamento foi lá no fundo da gaveta. Por vezes eu repeti esse ritual, convencendo-me de que “é hoje que eu saio com essa beleza!”. Nada. Por cinco meses eu fui incapaz de vestir o que me agradava em público.

Pensar em utilizar um short saia foi uma ideia que surgiu após realizar algumas etapas de corrida de rua e perceber que existiam muitos corredores e corredoras com variados tipos de vestimentas, em um ambiente que não segregava pessoas por gênero nem nada disso. Amadureci o pensamento. Orquestrei em minha cabeça como seria correr com aquele short saia muito mais confortável do que a maioria dos shorts que eu utilizava. Setembro chegou e com ele mais uma edição de corrida, marcada pela seguinte certeza: vou correr de short saia! “Não devo me preocupar com os outros ou com o que eles vão pensar. Todos estarão lá em prol da corrida e eu quero estar da forma como eu me sinto bem!” era o que eu dizia a mim mesmo e aos amigos que tiveram o privilégio de receber a

notícia em primeira mão. Eu me via bonito e me sentia mais disposto com a vestimenta, então por que não a usar?

De fato, o pequeno trecho que percorri do apartamento até a estação de ônibus, algo em torno de 150 ou 200 metros, denunciou que eu estava completamente enganado. A conduta das pessoas com as quais cruzei neste caminho não me deixava dúvidas: “um homem corpulento de 1,81m não poderia nunca, em hipótese alguma, trajar aquela vestimenta, que absurdo!”.

Eu não entendia por que razão vestir um short saia se configurava como tão desonroso e desafiador para a compreensão alheia, mas minha intenção era vivenciar a corrida daquela maneira, então assim me organizei. Ao tomar o ônibus, acho que não estarei exagerando em afirmar que todos os passageiros e passageiras fixaram os olhos em mim assim que botei o pé no primeiro degrau para entrar no veículo. O motorista não percebeu, talvez estivesse muito preocupado com o tráfego que, para uma manhã de domingo, estava até intenso demais.

Enquanto cruzava a roleta, pude perceber que os/as passageiros/as atentaram-se aos contornos do short saia, comentando, apontando e me encarando. Tive de andar por todo o corredor do ônibus, até a última fileira de bancos, onde havia um assento vazio. Neste trajeto, ao passar por uma mulher sentada ao lado de um senhor, pude ouvi-la murmurar: “*não sou obrigada a ver isso!*”. Embora minha vontade de responder fosse grande, aconselhando que ela simplesmente desviasse seu olhar de mim para não ser obrigada a ver nada, apenas me sentei e apreciei a viagem.

Sentado. Essa posição me trouxe um pequeno alívio, pois camuflava um pouco o recorte da saia e enaltecia os contornos do short – a essa altura eu já estava um pouco tenso, pois as expressões que me encararam em minha passeata pelo ônibus não eram das melhores. Um homem de aproximadamente 45 anos ficou me fitando um bom tempo com aquele olhar ameaçador, que se assemelha ao de um *serial killer* que

está arquitetando planos em sua mente. Resolvi devolver a provocação e fixei meus olhos nos dele com aquela cara de “algum problema?”. Ele balançou a cabeça negativamente e soltou um suspiro. Não foi o único. De fato, eu incomodei muitas pessoas neste percurso até o centro da cidade.

A mulher que fez o comentário ao senhor não parava de falar e eu ainda pude ouvir “*foi só aquela escola inventar que menino usa saia que agora pensam que é moda!*”. Pelo visto ela se referia à abolição do uniforme por gênero no Colégio Pedro II dias antes, o que causou um reboiço pela cidade devido à interpretação equivocada de que o colégio estava incentivando os alunos meninos a vestirem saias e consequentemente as demais pessoas também – eu, inclusive –, mas na verdade as intenções da instituição e as minhas eram as mesmas: cada um se veste à sua maneira de forma que se sintam bem e ponto final!

Fazendo um esforço tremendo para suportar tanta falta de decoro, contive-me até chegar ao meu destino, no Castelo. A corrida seria realizada no Monumento aos Pracinhas, distante não mais que 1 km dali, então terminei esse trajeto andando. As ruas do centro parecem rodovias, são largas, com três ou mais faixas e um fluxo intenso de carros – mesmo num domingo –, e eu não poderia ter passado despercebido caminhando sozinho nas faixas de pedestres com uma fila de automóveis esperando o sinal abrir.

Eu senti certa insegurança, já que percebi que estava chamando a atenção de muitas pessoas, que me encaravam de forma não tão amistosa. Foi aí que eu, despercebidamente, olhei para o lado na tentativa de visualizar o fluxo de veículos e pude ver um ônibus de forma lateralizada, parado, aguardando o sinal abrir para arrancar, onde todos/as – sim, todos/as! – os/as passageiros/as sentados à janela do lado esquerdo estavam observando meu caminhar. Todos/as! Eu imaginei o que será que aquele povo estava tanto observando, porque não era possível que um simples short saia, tão bonito e charmoso em mim, causasse tanto espanto nas pessoas.

Muito estranho e indecifrável. Assim que eu era interpretado, de forma oculta, fria, asquerosa. O sentimento de insegurança retornou, porém mantive o foco na corrida que eu tinha que realizar, já que faltava tão pouco para isso. Conforme eu ia andando, aproximava-me cada vez mais do local de largada e outros/as corredores/as começaram a aparecer com o mesmo destino. Logo a corrida iria começar e ninguém se importaria com minha vestimenta, então segui mais firme do que já estava rumo ao aglomerado de pessoas que se aqueciam e se alongavam para a corrida.

De início não percebi nenhuma reação negativa ou que renegasse minha presença naquele espaço, reforçando aquela minha ideia de que no espaço da corrida, o que importa é correr, independente da vestimenta, do gênero, da raça, do que fosse. Fui retirar meu número de peito no guichê. As pessoas conversavam, estavam animadas, trotavam para aquecer, riam... Era um clima de festa, de energias boas para a mais nova corrida que se aproximava. Parecia até uma festa de ano novo, faltava só o champanhe. Quando cheguei ao balcão, uma atendente me olhou de cima a baixo e correu para me atender. Informei meu número e ela, muito prestativa, entregou-me o número de peito e o chip de cronometragem. Sorrindo, ainda me desejou uma boa prova. A essa altura eu já podia dizer que havia voltado a integrar a raça humana e não era mais visto como um extraterrestre... Ou não...

Afixei o número de peito (2459) na camisa e utilizei o cadarço do tênis para amarrar o chip de cronometragem. Nesta última ação tive que me ajoelhar e aqueles comentários sutis e maliciosos começaram a despontar. Por um momento eu me convenci de que era coisa da minha cabeça e que nada daquilo era direcionado a mim, mas aquele riso acompanhado de um cochicho e apontada de dedo denunciou tudo.

Sinceramente, eu já havia deixado a insegurança de lado, mas aquilo me incomodou. Odeio servir de deboche aos outros, pois não sou

palhaço. Terminei de firmar aquele chip e enfiei-me na pista de largada, no meu pelotão, aguardando a autorização da corrida.

Eu, todo empolgado, já esperava aquela sirene tocar para sair com meu lindo short saia correndo, digno de cena padrão Hollywood. Talvez esse momento pré-largada seja o mais tenso para o corredor e eu estava com aquela tensão dupla. Um pequeno atraso, mas aí a sirene tocou. As pessoas passaram a trotar e a correr. O primeiro deles foi o Pelotão Quênia, e subsequente era o meu. O pessoal começou a desenvolver a corrida, até que cruzamos a linha de largada e iniciamos o evento propriamente dito.

Estava chovendo. O vento batendo no corpo acrescido do movimento de marcha flamejou aquele short saia de uma maneira tão poética que lhe conferiu vida como se ele fosse parte inseparável de meu corpo. A representatividade que aquela saia exercia me deu orgulho, pois as manifestações de gênero me intrigam; o binarismo de gênero é excludente; as imposições heteronormativas me incomodam. Naquele momento, nada disso parecia importar. Tinha saia. Bermuda térmica. Calça *legging*. Meia alta. Meia baixa. Camiseta. Gente sem camisa...

Tudo lindo, doce ilusão, logo veio a se estragar. Enquanto você está correndo, sua mente te leva para vários lugares, você pensa em tantas coisas que chega até a ser difícil de explicitar. Em meio a tantos pensamentos, comecei a observar os/as demais corredores e notei um fato curioso: embora houvesse uma diversidade de vestimentas e performances, todas elas eram de acordo com os padrões de gênero clássicos (saia às mulheres, bermuda aos homens). Só eu mesmo que estava inter cruzando aquele universo simbólico.

Então começaram a surgir comentários. Ah, esses comentários! Comecei a me dar conta que as pessoas estavam espantadas. “*Olha, um homem correndo de saia!*”. Até aí tudo bem, mas a resposta veio em tom de surpresa: “*O que?*”. Aí depois surgiu um mais agressivo: “*Dá só uma*

olhada naquela viadice ali!". Gerou um incômodo, porém me fingi de surdo e continuei com meu ritmo. Aquela insegurança voltou após eu refletir sobre o último comentário e junto dela veio o medo. Medo porque eu não estava num ambiente harmonioso e que me respeitava. As pessoas ao meu redor não estavam tão pacíficas e amistosas em prol da corrida como eu pensei que estivessem. A essa altura, um "esbarrão acidental" de algum colega poderia me render belos ferimentos em função da velocidade promovida pela marcha. Para além disso, a corrida tinha público espectador. Parece loucura, mas por diversos momentos imaginei o que aconteceria se uma pedra voasse em minha direção.

A intenção, agora, era terminar o evento e retornar para casa são e salvo. Para tentar me acalmar, reativei meu mantra, porém outros comentários vieram a me desestabilizar e desconcentrar: "*Viadinho!*", "*Bicha!*", "*Boiola!*", "*Que merda...*", e o mais impactante e que mais me preocupou: "*Viado tem que morrer!*".

Uma preocupação atrás da outra, até o fim da corrida. Terminei por volta de meia hora, sem encarar ninguém, querendo sumir daquele lugar. Peguei minha medalha, frutas e um isotônico e me retirei da área de corrida. Só gostaria de tirar uma foto agora.

Outro problema. Estou sozinho. Como vou tirar uma foto de corpo inteiro e mostrar que realmente vim a caráter não só por mim, mas para legitimar a existência de sujeitos que não são aceitos por essa lógica social binária e heterocompulsória? Eu precisava contribuir. É tipo aquele discurso do exibicionismo, para o movimento ganhar notoriedade, ele tem que ser visto e divulgado. Eu precisava mostrar que na corrida tem espaço para além dos homens e das mulheres comuns, e eu estive aqui para vivenciar e comprovar isso! Isso o que? O fato de você poder ser quem você quer ser onde quer que seja: representatividade!

Confesso que fiquei parado por alguns minutos observando vários corredores que também já haviam terminado a prova e estavam em

seus rituais de desaquiescimento, buscando encontrar “um ser agraciado” para me fotografar. Muitos passaram até eu decidir por aquele senhor negro de cabelo curto e grisalho: “Senhor, você poderia tirar uma foto minha?”, “Claro!”. Cedi meu celular, fiz uma pose. Ele tirou duas ou três fotos, olhou para mim e perguntou: “*Vêja se você gostou, qualquer coisa eu tiro outra!*”. Nessa hora eu tive a certeza de que havia escolhido certo. Eu não era um ser grotesco para aquele senhor. Eu era um igual, seu semelhante. Agradei, ainda sob olhares “curiosos” de algumas pessoas, e tomei o caminho para casa.

O medo bateu forte. Já tive ataques de pânico e eu sei quando eles vão surgir. Aquele momento estava propício. Eu estava sozinho me dirigindo ao ponto de ônibus para retornar para casa, percebi que eu poderia ser uma vítima de violência barata e gratuita. Passei a andar mais rápido, tentando dispersar meus pensamentos, mas todos os comentários e desaprovações simplesmente se fixaram em minha mente e não paravam de me perturbar.

Ao me dar conta, estava bem próximo do local de embarque. Havia um Guarda Municipal direcionando os carros num cruzamento e quando fui passar por ele, esbaforido e afoito, ele me perguntou de qual corrida eu estava vindo e citou algumas que estavam ocorrendo em outros locais. Apenas para mim. Outros corredores passaram, mas foi apenas a mim que ele se dirigiu. Talvez eu tenha me tranquilizado por novamente ter sido tratado como um igual e não como algo anormal. Talvez eu tenha me sentido seguro. Talvez eu tenha me sentido aceito. Mas não importa mais, meu desejo agora é ir para casa. Sentei na calçada para aguardar o ônibus. Lembra aquele segredo da posição sentada, de valorizar o formato de shorts? Serviu para maquiagem o que chamava a atenção de todo mundo que passava por aquela maldita rua!

Quando o ônibus chegou, subi, desejei bom dia ao motorista e fui retribuído. A verdade é que talvez a gente perceba quem realmente é bem

-intencionado. Está no olhar, as pessoas podem tentar te ludibriar de diversas maneiras, mas o olhar não mente, ele entrega a maldade. E nessas quatro pessoas eu não consegui ver um pingão de maldade: na atendente que me entregou o número de peito, no senhor que tirou minha foto, no guarda municipal e no motorista do ônibus que me levou para casa. E essas pessoas foram fundamentais, porque serviram de alento em meio a tanto desconforto, medo e insegurança. Fui embora sentado. Essa posição me confortava, passava-me tranquilidade. Desci próximo de minha casa, tive que andar por alguns metros. Mais alguns olhares, mais incômodo, mas faltava muito pouco pra aquele tormento terminar. Em minha rua, disparei a correr como uma flecha, tão veloz quanto um atleta de 100 metros de atletismo. Rapidamente abri o portão, entrei no apartamento e finalmente soltei meu grito de sobrevivida: estou vivo, são e salvo!

b- Análise do ocorrido...

A experiência realizada denuncia discursos que visam coibir uma expressividade *queer*, já que a presença do corpo estranho promove uma espécie de tremor nas bases fixas das normas sociais de gênero. O discurso naturalizador dos sexos, bem como das atribuições qualificadoras do masculino e feminino, sofre com essa desestabilização, abrindo margem para ressignificações dos corpos e das práticas corporais presentes na esfera moderna.

A heteronormatividade⁹ está inserida no Esporte e, desse modo, tende a estar presente em seus espaços, normas, ritos, rotinas, conte-

9 Brito (2018, p. 73-74) explica que “O termo heteronormatividade, como uma das problematizações caras à teoria *queer*, foi desenvolvido pelo estadunidense Michael Warner na introdução da obra *Fear of a Queer Planet*, no ano de 1991. Significa a normatização da ordem social por um conjunto de dispositivos, tais como discursos, valores e práticas, pelo pressuposto de que a heterossexualidade é o único modelo de orientação sexual possível, que busca controlar e regular a vida dos sujeitos, não apenas no que concerne à orientação sexual propriamente dita, como também na imposição de padrões de comportamentos atrelados ao binarismo de gênero”.

údos e práticas. A instituição normativa e normalizadora da heterossexualidade como única possibilidade natural e legítima de expressão sexual e de gênero abarca todo o fenômeno “Esporte” e os seus sujeitos, atuando como uma extensão da chamada “pedagogia da sexualidade” defendida por Louro (2010). Para Camargo e Kessler (2017), é na esfera esportiva que atletas interpretados como desarmônicos em relação aos regulamentos de gênero e à matriz heterossexual são, de forma sutil, porém profunda, controlados e vigiados, produzindo implicações sobre todos os sujeitos e as tecnologias da heterossexualidade compulsória¹⁰.

[...] a heteronormatividade funciona como “poder regulador” que participa dos processos de subjetivação dos próprios sujeitos e se constitui, de outra parte, em relações de poder que materializam corpos como “sexuados” e “generificados”. É no campo concreto das práticas de poder que a divisão binária – masculino e feminino – se naturaliza e isso acontece devido à atualização dos dispositivos de saber-poder, tanto nas práticas sociais, quanto na materialização dos corpos e das subjetividades (CAMARGO, 2012, p. 184).

A negação e o silenciamento das performatividades *queer* resig-nam sujeitos a espaços reclusos e invisibilizados, canalizando-os à sar-jeta¹¹ e historicamente prendendo-os a “guetos” para manterem suas vivências possíveis de subsistir (CAMARGO; RIAL, 2011; CAMARGO, 2012). Entretanto, devido às mudanças sociais que reconhecem novas formas de sujeito, de ser e se expressar nas sociedades modernas, o pú-

10 Conforme aponta Brito (2018, p. 75), “A noção de heterossexualidade compulsória, foi desenvolvida pela teórica feminista Adrienne Rich no clássico texto *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*. Rich buscou neste texto problematizar a invisibilidade lésbica nos textos acadêmicos ao colocar em discussão a heterossexualidade como uma instituição política, que retira compulsoriamente os direitos das mulheres, inclusive das mulheres heterossexuais, invisibilizando-as, assim como o processo de secundarização do movimento feminista num contexto de lutas políticas”.

11 Termo aqui empregado como análogo à marginalização.

blico que pode ser interpretado como *queer* passou a crescer na esfera esportiva, ainda que de forma nebulosa, já que promove um notório estranhamento identitário (CAMARGO, 2017).

Sendo assim, ao levarmos em consideração que as *performances* de homens, mulheres e qualquer outra identificação não são uniformes e nem lineares, variando de acordo com o contexto e o sujeito, seria mais adequado falar em performatividades de gênero com designação no plural, indicando a diversidade dos sujeitos.

Butler (2015) assegura que o gênero é uma escolha, mas lembra de que não é uma alternativa definitivamente acessível. É impossível conceber alguém que, posto em algum ambiente fora do gênero, seja capaz de nomear o que espera “ser”, uma vez que “alguém já é seu gênero, a escolha do ‘estilo de gênero’ é sempre limitada desde o início” (SALIH, 2012, p. 68). A possibilidade de trato é limitada, uma vez que o sujeito pode interpretar as normas existentes e organizá-las de um jeito novo, ainda que isso seja feito de modo acuado e restrito. À luz do pensamento pós-estruturalista,

Que a tudo o que vê interpreta como linguagem, é levada adiante uma concepção que rompe com a tendência característica do humanismo de colocar o “sujeito” no centro das análises e teorias ao concebê-lo como determinante no pensamento e na ação (DENTZ, 2015, p. 90).

No que tange à nossa prática, apontamos que essa inserção enunciativa ocorre de acordo com as normas dos sexos, logo, em decorrência da adoção de elementos performativos aos gêneros de forma binária¹². Conforme Butler (2015), a performatividade de gênero se constrói a

12 Não desconsideramos o processo contingente de repetição e ressignificação da norma, no entanto, elencamos que para adentrar no meio esportivo, as pessoas devem, obrigatoriamente, se enquadrar dentro das perspectivas binárias, sob pena de perseguição, resistências e exclusão.

partir das expectativas criadas sobre o sexo e os desejos com base nos preceitos heterossexuais, regulando e assegurando de forma inteligível a coerência entre o próprio sexo, o gênero e as sexualidades.

Nessa esteira, Butler (1997) amplia a noção de performatividade de gênero, inspirada na teoria dos atos de fala. Para a filósofa, esses atos se dividem em dois: 1- os enunciados constantes, aqueles que descrevem um fato, uma situação e; 2- os performativos, aqueles que, ao serem proclamados, produzem, isto é, fazem acontecer aquilo que anunciam, possibilitando deslocamentos que se fazem presentes no processo de repetição da norma. Nesse sentido, traz à tona o discurso generificado que se faz sobre o corpo, assumindo-se assim uma circunscrição de gênero, isto é, o corpo se torna marcado e feito pelo próprio conceito de gênero. Por essas vias, tanto Butler (1993; 2015) quanto Louro (2010; 2013) percebem a distinção sexo/gênero, logo, ambos são efeitos de discursos, compreendendo que suas nomeações implicam, ao mesmo tempo, no estabelecimento de fronteiras e a repetição de normas.

Com respaldo em Jacques Derrida, Butler (1997) acredita que as decorrências da performatividade de gênero são sempre inesperadas, pois a probabilidade de fracasso é inerente aos performativos, podendo ainda ser (re)produtiva. É nesse momento de insucesso que reside o ambiente para ressignificação e para subversão no terreno dos gêneros e das sexualidades.

Austin (1990) complementa ao expor que os enunciados linguísticos são todos performativos. Em sua discussão na obra *How To Do Things With Words*, o autor desmonta a dicotomia entre constatativo e performativo para afirmar que todos os enunciados linguísticos são performativos (em maiores ou menores relevâncias), conforme as relações de poder de quem enuncia, podendo assim produzir uma nova situação ou um conjunto de efeitos que geram realidades sociais.

Dessa forma, com a presença desses enunciados linguísticos plurais materializados pelas corporalidades não normativas no espaço esportivo e de lazer, inspiramo-nos em Louro (2009) e Butler (2015) para perceber o estabelecimento de regimes coercitivos aos modelos que incomodam e questionam as normas já fixadas, reflexo de produtos históricos, culturais e sociais oriundos do sistema biopolítico heteronormativo.

Independente de suas práticas sexuais, na heterossexualidade compulsória todos os sujeitos devem se comportar como heterossexuais para serem aceitos. Já na heteronormatividade, todos devem construir suas histórias segundo o padrão heterossexual. A partir dessa lógica, podemos inferir que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um modelo político e social que planeja nossas vidas (SALLIH, 2012) e está entranhado em todas as comarcas sociais.

Na heteronorma, os sujeitos tornam-se coerentes desde que se identifiquem com a heterossexualidade para poder manter a linearidade entre sexo e gênero, persistindo a relação mimética do gênero com a materialidade do corpo. Este reflexo discursivo decorre das recomendações sociais que sugerem a fiscalização dos corpos através de instâncias sociais, tais como família, escola, religião e demais esferas. Essas instâncias imputam diretrizes ditas “certas e erradas” para controlar as formas de se viver, com base, portanto, em padrões normativos (LOURO, 2009). Dentz (2015, p. 102) complementa a ideia ao destacar que

O disciplinamento no contexto das novas instituições sociais toma por base o conhecimento, os saberes das ciências humanas, os saberes dos profissionais especializados para produzir e administrar através da disciplina, do controle, da vigilância e da observação constante, a humanidade e a docilidade nos corpos individualizados num regime disciplinar.

Parece-nos que a ocorrência dessas condutas punitivas possa ser reflexo de frustrações pessoais daqueles/as que não exploram campos da sua sexualidade em razão das coibições heteronormativas. Como resposta, condenam e recriminam àqueles/as que rompem publicamente com tais barreiras.

Ao explorar esse campo da violência, Brito (2018, p. 24), ao comentar sobre a obra de Butler (1997), expõe a geração dos

[...] efeitos performativos gerados pela linguagem de ódio, suas interpelações e de quem seria a responsabilização da repetição de tais discursos, a autoafirmação através da linguagem por pessoas não heteronormativas, como também a enunciação da linguagem performativa do discurso político.

Pelo que se evidencia na experimentação relatada, a participação de um sujeito social “homem” vestindo uma saia é interpretada pelos/as demais presentes como um corpo desviante, que apresenta uma masculinidade suspeita e insinua uma homossexualidade do praticante. Estar daquela maneira, à luz de Tamagne (2013), o desqualificaria para a prática da corrida, mesmo que em um espaço misto e/ou sem a divisão por gêneros, pois este sujeito não se apresenta conforme as normas esperadas para tal. Sua inserção, permanência e vivência são questionadas e repelidas através de violências simbólicas que se materializam pelo discurso, pelos gestos e ações de desaprovação, que renegam a visibilidade da masculinidade *queer*.

Destarte, como se pôde perceber, atitudes homofóbicas foram acionadas para coibir esse fenômeno e assegurar o sistema heteronormativo. Para entender o conceito de homofobia, acionamos Louro (2010) e Borrilo (2010). Segundo a autora e o autor, a homofobia irrompe como fundamental tecnologia de proteção e manutenção da heterossexualidade, variando desde a repulsa clara e externalizada de ser ou tornar-se homossexual, até a ridicularização e inferiorização daqueles sujeitos

que possam ser assemelhados a esta condição de homossexual. É uma potente arma para regular e controlar as sexualidades, assegurando a construção das masculinidades fortes e clássicas que desviam e fogem das feminilidades frágeis, e vice-versa.

Dessa forma, apontamos a culturalidade embasada na heteronormatividade, aquele corpo social “homem-masculino”, supostamente/ biologicamente dotado de pênis, deveria se enquadrar e se comportar da maneira que se espera nas esferas sociais, inclusive no terreno esportivo. Entretanto, em razão das possibilidades infinitas e múltiplas das contingências masculinas (BRITO, 2018; 2019), são inúmeras as variações estéticas, psicológicas e sociais para a construção das masculinidades. O uso da saia, ainda assim, não se enquadra em nenhum retrato dessa ordem, pois ameaça as normas clássicas da masculinidade tradicional, podendo ser, portanto, interpretada como abjeta.

Esse tipo de masculinidade faz arte de um conjunto de outras masculinidades, denominadas como *queer*, cunhada originalmente por Camargo (2012) e aprofundada por Brito (2018). Para o primeiro autor, as masculinidades esportivas funcionam conforme uma estratificação entre as diversas formas de se dar vida ao masculino, abrangendo inclusive outros marcadores sociais, tais como raça, geração e classe social, amplificando assim as possibilidades de ressignificações e rupturas desse(s) conceito(s).

Em sua tese de doutorado envolvendo etnografias realizadas em competições LGBTI+¹³ mundiais, Camargo (2012, p. 67-68) assim conceitua (para melhor entendimento, não para criar novos conceitos e/ou categorias fixas) as masculinidades *queer*:

Nem tão dominante, tampouco espaiada, mas constantemente presente. Eu a denomino “masculinidades *queer*”, justamente por seu caráter descentralizador e abjeto. São tipos performatizados de “masculinidades”, por sujeitos diversos e diferentes,

13 Sigla para designar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Intersexo e mais.

que apresentam marcadores de diferença, como “raça”, classe social, gênero e geração. As “masculinidades *queer*” não são homogêneas entre si, mas apresentam um denominador comum, qual seja, algum traço que as coloque em consonância umas com as outras. Além disso, todas elas conseguem “dialogar” via tais características, sem hierarquias que interfiram.

Dessa forma, vale destacar que ao apontarmos uma performativização de masculinidade *queer* neste estudo – o corredor homem vestindo uma saia –, não estamos querendo reduzir as demais leituras abjetas que se fazem sobre corpos masculinos, uma vez que esse universo é ricamente amplo e profícuo.

Para contribuir com esses pensamentos, acionamos os dizeres de Brito (2018) para explicar uma rede simbólica que desidentifica a masculinidade ao estabelecer um horizonte de aspiração não heteronormativa para corpos. O autor (p. 83) diz que esta perspectiva se direciona “[...] para além da pluralidade e da multiplicidade, radicalizando a abertura ao devir do desejo ao infinito e potencializando o reconhecimento positivo da diferença”. Assim, continua:

Em articulação com a perspectiva teórico-política da desconstrução, a masculinidade *queer* se traduz em um horizonte político que questiona as estabilizações sedimentadas e provisórias na ordem social. Enuncia performatizações que jamais se cristalizam, valendo-se desta instabilidade para potencializar multidões de corpos e performances incalculáveis na busca por um horizonte que nega a arbitrariedade das normalizações e almeja a desidentificação radical, como estratégia política potente para afirmar a diferença (p. 84).

Destarte, ao subverter o entendimento das relações de gênero, abre-se um viés de discussão que ressignifica o entendimento das corporalidades através do conceito de performatividade de Butler (2015).

Outro ponto que podemos vislumbrar no ocorrido ainda se tratando de performatividade refere-se à precarização descrita por Butler (2017). Segundo a autora, a performatividade também se configura como um fazer de liberdade pública que carrega consigo riscos e ameaças por submeter um sujeito às condições de precariedade maximizada, fato este que ocorre sempre que algum grupo ou alguém se organizava publicamente para conclamar por direitos à liberdade de gênero e sexualidade, quando sofre da negligência policial e quando não há o reconhecimento de que sujeito(s) dessa ordem é(são) digno(s) de proteção tanto física quanto legal.

Pensando uma sociedade enquanto direcionada por um Estado, este deveria prover todos os artifícios legais para assegurar a todo e qualquer cidadão o livre direito de ir e vir, bem como todo subsídio educacional, de saúde, trabalhista, segurança e demais direitos igualitários sem qualquer distinção por credo, raça, gênero, etnia, entre outros. No entanto, em função de um modelo de poder corrompido por valores e morais centrados ao ser humano universal, aqui compreendido como homem, branco, heterossexual, jovem e cristão, preceitos normativizados e normatizadores são incutidos de forma generalizada e arbitrária, deslegitimando a presença e (sobre)vivência de corpos sociais subalternizados, principalmente daqueles que não seguem essa lógica entre sexo/gênero/desejo, resultando, por fim, na condição de precariedade maximizada deste sujeito.

Exercer o direito de expressar tal gênero ou tal sexualidade exprime uma liberdade que atua entre a relação corporal e o mundo externo, uma vez que ao reivindicar uma posição em público, deveríamos ter nos assegurado o livre direito de andar pelas ruas sem sofrer assédios ou ataques e também viver o corpo e seu desejo de forma plena (BUTLER, 2017). Essa argumentação pública e seus desdobramentos deveriam ser um exercício de liberdade garantido e protegido pelo Estado a todos/as, o que não ocorre, no entanto, haja vista os resultados deste estudo

que, embora impactante, é apenas uma singela contribuição em meio a tantas condições desta ordem: o corredor *queer* torna-se corpo precário maximizado quando, sozinho, manifesta publicamente sua sexualidade, sofrendo uma série de violências simbólicas materializadas através de comentários maliciosos e maldosos, e também pelas ações de negação e regulação oriunda dos demais atores sociais, estando, ainda, passível de sofrer atentados à sua integridade física.

Fazendo uma extensão dessa análise para o cenário brasileiro, é possível entender e justificar o porquê tais ocorrências foram possíveis de se manifestar, sem qualquer receio ou pudor por parte do público declamante. “A cada 20 horas um LGBT morre de forma violenta vítima da LGBTfobia, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (GRUPO GAY DA BAHIA, 2018, p. 1).

Ainda, o país não possui em sua legislação uma lei específica que enquadre e puna atos considerados homofóbicos¹⁴. Para a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), tanto a homofobia quanto a transfobia deveriam ser enquadradas em crime de racismo ou interpretadas como discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais. Baseada nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição de 1988, a ABGLT denunciou omissão por parte do Congresso Nacional, o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a iniciar julgamento para decidir se tais condutas seriam enquadradas como criminalísticas, devido à Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e do Mandado de Injunção (MI) 4733, impetradas pelo Partido Popular Socialista (PPS) e pela ABGLT, respectivamente.

14 Tanto a homofobia quanto a transfobia não estão especificadas na legislação penal brasileira, entretanto, como medida emergencial, o STF determinou que condutas enquadradas como homotransfóbicas passem a ser punidas pela Lei de Racismo (7716/89), que hoje prevê crime por discriminação ou preconceito de acordo com raça, cor, etnia, religião e/ou procedência nacional. A pena pode variar até cinco anos de prisão e/ou multa, além de constituir crime inafiançável e imprescritível, segundo o texto constitucional. Para mais informações, recomendamos visitar as informações da BBC News Brasil, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>.

Iniciado em fevereiro/2019 e concluído em junho/2019, o julgamento contou com 8 dos 11 votos, favoráveis à criminalização. Votaram a favor da criminalização, os/as ministros/as: Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Celso de Mello, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Luís Barroso, Luiz Fux e Rosa Weber. Contrários, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio (embora os dois primeiros tenham reconhecido haver uma demora inconstitucional por parte do Legislativo em legislar sobre a temática).

Para o Grupo Gay da Bahia (2018, p. 20), são ações indispensáveis para a solução dos crimes de homotransfobia no Brasil:

[...] educação sexual e de gênero para ensinar aos jovens e à população em geral o respeito aos direitos humanos e cidadania dos LGBT; aprovação de leis afirmativas que garantam a cidadania plena da população LGBT, equiparando a homofobia e transfobia ao crime de racismo; políticas públicas na área da saúde, direitos humanos, educação, que proporcionem igualdade cidadã à comunidade LGBT; exigir que a Polícia e Justiça investiguem e punam com toda severidade os crimes homo/transfóbicos e finalmente, que os próprios gays, lésbicas e trans evitem situações de risco, não levando desconhecidos para casa e acertando previamente todos os detalhes da relação. A certeza da impunidade e o estereótipo do LGBT como fraco, indefeso, estimulam a ação dos assassinos.

Exposto este cenário, podemos melhor compreender a representatividade exercida por este corpo *queer* na corrida de rua. Conforme aponta o estudo de Sanfelice *et al.* (2017, p. 84), “[...] pouco se sabe da preferência da prática de correr entre os diferentes gêneros”, ainda pensando-se em uma perspectiva binária e heteronormativa, o que nos leva a refletir: como se daria essa concepção ao abordar aquele/a desviante?

Nesta interpretação, à luz de Butler (2017), depreende-se que o/a *queer* luta por um reconhecimento que melhore sua condição de preca-

riedade maximizada através do combate às normas dominantes causadoras deste estado sem amparo político e proteção. Inserir-se *queer* da comunidade à corrida, ambos os terrenos revelados como normalizadores heterocentrados de expressões sexuais e agentes controladores de corpo, desejo e vida, exalta o anseio de viver e agir de forma politizada com o intuito de assegurar condições de existência e reconhecimento.

Às vezes, as normas de reconhecimento nos ligam de formas que põem em perigo nossa capacidade de viver: qual, se o gênero que estabelece normas exigidas para que sejamos reconhecíveis além disso nos violenta, pondo em perigo nossa própria sobrevivência? Então, as próprias categorias que parecem tornar a vida possível na verdade tiram as nossas vidas. A questão não é aceitar tal ligação dupla, mas lutar por modos de vida em que possamos viver em novos modos de existência, na borda crítica do reconhecível, e ainda viver (BUTLER, 2017, p. 45-46).

Neste cenário, apropriar-se de uma característica definida como feminina rompe com a naturalidade do discurso biologizante e coerente dos sexos, gêneros e sexualidades. Foucault (1988) explica que as diversas convenções individuais e sociais traduzem-se em um dispositivo discursivo, histórico, temporal e doutrinador sobre o sexo que atua como modelador social de corpos e suas sexualidades, onde a heterossexualidade é tomada como modelo natural, genuíno e regular, constantemente refém de processos autoafirmativos, vigilantes e (re)consolidadores de normas e valores coercitivos, uma vez que não se sustenta por si só e necessita desse discurso reiteradamente para se estabilizar.

Tal estratégia visa normalizar as vidas esportivas, o que na corrida aciona tecnologias de defesa, como a homofobia, através de discursos imperiosos que regulam, reprimem e renegam: os olhares, o não reconhecimento e a verbalização agressiva da repulsa a este tipo de vida. A homofobia desvelada nas práticas esportivas reverbera da tentativa de

sua desterritorialização enquanto templo de práticas *straight*¹⁵, de modo a controlar os corpos e suas formas de se portar, segregando assim grupos heterossexuais de não heterossexuais (ROSA, 2004) e possibilitando a sustentação e manutenção de guetos.

Essas normas, embora categorizadas como homofóbicas, fazem parte de uma teia de ameaças às vidas das minorias de gênero e sexuais juntamente da lesbofobia, transfobia e misoginia, que precisam ser entendidas e compreendidas de forma inter-relacionada (BUTLER, 2017). Embora não atuem da mesma forma, é possível traçar pontos comuns entre elas e conceber que

certas normas governam como os corpos podem e não podem se mover no mundo, como corpos devem surgir ou fracassar em surgir, como a discriminação e a violência ocorrem com base no modo como corpos e desejos são percebidos. O que cada um deles compartilha é uma exposição diferencial à violência, uma falta de proteção da autoridade policial, um medo da polícia, do raciocínio militar e de segurança que permeia o poder político, o medo de estar exposto a uma condição de precariedade sem proteção clara (BUTLER, 2017, p. 39).

Para finalizar nossas análises, acionamos, por fim, Butler (2015) e sua brilhante colocação acerca das reformulações às quais os corpos se submetem em um processo infundável por toda a vida. À formulação de uma imagem que pode ser interpretada como *queer*, rapidamente esta deve ser combatida, renegada e massacrada pelos agentes sociais que, treinados para julgar, recriminar e controlar, acionam discursos já respaldados e consolidados para manter a ordem vigente sobre todos/as aqueles/as que ameaçam não seguir a premissa de vida heteronormativa.

15 De sentido amplo e convencional, *straight* significa reto, direito e, informalmente, cumpre com a designação de classificar o não-homossexual.

Conclusão

Este estudo buscou analisar a experiência de um corpo masculino *queer* em uma corrida de rua. Pôde-se constatar que a performatividade de uma masculinidade *queer* acionou discursos homofóbicos para re-preender e controlar essa forma de performativizar-se publicamente e/ou ocupar o espaço em questão, reafirmando os preceitos da heteronormatividade na modalidade esportiva em questão.

À luz de Brito (2018, p. 163), podemos elencar essa experiência como “[...] estabilização na instabilidade, como um movimento de deslocamento da masculinidade normalizadora”. Neste cenário fluido, inferimos que a corrida de rua, mesmo não demarcando categorias de gênero, reforça as normas sociais heteronormativas, policiando as masculinidades *queer* e criticando suas performatividades públicas nas esferas analisadas.

Assim como Brito (2018, p. 164), concordamos que as masculinidades devam ser (re)pensadas, não apenas nos espaços sociais, mas em todos os âmbitos de performatividades possíveis, para “[...] romper com as normalizações arbitrárias que disputam os sentidos de “ser homem” na sociedade em geral”.

Também, acreditamos que a adoção de medidas legislativas que criminalizem atos homotransfóbicos irrompe como medida emergencial, não se limitando a apenas a isso, mas estendendo-se para políticas educativas amplas que discutam e reconheçam as diversidades e inúmeras outras formas de se expressar e se viver.

Referências

ALBUQUERQUE, Diogo Barbosa et al. Corrida de rua: uma análise qualitativa dos aspectos que motivam sua prática. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 26, n. 3 p. 88-95, jul./set. 2018.

ARAÚJO, Allyson Carvalho. Gênero, sexualidade e esporte no cinema. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 172-181, jan./mar. 2015.

AUSTIN, John Langshaw. Quando dizer é fazer: palavras e ações. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRITO, Leandro Teófilo de. Enunciações de masculinidade em narrativas de jovens atletas de voleibol: leituras em horizonte queer. 2018. 225 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

BRITO, Leandro Teófilo de. Performances dissidentes no espaço do voleibol: masculinidades queer? In: PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa; SILVA, Alan Camargo (Orgs.). *Educação Física, Esporte e Queer: sexualidades em movimento*. 1 ed. Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 83-103.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques e SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'*. Londres, Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira. Col. Sujeito & História, 8ª ed. 2015. 288 p.

BUTLER, Judith. Alianças queer e política anti-guerra. Bagoas - Estudos Gays: gênero e sexualidades, Natal, v. 11, n. 16, p. 29-49, jan./jun. 2017.

CAMARGO, Wagner Xavier. Circulando entre práticas esportivas e sexuais: etnografia em competições esportivas mundiais LGBTs. 2012. 380f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Santa Catarina, SC, 2012.

CAMARGO, Wagner Xavier. O torcedor queer. Ludopédio. Sessão Arquibancada, 26 nov. 2017. Disponível em: < <http://www.ludopedio.com.br/archibancada/o-torcedor-queer/> >. Acesso em: 08 fev. 2018.

CAMARGO, Wagner Xavier; RIAL, Carmem Silva de Moraes. Esporte LGBT e Condição Pós Moderna: notas antropológicas. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, v.10, n.97, p. 269-286, jul., 2009.

CAMARGO, Wagner Xavier; RIAL, Carmem Silva de Moraes. Competições esportivas mundiais LGBT: guetos sexualizados em escala global? Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 977-1003, set./dez. 2011.

CAMARGO, Wagner Xavier; KESSLER, Cláudia Samuel. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 47, p. 191-225, jan./abr. 2017.

DAOLIO, Jocimar. Educação Física e o conceito de cultura. Campinas: Autores Associados, 2004.

DAOLIO, Jocimar. *Corpos e culturas: a atualidade do pensamento de Marcel Mauss*. In: SILVA, Maria Cecília de Paula; ATHAYDE, Pedro; LARA, Larissa (Orgs.). *Corpo e cultura*. Natal: EDUFRN, 2020. p. 117-127.

DENTZ, Volmir von. *As tendências pós-críticas na pesquisa em educação: análise filosófica e crítica ontológica*. 2015. 393 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, v.1: A vontade de saber*. Graal ed. 14ª ed. Rio de Janeiro, 1988.

GILL, Rosalind. *Análise de discurso*. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 8. ed., Petrópolis: Vozes, 2010, p. 244-270.

GONÇALVES, Eliane. *Pensando o gênero como categoria de análise*. In: AMARAL, A. et al. (Orgs.). *Estudos de gênero*. [S.l.]: Universidade Católica de Goiás, 1998. p. 41-60.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil. Relatório 2018*. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf> . Acesso em: 1º maio 2019.

JAEGER, Angelita Alice; GOELLNER, Silvana Vilodre. *O músculo estraga a mulher? A produção de feminilidades no fisiculturismo*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.19, n. 3 p. 955-975, set./dez. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. *Heteronormatividade e homofobia*. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, Campinas, v. 19, n. 2 (56), p. 17-23, mai./ago. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 7-35.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed., Petrópolis: Vozes, 2014.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Angela Uchôa. As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. In: BRANCO, Angela; OLIVEIRA, Maria Cláudia de (Orgs.), Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 125-155.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo Hippolyto Latsch; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Brasília, v. 2, n. 16, p. 117-125, 2008.

PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Discutindo gênero, corpo e masculinidade. In: ROMERO, Elaine; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. (Orgs.). Universo do corpo: Masculinidades e feminilidades. Rio de Janeiro: Shape; 2008. p. 87-101.

PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa; PONTES, Vanessa Silva; RIBEIRO, Carlos Henrique de Vasconcellos. Jogos Olímpicos de Londres 2012:

brasileiros e brasileiras em foco. Revista de Educação Física da UEM, Maringá, v. 25, n. 2, p. 257-271, jun. 2014.

PÉREZ-NEBRA, Amalia Raquel; JESUS, Jaqueline Gomes de. Preconceito, estereótipo e discriminação. In: TORRES, Claudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo (Orgs.). Psicologia social: principais temas e vertentes. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 219-237.

ROSA, Rodrigo Braga do Couto. Enunciações afetadas: relações possíveis entre homofobia e esporte. 2010. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2010.

SABO, Donald. O estudo crítico das masculinidades. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup; LOURO, Guacira Lopes (Orgs.). Gênero Plural. Curitiba: UFPR, 2002. p. 33-46.

SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Gênero e Lazer: Um binômio instigante. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Lazer e Sociedade: múltiplas relações. Campinas/SP: Alínea, 2008. p. 139-154.

SANFELICE, Rúbia et al. Análise qualitativa dos fatores que levam à prática da corrida de rua. Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, São Paulo, v. 11, n. 64, p.83-88, jan./fev. 2017.

SCOTT, Joan. “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Alan Camargo. Corpos transgressores: contribuições da analítica queer para a área da Educação Física. In: PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa; SILVA, Alan Camargo (Orgs.). Educação Física, Esporte e Queer: sexualidades em movimento. 1 ed. Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 61-79.

TAMAGNE, Florence. Mutações homossexuais. In: COURBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). História da virilidade: A virilidade em crise? Petrópolis/RJ: Vozes, v.3, 2013. p. 424-453.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Fazendo política no cu do mundo: decolonialidade *queer* na performance de Hija de Perra¹

*Making politics in the world's ass:
queer decoloniality in
Hija de Perra's performance*

Thiago Henrique Ribeiro dos Santos

*Mestre em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM-SP),
especialista em Jornalismo Cultural (PUC-SP)
e membro do grupo de pesquisa CNPq Juvenália.
thiago.rizan@gmail.com*

1 Versão revisada de trabalho apresentado ao GT Vínculo, Coerção e Resistência, do VI ComCult, Universidade Paulista, Campus Paraíso, São Paulo – Brasil, 08 a 09 de novembro de 2018. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001



Resumo

Este artigo objetiva construir a fundamentação teórica para compreender as imbricações políticas na performance de Hija de Perra (1980-2014). Afetado pela metáfora da viagem (LOURO, 2015), parto do dissenso de Rancière (1996) para pensar a política na performance de HDP e fazer conexões com o pensamento decolonial e os estudos *queer*, em busca de um trajeto que revele a possibilidade de um conhecimento-ou-tro (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007), gestado no cu do mundo (PELÚCIO, 2014b).

Palavras-chave: Política. *Queer* decolonial. Hija de Perra. Teoria cu.

Abstract

This article aims to build the theoretical fundamentation to understand political imbrications in Hija de Perra's performance (1980-2014). Inspired by the travel metaphor (LOURO, 2015), I start at Rancière (1996)'s dissensus to reflect about HDP's performance and make connections to the decolonial thinking and queer studies, looking for a path which reveals the possibilities of a knowledge-other (CASTRO-GÓMEZ; GROS-FOGUEL, 2007), gestated in world's ass (PELÚCIO, 2014b).

Palavras-chave: Politics. Decolonial queer. Hija de Perra. Cu theory.

Soltei meu cabelo, me vesti de rainha, coloquei saltos, me pintei e era linda, caminhei até a porta, senti me gritarem, mas os seus cadeados já não podiam me parar e olhei a noite que já não era escura, era de lantejolas. (PERRA, 2014/2015, p. 4, sic)

O começo da viagem política

Guacira Louro Lopes (2015) explica que a metáfora da viagem é frequentemente evocada em produções literárias, cinematográficas e acadêmicas devido a sua capacidade de expor poeticamente o entrelaçamento entre as viagens exterior, realizada fisicamente pelo viajante, e interior, de caráter subjetivo. Segundo a autora, trata-se de um recurso rico para se pensar os sujeitos da pós-modernidade e os processos nos quais o que importa não é a chegada, mas o movimento e as transformações que acontecem pelo trajeto. Por isso, a viagem como metáfora surge potente para refletir sobre Hija de Perra, cuja obra se revela como um “*processo que, ao invés de cumulativo e linear, caracteriza-se por constantes desvios e retornos sobre si mesmo, um processo que provoca desarranjos e desajustes*” (LOURO, 2015, p. 13).

Afetado, então, pela metáfora da viagem, proponho articular uma discussão partindo do dissenso de Jacques Rancière (1996) para compreender a política na performance de Hija de Perra (HDP), fazendo conexões com o pensamento decolonial e os estudos *queer*, em busca de um trajeto que revele a possibilidade de um conhecimento-outro (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007), gestado no cu do mundo (PELÚCIO, 2014b).

O roteiro de viagem inclui cinco paradas: na primeira (esta que já se iniciou), farei uma discussão sobre qual o sentido de política que estou utilizando em uma leitura de Jacques Rancière (1996); no segundo bloco, apresentarei o pensamento decolonial com o auxílio de Santiago Catro-Gómez e Ramón Grosfoguel (2007); seguirei, então, para a ter-

ceira parada na qual haverá uma breve passagem pelos estudos *queer* (BUTLER, 2015; LOURO, 2015); a fim de chegar ao quarto bloco, a conexão entre o pensamento *queer* e decolonial, visualizando a emergência de uma teoria cu (PEREIRA, 2015; PELÚCIO 2014a, 2014b, 2016); por fim, depois dessa fundamentação teórica, chegarei ao quinto bloco, onde o monstro que, de fato, conduz esta viagem nos aguarda: a performer chilena Hija de Perra (1980-2014). Finalmente, concluo esta empreitada no destino final (temporário) das considerações.

Posto isso, inicio pela crítica de Rancière (1996) ao discurso que compreende o consenso como princípio da democracia. Para ele, “*o que chamam consenso é na verdade o esquecimento do modo de racionalidade próprio à política*” (RANCIÈRE, 1996, p. 368). Seria o *dissenso* o pilar democrático. Não no sentido de antagonismos e conflitos, mas de uma lógica responsável pela partilha do mundo sensível, este em que vivemos. O autor ressalta que a política não é uma organização harmoniosa dos interesses e sentimentos da comunidade, inerente ao ser humano, mas uma dinâmica arbitrária – ou um “*recorte do mundo sensível*”, em suas palavras – escolhida em detrimento de outra dinâmica de ser.

Para construir um embasamento teórico que sustente sua proposta de reformulação do conceito de política, Rancière (1996) resgata enunciados da filosofia política para expor o dissenso como a racionalidade política por princípio. A partir de uma interpretação do livro III da *Política*, ele entende que Aristóteles explicita que há uma lógica de governo que pressupõe uma potência para governar sobre uma matéria apta a ser governada. Logo, haveria uma relação de poder entre a suposta superioridade de alguns e a respectiva inferioridade de outros.

Platão, por sua vez, já havia exposto no livro III das *Leis* os títulos necessários para governar e para ser governado, que podem ser agrupados em três categorias. A primeira, elenca Rancière (1996), é dos títulos tradicionais de autoridade, ou seja, aqueles inerentes ao nascimento: a

autoridade dos velhos sobre os jovens, dos nobres sobre os plebeus, dos pais sobre os filhos e dos senhores sobre os escravos. A segunda categoria é a da ciência sobre a ignorância. E, por fim, a terceira é uma categoria que não segue lógica, trabalha com o acaso, com a “*escolha do deus*”, como chama ironicamente Platão, o sorteio de quem governará e será governado – a democracia. Este último regime é uma aberração para o filósofo, uma incoerência em relação aos pares de opostos das duas categorias anteriores, pois não segue princípio algum. Na democracia, a determinação de papéis estaria, sob essa visão, relegada ao acaso.

Tal forma de governo é uma ruptura com a lógica de comando que se vale dos títulos de nobreza, riqueza, competência, consideração ou antiguidade para governar. Assim sendo, a democracia, sintetiza o autor, seria um escândalo. A própria palavra, antes de se tornar designação específica de um regime, foi uma ofensa utilizada para atacar esse sistema. Rancièr (1996) explica que democracia é o poder do *demos*, o povo, que, por sua vez, em Atenas, era constituído pelos pobres. Uma classe que não se caracterizava apenas por uma situação econômica, mas uma posição simbólica: “[...] *pobres são as pessoas reais, as que não possuem nada, nenhum título para governar, nenhum título de valor a não ser o fato de terem nascido ali e não alhures*” (RANCIÈRE, 1996, p. 370).

Nesse sentido, então, a democracia, originalmente, é uma ruptura sem precedentes com a lógica de governo que se sustentava em uma suposta dominação legítima, permitindo que governe justamente aqueles que não têm título para tal. Essa ruptura é o *dissenso*, para Rancièr (1996).

O autor entende, então, que o *demos* é portador de uma semântica ambivalente, pois ao mesmo tempo que significa os pobres também se refere ao todo da comunidade. Desse modo, em uma inferência orwelliana, seria como dizer que todos são iguais, mas entre os iguais há os diferentes. “O *demos* não é apenas a parte que se identifica ao todo. É a parte que se identifica ao todo exatamente em nome da injustiça que

lhe é feita pela ‘outra’ parte: por aqueles que são alguma coisa, que têm propriedades, títulos para governar” (RANCIÈRE, 1996, p. 371). A democracia é a contagem dos que não são contados, a supressão da lógica que secciona o mundo sensível de acordo com a parte que cabe a cada um em função de seus títulos e propriedades.

É em cima dessa fundamentação política-filosófica que Rancière (1996) edifica sua proposta de reformulação do conceito de política. Para ele, “*o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição*” (RANCIÈRE, 1996, p. 372), comumente processos atribuídos à política, são, em um sentido amplo e não pejorativo, o que ele chamará de *polícia*. Essa ressignificação visa ainda abarcar as funções de vigilância e repressão atribuídas à atuação da polícia aos processos descritos, pois seriam modos de “*distribuição sensível*” dos corpos na sociedade (RANCIÈRE, 1996, p. 372). A polícia é o recorte do mundo sensível que organiza o que é visível e dizível e em quais espaços o são.

Posto isso, restringe-se à política, no sentido de Rancière (1996, p. 372), o “*conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia*”. Trata-se da manifestação pela qual se perturba o sensível e, só então, exerce-se a igualdade entre os seres falantes. É quando se provoca o que a polícia determina ser visível, dizível, contável. O dissenso é um conflito sobre o recorte que a polícia propõe sobre o mundo sensível. É trazer para onde, supostamente, não se deve, o que não se vê e não se diz, por aqueles que, em última instância, simplesmente, não são.

O autor ilustra o exposto a partir das significações cotidianas de polícia e política: quando ocorre uma manifestação popular, a polícia é enviada para conter a situação por aqueles que acreditam que a rua é um lugar de circulação, e não de discussão de pautas, pois há prédios públicos específicos para isso, onde atuam pessoas destinadas a exercer

a função de discutir. Os manifestantes, por sua vez, estão desequilibrando essa configuração do sensível ao se posicionarem enquanto seres falantes – função esta que, supostamente, não lhes cabe, uma vez que há outros designados especificamente para tal – e ocuparem a rua para debater o indizível no campo do visível, desafiando o público e o privado e o reservado a cada um deles. Rancière (1996, p. 373) pondera: “*Antes de ser um conflito de classes ou de partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos*”.

Nesse jogo de quem fala o quê e onde, há outro elemento preponderante para a atuação – *a palavra*. De volta a Aristóteles, desta vez em referência ao livro I da *Política*, o autor resgata um enunciado que pontua o *logos*, a palavra, como signo distintivo político do homem e dos outros animais. Isso porque a voz (*phone*) seria comum a todos, homens e animais, mas só os primeiros são capazes de discursar, de elaborar e manifestar o útil e o prejudicial, o justo e o injusto. O reconhecimento do som produzido pelo Outro como discurso, contudo, não é natural. Trata-se de uma operação arbitrária que reconhece a palavra de alguns e ignora a de outros (RANCIÈRE, 1996). Quem não pertence à comunidade política, tal como entendida pela polícia do mundo sensível, não é ao menos considerado um ser falante, portador da habilidade de discursar. Suas demandas e propostas não são ouvidas. Quando sua boca abre, ouve-se apenas ruídos.

É justamente nesse emudecimento do Outro, nessa escolha arbitrária de ignorar a voz de alguns enquanto *fala*, que revela uma entrada pelo caminho para introduzir à discussão de política de Rancière (1996) o pensamento decolonial, que, como veremos a seguir, tem como diretriz a investigação dos silêncios, inclusive epistêmicos, provocados pela colonização, e ainda ativos, nos territórios explorados.

Decolonizando o pensamento

Diferentemente do que se imagina no senso comum, as independências das últimas colônias nos séculos XIX e XX não foram suficientes para encerrar a exploração de populações periféricas no mundo. O que aconteceu, de fato, com tais eventos foi uma transição de um sistema de abusos explícitos para outro menos evidente. Ou, como definem Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel (2007), do *colonialismo moderno* para a *colonialidade global*.

Segundo eles, ainda experienciamos uma divisão internacional do trabalho entre centro e periferia tanto quanto as hierarquias étnico-raciais, espirituais, epistêmicas, sexuais e de gênero impostas pela *matriz colonial do poder*, a lógica, assim chamada por Anibal Quijano, da dominação política e econômica imbricada no sistema colonial, mas que não findou com a independência das colônias (PEREIRA, 2015). Por isso, a distinção entre *colonialismo* e *colonialidade*: o primeiro tem a ver com um sistema jurídico-administrativo que vigorou em determinado período histórico, enquanto o segundo está correlacionado a isso, mas é mais amplo, pois implica na matriz colonial do poder.

A lógica de tal matriz, ensina Pedro Paulo Gomes Pereira (2015), usa diferenças culturais como valores para hierarquizar populações e regiões do mundo, criando, assim, zonas inferiores e, conseqüentemente, sujeitos menores, abjetos, subalternizados. Marcadores geopolíticos, de raça e de gênero, outrora indicadores de diferenças culturais, passam a ser usados para classificações epistêmicas e ontológicas.

Walter Mignolo (2007) defende que não é possível haver modernidade sem colonialidade, pois esta é intrínseca à primeira. A modernidade como formação do capitalismo mundial no século XVI foi justamente forjada na matriz colonial do poder, que utiliza faltas ou excessos – assim considerados por seus moldes – como marcadores de diferenças

coloniais e, portanto, legitimadores da exploração/domínio/conflito de raça, gênero e trabalho (BALLASTRIN, 2013).

O que, então, teria mudado com a independência das colônias? De acordo com Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), as *formas* de dominação, não a *estrutura* das relações entre os centros e as periferias.

Eles defendem:

As novas instituições do capital global, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), assim como organizações militares como OTAN, as agências de inteligência e o Pentágono, todas formadas depois da Segunda Guerra Mundial e do suposto fim do colonialismo, mantêm a periferia em uma posição subordinada. (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007, p. 13, tradução livre).

Tratou-se, então, de um acontecimento jurídico-administrativo, mas que deixou as hierarquias estabelecidas intactas. Os discursos e estruturas de poder eurocêntricos, racistas, homofóbicos e sexistas vomitados por machos brancos, heterossexuais e europeus sobre os territórios, que o egocentrismo da expansão colonial lhes dizia que haviam descobertos, sobreviveram à essa primeira descolonização ocorrida com a independência das colônias espanholas, inglesas e francesas, no fim do século XIX e início do XX (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007).

É para expor e erradicar essas reminiscências tão vívidas e presentes nas terras inferiores dos países de Terceiro Mundo, periféricos, em desenvolvimento, entre tantas outras classificações hierárquicas empregadas pela colonialidade do poder, que um grupo de intelectuais latino-americanos com atuação em universidades estadunidenses se articularam, nos anos 1990, para formar o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos.

A princípio, a proposta desses intelectuais estava profundamente afetada pelo Grupo dos Estudos Subalternos do sul-asiático, formado

nos anos 1970 para construir uma crítica à historiografia indiana produzida por europeus ocidentais e pelo nacionalismo indiano eurocêntrico (BALLASTRIN, 2013). Todavia, os latino-americanos começaram a ter algumas divergências internas e a questionar o espelhamento da crítica sul asiática ao contexto da América Latina, que possui suas próprias especificidades de dominação e resistência. Mignolo (2007) observa, inclusive, que não houve, por parte da crítica sul asiática e dos estudos pós-coloniais de modo geral, uma ruptura epistemológica completa com o pensamento eurocêntrico, pois eles têm como “*pontos de apoio*” Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan, posicionando-se, então, entre o pós-estruturalismo francês e as experiências dos intelectuais do período colonial.

Por isso, em 1998, o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos se desfez para se reagrupar com outra configuração, no mesmo ano, como Grupo Modernidade/Colonialidade. E, em 2005, foi incorporado o termo “*giro decolonial*”, criado por Nelson Maldonado-Torres, à discussão (BALLASTRIN, 2013), para explicitar ainda mais a necessidade de um segundo processo de descolonização, a fim de dar conta, também, de uma independência epistêmica, teórica e política. Tratava-se de um exercício para se abrir a possibilidades outras, que não moldadas pela matriz colonial do poder. Eram propostas por economias-outras, políticas-outras, subjetividades-outras (MIGNOLO, 2007), teorias-outras (PEREIRA, 2015). Saberes que não apenas reconhecessem, mas incorporassem as especificidades locais.

Conforme Mignolo (2007) faz questão de pontuar, contudo, a proposta do Grupo Modernidade/Colonialidade não significa que a prática epistêmica decolonial já não existisse nas Américas. Muito pelo contrário, inclusive. Em sua proposta de adotar referenciais-outras, não eurocêntricos, o autor identifica uma genealogia decolonial no pensamento indígena desde o século XVI, pois, como ele diz, trata-se de um movimento surgido junto à própria imposição da modernidade nas colô-

nias. E se, para os estudos pós-coloniais, Foucault, Derrida, Lacan, entre outros eurocêntricos, ainda eram as referências, o pensamento decolonial identifica sua genealogia em trabalhos como o *Nueva Corónica y Buen Gobierno* (1616) do nativo Waman Poma de Ayala e o *Thoughts and Sentiments on the Evil of Slavery* (1787) do escravo liberto Ottobah Cugoano, ambos “tratados políticos decoloniais que, graças à colonização do saber, não chegaram a compartilhar as mesas de discussões com a teoria hegemônica de Maquiavel, Hobbes ou Locke” (MIGNOLO, 2007, p. 28).

O que esse “abrir-se a outras experiências, histórias e teorias” (PEREIRA, 2015, p. 415) proposto pelo Grupo Modernidade/Colonialidade faz, tal como a denúncia de Rancière (1996) sobre a distinção promovida pela polícia entre a voz e a fala de alguns, é sinalizar para os silenciamentos, até mesmo epistêmicos, provocados pela matriz colonial do poder. Esta apaga saberes e sujeitos que perturbem seu mundo sensível legitimado por uma história branca, heterossexual e ocidental. Entre tais sujeitos invisibilizados, estão os dissidentes de sexo e gênero pelos quais os estudos *queer* também, e especificamente, se interessam.

Um olhar para a viadagem

Ironicamente, a teoria *queer* não se pretende como tal. Pelo menos, não como Teoria, assim, com T maiúsculo, universal, pretensiosamente capaz de dar conta de todas as possibilidades sobre as quais as Teorias se debruçam (PEREIRA, 2015). Recusa-se à universalidade que insiste em lhe impor. É teoria limítrofe, que se contorce nas bordas, por entre os sujeitos pelos quais se deixa contaminar. Refestela-se nas estranhezas, bizarrices e bichices dos excêntricos, esquisitos, desviantes – os que insistem em ousar cindir com as normas de sexo e de gênero. Viados, bichas, sapatões, travestis, drag queens, trans, e todos esses outros monstros assim chamados por nossas epistemologias cotidianas por desafiam os saberes sobre o que(m) é homem/mulher.

Mais interessante do que entender o *queer* como uma taxonomia dos sujeitos pelos quais se deixa tocar, talvez seja percebê-lo como um dispositivo operacional que denuncia a matriz utilizada como referencial universal para o reconhecimento de comportamentos aceitáveis, a *matriz de inteligibilidade* de Judith Butler (2015). Esta normatiza e exige uma coerência heterossexual compulsória interna entre sexo, gênero e desejo (homem-masculino-mulher/mulher-feminino-homem), sendo que “*sujeitos queer*” dela se distanciam, desequilibrando o ritmo da (re) produção de padrões e revelando outras possibilidades de caminho para suas trajetórias pessoais.

Guacira Lopes Louro (2015) conta que é sob os padrões normatizados por tal matriz que os corpos produzem suas sexualidades e seus gêneros, de modo que até mesmo a subversão dos corpos desviantes se dá em relação às regras impostas. A autora diz:

Aventureiros ou desviantes, seduzidos ou empurrados por quaisquer razões, há aqueles e aquelas que se desviam das regras e da direção planejada. [...] Suas escolhas, suas formas e seus destinos passam a marcar a fronteira e o limite, indicam o espaço que não deve ser atravessado. Mais do que isso, ao ousarem se construir como sujeitos de gênero e de sexualidade precisamente nesses espaços, [...] eles e elas parecem expor, com maior clareza e evidência, como essas normas são feitas e mantidas (LOURO, 2015, p. 18).

A denúncia dos mecanismos de (re)produção das normas se dá na esteira da operação de desconstrução de Jacques Derrida, pela qual se expõe a lógica ocidental dos binarismos (LOURO, 2015). Esta promove pares nos quais um dos polos é arbitrariamente determinado como central, fundante, e diametralmente oposto está o lugar inferior do Outro e subordinado do termo inicial. Ao adotar a desconstrução como procedimento metodológico, continua Louro (2015), o *queer* propõe expor a

arbitrariedade dos binarismos – mesmo daqueles tão cristalizados como homem/mulher, feminino/masculino –, de modo que se revele a imbricação dos polos e sua impossibilidade de dissociação, pois um só existe em relação ao outro, estando subordinados entre si e, diferentemente do que defende a lógica ocidental, carregando traços desse suposto Outro, sendo cada um dos polos plural e fragmentado.

Exposta a arbitrariedade das fixações supostamente incólumes dos polos binários, é pelos trânsitos e fluxos que o *queer* se interessa. Não por acaso, a raiz latina do termo significa *atravessado*. O interesse não é pelas *raízes*, mas pelas *rotas* (SALIH, 2015). Rotas estas que transformam os corpos que por elas viajam em importantes ou abjetos (LOURO, 2015).

A partir disso, e no fluxo dos questionamentos de Pedro Paulo Gomes Pereira (2015), Larissa Pelúcio (2014b), Liz Canfield (2009), María Lugones (2007) e Emma Pérez (2003), nos perguntamos se os caminhos dos estudos *queer* e decoloniais poderiam se cruzar para gestar um conhecimento-outro, em diálogo com o Norte, mas próprio do Sul. Existe(iria) um *queer* decolonial?

Queer decolonial (ou, por uma teoria cu)

Como os corpos, as teorias também viajam, ensina Pereira (2015). E nesses trajetos, transformam-se corpos e teorias. A metáfora da viagem é amplamente utilizada por Pereira (2015) e Louro (2015) como um forte apelo imagético que aciona em nossos imaginários os trânsitos e fluxos tão caros aos estudos *queer* e decoloniais. Ambos se atentam para os deslocamentos das normas e dos saberes, e para as transformações que promovem nos destinos em que chegam e pelas quais são afetados durante os trajetos.

Porém, ainda que não intente a isso, na viagem que o *queer* como saber científico faz em direção ao Sul acaba por se desenhar como aquela Teoria em letra maiúscula, tentando compreender as dissidências da-

qui, de onde falamos, a partir do olhar construído sobre as dissidências de lá, de onde importamos:

É como se, durante a viagem, a abdicação de autoridade inicial fosse olvidada e a teoria ressurgisse, agora no posto de Teoria, pronta para ser aplicada. Mas, aplicar a teoria *queer*, acatando aqui o que fora formulado alhures, é uma espécie de escape do campo *queer*, uma vez que se assume como Teoria aquilo que brincava (e ridicularizava) com essa pretensão (PEREIRA, 2015, p. 413-414, grifo do autor).

O pensamento decolonial critica justamente a colonização não apenas do *ser* e do *poder*, como também do *saber*². E a viagem do *queer* narrada por Pereira (2015) enquanto conhecimento gestado do Norte ilustra tal dinâmica de colonização que legitima o saber europeu como único capaz de atingir o *ponto zero*, uma posição de produção de conhecimento supostamente neutra, capaz de se desvencilhar de condicionamentos espaço-temporais e, portanto, gerar o *verdadeiro* conhecimento científico (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007).

Os saberes subalternos produzidos no “*cu do mundo*”³ foram silenciados, ignorados, considerados “*uma etapa mítica, inferior, pré-moderna e pré-científica do conhecimento humano*” (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007, p. 20, tradução livre). Digo, inclusive, que assim permanecem, uma vez que basta observarmos que a legitimidade científica é conferida, frequentemente e mesmo atualmente, apenas ao que é produzido na A(maiúsculo)cademia.

2 Para uma discussão aprofundada e minuciosa sobre os epistemicídios dos saberes de muçulmanos, judeus, nativos das Américas, africanos e mulheres, cf. GROSFUGUEL, Ramón. “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

3 Expressão de Larissa Pelúcio (2014b, 2016) para descrever esse território geograficamente periférico e distante da suposta *civilização*, ou seja, qualquer lugar que não é a Europa e os Estados Unidos.

A ciência social contemporânea não encontrou ainda uma forma de incorporar o conhecimento subalterno aos processos de produção de conhecimento. Sem isso, não é possível haver decolonização alguma do conhecimento nem utopia social além do ocidentalismo. (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007, p. 21, tradução livre)

Acontece que essa dinâmica propagada pela ciência desde o Iluminismo negligencia “*conhecimentos-outros*” (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007), gestados nas sarjetas, nos bueiros, nos esgotos do cu do mundo, considerado pela Ciência um lugar que, tal como sua analogia corporal, só produz dejetos.

A “*metáfora morfológica*” de Larissa Pelúcio (2014b, p. 10) é ilustrativa para reconhecer a “*geografia anatomizada do mundo*”, pois, segundo ela, “*se o mundo tem cu é porque tem também uma cabeça. Uma cabeça pensante, que fica acima, ao norte, como convêm às cabeças. Essa metáfora [...] assinala onde se produz conhecimento e onde se produz os espaços de experimentação daquelas teorias*”.

Subverter tal geopolítica do conhecimento é uma das propostas decoloniais, é se abrir a saberes-outros, reconhecer a *fala* na voz do Outro, inclusive o conhecimento sobre si, pois, adverte Pereira (2015), os saberes ontológicos eurocêntricos também colonizaram os corpos das colônias. Reconhecer corpos, sexualidades e gêneros dissidentes, por sua vez, é também a intenção do *queer*, abrindo, então, uma possibilidade de interface entre os campos. “Teoria *queer* e pensamento decolonial se abrem e apostam em outros corpos, histórias e teorias”, diz Pereira (2015, p. 417). Trata-se de uma operação para desestabilizar verdades absolutas e universais, para se valer de uma pluralidade de fontes, reconhecendo a potencialidade do que Pereira (2015) chama de “*teorias-outras*” (esse saber sobre si), e, principalmente, para produzir um conhecimento afetado pelos corpos e experiências sobre os quais discorrem (PEREIRA, 2015). “*O que torna o encontro entre essas teorias provável*

e fecundo”, resume Pereira (2015, p. 417), “*é que não são pensamentos fechados em si, mas movimentos de abertura para Outros, de inserção de teorias-outras e de outras formas de pensar e ser. [...] [São] espaços que confluem a força de corpos e geopolíticas*”.

Sobre isso, Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 21, tradução livre) defendem um corpo-político do conhecimento, sem a pretensão eurocêntrica por neutralidade e objetividade, pois, de acordo com eles, “*todo conhecimento se encontra in-corporado, encarnado em sujeitos atravessados por contradições sociais, vinculados a lutas concretas, enraizados em pontos específicos de observação*”, tornando o ponto zero, tão defendido pelo eurocentrismo, uma fantasia epistemológica.

O cruzamento das trajetórias do *queer* e do decolonial não acontece, contudo, de modo pacífico. Não seria a importação do *queer* para falar dos dissidentes daqui com as lentes do Norte um desvirtuamento da proposta decolonial? Não por acaso, com frequência, viaja em inglês. E enquanto por lá foi gestado como enfrentamento político do movimento social e, posteriormente, apropriado pelo discurso acadêmico, por aqui já chegou na mala dos intelectuais e autorizado pelos portões de segurança da Academia.

Não se trata, contudo, de nos ilharmos das discussões que acontecem no Norte e recusarmos suas contribuições. Mas de reestruturar essa dinâmica de escoamento teórico vertical (do Norte para o Sul) para um diálogo horizontal, que tensione os saberes, esteja atento aos marcadores locais e, principalmente, aberto à produção de nossos países vizinhos com quem, por vezes, compartilhamos similaridades sociais, políticas, econômicas e culturais, mas não reconhecemos – “*nos conhecemos pouco. Lemo-nos menos ainda*” (PELÚCIO, 2014b, p. 7).

É por isso, então, que, influenciada pelo “*terror anal*” de Paul B. Preciado e pelo pensamento decolonial, Pelúcio (2014a, 2014b, 2016) sugere que tomemos nosso próprio cu como referencial morfológico

para pensarmos as abjeções locais. Segundo a autora, não se trata de um exercício de tradução do *queer*, mas de um processo antropofágico, uma tensão entre consumo e produção de conhecimento.

Assumir que falamos a partir das margens, das beiras pouco assépticas, dos orifícios e dos interditos fica muito mais constrangedor quando, ao invés de usarmos o polidamente sonoro *queer*, nos assumimos como teóricas e teóricos cu. [...] Falar em uma teoria cu é acima de tudo um exercício antropofágico, de se nutrir dessas contribuições tão impressionantes de pensadoras e pensadores do chamado norte, de pensar com elas, mas também de localizar nosso lugar nessa “tradição”, porque acredito que estamos sim contribuindo para gerar esse conjunto farto de conhecimento sobre corpos, sexualidades, desejos, biopolíticas e geopolíticas também (PELÚCIO, 2014b, p. 4).

A apropriação do cu nos é necessária, pois, conforme argumenta Pelúcio (2014b), a importação intelectual do *queer* no Brasil, até mesmo pela dissonância linguística, não permite captar a provocação que começa pelo próprio nome da teoria. Se, em inglês, é a ofensa dirigida aos estranhos, esquisitos, e foi apropriada e ressignificada primeiro pelo movimento LGBT, depois pela academia, quando desembarca em terras tupiniquins já chega suavizado, intelectualizado. Não há desconforto, nem faces ruborizadas quando se fala *queer* em eventos científicos, garante a autora. O incômodo que o termo gera em países de língua inglesa se perde nessa viagem e, também por isso, precisa ser repensado, gestado de outra forma, em “*ventres latinos*” (PELÚCIO, 2014b).

Hija de Perra – sujeito-objeto, sujeito-viajante

É pelos orifícios sujos dos corpos abjetos que encontro pelos caminhos desta viagem Hija de Perra, a performer de sobranceiras bestiais

que narra a si como monstro e ícone da imundície chilena⁴, uma personagem nascida das sarjetas de Santiago.

Fui chutada pelos meus pais e recolhida por minha avó. Ela jamais me chamou pelo meu nome: era sempre Hija de Perra. Terminei me encantando pelo nome. Sim, as pessoas me humilham toda a vida. Isso é normal? Claro que sim. Quantas pessoas são humilhadas a vida toda? (PERRA, 2010, s.p., tradução livre).

Essa figura monstruosa, da qual me aproximo apenas pelos rastros digitais⁵ que sua presença indecente deixou no mundo, traz em seu corpo e em suas performances um mapa – mais rizomático do que cartesiano – das curvas e encruzilhadas desta viagem que tento propor pelo dissenso, pelo decolonial e pelo cu.

Hija não foi uma mulher, mas uma criatura nova, um monstro cercado por outros. Seu funeral, em 2014, vítima de encefalite bacteriana, descreveu Juan Pablo Sutherland (2014, on-line, tradução livre) à época, foi um réquiem bizarro, composto por “*uma comunidade de mutantes: ativistas queer, dissidentes sexuais, lésbicas feministas, bichas punks, culturais e de esquerda, sadomasoquistas, trans bizarras e políticas, amigos e familiares*”. Hija foi marginal dentro da marginalidade, pois, como Sutherland (2014, s.p., tradução livre) registra, organizações LGBT notó-

4 Ícone da imundície chilena era um dos 17 títulos que constava na seção *Sobre* na página oficial de Hija de Perra na rede social digital Facebook, desatualizada desde sua morte e disponível até 2019, quando a consulta ainda era possível. Em 2020, a página não está mais disponível.

5 Penso *rastros digitais* em uma tensão entre a teoria dos rastros de Walter Benjamin, o método indiciário de Carlo Ginzburg e alguns trabalhos de Fernanda Bruno. Tratam-se de marcas deixadas, por vezes involuntariamente, nos espaços virtuais da internet. Incluem os *rastros acadêmicos*, como os artigos e outros textos científicos que citam, referenciam, analisam HDP; os *rastros textuais*, quando dos resultados com a palavra-chave “Hija de Perra” no buscador do Google; e os *rastros audiovisuais*, para descrever os vídeos amadores e profissionais, os quais ela protagoniza ou participa. Cf. AUTOR, ANO.

rias do Chile ignoraram o funeral daquela que fez parte de uma geração que nos últimos 12 anos anteriores à sua morte criticou as “*formas tradicionais de entender a sexualidade e sua construção normativa no mundo já institucionalizado da diversidade sexual na sociedade chilena*”. Adepta do que Sutherland (2014) chamou de uma *poética abjeta e marginal*, Hija de Perra torceu as normas e se equilibrou nas bordas, apropriando-se em um processo antropofágico das bizarrices. (AUTOR, ANO).

Para este artigo, opto por me deter em dois rastros digitais da artista a fim de delimitar o *corpus* de observação: um discurso em uma marcha pela diversidade sexual, na cidade chilena de Arica, em 2013, do qual se tem um registro audiovisual amador, publicado na plataforma de vídeos YouTube (PERRA, 2013); e um discurso lido no Congresso El sexo no es mio, na 1ª Bienal de Arte e Sexo, realizado em Santiago, em 2012, e que foi traduzido para o português e publicado na *Revista Periódicus*, da Universidade Federal da Bahia, em 2015 (PERRA, 2014/2015).

O recorte aconteceu pela vinculação direta entre o conteúdo desses registros e a temática deste artigo e pela complementaridade possibilitada pela diferença das materialidades. Enquanto o texto impresso dialoga diretamente com um questionamento *queer* decolonial, servindo de índice do atravessamento dessa temática na produção de HDP, o texto audiovisual explicita a estética manipulada para a apresentação pública de si da artista.

Hija de Perra (2013) se prepara para iniciar seu discurso. Graças ao *close* da câmera, que filma seu rosto ora de perfil ora de costas, vemos pornograficamente perto. Não é possível precisar a hora nem o local onde está, apenas que se trata de um espaço aberto, uma praça pública talvez, e que é noite. As luzes acesas dos postes públicos conferem um amarelado à cena. O evento é identificado apenas pelo título do vídeo – *Discurso de Hija de perra en marcha por la diversidad sexual 2013 en Arica*.

Os cabelos na altura dos ombros, tão negros quanto o céu recortado ao fundo, estão lisos, soltos, embaixo de um lustroso quepe preto que aciona a imagem de alguma figura de autoridade sem rosto no imaginário. Suas mãos ossudas (masculinas?) vão ao rosto, expondo unhas vermelhas, para colocar seus óculos sobre olhos maquiados. Delineador gatinho. Lábios pintados. “*La estupenda Hija de Perra*”, introduz alguém, seguido por palmas. “*Gracias, mi amor*”, ela responde em uma voz masculina (?) com delicadeza feminina (?). A imagem desfoca, treme, enquanto ela se afasta e assume sua posição junto a um microfone. Sai dos bastidores para o palco principal. Da escuridão da invisibilidade para o campo do visível, pronta para o combate. Posiciona-se entre duas figuras mudas, lidas por lentes binárias ocidentais como um homem e uma mulher. Seguranças, agentes de um imaginário coletivo conferido a figuras oficiais, empunhando metralhadoras nitidamente artificiais. De expressão séria, assim permanecem pelos 17m49s do vídeo, olhando a frente, por vezes percorrendo com o olhar o público, com suas expressões caricatamente impenetráveis, ali para garantir, como leões armados, a segurança desse monstro ditatorial. Uma polícia a serviço do dissenso político.

Hija de Perra é política no sentido mais rancieriano possível. É o próprio dissenso. Provoca, com sua presença, o mundo sensível e colonizado que determina as margens invisíveis como lugar dos subalternos. É indefinição – nem homem, nem mulher. Que bicho(a) que é?⁶ Um monstro que escapa dos binarismos de gênero e se alimenta das dissidências sexuais. Como explicita a própria etimologia, *monstrum* é o que revela “*a ira de Deus, as infinitas e misteriosas possibilidades da natureza ou aquilo que o homem pode vir a ser*” (LEITE JÚNIOR, 2007, on-line). E como na atualidade a monstruosidade é caracterizada pelas diferenças culturais, políticas, raciais, econômicas e/ou sexuais (LEITE JÚNIOR,

6 Referência à letra da música *Dona*, da drag queen Gloria Groove, na qual ela canta: “*Ai, meu Jesus/ Que negócio é esse daí?! É mulher?! Que bicho que é?*”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BPfO6Wkr8fs>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

2007), HDP é esse monstro que ousa invadir o campo do visível e levar com seu corpo as possibilidades-outras de sexo e gênero que a matriz colonial do poder insistiu em apagar. Trajetos possíveis por uma viagem que os fiscais de cu⁷ insistem em tentar bloquear. Cria “*imagens diaspóricas*” que servem de adubo para “*imaginários insurgentes*” (ROCHA; POSTINGUEL; SANTOS; NEVES, 2018), afetando a si e aos outros. E faz isso ainda com as armas do agressor. Usa da paródia, do estigma, da apropriação da repulsa que lhe descrevem para (*re*)existir (REZENDE, 2017). Como explica Louro (2015, p. 20), os aventureiros que ousam desviar do caminho, subverter e desafiar as fronteiras, “*apela[m], por vezes, para o exagero e a para a ironia, a fim de tornar evidente a arbitrariedade das divisões, dos limites e das separações*”. Se a polícia tenta lhe expurgar do mundo sensível, HDP se faz polícia.

Enquanto a câmera se movimentava pelo palco para se posicionar à lateral, em um plano médio, tremendo e desfocando a imagem, evidenciando a estética amadora do registro, a composição de HDP se revela: o quepe é acompanhado por uma minissaia justa e calça *legging*, que ressaltam nádegas aparentemente construídas com enchimentos provisorios e blazer que marca os ombros largos. As mangas descem à altura dos cotovelos, expondo uma blusa por baixo, segunda pele, com estampa animal, pele felina. Munida de seu discurso, Hija (2013) se apresenta como ativista pela diversidade e dissidência sexual, palestrante em universidades. Avisa em uma voz suave, cadenciada, ritmada, que preparou um discurso para abrir as mentes. E assim faz. Denuncia, jogando ao vento cada folha lida de seu discurso em um gesto teatral, as construções sócio-históricas do gênero e do sexo; a heteronormatividade implantada na sociedade; as existências desviantes assim caracterizadas pelos con-

7 Expressão utilizada no meio LGBT para se referir a LGBTfóbicos e seus posicionamentos conservadores em relação à pluralidade sexual. Pode ser conferida na letra da produção audiovisual *Elevação Mental*, de Triz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=48&v=npGrq2lFmls>. Acesso em 29 jul. 2020.

quistadores europeus com suas visões ocidentalizadas e religiosas; resgata conhecimentos pré-colombianos que não reconheciam dicotomias.

Sua fala avança, ganhando ritmo, ferindo as normas, rasgando, como a pele felina que veste, machismos, sexismos. “*Queridas e queridos, humanos e pós-humanos que continuam me escutando*”, proclama, erguendo o braço direito com a palma da mão virada para cima em clamor, que logo se fecha e se transforma, dedo em riste, em ordem, com a fala em um crescente ditatorial, “*confie em sua identidade, não na que lhe impõem*” (PERRA, 2013). Afrontosa, sorrateira, de voz macia que rompe em inflexões inesperadas. “*E tenho dito. Caso encerrado*”, vocifera, jogando a última folha do discurso ao vento e aplaudindo a si mesma, ditadora narcisista. Polícia paródica do mundo (in)sensível.

O conteúdo belicoso de sua fala, não menos irônica, também é pulsante no registro da *Revista Periódicus*, intitulada *Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma* (PERRA, 2014/2015). Se Hija de Perra era leitora de Anibal Quijano, Ramón Grosfoguel e/ou outros expoentes do pensamento decolonial, não sei, mas, independentemente disso, suas “*interpretações imundas*” são tão decoloniais quanto suas performances são políticas.

No texto lido na Bienal de Arte e Sexo, HDP não poupa nem Judith Butler nem Michel Foucault, que, segundo ela, continuam uma longa tradição de colonização epistemológica, iniciada com a chegada da “*idealização ocidentalizada da sexualidade*”, contaminada pelo moralismo religioso, e pronta para “*normalizar, sob arrepiantes e ignorantes parâmetros, as bestas selvagens que viviam neste desconhecido paraíso*” (PERRA, 2014/2015, p. 1).

Sua crítica à “*Santa Butler*” e “*São Foucault*” é fulminante:

Parece que tudo o que tínhamos feito no passado, atualmente se amotina e se harmoniza dentro do que São Foucault descrevia em seus anos na História da Sexualidade e que mesclado com os anos de maravilhoso feminismo finalmente acabam no que Santa Butler inscreveu como queer. Sou uma nova mestiça latina do Cone Sul que nunca pretendeu ser identificada taxonomicamente como queer e que agora, segundo os novos conhecimentos, estudos e reflexões que provem do Norte, encaixo perfeitamente, para os teóricos de gênero, nessa classificação que me propõe aquele nome botânico para minha mirabolante espécie achincalhada como minoritária. (PERRA, 2014/2015, p. 3)

Hija de Perra (2014/2015) questiona por que a voz dos dissidentes só passa a existir a partir do aval do dominante. Aqui, proponho atravessar suas palavras para, sob a influência de Rancière (1996), reformular a questão: por que a voz dos dissidentes só se torna *fala* a partir do reconhecimento do dominante? A matriz colonial do poder e sua potência colonizadora do saber respondem a isso. A crítica de HDP ainda permite uma conexão direta à Gayatri Chakravorty Spivak (2010), quando a expoente dos estudos subalternos do sul-asiático denuncia o perigo do intelectual que, ao discutir a subalternidade, acaba falando pelo subalterno e reproduzindo o silenciamento de sua fala.

De fato, HDP (2014/2015, p. 2) lembra que a “*cultura da viagem*” sempre existiu por aqui, muito antes do *queer*. Acrescento: conhecimentos gestados nos orifícios de travas, sapatões, viados. Mas de tão fétidos, ignorados. “*Por que você tem que se importar em saber se eu gosto de fuder com excrementos ou se eu gosto que as senhorinhas me vomitem enquanto eu me masturbo nos banheiros do mal?*” (PERRA, 2014, p. 5, *sic*). As bizarrices precisaram ser higienizadas pelo saber exportado do Norte e, assim, legitimadas, passíveis de serem ensinadas. Mas, sem faces ruborizadas, como já ensinou Pelúcio (2014b). *Queer* não é cu. “*Esse enunciado de fonética mais esnobe ajuda a que não exista suspeita a*

que se ensine essa sabedoria em instituições e universidades, sem provocar tensões e repercussões ao estigmatizar esse tipo de saber como bastardos”, complementa HDP (2014/2015, p. 6). Ela ainda avança e, em diálogo com Slavoj Žižek – que abusada, essa monstra sabe ler! –, ressalta as apropriações capitalistas do *queer*, transformado em bandas da moda com estética *queer*, *sex shops* com artefatos *contrassexuais* (estaria Paul B. Preciado em sua lista de leituras?), bares e discotecas multissexuais. As contribuições *queer* são admitidas por HDP, mas, ao fim de sua fala, ela convida a divagar:

Poderei sonhar que o *queer* seguirá seu legado de resistência e liberdade de expressão e não se transformará em uma moda ou em uma norma? Tomara que a utópica ideia de minha mente transtornada se faça realidade e o *queer* se transmute em uma constante destruição e criação amorosa onde todos possamos viver com sabedoria e prazer. (PERRA, 2014/2015, p. 8).

A viagem chega ao fim

Ou melhor, esta etapa da viagem. Este artigo se propôs a compartilhar algumas considerações a respeito das imbricações políticas, decoloniais e *queer* na performance de Hija de Perra. Entende-se que a partir de uma conceitualização outra que não a que define política como as relações verticais entre Estado e sociedade civil, é possível identificar a performance de Hija de Perra como articuladora de uma *política afrontosa* que provoca o campo do visível organizado pela polícia. Combino nessa nomenclatura o afrontamento à polícia descrito por Rancière (1996) no dissenso e o termo “*afrontoso*” empregado, “*afetada*” (ROCHA; POSTINGUEL; SANTOS; NEVES, 2018) e humoristicamente, pelo circuito *queer* brasileiro para designar atos e práticas destemidas e ousadas.

Os rastros digitais das performances públicas de HDP expõem algumas estratégias – discursivas, estético-políticas – da artista para dese-

nhar possibilidades outras de ser e (re)existir no mundo que não apenas as legitimadas pela introdução da matriz colonial do poder quando da imposição da modernidade pelas comitivas europeias às culturas ameríndias no período da colonização. Indefinições sexuais, confusões de gênero, pluralidade de sexualidades – rupturas acionadas pela *produção de presença de Hija de Perra* (AUTOR, ANO).

Esse ser monstruoso, como ela mesma reivindica ser, mobiliza ainda críticas ácidas aos estudos do Norte quando tomados como referenciais teóricos para discutir as bizarrices e bichices do Sul. Santa Butler e São Foucault não são poupados. Seus ataques se alinham ao pensamento decolonial de grupos intelectuais que compartilham das mesmas inquietações: a necessidade de gestarmos, em ventres latinos, eu diria em *orifícios latinos*, nossas próprias epistemologias. Conhecimentos-outros, saberes sujos e abjetos. Não porque o são, mas porque assim são denominados pelo eurocentrismo e, em uma ação de reconfiguração, assumem para si a ofensa com que são desmerecidos.

“Caso encerrado”.

Referências

BALLASTRIN, Luciana. “América Latino e o giro decolonial”. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANFIELD, Liz. Locating the Queer in Postcolonial/Decolonial Discourse: A Bibliographic Essay. [online] Disponível em: <http://people.vcu.edu/~ercanfield/assets/locatingthequeer_oggel_2009.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. “Prólogo – Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (Orgs). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 9-23.

LEITE JÚNIOR, Jorge. “O que é um monstro?”. ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2007. Disponível em: <<http://comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=29&id=340>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LUGONES, María. “Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System”. Hypatia, v. 22, n. 1, p. 186-209. 2007. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251730/mod_resource/content/0/heterosexualism%20and%20the%20colonial%20modern%20gender%20system%20maria%20lugones.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MIGNOLO, Walter. “El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs). El giro decolonial: reflexiones para una deversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 25-46.

PELÚCIO, Larissa. “Breve história afetiva de uma teoria deslocada”. Revista Florestan, São Carlos, ano 1, n. 2, p. 26-45, nov. 2014a. Disponível em: <<http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/63>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

PELÚCIO, Larissa. “O cu (de) Preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil”. Revista Iberic@al, Paris, n. 9, p. 123-136. 2016. Disponível em: <<http://iberical.paris-sorbonne.fr/wp-content/uploads/2016/05/Pages-from-Iberic@l-no9-printemps-2016-12.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

PELÚCIO, Larissa. “Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?” Revista Periódicus, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-24, maio/out. 2014b. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150/7254>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. “Queer decolonial: quando as teorias viajam”. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 411-437, jul./dez. 2015.

PEREZ, Emma. “Queering the Borderlands: The Challenges of Excavating the Invisible and Unheard”. Frontiers: A Journal of Women Studies, v. 24, n. 2/3, p. 122-131, 2003.

PERRA, Hija de. Discurso de Hija de Perra en marcha por la diversidad sexual 2013 en Arica. Gustavo Canales, 4 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0XY009QcQSA>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

PERRA, Hija de. “Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma”. *Revista Periódicus*, Salvador, n. 2, nov./abr. 2014/2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revista-periodicus/article/view/12896/9215>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. “O dissenso”. In: ADAUTO, Novaes (Org). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 367-382.

REZENDE, Aline da Silva Borges. “Quando o funk ostentação performa (re)existência: reflexões polissêmicas sobre contextos fronteiriços e experiências bastardizadas”. *Revista Novos Olhares*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 135-147. 2017.

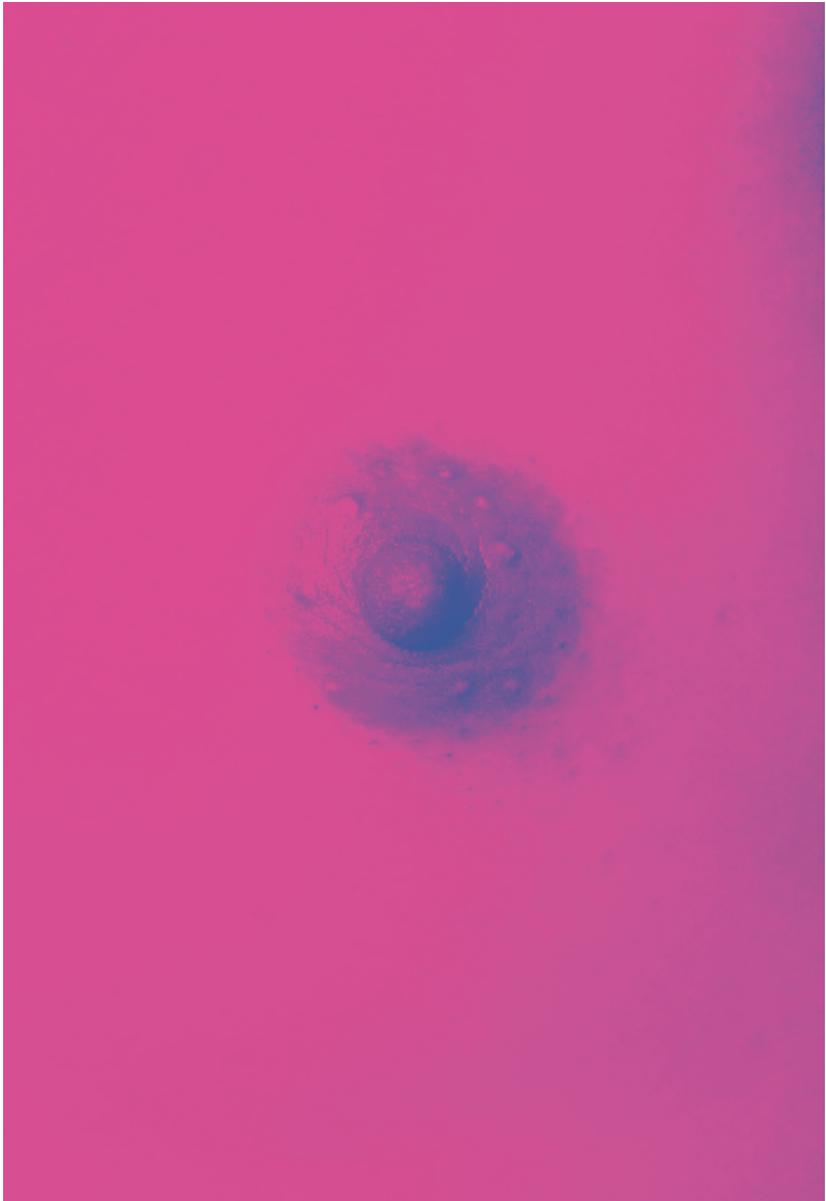
ROCHA, Rose de Melo; POSTINGUEL, Danilo; SANTOS, Thiago Henrique Ribeiro dos; NEVES, Thiago Tavares das. “Comunicação e estudos de gênero: imagens diaspóricas, imaginários insurgentes”. XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 05 a 08 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_VWT9ARUV352MJUPIJ17K_27_6563_23_02_2018_16_37_30.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SUTHERLAND, Juan Pablo. Réquiem Bizarro. *Página 12*, Santiago, 5 set. 2014. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/1-3603-2014-09-05.html>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

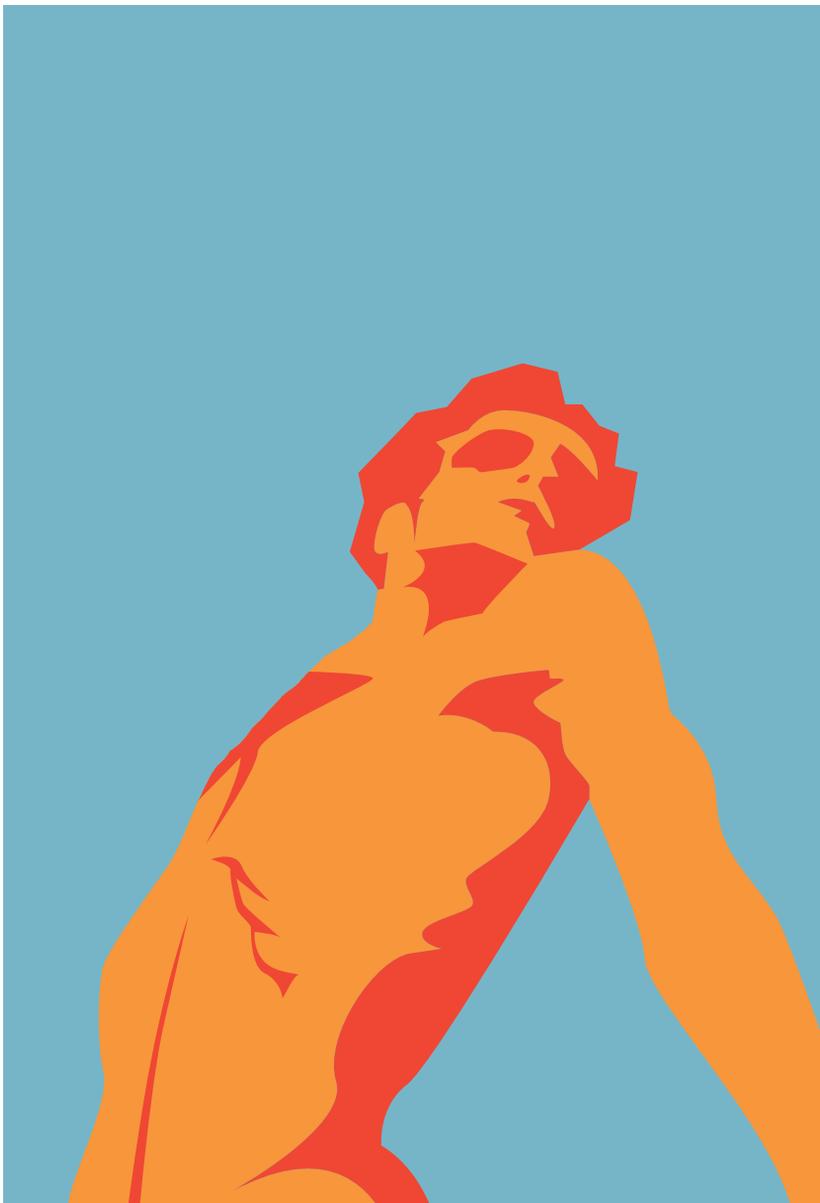
A(R)TIVISMO



Arte de Paulo Henrique Lima da Rocha | paulo.rocha420@gmail.com



Arte de Isadora Rocha | isadoraliberalino@gmail.com



Arte de Marcos Vinícius Bezerra | bezerramarcos@outlook.com



Arte de Wellin Karen de A. M. Cunha | wellin.karen2@gmail.com



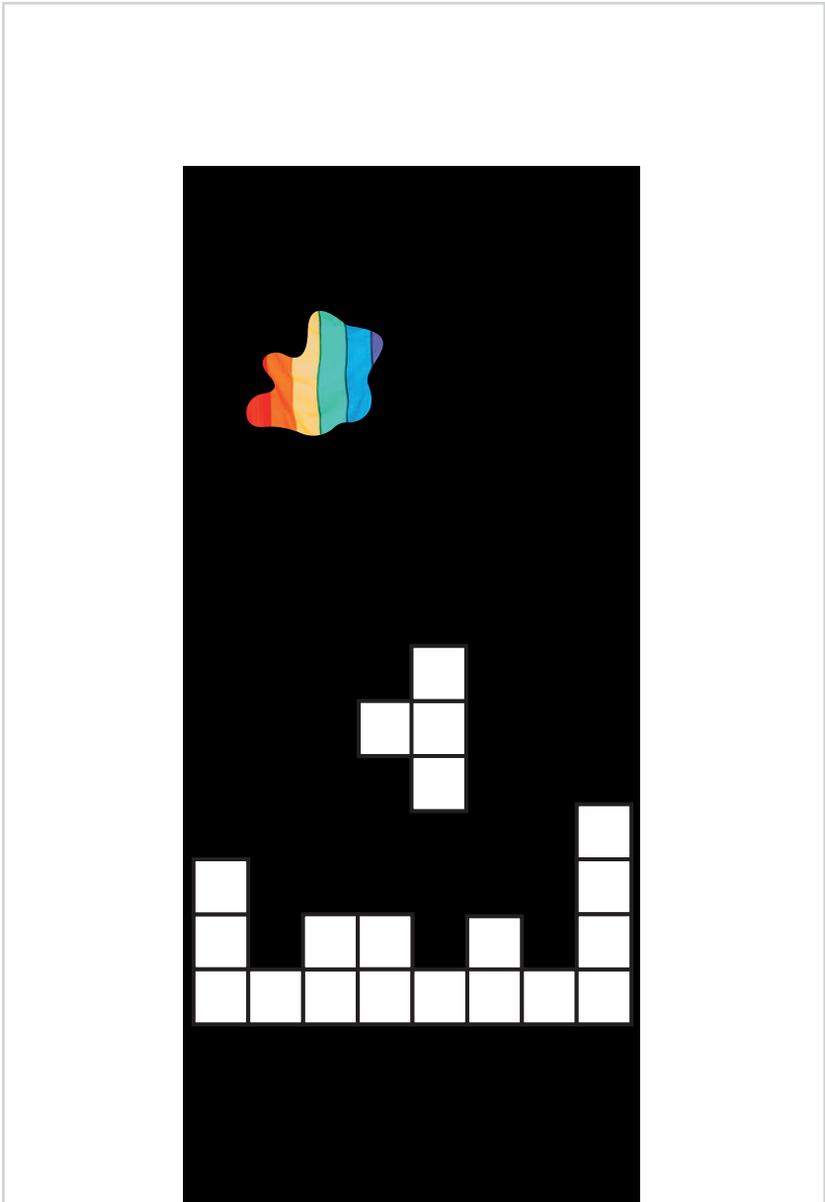
Arte de Luiz Gonzaga Lopes Neto | lglopes.eq@gmail.com



Arte de Bruna Camila de Menezes | @brunacamenezes



Arte de Isadora Veras Lobo de Paiva | @lobopiktor



Arte de Iago Duarte da Silva | @irabisco



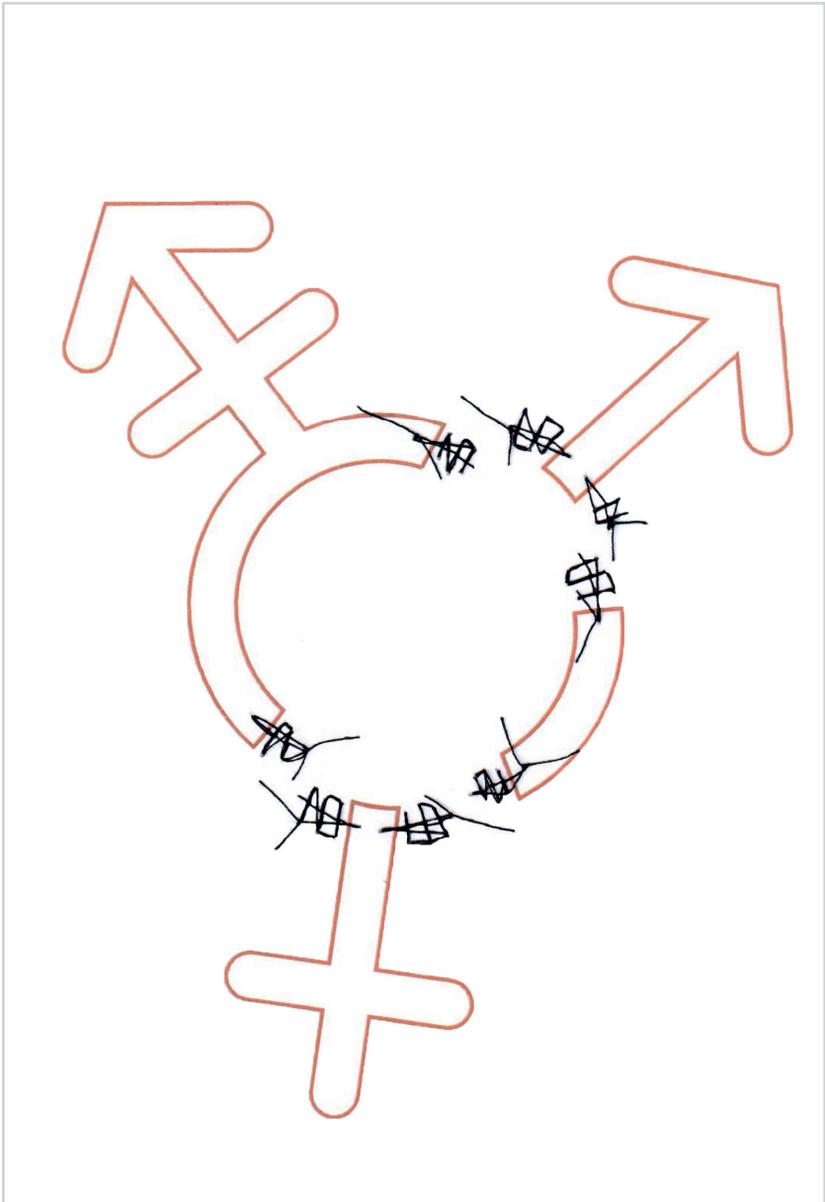
Arte de Luiz Gonzaga Lopes Neto | lglopes.eq@gmail.com



Arte de Ana Carolina Simonetti | @carolsmnt



Arte de Jezebel | jezebel.jzbl@gmail.com



Arte de Daiana Martins | @daimarts



Arte de Vinícius de Medeiros



Arte de Emanuel Ferreira do N. Junior | mremanoeljunior@outlook.com



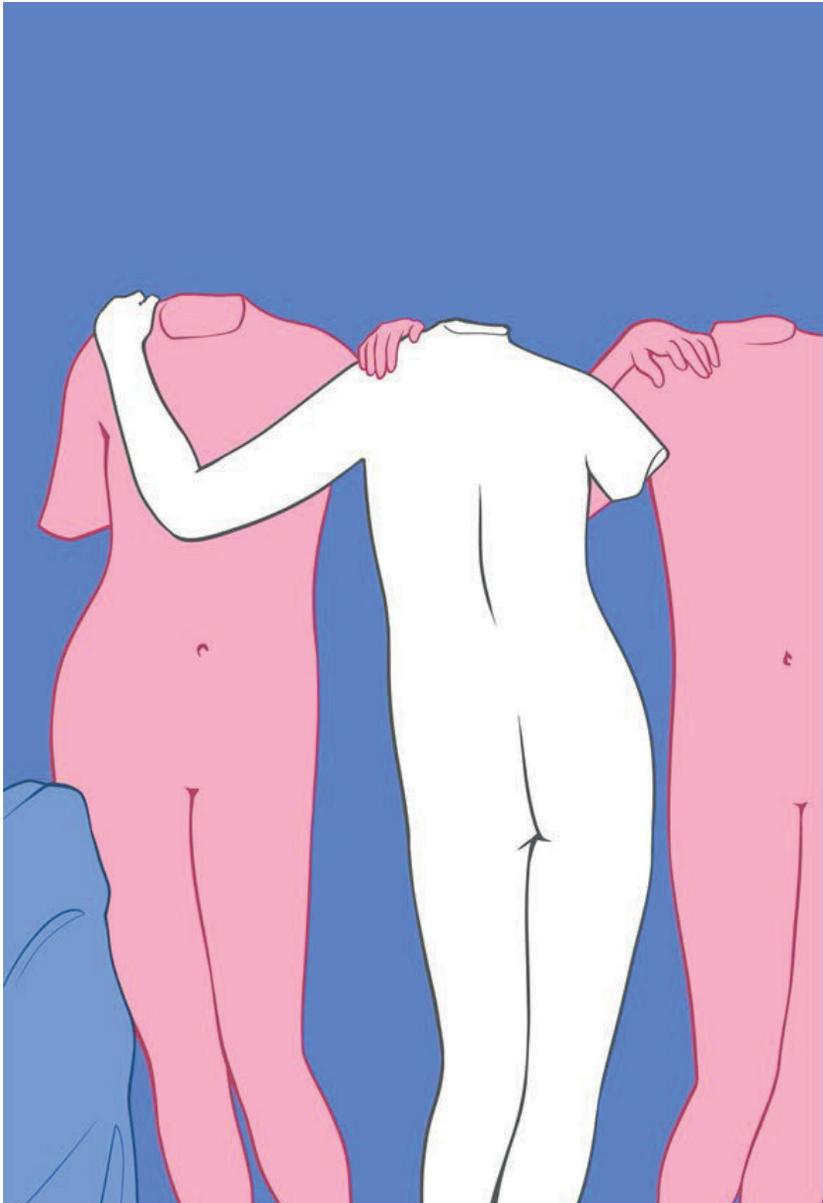
Arte de Rosanny Dayane Oliveira Do Nascimento | rosannydayane@gmail.com



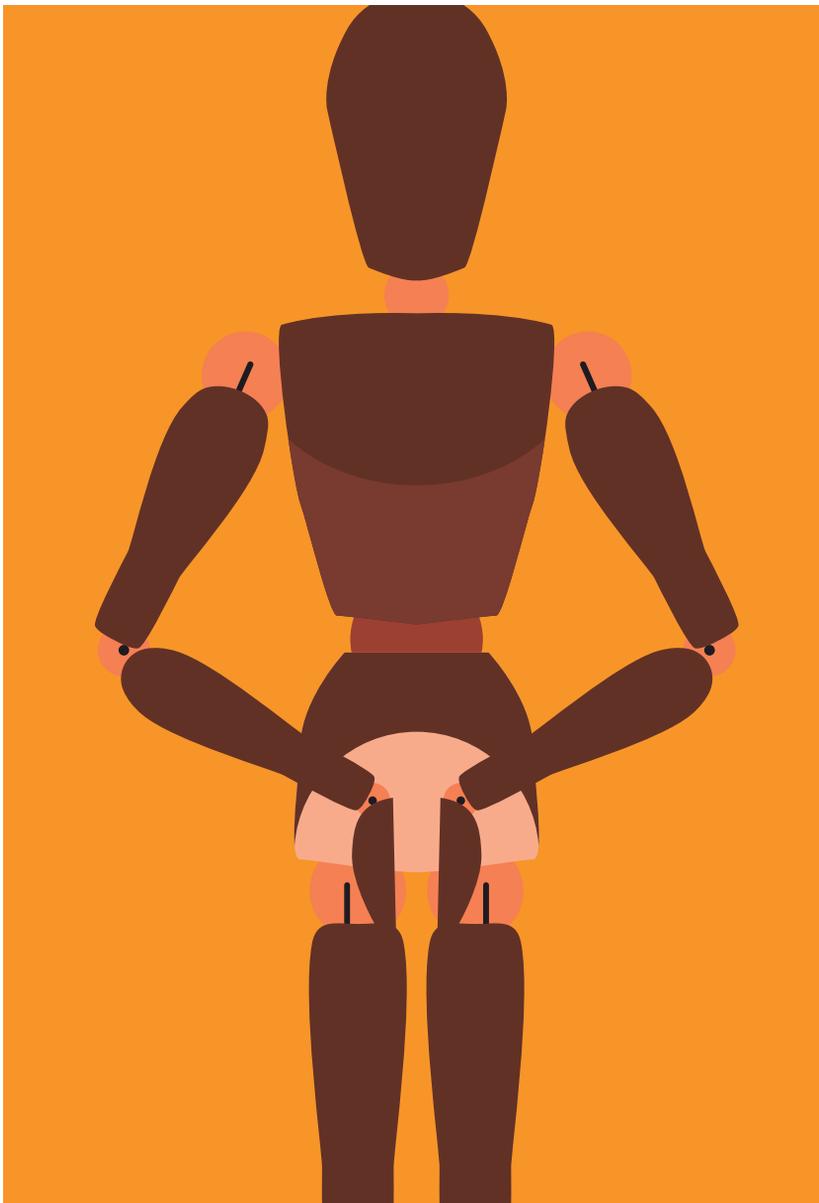
Arte de Ana Carolina de Paula Souza | depaulacarol50@gmail.com



Arte de Ingrid Arend Barichello | @guiarenddraws



Arte de Giuliana Nunes | giulinunes@hotmail.com



Arte de Yury Gargarin | yurygargarim@hotmail.com



Arte de Júlia Xavier Campos | @pockyjulia_